

# Os Carcarás: Política e Sociedade na Cidade de Jacobina (1966-1973)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Carla Côrte de Araújo**

MESTRADO EM HISTÓRIA



**Universidade Federal da Bahia**  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

Salvador | 2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**LINHA – SOCIEDADE, RELAÇÕES DE PODER E REGIÃO**

**CARLA CÔRTE DE ARAÚJO**

**OS CARCARÁS: POLÍTICA E SOCIEDADE NA CIDADE DE JACOBINA  
(1966-1973)**

Salvador - Bahia  
2012

**CARLA CÔRTE DE ARAÚJO**

**OS CARCARÁS: POLÍTICA E SOCIEDADE NA CIDADE DE JACOBINA  
(1966-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Guerreiro Moreira de Freitas

Salvador - Bahia

2012

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

A663 Araújo, Carla Côrte de  
Os Carcarás: política e sociedade na cidade de Jacobina (1966-1973) /  
Carla Côrte de Araújo. – Salvador, 2012.  
228f. :il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Guerreiro Moreira de Freitas.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

1. Jacobina (BA) - Política e governo - 1966-1973. 2. Sociedade.  
3. Justiça. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Liderança política - Jacobina (BA).  
I. Freitas, Antônio Guerreiro Moreira de, II. Título.

CDD – 320.981

---

**OS CARCARÁS: POLÍTICA E SOCIEDADE NA CIDADE DE JACOBINA  
(1966-1973)**

**Carla Côrte de Araújo**

Aprovada em: 27/07/2012

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas (Orientador)  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

Profª. Dra. Lucileide Costa Cardoso  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

---

Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior  
Universidade Federal da Bahia - UFBA



**PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

NOME DO ALUNO	MATRICULA	NIVEL DO CURSO
Carla Corte de Araújo	210115241	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
Os Carcarás: política e sociedade na cidade de Jacobina (1966-1973)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas (orientador) UFBA		041319701-91
Carlos Zacarias de Sena Júnior (UFBA)		457687065-34
Lucileide Costa Cardoso (UFRB)		309.051.175-49

**ATA**

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de 2012, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Carla Corte de Araújo, do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor, Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra à autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR A \_\_\_\_\_  
 aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

**PARECER GERAL**

O trabalho submetido para uma reflexão de complexidade do campo político, expõe as relações de poder que se estabelecem em uma pequena cidade do interior da Bahia, refletindo sobre a dimensão do urbano e do rural, apontando caminhos futuros para construção de uma trama histórica mais ampla e necessária para a compreensão da história do Brasil.

SSA, 03/08/2012: Assinatura do aluno: *Carla Corte de Araújo*

SSA, 03/08/2012: Assinatura do professor orientador: *Antônio Fernando de Freitas*

## AGRADECIMENTOS

Sempre fui uma leitora muito atenta dos agradecimentos. Costumava me envolver com aquela interminável lista de nomes e instituições e tentava, repetidas vezes, reconstruir mentalmente os caminhos daquelas ajudas tão fundamentais para nós que nos “aventuramos” no acidentado terreno da pesquisa. Mesmo reconhecendo que a experiência da escrita é solitária acredito, como defende Kafka, que, mesmo trancados em um quarto, nunca estamos sós. Pessoas, palavras, vivências, sentimentos e lembranças nos acompanham nesse processo de “isolamento”. De fato, escrevemos em momentos que são individuais, mas não exatamente por isso vazios da existência dessa gente que faz parte da nossa trajetória.

Prefiro acreditar, como dizia o “poetinha” Vinicius de Moraes quando se referia ao processo de feitura de suas belíssimas canções, que um trabalho, qualquer que seja ele, é feito a “muitas mãos”. Acrescentaria, ainda, que sua realização depende também das muitas vozes, escutas, imagens e histórias que colhemos por aí. São esquemas de parceria que se estabelecem em níveis variados, sem hierarquias e com a certeza que fazemos o nosso “eu” na relação com o “outro”. Tenho plena convicção do que foi feito até aqui, mas sem grandes certezas sobre o que virá. Por onde caminhei, o que perdi ou conquistei foi mérito ou fracasso meu, mas foi também, força das circunstâncias, força da ação do outro. Uma existência afetada por tantas presenças e por ausências.

Quando esta dissertação era apenas uma ideia, depois transformada em projeto, contei com a leitura cuidadosa e criteriosa dessas partes de minha vida. Ricardo Batista, contemporâneo da época da graduação foi a primeira pessoa que vi e reconheci como sendo parte desse momento. Generoso, se dispôs a me emprestar um material de estudo e leu, cuidadosamente, cada ideia ainda nascente naquelas páginas. Também nessa fase, pude contar com o olhar de Eliene Maria, pessoa querida, minha ex-professora e amiga que, mesmo sendo da área de educação, soube interpretar aqueles eventos políticos me chamando atenção para o processo de humanização daqueles sujeitos.

E como as pessoas que nos amparam aparecem em diferentes momentos de nossa vida, antecedendo e sucedendo esse trabalho, minha eterna dívida de gratidão é com a professora Sara Farias a grande responsável pelo meu envolvimento com a pesquisa histórica. Em 2003, seu convite para trabalharmos juntas cumpriu, seguramente, dois papéis: primeiro o reconhecimento

e a possibilidade de me fazer pesquisadora com aquela oportunidade. Segundo a certeza e a aposta no desempenho do trabalho a ser realizado. Para uma jovem estudante, repleta de dúvidas e sem grandes certezas com relação à carreira, um convite como aquele também refletia e ancorava uma decisão mais segura e menos vacilante tão comum entre aqueles que começam o curso, mas às vezes sequer terminam. Ou, concluem, mas dedicam-se a outras áreas. Relembro aqui, com imensa alegria e uma pontinha de nostalgia, o “tempo do arquivo”. Esquadrinhando documentos, abrindo e fechando aquelas caixas repletas de documentos que me permitiam, mesmo estando no presente, experienciar, ainda que provisoriamente, o passado daquelas pessoas. Pude, na minha prática de pesquisadora, constatar aquilo que os livros falavam sobre a pesquisa em história.

Certa feita, o professor Antônio Guerreiro me disse que seria uma espécie de orientador-fonte porque conhecia alguns dos personagens que compõem a história que foi escrita. São lembranças do seu “tempo de menino” em Jacobina. Essas identidades, longe de se chocarem, confluíram para momentos extremamente ricos e prazerosos que me permitiram também conhecer detalhes que as fontes não fornecem. Me possibilitaram pensar, indagar, formular hipóteses, remexer no tabuleiro das ideias, desorganizar certezas, propor novas perguntas, refazer itinerários, escolher novas fontes e, permanentemente, reavaliar a minha postura diante do meu objeto. Sua paciência, confiança e, principalmente, o respeito às tantas limitações só reforçam os meus agradecimentos.

Os colegas da turma do mestrado também marcam a sua presença. Alguns, em especial, por certo. Elisa Moura me acolheu quando tudo ainda era muito novo para mim. De colegas passamos a construir, aos poucos, uma relação de amizade também estendida a Cleiton Jones, pessoa querida, parceira e amiga. Com Renata Ferreira o contato precedeu às aulas e, felizmente, sucedeu a esse “tempo de estudante”. Rafael Sancho, atencioso e a postos, sempre! Com professor Dilton Araújo teci, em longas conversas, alguns fios desse trabalho e, numa prova de generosidade da vida, também pude me aproximar. Hoje considero um amigo que, em diferentes tempos, revelou-se generoso e solidário.

Sendo a amizade um contraponto da invisibilidade agradeço aos amigos que me deixam menos invisível nos passos sempre apressados pelas ruas. Eliene Ueji, uma irmã que pude, afinal, escolher. Nossa sintonia e os longos anos que compõem a nossa história me autorizam a pensar

em “almas gêmeas” que se encontram e também se reencontram nesse grande mistério que é a vida.

Se a vida está mesmo ancorada em relações de transitoriedade e mudança, devo, em partes, discordar. A minha família é para sempre. Aproveito para agradecê-la por tanta coisa. A minha mãe, por me apresentar o mundo das letras e ter me contado muitas estórias sobre princesas, reinos distantes, florestas encantadas e seres mágicos. Lembro-me que aguardava, ansiosamente, o cair da noite para mergulhar naquele mundo de fantasias e mistérios que, de alguma forma, me faziam feliz. Hoje, sou também “inventora” de histórias e revisito um tempo passado recriando cenários do que foi uma cidade, suas ruas e sua gente, tentando encontrar respostas ou, ainda, mais perguntas que orientem essa busca. Mãe, obrigada por me fazer enxergar, em diferentes momentos, que os meus sonhos eram possíveis. Sua fé é, para mim, a certeza que dispensa provas.

Precisei conhecer a sociedade que meu pai viveu e forjou a sua identidade de homem através da pesquisa para melhor compreendê-lo. Hoje percebo o quanto ele carregava daquele universo machista, conservador e proibitivo. E como são doces algumas outras lembranças. Nessa disputa de memórias, escolho lembrar, quase sempre, das últimas. Meu pai ficou órfão cedo e precisou trabalhar para ajudar no sustento da família. Não frequentou a educação formal, mas acessou de outras maneiras um tipo de conhecimento. As vivências do sertão, a lua que hoje me fascina, as cantigas de roda, os coloridos e sentidos próprios dessa memória que carrego e guardo como um bem muito precioso. São heranças simbólicas, imateriais e, exatamente por isso, menos sujeitas à dissolução. Obrigada por ter sabido, da sua forma, entender as minhas limitações. Por ter honrado a difícil tarefa de ser meu pai. Por ter compreendido as diferentes fases da minha vida. Por me lembrar que o tempo cura, restaura e permite outras formas de manifestação do amor.

Meus irmãos são as pontes com o meu passado. É através deles que revivo as brincadeiras, as descobertas e as aventuras da nossa infância. Memórias que alimentam o amor que sinto e oferecem algum consolo quando olho para eles e vejo o quanto estão crescidos. Ao meu sobrinho Davi, ainda tão pequenininho, agradeço por inaugurar, com a sua chegada, um tempo de afeto, carinho e aproximação. Obrigada por emprestar sentido a minha vida. Você representa as novas folhas e novas flores, na infinita benção do recomeço.

## **DEDICATÓRIA**

*Minha família materna saiu do interior da Paraíba fugindo da seca, da fome e da aspereza da vida na roça  
Rumou para o eldorado sertanejo, a cidade de Jacobina  
Mas o brilho do ouro não chegava pra todos, a partilha era feita entre pequenos grupos  
Mulheres fortes, guerreiras e dispostas a trabalhar,  
Eram minha avó, minha mãe e minhas tias  
Parecia que a política tinha mudado e o coronel já não ditava mais as regras do jogo,  
Momento de acreditar que o futuro poderia ser melhor naquela terra,  
Mas vieram os anos 70 e as coisas não melhoraram  
A política não criou emprego, não ofereceu oportunidades e não mudou os cenários para numerosa família e foi aí que meu avô decidiu: “vamos todos para São Paulo”;  
Uma camionete com rapadura, sem nota fiscal, ficou retida na longa estrada  
E não adiantou choro, nem prece, nem súplicas,  
O episódio parecia antecipar a dureza da vida na cidade grande  
Era o retrato de quem se aventurava a fugir dos infortúnios e buscar melhoria de vida  
E um pouco de todas elas, eu também sou.  
Nenhuma delas frequentou a Universidade, mas eu frequentei  
Por isso, esse trabalho tem muito dessas histórias,  
Reconstruindo a despeito das licenças que o tempo permite  
Às minhas antecessoras femininas,  
Pela força, coragem e persistência,  
esse trabalho é fruto da nossa história que se encontra e reencontra nas lembranças, memórias e saudades.*

ARAÚJO, Carla Côrte de. *Os Carcarás: política e sociedade na cidade de Jacobina (1966-1973)*. 233 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador - Bahia, 2012.

## RESUMO

Em 1930, Francisco Rocha Pires construía e, ao mesmo tempo, consolidava a sua liderança em dois níveis de poder. Na cidade de Jacobina, indicava e elegia para o Poder Executivo aqueles que seriam os prefeitos. Eram parentes, amigos e pessoas que desfrutavam da sua confiança. Na Assembleia Legislativa, ocupava um dos assentos e colecionou, em quase 50 anos de vida pública, oito legislaturas. Em meados dos anos 60 essa situação começou a sofrer algumas alterações. Fernando Daltro, primo em segundo grau do deputado, depois de aguardar a sua indicação para disputar as eleições municipais percebeu, aos poucos, que a liderança não seguiria a sequência de colocar os parentes no posto mais alto da esfera de poder local. A ruptura seria, então, a sua única saída. É a história do rompimento e das razões que movimentaram essa decisão que trata esse estudo. Não sem antes apreender os primeiros cenários da consagrada liderança de Francisco Rocha Pires identificando o seu lugar e trânsito nos espaços políticos costurando alianças e alinhando-se aos grandes nomes da história política da Bahia. A cisão daquele ano de 1966 teria alguns desdobramentos. Entre eles, a formação e posterior consolidação dos Carcarás, como ficariam conhecidos, na cidade de Jacobina, os integrantes e simpatizantes do grupo liderado por Fernando Daltro. A sua vitória, em 1970, teve grandes significados. Derrotar, nas urnas, a hegemonia de Chico Rocha permitiu que o grupo falasse em mudança e alteração nos quadros políticos locais. A dissertação recua e avança para melhor compreender os lugares que esses sujeitos assumiram em todo processo. Enfoca diversos aspectos que possibilitaram a ascensão de “novas” lideranças e o declínio de “antigas” forças políticas na cidade de Jacobina como chave para compreensão da dinâmica política local.

**Palavras-chave:** Política; Sociedade; Justiça; Jacobina.

ARAÚJO, Carla Côrte de. *Os Carcarás: política e sociedade na cidade de Jacobina (1966-1973)*. 233 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador - Bahia, 2012.

## ABSTRACT

In 1930, Francisco Rocha Pires was building and at the same time, consolidating his leadership in two levels of power. In the city of Jacobina, he nominated and elected the ones who would become Mayors. Those were relatives, friends and people who benefit from his trust. At the Legislative Assembly, possessed one of the seats and accumulated, in almost 50 years of public life, eight legislatures. By the 1960's the situation started to change. Fernando Daltro, the deputy's cousin in second degree, after await his nomination to run the municipal elections, gradually realized that the leadership would not follow the order of placing relatives on the highest positions of local power. The rupture, then, would be the only way. This study deals with the history of the rupture and the reasons that moved this decision. Not without taking into consideration the first scenarios of Francisco Rocha Pires' acclaimed leadership, identifying his position and passage in the political spaces, building alliances and equalizing his name among the great names of political history of Bahia. The division on the year of 1966 would have some developments. To name a few, the origin and later consolidation of the Carcarás, as they became known in the city of Jacobina, the members and group supporters led by Fernando Daltro. His victory in 1970, had great significance. To defeat, with popular vote, Chico Rocha's hegemony made possible for the group to discuss changes on the local political situation. The dissertation goes back and returns for a better understanding of the places that those men had along the process. It focus on many aspects that enabled the rising of "new" leaderships and the decline of "old" political forces in the city of Jacobina, as the key to comprehension of the dynamics of local politics.

**Key-words:** Politics; Society; Justice; Jacobina.

## LISTA DE FOTOS

<b>FOTO 1</b>	Missa Campal em frente à Igreja da Missão .....	41
<b>FOTO 2</b>	Encontro político na casa do Deputado Francisco Rocha Pires .....	58
<b>FOTO 3</b>	Dia da Derrota na Eleição Municipal de 1966 .....	116
<b>FOTO 4</b>	Dia da Derrota: o abraço dos “Irmãos Coragem” .....	151
<b>FOTO 5</b>	Dia da Vitória na Eleição Municipal de 1970 .....	155
<b>FOTO 6</b>	Campanha para a Eleição Municipal de 1970 .....	161

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I:</b>	
<b>JACOBINA: “VIVAMO-LA PARA SEMPRE”</b> .....	25
1.1 Retratos de uma mesma cidade: tradição e inovação.....	25
1.2 Capturando alguns cenários: Jacobina, Bahia e Brasil .....	37
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>“EM TORNO DA ORIENTAÇÃO DE ROCHA PIRES”</b> .....	60
2.1 Elegendo em duas frentes e avançando como liderança.....	63
2.2 “Meu querido compadre e amigo Rocha Pires”: questões de política na justiça.....	77
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>“EU NÃO SENTIA CONFIANÇA”: TODOS OS CAMINHOS LEVAM AO ROMPIMENTO</b> .....	103
3.1 “Interêsse privado eivado de subterfúgios”: a justiça arbitrando os limites .....	118
3.2 “Povo de minha querida terra”: do aprendizado político ao “Fernandão 70” .....	138
3.3 “Pega, mata e come”: os homi-ave, os Carcarás .....	158
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>“JACOBINA É NOTÍCIA”: “MUDANÇAS” NOS VENTOS DA POLÍTICA LOCAL</b> .....	167
4.1 “A grande vitória dos Daltro”: as diferentes faces de uma mesma campanha.....	170
4.2 “O governo de Fernando Daltro: “a concretização do almejado sonho de servir, com todo empenho, à querida terra Jacobinense” .....	181
4.3 “Vítimas políticas, pobres paes de família”: os casos na justiça .....	209
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	220
<b>FONTES</b> .....	227
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	230

## INTRODUÇÃO

Em julho de 2009, quando já morava em Salvador há pouco mais de um mês, recebi a notícia do falecimento do advogado, ex-prefeito e ex-deputado estadual, Fernando Mário Pires Daltro. Naquela manhã atípica, vários amigos e pessoas mais próximas me comunicavam o fato, com certo pesar, porque sabiam, que há pelo menos alguns anos, eu me dedicava a estudar a política dos *Carcarás*. Morria também um dos maiores expoentes de um grupo com uma sobrevida política de mais de duas décadas. Longe da sua terra, da sua gente, Fernando Daltro seria velado e depois cremado em uma cerimônia apenas para a família e amigos mais próximos. E nem mesmo o clima de inverno daquele mês de julho afastou o sol que brilhava lembrando um típico dia de verão. Pessoas bem vestidas, carros de modelos importados, discrição até no choro e na dor, informavam, a todo instante, a importância daquele personagem na vida pública. As conversas, em tom baixo, respeitoso, faziam referências a sua trajetória política marcada pela honradez e o compromisso com o povo.

Um mesmo povo que chorou a sua dor de longe e não pode oferecer o último adeus a um dos filhos mais ilustres da cidade. O mausoléu da família Pires, o mesmo que abriga os restos mortais do Cel. Ernestino Alves Pires e da sua mulher, Elvira da Costa Pinto Dias Pires e, mais recentemente, de Carlos Alberto Pires Daltro, não receberia outro membro da família. Vivendo em Salvador desde meados dos anos 70 do século passado, Fernando Daltro havia rompido alguns vínculos com a cidade natal. Diferentemente do seu irmão, Carlos Daltro, que viveu boa parte da sua vida em Jacobina e construiu um outro tipo de relação com a cidade. A sua morte causou comoção e mobilizou, naquele mesmo ano de 2009, vários segmentos da população que assistiram ao velório na Câmara Municipal e puderam, ainda, acompanhar o cortejo até sua última morada no cemitério do Campo Santo.

Além de irmãos, filhos de Esther Pires e Pedro Cerqueira Daltro, eram *Carcarás*. Suas trajetórias políticas foram, em boa medida parecidas, se considerarmos os cargos ocupados. No entanto, as escolhas que precisaram fazer ao longo de suas vidas afastaram Fernando Daltro de Jacobina e aproximaram seu maior herdeiro político de uma cidade que, ainda hoje, rememora e atualiza, nas narrativas de seus moradores mais antigos, a política dos *Carcarás*. As duas grandes referências de um grupo que ficou conhecido como sendo o responsável pela derrocada do Cel. Francisco Rocha Pires morreram no segundo semestre de 2009. Mas ainda sobrevivem e sobrevoam as memórias, as lembranças e o imaginário de uma população que

acompanhou a trajetória e o percurso histórico de formação e posterior consolidação do grupo Carcará.

Acessar o passado, seja ele qual for, significa assoprar uma brasa quase apagada e reascender histórias. Fazemos viver os mortos, os esquecidos. Porque a morte física, aqui apresentada em dois momentos, não apaga, por completo, as marcas que esses sujeitos deixaram. Nos interessa, em particular, o legado de Fernando Daltro e os diferentes lugares que precisou assumir ao longo da sua trajetória política. Como aliado, dissidente, candidato derrotado, advogado e prefeito de Jacobina cimentou as bases de uma carreira política com longevidade. Identificado como liderança, a única capaz de enfrentar e derrotar um domínio de quase meio século retido nas mãos de Chico Rocha, seu primo em segundo grau.

É a história desse rompimento, do lugar que cada um desses sujeitos ocupava na sociedade local, dos motivos que permitiram e até certo ponto possibilitaram a ruptura que vai tratar esse estudo. O sentido de “mudança” que orientou essa decisão é objeto da análise proposta. O evento que afastaria, em definitivo, Fernando Daltro do deputado estadual Chico Rocha seria apenas o início da formação do grupo político que, anos mais tarde, ficaria conhecido como os Carcarás. As histórias de luta, coragem, paixão e envolvimento daqueles que inscreveram os seus nomes através das mais diversas ações nas tessituras do passado também movem essa pesquisa que tem como ponto de partida uma questão mais localizada e, exatamente por isso, pessoal. O acesso e mergulho nesse universo político e a busca por elementos que formaram a trajetória desse grupo me chegaram de diferentes formas e em tempos que não seguem, necessariamente, uma cronologia. A multiplicidade de tempos e as compreensões que foram formuladas sobre esse passado também sofreram variáveis. Uma história que também diz muito sobre mim e os caminhos que precisei escolher quando, afinal, optei por escrever sobre a política dos Carcarás.

Segundo o poeta Carlos Drummond de Andrade, “toda história é remorso”. Não sei se concordo, mas acrescentaria que toda história é a tentativa de juntar, reunir e acessar, ainda que de forma incompleta, o passado. Esse trabalho é fruto dessa tentativa. Os caminhos percorridos foram muitos e começaram há alguns anos durante a minha Licenciatura em História. Os campos, quase sempre colocados em opostos, aqui se encontram, se misturam e desaguam formando paisagens onde fica ainda mais difícil identificar os começos, os meios e os pontos de chegada que essa pesquisa acena, mesmo de forma provisória. A objetividade, a busca por documentos, a precisão das datas, dos nomes, as pistas e os personagens que

viveram, de alguma forma, a história que se pretende contar de uma, entre as infinitas outras formas possíveis, é um destes campos. As exigências práticas que convergem para os prazos, levantamentos e identificação dos documentos fazem parte desse campo objetivo, material e palpável. A escolha, o direcionamento dado ao tema, os itinerários que não seguem, necessariamente, uma linearidade de tempo compõem o campo subjetivo. É deste que, inicialmente, quero tratar. E retomo a ideia de Drummond sobre o remorso para dizer que uma pesquisa, muitas vezes, mais parece um acerto de contas com o passado.

É com Maria Nice Côrte, minha avó materna, nascida no sertão de Pernambuco, que acerto algumas contas. Mulher simples, batalhadora e que precisou enfrentar inúmeras dificuldades para criar os oito filhos do único casamento que teve. Mulher que precisou sair de Manaíra, cidade do interior da Paraíba, porque sua filha mais velha havia engravidado e, naquela época, os valores, referendados em uma sociedade conservadora e moralista condenavam, severamente, uma situação como aquela. Mulher migrante que rumou para Jacobina, onde existiam alguns poucos parentes do seu marido, meu avô materno. A primeira parada, em Ouro Branco, hoje Ouroelândia, um dos redutos políticos do Cel. Francisco Rocha Pires, foi rápida, mas suficiente para perceber que o “dono” daquele pedaço era Pedro Teodoro, depois eleito vereador pela Arena-1, um dos homens da maior confiança do deputado.

Jacobina foi o destino para numerosa família. Chegaram em meados dos anos 60 do século passado e permaneceram até os primeiros anos da década seguinte quando, novamente e em definitivo, rumaram para São Paulo. Fizeram um caminho muito comum naquela época. A maior cidade da América Latina recebeu milhões de nordestinos que fugiam da seca, das dificuldades em conseguir um lugar no mercado de trabalho e da vida sofrida, difícil e, às vezes, miserável. Nutriam a esperança e embalavam os sonhos. A esperança de uma vida mais farta, menos regrada. E sonhos que ganhavam sentido no emprego de carteira assinada e nas garantias que essa condição acenava. Ilusões, decepções, sonhos feitos, desfeitos e a resistência posta à prova com todas as dificuldades presentes na cidade grande. Em linhas mais gerais, era essa a realidade para aqueles migrantes.

O pouco tempo em que a família permaneceu na cidade de Jacobina foi suficiente para que a minha avó se encantasse pela política dos Carcarás. Talvez fizesse mais sentido pra ela aquela atmosfera com promessas de mudança. Fernando Daltro simbolizava o “novo” em combate ao “velho”. A imagem dos coronéis, a esta altura, sofria os desgastes da ação do

tempo. O contexto também era outro. O Brasil grande, gigante e progressista avançava. Não sem recuos. Em 1970, sob o comando do presidente Emílio Garrastazu Médici, a Ditadura Civil-Militar assumia sua face mais autoritária e perversa. O país oscilava entre os gritos que vibravam com o sucesso da seleção brasileira na Copa do Mundo e aqueles sufocados nos “porões”, estridentes, dolorosos, mas quase inaudíveis.

Em cidades do interior do Bahia como Jacobina, as divisões políticas nem sempre foram partidárias. Imperava, em níveis variados, uma das marcas do movimento político que, mesmo hoje, encontra sobrevivida: o personalismo. E foi talvez o carisma, a boa educação e o trânsito entre as camadas mais pobres daquela sociedade, que a condição de advogado lhe permitia, a base de sustentação mais sólida e menos frágil do candidato que encantou a minha avó, mas não apenas. Convenceu uma parcela significativa e suficientemente capaz de elegê-lo. Os caminhos que possibilitaram e ancoraram essa relação foram muitos e seguiram em várias frentes.

O campo objetivo da pesquisa e o processo de escolha (das fontes) que precisei fazer terminaram por revelar as inscrições que os Carcarás deixaram ao longo da sua formação enquanto grupo político. Jornais locais e de circulação estadual, pronunciamentos, documentação produzida pela Prefeitura Municipal, pelo poder Legislativo e Judiciário através dos processos-crime e cíveis, com seus diferentes formatos, e as marcas que ainda sobrevivem nas memórias dos mais velhos, pessoas que acompanharam de perto a trajetória do grupo e dos seus dois principais expoentes, os irmãos Fernando e Carlos Daltro, foram selecionados não por um critério de hierarquia, mas por trazerem impressos elementos que apresentam, de diferentes ângulos, o movimento político e também social dos Carcarás. Comecei a me interessar por essa história, de forma mais concreta, a partir de 2004 quando dei os meus primeiros passos na condição de pesquisadora. No entanto, já carregava algo subjetivo, inscrito ao campo simbólico e que só me chegou bem depois. O encontro com as fontes, na verdade, aflorou essa sensibilidade e me permitiu caminhar no acidentado terreno da política.

A pracinha da minha infância, onde brinquei quando criança, tem o nome do ex-governador da Bahia, Roberto Figueira Santos. A placa de inauguração informa o nome e a posição do ilustre homenageado. Uma figura de destaque e com reconhecido trânsito no cenário político estadual e federal. Teve um papel importante na consolidação e longevidade da carreira de Fernando Daltro. A homenagem, nesse caso, cumpria acordos simbólicos

porque a política, como veremos no decorrer deste trabalho, também se forma e ganha sentido nesse campo apresentando, com frequência, inscrições que garantem a continuidade e aprofundamento de relações como essa.

E uma decisão política macro, tramada nos altos centros de poder, determinaria a interiorização das Universidades estabelecendo, via Constituição Federal em seu Art. 60, a expansão das unidades de ensino de nível superior às cidades de maior densidade populacional, provocando impactos na minha vida. O ingresso em uma Universidade pública e gratuita possibilitou, entre outras coisas, alguns encontros. O encontro com o tema de pesquisa foi, talvez, um dos mais importantes. Seguindo, ainda que precariamente, o tripé que sustenta o *ensino*, a *pesquisa* e *extensão* como eixos principais na formação dos alunos, a Universidade do Estado da Bahia foi o meu primeiro palco de formação acadêmica.

Na condição de monitora de pelo menos dois projetos de pesquisa pude, na prática, compreender o que fazia um pesquisador na área de história. Meu primeiro laboratório foi o Arquivo Público Municipal que, à época entre 2003 e 2007, funcionava em condições bastante precárias. Prédio inadequado, documentos mal organizados e tratados com pouco caso pelo poder público são apenas alguns dos muitos problemas identificados. Sem falar no corpo de funcionários formado, em sua maioria, pelos “perseguidos políticos”. Trabalhar no Arquivo era uma espécie de purgatório, uma condenação para aqueles que ousavam, durante a campanha eleitoral, optar por um candidato, geralmente o que perdia o pleito. E, graças a esse fato, pude também acessar esse outro lado da política, porque mesmo ali ela estava alterando e inscrevendo a sua força na vida prática daquelas pessoas. Porque a política, também veremos, se organizava através de esquemas de amizade, relações pessoais, apadrinhamentos e, como face de uma mesma moeda, produzia inimizades, desafetos rupturas e conflitos.

O trabalho de abrir caixas, identificar documentos, transcrever, analisar e mapear as diferentes ações que sujeitos, em um outro tempo e espaço, fizeram representou muito mais do que, apenas, um acesso ao passado. Aqueles nomes, suas trajetórias, as decisões tomadas, as propostas e os projetos me falavam de uma gente que eu conhecia. Me permitiam estabelecer comparações ou mesmo identificar as mudanças inscritas na própria cidade. Possibilitavam uma compreensão dos costumes, hábitos e do que significava viver em sociedade naqueles diferentes contextos. É certo pensar que essas regulações variavam, permaneceram ou encontraram formas híbridas para manifestar-se.

Como monitora do Projeto *Acervo e Fontes para História de Jacobina e Região* dei, seguramente, os primeiros passos. Nesse sentido, as idas diárias ao Arquivo e o trabalho como pesquisadora tiveram, ainda, o poder de desdobrar e revelar outros tempos e lugares. Entre esses “tempos” e “lugares” de uma cidade do passado encontrei, em inúmeros documentos, referências aos irmãos Daltro e a política dos Carcarás. Um dos desdobramentos desse projeto previa a organização e catalogação da documentação produzida pelo Poder Judiciário que, infelizmente, ainda continua guardada em um depósito pequeno, mal ventilado e inapropriado. A sobrevivência destes documentos está, seriamente, comprometida. Aqui me refiro, particularmente, ao acervo da Vara Crime da Comarca de Jacobina onde trabalhei, no primeiro momento, separando os processos por ano e classificação. Também ali, e talvez esse encontro tenha sido o mais marcante de todos os outros, a política dos Carcarás marcava presença.

Percebi, por exemplo, o quanto pessoas comuns, homens e mulheres, se envolveram e tiveram o curso da suas vidas alterado em função da política. Nos casos mais extremos, sofreram lesões ou morreram porque se enredaram nas teias do movimento político. Era uma gente simples, encantada e completamente envolvida em política. Era uma gente como minha avó. Foram eles, esses sujeitos, que, no segundo momento, me despertaram o interesse. A história dessa gente miúda, humilde me atraiu. De alguma forma eu queria contar. O campo simbólico, subjetivo, continuava me guiando nessa incursão. Passei a me lembrar, com mais frequência, das marchinhas, ou pelo menos dos trechos de algumas delas, entoados por minha mãe em algum momento que, também para ela, tinha significados ligados a esse universo. Porque a política, também veremos, se fazia através de canções e fazia ecoar as vozes de uma população com altos índices de analfabetismo.

A relação com a cidade e as noções de cidade que circulavam sempre me fizeram acreditar que Jacobina era uma cidade desenvolvida, moderna e importante. É claro que esse sentido mudou ao longo do tempo e dependeu das diferentes relações que mantive, ao longo desse mesmo tempo, com a cidade. Me parecia uma cidade moderna, com suas praças, fontes luminosas, cinema e todos os atributos que, na época, me convenciam. Hoje já não convencem mais. Percebo o quanto há de construção nessa atmosfera e identifico como a política, o movimento, a formação e consolidação de grupos dominantes atuaram na edificação dessas imagens. Porque a política, conforme veremos, anunciava o “novo” com todo o poder destruidor e avassalador que a palavra adquire quando colocada em oposição ao

“velho”. Essa gôndola orientou a postura e as ações que Fernando Daltro precisou tomar. Primeiro do lugar de candidato ao cargo e depois já empossado prefeito.

As quatro pontes, construídas em diferentes momentos da história da cidade, simbolizam, pelo menos, duas grandes fases dessa mesma história. A mais antiga, edificada nos anos 30 do século passado, representa a hegemonia e o lugar que o então chefe político local ocupava. Sua arquitetura denuncia há quanto tempo está por ali. Também revela, desde a escolha do nome que homenageia o ex-deputado federal Manoel Novais, um tempo político em que a liderança de Chico Rocha determinava a organização da cidade em seus níveis mais estruturais. Faz parte de um tempo que já não existe e apreende, nos seus pilares de sustentação e corredores, uma das marcas que a longa passagem pela vida pública e política do antigo chefe legou para a cidade.

A última ponte, se olharmos em direção para o lado esquerdo, foi construída na década de 1980 pelo então prefeito Carlos Daltro. O monumento, claramente inspirado em uma arquitetura europeia, mas apresentando formas híbridas, resultado das viagens para o exterior e da importação de conceitos, revela uma prática muito comum entre os políticos baianos nas suas trajetórias como gestores públicos. Seus arcos e pilares de sustentação nos permitem acessar outro tempo. A hegemonia dos Carcarás e o tempo em que permaneceram à frente do Poder Executivo local ganham sentido nesta construção. Em lados opostos, distantes, separadas por anos, administrações e grupos que estiveram à frente dos lugares de comando, gerindo e organizando a vida em sociedade, as pontes materializam dois tempos que permitiram, ao grupo liderado por Fernando Daltro em meados da década de 60 do século XX, a construção de outras lideranças.

Essa leitura, fruto de uma observação mais atenta e menos apressada, me fez pensar sobre os desdobramentos da decisão tomada por Fernando Daltro quando rompeu com Chico Rocha. A sobrevivência, a consolidação e o reconhecimento do grupo que ele ajudou a formar dependeram, por um lado, desse passado. Esse foi o lugar que subsidiou as práticas e a forma como o grupo passou, então, a se apresentar. Do lugar de opositores ao “velho” e representantes do “novo”, os Carcarás ganharam terreno e enfiaram as bases de um projeto político que, em linhas mais gerais, continuava representando os interesses de uma elite local. Essa construção será, em diferentes momentos desse estudo, relativizada e posta em dúvida. O sentido de mudança, progresso e transformação, alicerces que sustentaram, desde o início, o

grupo capitaneado por Fernando Daltro também se diluem em uma análise que trilha os caminhos contrários a essa identificação.

Do lugar de pesquisadora, garimpendo as fontes, selecionando os recortes e propondo enquadramentos que seguem uma orientação atravessada por sentidos que o historiador escolhe quando decide “aventurar-se” pelo acidentado terreno da pesquisa, caminhei, não sem desviar-me, muitas vezes, pelas trilhas abertas pelo movimento político dos Carcarás. Os registros escritos, orais, materiais e também aqueles que só ganham significado quando são atualizados no presente, funcionaram como bússolas, direcionando, permitindo avanços, indicando recuos e exigindo, muitas vezes, longos períodos de maturação das ideias, daquilo que, afinal, seria investigado dentro das infinitas possibilidades que qualquer estudo acena.

As fontes, reservas do passado, foram escolhidas a partir de um eixo norteador que indicava, frequentemente, a presença do movimento político dos Carcarás e as marcas deixadas ao longo do seu percurso. No entanto, como a pesquisa foi repensada inúmeras vezes e reorganizada outras tantas, escolhi analisar e cobrir os anos que se referem, especificamente, ao rompimento ocorrido em 1966 e, a partir desse momento, cobrir o período subsequente que, por sua vez, desemboca na vitória de Fernando Daltro quando, em 1970, disputou as eleições municipais. O seu governo de dois anos também foi contemplado, porque permitiu a montagem de alguns cenários revelando quais elementos formaram esse conjunto de práticas que anunciavam a mudança e sedimentavam as vigas de sustentação para um projeto político que, evidentemente, não terminou em 1972 com o fim do seu mandato eletivo para o cargo. Seis anos de uma história que começou bem antes e, exatamente por essa razão, a pesquisa também precisou recuar para compreender qual era o lugar que o então deputado Francisco Rocha Pires ocupava naquela sociedade.

Recuos, avanços, contextos diferentes, lideranças políticas que ascendem, outras que se apagam, redes, alianças, intrigas pessoais, desavenças familiares, fluxo contínuo entre as esferas público e privada, elite política, sujeitos comuns, trabalhadores, gente simples, gente que acreditava na política dos Carcarás, pessoas que, por diferentes razões, escolheram esse lado na arena política entre as pouquíssimas opções que tinham, costuram as bordas e tramam, cada uma ao seu modo, ocupando lugares diferentes, os capítulos dessa história. De uma história que parte do tempo presente, das inscrições que o passado deixou com as suas insinuações insistentes, provocantes e que seduzem o pesquisador movido pelas perguntas feitas ao objeto de pesquisa.

Cada capítulo reflete, mais de perto, pelo menos um questionamento. Porque são as inquietações, as dúvidas e as desconfianças que movem o sentido da busca e da descoberta, ancorando uma proposta ainda mais desafiadora que pretende oferecer novas respostas para antigas perguntas. Ou permitem, ainda, refazer as perguntas e encontrar, às vezes, diferentes respostas. *Jacobina – Vivamo-la para sempre!*, título de uma matéria publicada em um jornal local, é o capítulo que abre as discussões propostas ao longo desta dissertação. A cidade, palco onde os eventos políticos aconteceram e foram se moldando, é o cenário que serve, inicialmente, como ponto de partida para as histórias que se pretende contar. Selecionando uma bibliografia local, resultado dos esforços de moradores locais em contar e, assim, transpor para o escrito, uma história que se apresenta, quase sempre, linear e harmônica, apresento a cidade de Jacobina através de um desses enquadramentos e proponho uma leitura menos romantizada e, por isso, mais crítica.

O recuo no tempo e o mapeamento dos primeiros cenários políticos do jovem Chico Rocha também integram esta análise. Para responder à pergunta: **em uma cidade como esta quem foi capaz de liderar?** recorri à documentação produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a fim de mapear o perfil, em linhas mais gerais, de uma população que, ao longo dos anos 30, 40, 50 e 60 do século XX, elegeu em duas frentes (local e estadual) os candidatos escolhidos pelo deputado e o próprio chefe político que ocupou uma das cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado por oito legislaturas. Qualificar números e extrair informações das diferentes tabelas censitárias com suas divisões pormenorizadas e às vezes bastante específicas foi, de fato, um grande desafio. Nesse contexto de hegemonia e domínio político do chamado “Coronel” Chico Rocha, o *Jornal O Lidador*, de circulação local e de propriedade de Nemesio Lima, um dos apadrinhados do coronel, ajudou a identificar o trânsito e o respeito que o seu protetor tinha naquela sociedade.

No segundo capítulo intitulado: “*Em torno da orientação política de Rocha Pires*”: *elegendo em duas frentes e avançando como liderança* me interessou perceber, por exemplo, como as relações e alianças estabelecidas entre Chico Rocha e as forças políticas da Bahia foram fundamentais para cimentar, em bases mais sólidas, a sua trajetória política. Aqui, a escala de observação partiu, inicialmente, das relações mais localizadas na própria cidade e que foram ganhando amplitude quando, já na condição de deputado, costurou alianças e procurou se cercar de nomes importantes na política estadual baiana. Juracy Magalhães e Manoel Novais, amigos e referenciais políticos, foram os dois nomes que nos acompanharam

nessa montagem. Dialogando com textos e autores que também analisaram personalidades políticas e as formas *de se fazer* a política no Estado mapeamos as redes que conectavam o deputado e o lugar que, afinal, ele havia conquistado. Uma pergunta, em particular, direcionou a escrita: **Como se constrói uma liderança política no interior do Estado?** Pensando, talvez, em um contraponto também nos questionamos sobre quais elementos contribuem para um processo de desgaste e enfraquecimento da condição de líder?

Um evento mais localizado, mas nem por isso menos importante, terminou respondendo, ainda que parcialmente, à segunda pergunta. A Justiça local e as investigações sobre irregularidades no 2º Ofício dos Feitos Cíveis na Comarca de Jacobina recaiam sobre um funcionário que era também um dos homens da maior confiança do deputado. Denúncias de apropriação indevida de dinheiro, práticas ilícitas e esquemas de favorecimento para o grupo político chefiado por Chico Rocha concorreram para fragilizar e desgastar a sua imagem. A visibilidade oferecida pelo caso e um novo contexto que apresentava a ruptura entre Fernando Daltro e a liderança política local foram, habilidosamente, explorados pelo advogado que, além de depor no processo, aproveitou a oportunidade para costurar uma das bases da sua campanha eleitoral em 1966, a saber: o combate às práticas de violência e a promessa de paz a ser inaugurada com o seu governo.

*“Eu não sentia confiança”*: todos os caminhos levam ao rompimento foi, na verdade, um trecho recorrente na narrativa de Fernando Daltro quando, em 2007, me concedeu uma longa entrevista. Pareceu bastante significativo nomear o terceiro capítulo desta forma justamente porque é nele que discuto os motivos que levaram o antigo aliado a cortar relações políticas e também pessoais com Chico Rocha. Levantando pelo menos duas hipóteses para substanciar as razões do rompimento, mergulhamos numa intricada rede familiar e observamos, por exemplo, como o fluxo entre as esferas privada e pública era contínuo. Questões desses dois fóruns misturavam-se e emprestavam diferentes significados ao movimento político local. Para construção dessa parte do trabalho, os depoimentos orais, as narrativas de alguns personagens que compartilharam essa história, foram de grande valia. Foi interessante perceber, por exemplo, como essas pessoas atualizavam o passado no presente e referiam-se ao rompimento como um marco divisor na política local. Desconfiando dessas construções e propondo análises que relativizassem, o tempo inteiro, essa noção de mudança presente no contexto da ruptura organizamos a primeira parte da discussão proposta.

Em um segundo momento, ainda no terceiro capítulo, recorri a uma documentação produzida pela justiça local. Os processos de *Habeas Corpus*, movidos em meados dos anos 60, oferecem pontos de observação privilegiados que corroboram para uma compreensão inicialmente formulada. O encontro das questões e preferências pessoais, de fórum particular, rompia os limites e invadia as funções e os lugares que algumas pessoas ocupavam na esfera pública. O movimento político local se fez nesse trânsito e, ao que parece, teve nele um dos grandes sustentáculos. A campanha eleitoral de 1966 ainda é objeto de análise por ser o horizonte mais próximo no contexto pós-ruptura. Reconstruindo, através do acervo da família Daltro e dos jornais de circulação estadual que cobriram os eventos na cidade de Jacobina, alguns cenários daquela disputa e os desdobramentos inscritos na cidade, mapeei as redes e as alianças que foram se consolidando. Também aqui, e como reflexo dessa “nova” organização na política local, discuti a construção de uma identidade política, o ser Carcará. Marchinhas, músicas, registros fotográficos e os processos-crime oferecem elementos que ajudam a percorrer alguns caminhos, por onde essa formação identitária passou, evidenciando, inclusive, o papel fundamental que desempenhou para a vitória em 1970 e nos anos posteriores com o reconhecimento e a consagração dos Carcarás na cidade.

O quatro e último capítulo procurou responder a uma pergunta central que orientou, inclusive, a construção de todo o trabalho: **o governo de Fernando Daltro representou, de fato, alguma mudança para a cidade?** Título presente em várias notas que foram publicadas no *Jornal da Bahia* na coluna *Jacobina é notícia: “a transição histórica do velho, para o novo regime”*, a investigação e análise percorreram alguns caminhos do curto governo de Fernando Daltro, entre os anos de 1970-1972. Uma rápida passagem pela campanha eleitoral de 1970 permitiu reconstruir alguns cenários da cidade às vésperas da eleição. Conflitos, confusões e uma atmosfera de medo e pavor são alguns destaques desse momento. Jornais de circulação estadual ofereceram visibilidade para os eventos que antecederam as eleições municipais na cidade de Jacobina e ainda cobriram os anos de governo. Falando em paz, disseminando os ventos da mudança, do progresso e defendendo uma alteração no quadro político local, essas mídias contribuíram para imprimir essa marca ao governo. Representavam, por assim dizer, os interesses de um grupo político e forneceram sustentáculos para o projeto de Fernando Daltro.

A avaliação dos dois anos de governo procurou focar quais eram as práticas que pautavam a agenda do poder público, mas com vistas a identificar as contradições, as fissuras,

as continuidades e as rupturas dentro de uma estrutura política que privilegiava os mais poderosos. Nesse sentido, a documentação produzida pelo poder Executivo e Legislativo foi de grande valia. Ela nos permitiu identificar as relações do governo municipal com as esferas de poder estadual e federal, sem perder de vista que o Brasil experimentava uma das fases mais truculentas da Ditadura Militar. Além disso, os ofícios, as mensagens, os projetos de lei, os editais, as atas, entres outros, possibilitaram uma análise fundamentada no cotidiano da cidade e nas questões que envolviam, mais de perto, a vida em sociedade.

Ainda no quarto capítulo, os processos movidos na Vara Cível e Crime da Comarca de Jacobina nos permitiram fazer um contraponto que possibilitou questionar a imagem consolidada de um prefeito pacifista e ordeiro. A justiça do trabalho se converteu em um palco que fez ecoar as vozes de inúmeros trabalhadores demitidos por orientações de natureza política. Homens e mulheres, que tiveram suas vidas desorganizadas por conta de uma medida de caráter eminentemente político balançaram as estruturas de um governo que, ao longo da campanha e da administração, defendia e anunciava os ventos da mudança. Esse sentido se dilui, muito rapidamente, à medida que as vozes descontentes desses trabalhadores ressoam dos corredores do passado.

Entre os limites e as opções que o pesquisador faz quando realiza um trabalho de identificação, levantamento e análise das fontes históricas conjugado a uma leitura bibliográfica que tangencia o objeto a ser investigado, reconheço que a forma como este trabalho foi montado reflete uma escolha e, por isso, anula outras. Questões de gênero, movimento político para além daquele partidário, mapeamento de uma oposição ao regime militar, com a presença dos chamados “subversivos” são apenas algumas das tantas possibilidades que o estudo aponta, mas não se detém porque a essência, se é que existe, de uma pesquisa é a sua capacidade inesgotável em indicar outros itinerários e diferentes enquadramentos para refletir, muitas vezes, sobre um mesmo tema. Ao me antecipar, com base nessas constatações, identifico aspectos que poderiam ter ganhado relevo ao longo do texto, mas me conformo em saber que a pesquisa acena para outros horizontes e, por certo, amplia o raio de compreensão sobre o tema.

# CAPÍTULO I

## “JACOBINA – VIVAMO-LA PARA SEMPRE!”<sup>1</sup>

Rodeada de **serras majestosas**, dos **Payayás** herdamos, JACOBINA. A mais linda terra entre as formosas na **Encosta da Chapada Diamantina**. Sua história com fatos trepidantes de civismo, grandeza e tradição. Glória aos bravos **Bandeirantes** que fizeram-na “**RAINHA DO SERTÃO**” Aos **Missionários** dedicados nosso preito de eterna gratidão, pelos seus feitos denotados a prova é a Igreja da Missão.<sup>2</sup> (Doracy Araújo Lemos)

### 1.1 Retratos de uma mesma cidade: tradição e inovação

Os escritos sobre a cidade de Jacobina quase sempre descrevem o lugar desta forma. Propõem esse enquadramento. Prevalece nos registros de memorialistas e mesmo na memória dos seus habitantes a visão carregada com as tintas da poesia que, frequentemente, recria o lugar com atmosfera bucólica, naturalista e ancorada em valores capazes por reconstruir, no tempo presente, as histórias da secular cidade do interior da Bahia. Essa valorização e escolha ganham sentido no que ainda resta das construções. Os casarões, as igrejas e pontes informam sobre outros tempos, outras formas de vida e organização legando para a sociedade do presente vestígios de um passado que acessamos apenas parcialmente, com todas as limitações embutidas nesse exercício de ver, para além do que a vista alcança, buscando nas lembranças fazer as relações entre aquilo que foi e já não é mais.

Quando nos aproximamos da entrada da cidade percebemos que as formas sinuosas não pertencem apenas à estrada. As serras que circundam o seu entorno também apresentam

---

<sup>1</sup> A saudação foi publicada ao final de um longo texto que parabenizava a cidade de Jacobina pela passagem do seu centenário. A preocupação do autor era destacar aspectos da sua história que evidenciavam a presença das famílias Rocha, Pires, Daltro, Veloso, Mesquita, Valois, Isidoro, Oliveira entre outras, chamadas de “chão da terra”. *A Palavra*, nº 303 de 26 de julho de 1980. (*Jacobina – Ano 100! Um Motivo de Glória*). p.1.

<sup>2</sup> *A Palavra*, nº 310 de 9 de agosto de 1980. (*Hino à Jacobina*). p.2 [Grifo nosso]

uma geografia labiríntica como se escondessem um mistério, um tesouro, algum bem inacessível e que talvez nem exista, mas que provoca o imaginário a pensar sobre o que há por trás daquelas formas imponentes que a natureza levou milhares de anos para esculpir e que sofrem pequenas transformações todos os dias. Algumas quase imperceptíveis, só farão sentido com a ajuda do recurso fotográfico que captura as mudanças e recorta fragmentos da realidade possibilitando o uso dos quadros comparativos, uma prática comum entre aqueles que se dedicam ao ofício, os fotógrafos.

O casal de índios, mitificado pelos escritos e reproduzido nas falas e aulas de história quando do aniversário da cidade, referendam uma lenda que encanta, em particular, as crianças que, no exercício da sua curiosidade e imaginação, recriam uma cidade sem casas, carros, ruas e praças muito próxima da definição “campo aberto”, cunhada por um dos mais ilustres dos seus filhos, Afonso Costa. A lenda também contribui para reforçar e alimentar o espírito acolhedor dos seus moradores que, segundo comenta-se, continuam a receber os visitantes de forma cortês e gentil, da mesma forma que Iacó e Bina fizeram quando da chegada dos desbravadores do sertão. Uma visão romantiza que desconsidera, por exemplo, os inúmeros conflitos entre os colonizadores portugueses e os grupos indígenas do sertão.

Pertencer a Chapada Diamantina é uma forma de também dizer que há riqueza em nossas serras. O ouro empresta uma espécie de título à cidade e no poema aparece como uma descoberta dos bandeirantes, identificados como homens bravos, corajosos e destemidos reforçando uma imagem do sertão como sendo um lugar de “cabra valente”. A extração do metal nos remete a um passado longínquo, antes mesmo da elevação do arraial à vila, no século XVII. Atualmente a exploração é monopólio do grupo canadense *Desert Sun Mining*.<sup>3</sup> Nos quatro séculos que separam as primeiras incursões em busca do ouro, da empresa de capital estrangeiro que hoje gerencia os recursos minerais da cidade, temos variações que refletem períodos de retração acompanhados de outros momentos de intensa exploração. Nas décadas de 1930 e 1940 do século passado foi a busca pelo ouro que deflagrou uma verdadeira corrida rumo às serras da cidade. Nos anos de 1950 e 1960 as explorações foram capitaneadas pela Mineração de Ouro de Jacobina e Mineração Northfield que permaneceu no controle por pouco tempo. Apenas nos anos 1970 e 80, a febre da produção aurífera voltaria a

---

<sup>3</sup> No dia 17 de setembro de 2004, com um investimento de US\$ 33 milhões e com faturamento estimado em US\$ 40 milhões por ano, a Jacobina Mineração e Comércio, controlada pela canadense *Desert Sun Mining*, foi oficialmente reinaugurada na cidade de Jacobina. Jornal *O Encarte* de 18 de setembro de 2004. (*Reinauguração da Jacobina Mineração e Comércio: um marco na história de Jacobina*). p. 1

ocupar a cena principal. Ao longo dos séculos, o que fica mais evidente, é a construção de uma imagem que consolidou o *status* de “Cidade do Ouro”, título muito comum de ser encontrado na imprensa local e estadual. Bem verdade que esse brilho do ouro, em diferentes tempos, escondeu a silicose, um tipo de doença adquirida no ambiente de trabalho da mina e responsável pela morte de muitos daqueles que se arriscaram nas galerias subterrâneas da Mineração Morro Velho. Uma cidade em luto que chorava os seus mortos sem saber, ao certo, as causas. A história dos inúmeros trabalhadores que perderam as suas vidas cavando túneis a serviço da Mineração Morro Velho é um capítulo que se quer esquecer, silenciar.<sup>4</sup>

O componente religioso não passa despercebido pela poetiza. E nem poderia, penso. Numa visita apressada aos principais pontos da cidade não será difícil perceber a presença das igrejas coloniais com uma arquitetura que denuncia há quanto tempo estão por lá. O poema recria a história de Jacobina, não perdendo de vista elementos que são formadores também do Brasil. Essa conexão estabelece laços de reconhecimento e possibilita contar uma história específica, mas resultado de um processo de formação que marcou as atuais cidades do interior da Bahia, antes espaços longínquos e habitados por índios.

O calendário das festas religiosas que acontecem na cidade anualmente reforça essa leitura. São manifestações seculares que atraem fiéis e uma significativa parcela da população para as ruas, algumas ainda de pedra e estreitas, carregando o andor com São Benedito e Santo Antônio, padroeiro da cidade. Há também uma mobilização de pessoas que enfeitam as ruas por onde passa o cortejo com os tapetes e serragens coloridas que dão formato a imagens religiosas durante as comemorações de *Corpus Christi*. Os censos demográficos capturam essa população de maioria declarada católica, inclusive no Estado da Bahia como um todo, o que pode ser pensado como uma herança da colonização portuguesa, se considerarmos que as outras categorias mesmo juntas, não somam os expressivos números de cristãos católicos.<sup>5</sup>

O título de “Rainha do Sertão”, ofertado pela poetisa, recria uma atmosfera real e busca no passado suas razões de ser. Palavras que por si só emprestam ares importantes e requintados a lugares mais distantes dos grandes centros. A vizinha cidade de Feira de Santana, mais conhecida como “Princesa do Sertão”, talvez tenha inspirado a escolha. E na

---

<sup>4</sup> FARIAS, Sara Oliveira. *Enredos e Tramas nas minas de ouro de Jacobina*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p.43.

<sup>5</sup> Censos Demográficos Estado da Bahia de 1940 a 1970. Em 1940, o número era de 3.875,460. Na década seguinte, os católicos romanos em todo o Estado somavam: 4.739, 620 perfazendo um total de 98,04% da população. Em 1960, o grupo tinha a seguinte população: 5.918, 872. Nos anos 70 o número alcançou a cifra de 7.247,661.

hierarquia de posições, Rainhas estão acima de Princesas mesmo sendo este o destino das últimas.

O poema apresentado na epígrafe não tem nada, ou quase nada, que difere de outros tantos, produzidos por esta autora ou por outros moradores locais que, de alguma forma, demonstraram, ao longo de sua existência, interesse pela história da cidade em que nasceram. Na verdade, a escolha teve como ponto de partida justamente os elementos que aproximam os escritos neste campo da literatura. As abordagens recortam temas que compõem a formação de cidade e reproduzem valores enfiados nesta tradição secular. O casal de índios da etnia dos Payayás vai, nos anos 60 do século XX, dar nome ao cinema que funcionou até meados da década de 90 e que hoje também identifica um grupo de fotógrafos reunidos em um foto clube que também foi buscar neste passado uma referência para atualizar uma história quase idílica de um tempo de harmonia, tranquilidade e relações amistosas entre colonizadores e colonizados.<sup>6</sup>

As referências ao passado não se configuram como exclusividade de Jacobina, mas nos informam sobre qual passado é lembrado, remexido e reescrito à medida que o tempo avança. Construir uma imagem que veicule apenas os aspectos mais nobres omite, quase sempre, outras histórias e versões para os fatos e acontecimentos muito mais dinâmicos e descontínuos desorganizando um entendimento que insiste em recortar o passado de forma linear e cronológica.

Esse passado congelado, distante e inacessível em sua dimensão “real”, “primeira” é objeto de interesse dos historiadores. Independentemente das pesquisas, temas e recortes a incursão pelo passado legitima as nossas escolhas, nos fazendo mergulhar em arquivos na busca por registros que nos permitam repensar sobre momentos que nunca vivemos, não partilhamos, mas por muitas vezes desejamos experimentar e, de alguma forma, fazemos esse movimento à medida que narramos, escrevemos, editamos e “inventamos” a história.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Carlos Alberto Pires Daltro e Josué Pinheiro Requião, médicos de profissão, inauguraram nesta década o Cine Payayá. Tratava-se de uma iniciativa privada que apresentava para sociedade local o mesmo nome de um projeto dos anos 50 que não teve êxito. Informações consultadas no Acervo da família Daltro entre os anos de 2003 a 2005.

<sup>7</sup>ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *História: a arte de inventar passado*. Bauru-SP: EDUSC, 2007. p. 11-12. Para o autor, a ideia de invenção “indicia uma certa maneira de conceber o trabalho do historiador, indicia um modo de se relacionar com o passado, com os documentos, com a memória, com a temporalidade, com a escrita mesma da História, que diz muito da diferença entre as concepções vigentes, nesta disciplina, contemporaneamente daquelas que foram hegemônicas em outros momentos”. Compartilho dessa compreensão por entender que todos esses aspectos atravessam o sentido daquilo que nós, historiadores, fazemos quando decidimos pesquisar e escrever sobre um tema.

Então, é a cidade do passado que nos interessa. Não a que aparece no poema organizada em métricas e rimas anunciando um lugar harmônico, romantizado e idílico. Mas uma cidade que se fez e refez, inúmeras vezes ao longo dos anos, que já vem neste caminho há alguns séculos e apresenta generosamente infinitas possibilidades de investigação e análise ao pesquisador, sempre ávido por percorrer suas ruas, pontes, casas, praças, igrejas, memórias, lembranças, narrativas e tudo que possa apresentar algum sentido de história para aquele que tem como norte a busca do que foi. Os caminhos, as escolhas e ajustes vão ganhando forma e mais parecem um ponto de partida para pensar sobre o seu tempo. Meu ponto é a política. Essa é a minha chave para entender e decifrar os mistérios que as serras teimam em esconder. É isso que me move a pensar sobre a cidade, a sociedade e as relações que se construíram e ganharam formas quando investigadas pelas fendas que o movimento político abriu no seu percurso.

Tratar o tema hoje, mesmo com os moradores dos lugares mais distantes, a exemplo dos povoados e distritos, é ouvir quase um coro uníssono afirmando que políticos são todos ladrões, corruptos e aproveitadores. Os mais exaltados revelam a sua posição ao bradarem que se tratam mesmo de bandidos. É esse o sentido mais presente da política na contemporaneidade. Seja na televisão, no rádio, nas mídias impressas ou virtuais, o que vemos, lemos e ouvimos cria, alimenta e já não nos surpreende com um cenário familiar de enganação, jogos de interesses, desvio de verbas públicas e um país que pouco avança nas áreas sociais para citar apenas a educação e saúde.

Mas o passado nos informa de um tempo que significava a política de outras formas. Havia componentes que moviam as pessoas para os comícios, passeatas, viagens e emprestava também algum sentido para suas próprias vidas. Não quero com isso afirmar a ausência de práticas que atualmente orientam a vida política no Brasil, a exemplo das já citadas. Longe disso. Me interessa apenas pensar a política tramada com outros ingredientes, resultado de uma receita que certamente tinha muito das ações ilícitas e pouco transparentes, mas carregava fortes doses de paixão, envolvimento e entrega.

E foi em Jacobina, nesta cidade do passado, que nasceu e se formou um dos líderes da política estadual baiana. Os mais velhos dizem, inclusive, que ele nunca se casou porque a sua relação com a cidade era de amor incondicional, não permitindo divisões que minassem as infindáveis horas de entrega e cuidado. Seu ponto de partida também foi a política. Foi deste

lugar e durante quase meio século, com pequenos intervalos, definidos enquanto “hiatos da vida pública”, que Francisco Rocha Pires se fez político.<sup>8</sup>

Pensar a sua longa trajetória implica entender quais eram os cenários não apenas políticos, mas também sociais do município que foi sua base eleitoral, familiar e de relações. Significa compreender, ainda que de forma abreviada, a Bahia, com todas as particularidades na formação de quadros políticos e na construção de homens que ocuparam os mais altos postos nos diferentes escalões da hierarquia estadual e federal. Para reconstruir esses primeiros momentos de atuação do deputado Chico Rocha, eleito para o posto pela primeira vez em 1935, é preciso pensar sobre a cidade de Jacobina. Entender quais eram as suas redes familiares e de amizade, identificando como a política estava impregnada nestas relações. Mapear alguns dos seus caminhos, escolhas e frentes de atuação se configura como um dos traçados possíveis para reconstruir alguns anos da sua atuação como líder de um grupo político que se manteve à frente do poder local ocupando postos tanto no Executivo como no Legislativo.

Teremos como ponto de partida a seguinte pergunta: numa cidade como esta, nesse contexto, quem foi capaz de liderar? Interessa-nos perceber esse elemento, porque ele será importante para compreender suas perdas políticas no ano de 1970. Quais elementos nos permitem reconstruir cenários de uma cidade que já não mais existe? Que fontes auxiliam o trabalho do historiador que escreve em um tempo, mas interpreta as experiências e vivências de homens e mulheres que viveram no século passado e já não existem mais? Não podendo recorrer às lembranças, memórias e recordações que essas pessoas fazem através dos longos depoimentos, atualizando aquele passado no presente, como devemos proceder?<sup>9</sup>

Trataremos a cidade com a perspectiva de sempre que possível identificar os espaços que foram ocupados e habilmente utilizados para construir uma imagem de líder. Jacobina será pensada e, com todos os limites já indicados, reconstruída justamente para apresentar alguns aspectos que contribuíram para formação dessa liderança. É objeto deste capítulo também compreender como alguns eventos, evidentemente somados à passagem do tempo e às mudanças nos cenários sociais da cidade, contribuíram para o desgaste e alinhavaram construções negativas em torno da figura pública de Chico Rocha. Nesse percurso, o deputado

---

<sup>8</sup> Discurso político proferido pelo Deputado Estadual Francisco Rocha Pires na noite de 9 de outubro de 1970 (Mimeografado) através do Serviço de Alto-falantes *A Voz da Cidade*. p. 31.

<sup>9</sup> Idem.

estadual passou a ser enunciado como um coronel. A referência visava aproximar a sua chefia a um tipo de ator político que dominou a cena nas primeiras décadas da República no Brasil. Decisões verticais, atos de violência, posturas impositivas e pouco afeitas ao diálogo foram alguns elementos que passaram a fazer parte do vocabulário político do grupo que combateu o antigo deputado.

Mas gostaríamos de esclarecer que são histórias distintas, apesar de se encontrarem em determinados contextos. O ponto de partida será a cidade dos anos 30 que marca a primeira das muitas vitórias de Francisco Rocha Pires. Depois avançaremos nas décadas de 40, 50 e 60 do século XX. Todos esses anos confirmam a sua hegemonia política nos níveis municipal e estadual. Décadas que serão investigados de maneira mais geral, abrindo o olhar na tentativa de enxergar o mapa político da Bahia e do Brasil, buscando, com essa ampliação, elementos que nos permitam pensar sobre quais lideranças políticas foram produzidas naqueles contextos. Algumas vezes, também será necessário reduzir a escala de observação que “convida a uma outra leitura do social” para identificar especificidades da cidade, aspectos que contribuíram e, de forma mais concreta, ofereceram as bases de sustentação para uma trajetória com saldos positivos que, na prática, ampliavam o trânsito e alargavam o domínio para além dos limites do município.<sup>10</sup>

As obras, marcas que atuações políticas costumam legar para a posteridade, ainda permanecem na cidade. E, todos os dias, os milhares de habitantes que se dirigem ao centro costumam atravessar a velha ponte de concreto, construída nos anos 30, recebendo o nome de Manoel Novais, uma homenagem ao deputado federal que, além de político, era lembrado por Chico Rocha como “amigo” e parceiro nas incontáveis ações através das quais acreditavam trazer o tão sonhado progresso para a cidade de Jacobina. Imagino que os passos, quase sempre apressados, dos pedestres e atualmente dos carros não permitem que essa lembrança acompanhe os pensamentos no momento em que cruzam os dois lados da cidade.

Ainda é possível encontrar a casa do antigo deputado. A ação do tempo pode ser facilmente identificada nas paredes já fissuradas, sem cor e em desarmonia com as construções vizinhas mais modernas que hoje ocupam o lugar dos seculares casarões. O exercício de imaginação, que não requer grandes esforços, nos guia quando entramos na parte interna. É possível imaginar as inúmeras reuniões e decisões políticas que foram ali tramadas,

---

<sup>10</sup> REVEL, Jacques. *A história ao rés-do-chão*. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 16.

discutidas e acertadas. A enorme mesa no centro da sala ajuda na montagem desta composição. As fotos de antigas lideranças políticas estão espalhadas pelas paredes e dividem espaço com uma significativa quantidade de troféus, medalhas e placas que indicam outra paixão do seu antigo morador: a criação e exposição de gados de raça pelo Brasil.

Não passa despercebido o fato de a casa estar situada no centro político da cidade. Bem próxima do prédio onde funcionava a Prefeitura Municipal. Com alguns passos, chegamos à Praça da Matriz onde fica a antiga Igreja católica edificada no século XVIII. Mais à direita temos o Fórum Jorge Calmon, sede do Poder Judiciário. Naquela mesma rua, no seu início, aconteciam as feiras livres todos os sábados que atraíam os pequenos agricultores dos distritos e vilas na montagem de barracas e dos pequenos comércios de alimentos, buscando meios de sobrevivência, estabelecendo relações com outras pessoas, comentando sobre os preços, os casamentos, as brigas, os crimes e certamente sobre política. Havia também uma relação muito tênue entre o público e o privado. Basta lembramos que a sua casa tinha uma vizinhança composta por parentes mais próximos. De um lado, a sua irmã Florentina Jacobina Pires, casada com Reinaldo Jacobina que, inclusive, fez carreira no município como prefeito e depois foi vereador. Do outro lado seu irmão, José Rocha Pires que hoje empresta o seu nome ao único estádio de futebol da cidade. Um pouco mais adiante, seu tio Ernestino Alves Pires, irmão de Mathildes Pires, sua mãe. Era neste pequeno espaço, onde a vista podia alcançar sem grandes esforços, que Chico Rocha morava, observava, decidia e participava da vida e do cotidiano da cidade.

Era também na sua casa, no passeio, que ele colocava uma cadeira ao final da tarde, quando voltava da “Bahia”, como costumava dizer, e fumava vagarosamente seu charuto, cumprimentando os que passavam e dando conta das notícias da capital. Foi assim que Flávio Mesquita lembrou o antigo líder. As suas memórias, de quando ainda era um jovem médico, escolheram registrar esta cena. Elas ainda nos informam sobre a presença de muitas pessoas nesse evento e reforçam, em alguma medida, o espaço de prestígio, respeito e admiração que o antigo deputado desfrutava na cidade. Os mais íntimos o chamavam de “Seu Chiquinho”, revelando uma forma carinhosa e cuidadosa de se referir ao homem com maior projeção política na cidade.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Flávio Antônio de Mesquita Marques, 69 anos. Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2007, na cidade de Jacobina.

A estátua em bronze edificada na Praça da Missão congelou uma imagem do Francisco Rocha Pires político. Em uma das mãos segura o charuto informando um hábito, enquanto a outra está aberta, em concha, indicando um dos tantos momentos que precisou falar em público para multidões reunidas em comícios durante as campanhas eleitorais. A placa informa o seu ano de nascimento e morte. A homenagem data de 2 de fevereiro de 1986, meados do governo de Carlos Alberto Pires Daltro, que rompera com o deputado há exatos 20 anos. Está localizada numa das praças da cidade que passou por um processo de revitalização em meados dos anos 80, incluindo reformas e alterações estéticas com vistas a atrair os jovens para os inúmeros pontos comerciais no seu entorno que, ainda hoje, se configuram como espaços de lazer e sociabilidade. A estátua continua lá. Imponente, única e central realizando, diariamente, esforços para manter acesa a chama da lembrança do falecido líder. Possivelmente renovando-se a cada descoberta das gerações mais novas e informando à cidade e seus habitantes que é preciso conservar a sua história. Uma história que reproduz mecanismos conservadores e elitistas. Que ainda privilegia os grandes homens e os seus feitos.

Pensar sobre a cidade através da multiplicidade de tempos reforça o entendimento que nós historiadores escrevemos sobre o passado, mas de um tempo que é nosso, o presente. São essas imagens do tempo da minha infância e adolescência que a minha memória ainda conserva sobre o antigo deputado. Na escola, sempre que íamos estudar sobre uma figura pública de destaque havia referências a sua atuação. Ficava pensando, movida pela curiosidade tão característica das crianças, sobre aquele que me parecia ter sido por longos anos o “dono” da cidade. A professora fazia questão de falar, por exemplo, sobre as sucessivas reeleições que o conduziram à legislatura por oito mandatos dos quais sete foram seguidos. Uma carreira política que começou ainda nos anos de 1920 na condição de Intendente Municipal, interrompida em 1974 por uma hepatite, encerrando a trajetória do mais velho deputado da Casa Legislativa do Estado da Bahia naquela época.

Seu nome também pode ser encontrado na placa de uma importante rua. Consta nas inúmeras correspondências que os jacobinenses recebem todos os dias. Atualiza-se de alguma forma. Se refaz no tempo. Essa incursão por alguns pontos da cidade tem suas razões de ser. Refletir sobre essa presença significa, entre outras coisas, identificar heranças simbólicas que a sociedade, através de alguns grupos, faz questão de manter. Significa também pensar a cidade e sua historicidade, suas marcas, seu passado. Indica as escolhas sobre quais

lembranças, nomes e histórias devem permanecer em evidência, isto é, vivas. E, por outro lado, revela um quadro de ausências, nos fazendo pensar quais razões orientam o esquecimento e o silêncio sobre determinados eventos e pessoas. O que temos, então, é uma cartografia de interesses que sustenta o que deve ser esquecido/lembrado, apagado/aceso e, por isso, tratado com pouco cuidado.

Chico Rocha foi escolhido para ser lembrado. Ao menos, esta deve ter sido a intenção das escolhas que apresentamos. Mas o que permite essa escolha? O que legitima essas decisões tramadas nos espaços políticos fechados, mas com fortes doses de componentes sociais? Por que é importante lembrar? Quais as implicações do passado no presente ou o contrário? Estas são algumas das perguntas que me inquietam. As lembranças, as memórias e as escolhas têm matrizes políticas. Pensar sobre essa presença de Chico Rocha é o ponto de partida para acessar, ainda que de forma incompleta, inconclusa e pontual um tempo passado que forjou, construiu e cristalizou essa liderança. Entender esses processos e contextos conduz à feitura do enredo que se entrelaça com os fios políticos, sociais, econômicos e cotidianos.

Todas essas marcas, sinais de presença e lembrança, não foram suficientes para convencer um antigo amigo e correligionário. Há quase 15 anos e tendo o presente como pano de fundo para suas inquietações nosso interlocutor evocou um passado que lhe parecia distante, mas não exatamente por isso esquecido. Às vésperas do centenário de nascimento do homem que foi condutor e articulador de um grupo político em mais da metade do século XX, José Coutinho, bacharel em direito e ex-presidente local da Subseção da Ordem dos Advogados, escreveu um texto em que apelava para memória. O esquecimento de fatos e de homens importantes, como aquele que “tinha sido um grande líder e um inegável benfeitor deste município” era uma triste constatação para o advogado. O esvaziamento da memória atribuído ao tempo presente que orienta as perguntas a repetirem-se na frequência do “quem é” esquecendo-se de perguntar “quem foi” teria provocado na população local um esquecimento da sua história, do seu passado e de seus referenciais materializados na figura daquele que, segundo o advogado, deveria receber todas as homenagens.<sup>12</sup>

Na tentativa de resgatar uma história de dedicação à cidade de Jacobina por Francisco Rocha Pires, o atento colunista não se esqueceu de enumerar a sua longa e duradoura carreira política informando as datas, os cargos já ocupados e a “obra administrativa de vulto, onde sobressaíram a construção de grandes açudes, a exemplo do açude do Rio do Peixe, a

---

<sup>12</sup> *Primeira Página*. Ano II. nº 78, 10 de junho de 1996. (*Centenário de um Líder*) p. 3.

construção da primeira ponte de concreto armado (Praça da Matriz) e a inauguração da estrada rodoviária ligando Capim-Grosso a Jacobina”.<sup>13</sup>

Talvez fossem esses os sinais do tão sonhado progresso de que nos fala os projetos civilizadores e progressistas, ocupando os planos dos dirigentes políticos baianos nos primeiros anos da República.<sup>14</sup> A remodelação da cidade de Salvador e “as picaretas nervosas do Dr. Seabra” são apenas alguns exemplos que ilustram a corrida das elites políticas em busca de indícios que reconhecessem a capital do Estado como um lugar remodelado.<sup>15</sup> Essa diretriz, que incluía novas construções, alargamento de ruas e a demolição de estruturas seculares, queria tornar a cidade objeto de civilização.<sup>16</sup>

Esse movimento, ao que parece, tardou a chegar no interior do Estado e foi reelaborado pelos dirigentes locais que enxergavam o progresso na “construção da primeira obra de cimento armado, que ainda se acha gravada no mármore da rua Senador Pedro Lago, com a denominação Ponte 24 de Junho”. Ainda nos anos 30, na cidade de Jacobina, alterações urbanísticas como a construção da ponte sobre o rio Itapicurú e o Hospital Antônio Teixeira Sobrinho foram consideradas como passos apressados para a chegada da tão sonhada modernidade.<sup>17</sup>

Nem as obras, consideradas de grande relevância e tão pouco a estátua erguida em bronze em uma das principais praças da cidade, foram capazes de lembrar aos seus moradores que se avizinhava o centenário do deputado estadual que por “oito legislaturas nos representou junto a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia como um dos seus mais dignos deputados”. No momento em que escrevia o artigo, José Coutinho queria perceber uma movimentação que indicasse os preparativos “das comemorações do centenário”. Entretanto, a cidade do seu escrito é esquecida e pouco cuidadosa com seu passado.<sup>18</sup>

Sua ausência pode também ser identificada na escassez de estudos que contemplam a sua longa trajetória política. Nem mesmo a presença de uma Universidade pública foi capaz, ainda, de impulsionar pesquisas que sigam as marcas deixadas pelo antigo deputado. Os

---

<sup>13</sup> Idem, p. 3.

<sup>14</sup> LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se: Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916*. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1996. p. 16.

<sup>15</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador (1890-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2003. p. 63.

<sup>16</sup> LEITE, Rinaldo César Nascimento. Op. cit, p. 52-59.

<sup>17</sup> Discurso político proferido pelo Deputado Estadual Francisco Rocha Pires na noite de 9 de outubro de 1970 (Mimeografado) através do Serviço de Alto-falantes *A Voz da cidade*. p. 29.

<sup>18</sup> *Primeira Página*. Ano II. nº 78, 10 de junho de 1996. (*Centenário de um Líder*) p. 3.

estudantes do curso de História, durante a Licenciatura e agora, mais recentemente, através de um programa de pós-graduação (nível de especialização), têm realizado escolhas que apostam nas temáticas mais ligadas às manifestações culturais, sociais e urbanas, que enriquecem e contribuem para o fortalecimento dos estudos sobre a cidade, mas por outro lado negligenciam os aspectos políticos. Apenas um trabalho, o da professora Jardelina Gomes, reconstruiu alguns elementos da vida pública de Chico Rocha. No entanto, sua análise é muito limitada e superficial, recortando apenas aspectos factuais como datas e nomes. Não há uma preocupação em problematizar esses aspectos e relativizar as alianças e presenças que sustentaram os enredos políticos em quase meio século de liderança. Nesse sentido, uma pesquisa com maior fôlego ainda está por ser feita. O personagem está à altura.<sup>19</sup>

Rogério, personagem de Luís Fernando Veríssimo, viveu um dilema bem parecido com aquele experimentado pelo nosso colunista: lembrar ou esquecer o passado? Preso durante a ditadura militar, torturado e depois exilado, situação comum a centenas de brasileiros que fizeram frente ao governo autoritário, o protagonista do conto, depois do seu regresso ao país, deparou-se com o seu passado quando resolveu dedicar-se ao ramo imobiliário em busca “de prédios decrepitos, de casas em ruínas, de sinais externos de abandono”. Sua mulher, Alice, sempre lhe dizia “deixa o passado no passado, que é o lugar dele”.<sup>20</sup>

Entre uma busca e outra, Rogério encontrou um antigo prédio que provocou o desencadeamento das suas memórias de outros tempos. O reconhecimento de uma mancha de sangue absorvida por um carpete reativou algumas lembranças. Eram tempos de ditadura militar, de perseguição e sessões de tortura que deixaram marcas no corpo e na mente das vítimas. Inquieto com a situação inscrita no presente, mas com raízes no passado, as hesitações tiveram início quando da reforma (era o que ele fazia sempre que encontrava um imóvel em condições deterioradas) demolir o prédio e, junto com ele, o seu passado? Ou preservá-lo tão vivo quanto as suas lembranças? Rubinho, companheiro que também enfrentara as sessões de torturas sediadas na sala daquele antigo prédio, pensava parecido com Alice, para quem o passado “não significou nada”. Derrubar significava expurgar dos prédios os vestígios do passado. Para Rogério, assim como para Coutinho, “esquecer é trair”.

---

<sup>19</sup> GOMES, Jardelina Rita de Abreu. *Cel. Chico Rocha 30 anos de glória 1940 a 1974*. Monografia de conclusão de curso apresentada a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV.

<sup>20</sup> VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Vozes do golpe: A mancha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Em contextos tão diferentes, o ato de lembrar e esquecer reaparece provocando perguntas sobre o que devemos lembrar e quais fatos são, por diferentes razões, tragados pelo esquecimento. A história, “ciência do vivido”, no seu processo de feitura é escrita para lembrar.<sup>21</sup> Debruçando-se sobre um tempo que não é o seu, o historiador preocupa-se em ressignificar aquela história, buscando compreender os processos formadores, os sujeitos envolvidos e os desdobramentos inscritos no tempo presente.<sup>22</sup>

Já escrevia Paul Veyne que o historiador sentia curiosidade pelo passado e isso é que o movia primeiro a pesquisar e depois a narrar o que descobrira. Para o autor, recontar os “fatos reais que têm o homem como ator” faz da história um romance real. É esse movimento que impulsiona historiadores a escreverem a história e a partilharem os seus escritos que me anima recontar de uma, entre as infinitas formas possíveis, alguns capítulos da história política inscritos na cidade de Jacobina.<sup>23</sup>

## 1.2 Capturando alguns cenários: Jacobina, Bahia e Brasil

O Brasil do início do século passado era um país agrário, dependente economicamente e com os assentos políticos ocupados, em maioria, pelos grandes latifundiários. Imperava uma ordem oligárquica e os coronéis de gado do sertão dominavam a cena política local.<sup>24</sup> Populações rurais, analfabetas e distantes do que acontecia nos centros do país compunham esse cenário. Basta pensarmos que em 1940, na quase metade do século XX, 70% da população encontrava-se neste universo. Era esse o horizonte de visão que se tinha do Brasil, sem precisar realizar longas viagens.<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> GINZBURG, Carlo. *O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico*. In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 178.

<sup>22</sup> Para Chartier: “O historiador do tempo presente, por sua capacidade de construir observatórios ajustados às suas preocupações, parece estar em condições de superar os entraves que classificam e limitam a investigação histórica”. CHARTIER, Roger. *A visão do historiador modernista*. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (Orgs.) *Usos e abusos da história oral*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 216.

<sup>23</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 12.

<sup>24</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 227.

<sup>25</sup> GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. *Rastros de casas-grandes e senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro*. In: SACHS Inacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo. (Orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.40.

Em Jacobina, recorte da Bahia e do Brasil, é possível identificar essas marcas sem grandes dificuldades.<sup>26</sup> A extensa documentação produzida pelo IBGE fornece elementos para pensar sobre essa sociedade marcadamente rural, através das categorias que o próprio órgão elegeu para realizar o levantamento da população e das atividades comerciais. É possível mapear, além das estruturas familiares, as atividades econômicas, as condições de habitação, as permanências e as mudanças que terminam por revelar arranjos sociais mais amplos, aqui recortados para pensar na sua interface com a política. Nesse sentido, rastrear as evidências de uma população do ponto de vista demográfico e econômico fundamenta e sustenta um quadro político que pretendemos montar.<sup>27</sup>

Pensar a sociedade como um todo significa capturar elementos que compõem esse quadro. Em um Estado com atividades econômicas, em sua maioria, ligadas à terra, com relações que também passavam por esse universo majoritariamente rural e pouco dinâmico, nos interessa pensar quais usos políticos são possíveis dentro de um contexto como esse. Apresentar os cenários de uma cidade do interior da Bahia através das inúmeras tabelas e quadros censitários implica, mais diretamente, na reconstrução de alguns elementos desta sociedade que nos possibilitem pensar, por exemplo, como a liderança de Chico Rocha também foi construída durante e ao longo dos anos.

Os censos populacionais entre os anos 1940 e 1970 revelam mudanças pontuais. Algumas são significativas e facilmente identificadas. O aumento da população, por exemplo, não exige maiores esforços porque é visível e pode ser identificado nas décadas analisadas. A cidade dos anos 30 que elegeu o deputado estadual passou por algumas transformações que apontam a diversificação das atividades econômicas e da prestação de serviços, além dos fluxos migratórios que, na década de 70, promoveram a chegada de pessoas advindas de outros Estados.

É esta cidade que experimenta algumas mudanças nos hábitos e nas formas de viver a experiência urbana e também rural que rompe com Chico Rocha nas eleições de 1970 com a vitória de Fernando Daltro. Nesse sentido, é preciso apreender algumas nuances desta população registradas nos levantamentos censitários. São elas que nos oferecem elementos

---

<sup>26</sup> Jacobina aparece no grupo 113 classificado como Encosta da Chapada Diamantina. As cidades que faziam parte da lista eram: Baixa Grande, Ibiquera, Itaberaba, Macajuba, Mairi, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba e Ruy Barbosa.

<sup>27</sup> Refiro-me aos Censos Demográficos, Econômicos, Agrícolas e Industriais da Bahia que foram produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entre os anos de 1940 a 1970. A documentação encontra-se no sítio eletrônico da referida instituição. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso: 18 de Ago. 2011 às 22h05m.

para montar os cenários de atuação de uma liderança que atravessou quase cinquenta anos nessa condição. Talvez, uma das possíveis respostas para o seu enfraquecimento esteja nos pontos que indicam as mudanças. O Brasil, certamente, não era o mesmo das primeiras décadas do século XX. Os contextos políticos, sociais e econômicos eram outros. Pensar esse descompasso entre os elementos que sofrem alterações e aqueles que pouco se modificam é uma tarefa complexa, afinal estamos falando de 40 anos de história. Reconstruir, ainda que parcialmente, alguns elementos dessa sociedade que se modifica e conserva algumas características é importante para inscrever as novas paisagens políticas e a formação de outras lideranças.

Os censos cartografam mundos, populações e hábitos. Capturam, através dos números e registros matemáticos, esses universos. Adentram no âmbito privado quantificando, qualificando e investigando a vida das pessoas. Através das suas tabelas é possível apreender as permanências e mudanças que compõem as trajetórias humanas. Ainda nos permitem pensar sobre as atividades comerciais, traçando um perfil da sociedade e evidenciando quais os tipos de trabalho sustentavam as relações econômicas do Estado, recortando a cidade de Jacobina para compreender quais cenários sociais permitiram e, de alguma forma, determinaram a construção de Chico Rocha como chefe político durante várias décadas do século XX.

Nesse sentido, a investigação optou por apresentar primeiro as permanências, continuidades e prolongamentos das estruturas que compõem uma cidade em algumas das suas dimensões. Apreender, no primeiro momento, o que permanece ou sofre pouquíssimas modificações para que, assim, fosse possível montar um quadro aproximando as décadas. Contudo, as transformações, ainda que pontuais e ligadas a contextos mais amplos, também estruturam a análise. As décadas de 60 e 70 já sugerem mudanças que também remexem na organização política local. É nesse trânsito, na pista de mão dupla, entre o que se conserva, pouco se altera e sofre pequenas modificações que montamos quadros comparativos onde é possível visualizar a relação entre sociedade e política em arrumações que privilegiavam e favoreciam lideranças como a do deputado Chico Rocha.

Uma das marcas permanentes que se conservam ao longo dos anos pode ser identificada nos altos índices de analfabetismo presentes no Estado da Bahia com reflexos na cidade de Jacobina. O tempo de permanência nas escolas era reduzido e pouquíssimos jovens concluía o curso elementar. Era o tempo do trabalho que, por um lado, convocava homens e

mulheres a largarem os bancos escolares e os impelia a buscar, em meio às pouquíssimas alternativas, meios de subsistência. O processo de escolarização, nem mesmo com a construção de escolas e prédios, estava longe de ser uma realidade. Os censos revelam que entre a faixa etária de 15 a 19 anos o número de estudantes se reduz sensivelmente e, em contrapartida, há um aumento significativo daqueles que laboravam, sobretudo na agricultura.

Em meio a populações pouco escolarizadas e imersas no mundo rural a sobrevida de lideranças como a de Francisco Rocha Pires ficava resguardada. Não exigia de políticos como ele grandes esforços que empreendessem mudanças, porque as relações afiançavam-se em trocas e favores que atendiam questões mais localizadas, ancoradas em uma população que preservava elementos conservadores como referenciais para a vida em sociedade.

A religião católica, por exemplo, pode ser pensada como um desses elementos. Os números confirmam que grande parcela da população declarou, nos censos que cobrem os anos recortados, ser católicas. Esse quadro certamente sustentava-se na tradição do Brasil católico, uma das heranças da colonização lusitana. Nesse caso, podemos pensar sobre uma possível aliança entre a política e a religião. As missas dominicais e a presença de políticos que sabiam usar esse espaço para ganhar visibilidade e também eleitores, sobretudo se considerarmos que uma significativa parcela da população frequentava e acessava esse calendário religioso.

O padre Alfredo Haasler esteve à frente da Paróquia de Santo Antônio de Jacobina durante, aproximadamente, 60 anos do século passado. Chegou à cidade por volta de 1938 onde permaneceu até a sua morte nos anos 90. Austríaco, rigoroso, disciplinado e preocupado com as questões que envolviam o sistema educacional foi um reconhecido aliado político de Chico Rocha.<sup>28</sup> O registro fotográfico captura uma missa aberta em frente à Igreja da Missão que contou com a presença de algumas autoridades políticas. Entre elas podemos destacar o próprio deputado à esquerda, o prefeito municipal, eleito em 1963 Ângelo Brandão, e mais à direita Reinaldo Jacobina que também ocupou o cargo nos anos 30. Essa relação entre a política e as manifestações religiosas vinculadas à igreja católica ao que parece, foi uma constante e permitiu alianças dentro de uma realidade que contava com uma maioria de católicos. O padre pode ser pensado como um poderoso instrumento político nas mãos do deputado no sentido de buscar votos, usando as missas para divulgar suas ações e conquistas

---

<sup>28</sup> Disponível em: [http://blitztotal.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=239:padre-alfredo-haasler-o-apostolo-do-sertao&catid=40:homenagem&Itemid=55](http://blitztotal.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=239:padre-alfredo-haasler-o-apostolo-do-sertao&catid=40:homenagem&Itemid=55). Acesso: 08 de Out. 2011 às 10h22m.

para população local. Aliança que certamente trazia algum tipo de benefício para paróquia como patrocínios para as festas do padroeiro ou, ainda, oferecia suporte para as incursões do “Apóstolo do Sertão” como ficou conhecido no seu ordenamento no Mosteiro Cisterciense de Schlierbach, na Áustria.



(1) Registro foto\*gráfico de uma missa celebrada ao ar livre em frente à secular Igreja da Missão. Sem data e sem registro do autor da foto. Acervo da família Pires Velloso.

Os retratos das estruturas familiares indicam hierarquias entre homens e mulheres, que ficam evidentes quando identificamos a presença dos primeiros na condição de chefes de família. O modelo contemplava funções bem definidas para o universo masculino e feminino e sugerem uma sociedade com pouco trânsito se considerarmos que as mulheres desempenhavam atividades ligadas à casa e os cuidados com a prole. Sua inserção no mundo do trabalho formal era bastante reduzida. O casamento se constituía como um dos alicerces daquela sociedade aliado à religião. Os inexpressivos dados que contemplam aqueles desquitados e divorciados nos confirmam essa compreensão. O referencial de família com lugares e hierarquias bem definidas compunha os cenários das estruturas familiares na cidade de Jacobina.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> No recenseamento realizado pelo IBGE em 1960, na categoria: *Grupos familiares* notamos, por exemplo, que a família estava dividida da seguinte forma: Chefe de família, cônjuge, filhos, enteados, pais e sogros, hóspedes e empregados. Em Jacobina, das 14.351 famílias, 12.377 eram chefiadas por homens. As 1.974 famílias restantes

O modelo de família, com funções bem definidas, ancoradas na religião católica e com homens que transitavam nos espaços públicos para trabalhar, integra algumas imagens sociais da cidade de Jacobina nos anos que Chico Rocha liderou as frentes políticas locais e estaduais. E reforça uma ideia que nos leva a identificar o homem como chefe, provedor e mantenedor de toda a estrutura familiar, pelo menos no que se refere às questões de natureza financeira.

As condições de habitabilidade e infraestrutura capturam retratos de uma sociedade que estava organizada sob condições bem distantes do modelo urbano. Aspectos ligados as condições de higiene e saneamento básico fragilizavam a vida das populações residentes que sofriam das mais diversas formas. O abastecimento de água e a distribuição de energia elétrica era um privilégio de poucos domicílios. Na verdade, eram os poços e nascentes que abasteciam o maior número de casas na cidade de Jacobina. Os domicílios de madeira, nos três quadros estabelecidos pelo IBGE, a saber: urbano, suburbano e rural, representavam a maioria. E o crescimento do universo rural era ainda revelado nas futuras construções registradas, sugerindo que desde os anos 40 havia uma incidência maior de grupos populacionais que habitavam na zona rural.

Se este quadro apresenta deficiências e ausências de infraestrutura física na cidade, em seu perímetro urbano, a situação na zona rural não diferia e, arriscamos dizer, que era bem pior no tocante a todas essas questões. Concentrando um maior contingente populacional era na zona rural, nos seus distritos e vilas, que identificamos as maiores carências. Não há registro de escolas nas proximidades das residências dos colonos para que seus filhos e os habitantes das proximidades pudessem estudar.<sup>30</sup> Com grande parte das casas construídas de barro, não fica difícil imaginar as carências de várias ordens. Essas mesmas pessoas se dedicavam às tarefas na pequena lavoura. Era o trabalho no cuidado com a terra, com

---

eram chefiadas pelas mulheres. In: *Censo Demográfico de 1960*. VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional. Vol. I, Tombo VII, p. 112. O levantamento demográfico realizado pelo Instituto em 1950 revelou na categoria *Pessoas presentes, de 15 anos e mais, por sexo e estado conjugal*, os seguintes números para a cidade de Jacobina: Casados: 8.686 homens; 9.268 mulheres enquanto que os divorciados homens eram 15 e as mulheres apenas 9. In: *Censo Demográfico de 1950*. VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional. Vol. XX, Tombo I, p.71. O Recenseamento realizado em 1970 já indicia algumas mudanças. No quesito Estado Conjugal, o número de separados, desquitados e divorciados apresenta números bem maiores. 325 homens e 999 mulheres, na cidade de Jacobina, se encontravam nessa situação. In: *Censo Demográfico de 1970*. VIII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional. Vol. I, Tombo XIII, p. 203.

<sup>30</sup> A categoria colonos é usada pela documentação do IBGE para identificar as pessoas que viviam na zona rural e desenvolviam atividades nas fazendas de outros proprietários.

experiências marcadas por este universo, que formavam as paisagens humanas na zona mais povoada da cidade.

O pessoal era absorvido pelo trabalho na agricultura e desempenhava funções características deste tipo de atividade laborativa. O cuidado com as lavouras no preparo da terra para as colheitas absorvia grande parcela da população, mas a agricultura, a pecuária e a agropecuária eram atividades desenvolvidas na categoria de pequena escala no plano mais geral. Categorias que empregavam essa mão de obra com a presença de mulheres, invertendo aqui o modelo de família mais característico da área urbana. As necessidades de sobrevivência e o grande número da prole certamente obrigavam as mulheres a labutarem na roça. Consolidavam-se, então, relações fissuradas por elementos marcadamente rurais. Populações com baixíssimos índices de escolarização, vivendo experiências de trabalho que passavam primeiro pelo campo e que enxergavam na política apenas ações mais imediatistas, pragmáticas e urgentes para resolver problemas cotidianos e mais urgentes. Por certo, buscavam postos de trabalho, consultas médicas, um apoio na dificuldade financeira e, por isso, exigiam de lideranças como Chico Rocha empenho, mas não questionavam a sua atuação política por terem as suas demandas atendidas.

A pecuária também se constituiu como uma das modalidades de exploração econômica. O destino dos animais era o abate, com o maior consumo registrado para carne bovina. Mas, entre os anos 30 e 40 muitos deles foram vitimados, certamente em função do longo período de estiagem que o estado enfrentou nestas duas décadas. Eram os jumentos, burros e mulas que realizavam o transporte de produtos e pessoas pelas estradas de terra batida que ligavam a zona rural à zona urbana. Os carros de boi e carroças, em maior número do que os caminhões, revelam as condições de transporte e informam sobre o escoamento da produção com presença dos animais e a sua dupla utilização. Esses são traços de uma sociedade rural. É possível ainda pensar nesses animais como meios de transporte que permitiam o deslocamento da população local. Na ausência de estradas de rodagem e automóveis essa era uma composição bastante comum se considerarmos que os registros censitários apresentam números expressivos que quantificam a presença e os usos destes animais de carga e condução.

As feiras que aconteciam aos sábados na Várzea, em frente ao Rio Itapicuru, ofertavam uma variedade de produtos que poderiam ser encontrados em grande quantidade. Eram os frutos das lavouras de mandioca, aipim, milho, feijão e laranja. Também podemos

pensar que faziam parte da dieta alimentar daquela população e movimentavam a economia local. Além desses produtos, a cana-de-açúcar também aparece na lista sendo beneficiada e transformada em rapadura, açúcar e aguardente com uma produção tímida, certamente para atender apenas às demandas da cidade.

Os anos 40 e 50 ainda apresentam detalhes sobre uma produção realizada pelos braços dos trabalhadores a julgar pelo ínfimo número de máquinas. Nesses cenários era mais comum encontrar carros de boi e carroças que cumpriam diferentes funções no preparo da terra. Esse quadro começa a sofrer algumas pequenas alterações dos anos 60 em diante, com a inserção de tratores que dinamizavam a produção e obrigavam os trabalhadores a incorporar, na lida diária, os recursos que as máquinas inauguravam na experiência com a terra. É também outra marca desse universo, um elemento que os censos capturam ao longo das décadas, o fato das propriedades serem geridas e administradas pelos seus donos. Aliás, como o próprio documento adverte, essa é uma das características das propriedades rurais, que tem à frente de sua organização os proprietários, ordenando a vida social e econômica no campo.<sup>31</sup>

Os censos de 1960 e 1970 já indiciam mudanças, inclusive nas categorias de análise e nas perguntas que seriam feitas à população. Nos anos 60, por exemplo, é a primeira vez que se realiza o levantamento sobre a existência de televisão, geladeira, fogão e rádio nas casas. É possível pensar nos impactos que esses eletrodomésticos tiveram na vida cotidiana de grupos populacionais que viviam em cidades como Jacobina. Levantar a presença desses bens significa mapear as mudanças no comportamento e na organização social. Outra novidade pode ser apreendida no registro das uniões consensuais, aquelas que aconteciam independentemente do casamento no civil e religioso. Talvez, essas novas formas de interpretar a sociedade brasileira, levando em conta itens que nos censos anteriores não existiam, possam indicar mudanças nas escolhas e trajetórias dessa população.

No entanto, mesmo com as novas formas de abordagem e compreensão dessas populações, a Bahia dos anos 60 ainda era um Estado com fortes traços de uma sociedade rural que pode ser identificado através da população que vivia longe das áreas urbanas. O que comprova esse dado é o fato do maior número de pessoas economicamente ativas situar-se, ainda concentrado, na modalidade de atividades agropecuárias e extrativas. As empresas apresentavam traços familiares com a presença dos seus membros, sobretudo no comércio

---

<sup>31</sup> *Censo Agropecuário Sergipe-Bahia*. VI Recenseamento Geral – 1950. Série Regional. Volume III – Tombo V. p. 55.

varejista dos anos 60 no Estado da Bahia. Esse tipo de organização comercial concentrava o maior número de casas, empregando, diretamente, 56 pessoas em Jacobina.<sup>32</sup>

A grande novidade dos registros populacionais e econômicos dos anos 70 ficou a cargo do registro dos fluxos migratórios entre os estados da Federação e mesmo dentro do próprio Estado da Bahia. É possível acompanhar a trajetória dessas populações migrantes, em um período em que as secas assolavam diferentes regiões do país. Jacobina, por exemplo, recebeu, durante a referida década, muitas pessoas saídas do Ceará, Pernambuco e Paraíba. Em uma dessas levas migrantes que forçaram grupos populacionais a se deslocarem em busca de melhores condições de vida posso pensar a minha família como exemplo. Saíram do interior da Paraíba e escolheram a cidade de Jacobina para se fixar. Os fluxos migratórios respondiam, basicamente, à busca por melhores condições de vida. Fugindo da seca, das dificuldades diárias e nutrindo a esperança de encontrar pastagens mais férteis levas de homens e mulheres partiram, em diferentes momentos do século passado, em direção a outros lugares. As melhorias nas condições de transporte, com a construção das rodovias, por certo, favoreceram esses deslocamentos. Os censos acompanham o fluxo dessas populações itinerantes que precisaram, por inúmeras vezes, fazer e desfazer os laços de sociabilidade.<sup>33</sup>

Em todos os quadros do censo, em nenhuma das outras décadas pesquisadas, a presença de uma população estrangeira foi tão significativa como nos anos 70. Havia a essa altura, vivendo em Jacobina, um grupo de pessoas nascidas no Japão. Essas presenças nos fazem pensar em uma sociedade mais diversificada em função dos movimentos migratórios. Sobretudo se considerarmos, por exemplo, que quase 11.000 mil pessoas não eram naturais de Jacobina.<sup>34</sup> Caberia pensar sobre a não-relação com a cidade e com sua história, pois eram pessoas que vinham, em sua maioria, da zona urbana. Ainda havia um número de quase 2.000 mil que viviam na cidade há menos de um ano e exatamente 500 pessoas há um ano.<sup>35</sup>

Seguramente foi para essas pessoas que, durante a campanha eleitoral de 1970, o deputado Francisco Rocha Pires se dirigiu demonstrando algumas preocupações que nos permitem estabelecer essa conexão. Em tom de defesa e apresentando dados biográficos e

---

<sup>32</sup> *Censo Comercial e dos Serviços Sergipe-Bahia*. VII Recenseamento Geral – 1960. Série Regional. Volume IV – Tombo V. p. 51

<sup>33</sup> CAVALCANTE, Marilva Batista. *Por (De) trás das memórias: trajetórias de migrantes paraibanos na “Capital do feijão” 1960-1970*. Dissertação de Mestrado em História, Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2011. p. 42.

<sup>34</sup> *Censo Demográfico Bahia de 1970*. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume I – Tomo XIII. p. 252.

<sup>35</sup> *Censo Demográfico Bahia de 1970*. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume I – Tomo XIII, p. 333 e 351.

políticos, o deputado direcionou a sua fala para aqueles que seriam “o eleitorado e os novos habitantes de Jacobina”.<sup>36</sup>

Também nos anos 70 notamos que as atividades econômicas eram mais dinâmicas, com o aumento de casas comerciais. Com um fluxo maior de pessoas transitando, comprando e vendendo mercadorias é aceitável pensar sobre uma sociedade mais complexa e com relações menos marcadas pelos sentidos e significados dos universos rurais. Alguns registros fotográficos da campanha para prefeito de Fernando Daltro nesta década revelam que o proprietário do supermercado *O Pinguim* manifestou seu apoio através de faixas exibidas no palanque dos comícios. Nesse sentido, podemos pensar que essas relações inscritas no espaço urbano viam no nome de Fernando Daltro uma alternativa mais condizente com a nova organização da cidade e da sua população. Evidentemente, o Estado da Bahia como um todo ainda mantinha elementos vinculados à agricultura e pecuária, como atividades econômicas que, na equação final, ainda prevaleciam. No entanto, o Brasil dos anos 70 era um país que passava por processos muito rápidos de mudança. A dinamização das relações, através dos fluxos migratórios, com o aumento nos serviços marcadamente urbanos, por certo favoreceu e preparou o terreno para inserção daquele que faria frente ao grupo político liderado por Francisco Rocha Pires.

Por outro lado, os enquadramentos da cidade e da sociedade propostos pela imprensa local em muito diferiam dos levantamentos realizados pelos censos. Se dependesse apenas dos esforços do jornal *O Lidador*, a cidade de Jacobina seria um modelo para todas as outras. Mais do que isso, consolidaria naquela região um referencial de progresso, civilização e higiene. Durante os sete anos em que circulou, a mídia impressa fazia questão de construir uma imagem de cidade ideal. Havia uma preocupação recorrente, em quase todas as matérias, que dizia respeito ao saneamento, limpeza e ao futuro daquele “progressista município”.<sup>37</sup>

De setembro 1933 até 1940, *O Lidador*, desde o título já veiculava uma noção de trabalho como elemento fundamental para o reconhecimento de relações ancoradas no labor, como forma de alcançar as benesses e colher os frutos oferecidos apenas àqueles que, de forma digna e honesta, trabalhavam e contribuía para o crescimento e desenvolvimento da cidade. A atmosfera desse universo como trampolim para alcançar uma sociedade como a idealizada pelo jornal foi favorecida, em grande parte, pelas atividades de garimpo nas serras

---

<sup>36</sup> Discurso político proferido pelo Deputado Estadual Francisco Rocha Pires na noite de 9 de outubro de 1970 (Mimeografado) através do Serviço de Alto-falantes *A Voz da Cidade*. p. 6.

<sup>37</sup> *O Lidador*, nº 38 de 25 de maio de 1934 (*Jacobina progredindo*) p. 2

de Jacobina. Flagelados da seca, pequenos agricultores, em sua maioria, modificaram suas atividades e dedicaram-se a fiação de ouro. A chegada de grandes levadas de homens e mulheres advindos de outras partes do Estado ofereceu bases materiais para criar na cidade um clima do que na época era entendido como progresso, a saber: intenso fluxo de pessoas, explosão de comércio interno, circulação de mercadorias, movimentação nas ruas que provocaram, na compreensão daqueles que escreviam sobre a cidade, sintomas que se traduziam em civilização e transformação.<sup>38</sup>

Mas nem mesmo o Estado da Bahia conseguia dar passos tão largos no projeto de mudanças encabeçado pelas elites políticas dirigentes. Eminentemente rural nos anos 30, passou as três décadas seguintes conservando algumas marcas desse universo, sobretudo no interior do Estado. Em 1920, a Bahia e o Brasil viviam uma experiência política identificada como Primeira República ou República Velha. A permanência do adjetivo para caracterizar um modelo que geria a estrutura política não era por acaso. O quadro indicava as marcas do longo período imperial e sugeria presenças pontuais de aspectos que caracterizavam as formas enraizadas numa cultura política que pouco, ou quase nada, se alterou nos contornos de organização e estruturação entre aqueles que estavam à frente das estruturas e instituições de poder no Brasil do início do século.<sup>39</sup>

Com a descentralização política promovida pela República, as forças oligárquicas tiveram seu poder ampliado. A ausência do Estado em função das longas distâncias provocou, de forma mais imediata, o isolamento e ensejou a atuação das estruturas familiares. O historiador Cid Teixeira nos fala da instalação de “poder paralelo” que tem a sua base de formação ainda no Império com os homens da pecuária, lideranças forjadas neste contexto.<sup>40</sup>

Na Bahia, retornava ao governo no seu segundo mandato a “raposa” J. J. Seabra encabeçando o projeto político que previa o processo de modernização destruidora, demolindo antigas construções para dar espaço as largas avenidas de Salvador. O desgaste que sofrera em função do Levante Sertanejo imprimiu novos sentidos à segunda administração seabrista. Dois aspectos nos interessam em particular por terem implicação direta com a política no interior do Estado: buscando recuperar-se dos efeitos com o desgaste

---

<sup>38</sup> JESUS, Zeneide Rios de. *Eldorado sertanejo: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)*. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 2005. p. 12.

<sup>39</sup> SAMPAIO, Consuelo. *Poder e Representação. O Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador, Assembléia Legislativa da Bahia, 1992. p. 3

<sup>40</sup> TEIXEIRA, Cid. *As oligarquias na política baiana*. In: LINS, Wilson et al. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Edufba, 1988. p. 33.

sofrido em função do levante que provocou, entre outras coisas, conflitos entre os coronéis no interior do Estado, Seabra viu-se obrigado a revogar a lei que estabelecia a nomeação dos Intendentes pelo governador e promoveu em 1921 o primeiro congresso de Intendentes Municipais, uma novidade para época.<sup>41</sup>

Até então, a organização política da Bahia privilegiava a capital e o seu entorno mais próximo, o recôncavo. Era uma tradição de longa data com bases no período imperial. O poder econômico e o peso do açúcar, produzido em larga escala nesta região, reforçava e sustentava esse quadro. O recôncavo e a capital, além de fornecerem as receitas para o Estado, formavam seus quadros políticos com homens que governavam e legislavam no e sobre o Estado. Eram as elites políticas de Salvador e seu entorno mais próximo, a “gente do açúcar”, habituada ao exercício imediato do poder, que formava os quadros políticos da Bahia e do Brasil Imperial.<sup>42</sup>

No entanto, a proclamação da República em 1889 acentuou e evidenciou as perdas econômicas e políticas da Bahia. Com o estabelecimento do novo regime, o deslocamento do eixo econômico para São Paulo somou-se às perdas nos postos dos mais altos escalões tradicionalmente ocupados por políticos baianos. A Bahia da República não era o mesmo Estado que desfrutou dos privilégios imperiais com as nomeações e a predileção do Imperador que via nos baianos exímios políticos. Nesse contexto, e durante os anos que se seguiram, o Estado sofreu rearranjos na sua estrutura política e econômica. O quadro mais próximo desse momento é recriado no estudo “A Rainha destronada” que, no próprio título, já oferece pistas para pensar sobre a posição que a Bahia ocupava diante do cenário federal e os danos que se somam nos anos subsequentes à proclamação da República.<sup>43</sup>

Diante da reestruturação e dos novos ventos que sopravam no Brasil, com direções bem definidas para o sul/sudeste do país, a Bahia, durante os primeiros anos da República, enfrentou sucessivas crises na lavoura de cana-de-açúcar e teve nos “frutos de ouro” do sul, o sustentáculo de sua receita durante mais da metade do século XX. É consenso entre os estudiosos do período uma conta negativa para os cofres públicos. Os brios dos políticos

---

<sup>41</sup> SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Dissertação de Mestrado em História, Salvador: UFBA, 2009. p. 20.

<sup>42</sup> TEIXEIRA, Cid. Op. cit, p. 31

<sup>43</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada. Discursos das Elites sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas*. Tese de Doutorado em História, São Paulo: PUC, 2005.

baianos de tradição governista, velhos conhecedores das estruturas de poder, também foram afetados nessa nova reorganização das forças.<sup>44</sup>

Foi também a República no Brasil que instituiu as eleições para governador. Os desdobramentos podem ser compreendidos à luz de uma complexa dinâmica política entre os chefes locais e os que controlavam o governo do Estado. Basta pensarmos na cartografia proposta por Vítor Nunes Leal, no seu clássico “*Coronelismo, enxada e voto*”. As trocas alimentaram e sustentaram durante anos as relações entre os dois poderes. Esses resquícios, de alguma forma, ainda marcam as relações políticas na contemporaneidade, sobretudo no interior. Os votos, transformados em cargos, costumam retroalimentar uma estrutura de poder que beneficiava apenas aqueles, diretamente, envolvidos no processo.<sup>45</sup>

O governo republicano já era uma realidade na cidade de Jacobina quando dois chefes políticos locais disputavam espaço, prestígio e poder. Galdino César e Moraes e Ernestino Alves Pires, homens que ostentavam sobrenomes de tradição e reconhecimento, encenaram, nas primeiras décadas da Primeira República, atos em sintonia com aquele contexto. Pertenceram à antiga Guarda Nacional e representaram uma base familiar nas relações econômicas e de poder no cenário político local.<sup>46</sup> Acessar e transitar por dentro das estruturas políticas era um caminho possível apenas para os parentes consanguíneos e apadrinhados mais próximos. Foram referenciais importantes para que, anos mais tarde, Francisco Rocha Pires também fosse considerado um coronel.

Esse era um tempo de atuação dos coronéis em todo o Estado. Havia na estrutura política uma forte presença oligárquica com a predominância dos clãs, famílias inseridas neste universo. Esse é o entendimento de Eul-Soo Pang que estudou os cenários políticos da Bahia durante a Primeira República. A compreensão desta como sendo uma fase de transição, que possibilitou a manutenção das oligarquias no poder reforça a tese que aposta na ausência do Estado como força capaz de barrar o avanço do que o autor chama de exercício do poder privado. Esse vácuo, somado às distâncias e dificuldades de trânsito e comunicação, configura

---

<sup>44</sup> Freitas, Antônio F. G., Paraíso, Maria H. B.; *Caminhos ao Encontro do Mundo: A Capitania de Ilhéus, os Frutos de Ouro e a Princesa do Sul (Ilhéus 1534-1940)*. Ilhéus, Editus, 2002. p. 100.

<sup>45</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

<sup>46</sup> O termo é utilizado para designar a presença dos membros de um mesmo tronco familiar ou apadrinhados do coronel à frente dos cargos políticos na espera de poder municipal. In: SAMPAIO, Moises de. *O Coronel Negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919)*. Dissertação de Mestrado em História, Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2009. p. 55.

as bases para ascensão dos coronéis. Como vimos, esse entendimento também é fruto das reflexões de Cid Teixeira no quadro montado para analisar as oligarquias na política baiana.<sup>47</sup>

O antigo coronel da Guarda Nacional, Ernestino Alves Pires era casado com Elvira da Costa Pinto Dias Pires, mais conhecida com D. Iasinha, a baronesa. O título tinha referência no passado da jovem esposa que contraiu matrimônio com o fazendeiro do “Sertão das Jacobinas” quando tinha 15 e o noivo 43 anos. Sua família era oriunda da região do recôncavo e tinha parentes ilustres, designados de “sangue azul”.<sup>48</sup> Era bisneta, pela parte da sua mãe, do Conde de Sergimirim e neta do Visconde de Oliveira. A força do sangue e peso da tradição dos Costa Pinto, “converteu-se numa autêntica representante da fina gente” descrita pelo historiador Eul Soo Pang em seu *Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana*.<sup>49</sup>

O casamento com um homem mais velho e residente no sertão evidencia perdas de diferentes matizes. Sendo a moça jovem e com tantos familiares ilustres, podemos pensar que os desdobramentos da passagem do Império para República atingiram, de forma mais direta, os Costa Pinto provocando o enfraquecimento nas economias e no *status* político que desfrutavam, a julgar pelos títulos imperiais ostentados pela família. Sair de uma parte historicamente rica e fértil em direção ao distante interior do Estado oferece elementos para pensar sobre os efeitos da provável crise que atingiu, de forma mais direta, aqueles que mantinham relações de dependência dentro do modelo político imperial. Sua bisneta, em depoimento, lembrando os significados da união dos seus bisavôs corrobora com este entendimento, quando relembra: “Dona Iasinha na verdade é dona Iaiá, ela casou com os Pires, então casou mais baixo, porque ela saiu do recôncavo e veio pro sertão”.<sup>50</sup>

Se por um lado o matrimônio revelava perdas, por outro incidia em ganhos. Ampliava e fortalecia as relações entre as famílias envolvidas e concorria para reforçar o lugar de destaque dos Pires dentro da estrutura política e social local viabilizando somas simbólicas e promovendo, em outras frentes, a manutenção do domínio. O casamento, desde o século XIX,

---

<sup>47</sup> PANG, Eul-Soo, *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

<sup>48</sup> PANG, Eul-Soo. *Op. cit.*, p. 178.

<sup>49</sup> PANG, Eul-Soo. *O engenho central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos da sua história (1875-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1979.

<sup>50</sup> Maria Esther Pinto Daltro, 54 anos. Entrevista realizada no dia 26 de janeiro de 2011 na cidade de Salvador. Outras informações sobre Elvira da Costa Pinto Dias Pires foram encontradas no jornal *A Tarde*, de 20 de setembro de 1986. (*O centenário de uma brava dama do sertão*). S/n.

era uma forma importante de firmar prestígio social e evidencia, ainda, possíveis conexões entre as famílias do recôncavo e aquelas que viviam no sertão.<sup>51</sup>

Mathildes Pires era irmã de Ernestino e mãe de Chico Rocha. As relações familiares naquele início de século estavam impregnadas de sentido político. O limite que separava esses universos era tênue e delicado. Os casamentos, como vimos, eram recursos bastante utilizados para promover alianças que se convertiam em acordos e arranjos possibilitando inserções políticas mais amplas e certamente mais seguras.

De Galdino César de Moraes temos pouquíssimas informações. Sabemos apenas da sua inimizade com o Cel. Ernestino Alves Pires e sobre o posto de Intendente que ocupou em Jacobina de 1924 a 1928 durante o governo de Góes Calmon. Tinha relações de parentesco com o pai de Francisco Rocha Pires. Eram primos carnais. Além disso, uma de suas filhas se casou com um irmão de Chico Rocha o que, certamente, aproximou ainda mais as famílias.

Essa era a base familiar de Francisco Rocha Pires. Da parte paterna ligava-se ao Cel. Galdino César de Moraes e do lado materno as relações criavam laços com o seu maior adversário. Podemos pensar que o jovem Intendente, antes de assumir o posto, mantinha com os dois líderes relações amistosas. Pelo menos é esse passado harmônico, conciliável e quase idílico, livre de conflitos, que é rememorado muitos anos depois, no serviço de Altofalantes *A Voz da Cidade*, em 1970, por ocasião das eleições municipais.<sup>52</sup>

Tendo em vista a irreconciliação predominante entre os dois chefes políticos, meu pai, em respeito ao parentesco que o ligava a ambos, obrigou-se a não se imiscuir nos problemas político-partidários de Jacobina, mantendo-me também nesta posição, alheio aos referidos problemas, assim me mantendo durante algum tempo.<sup>53</sup>

Parecer alheio aos tantos “problemas político-partidários” nos parece, à primeira vista, uma tarefa árdua a julgar pelas relações pessoais que existiam para além da própria política. Estamos falando de laços familiares atravessados por essa dimensão. Os espaços de

---

<sup>51</sup> SARMENTO, Silvia Noronha. Op. cit, p. 18.

<sup>52</sup> O serviço de Alto-Falantes *A Voz da Cidade* foi durante muitos anos propriedade do músico Amado Honorato. Sua inauguração data do início nos anos 60, funcionando por muito tempo na Rua Bela Vista, nº 34, Centro. Aristeu Pinto de Queiroz, mais conhecido como Bob Silva, foi locutor durante anos e Gidalto Oliveira apresentava o programa “Música e Poesia dentro da noite”. O som era distribuído através de projetores e chegava aos principais pontos da cidade, nos bairros da Estação, Serrinha e Centro. Nesses lugares, as pessoas frequentemente se reuniam para escutar as notícias, a programação musical e no período de eleição os pronunciamentos dos candidatos. Foi vendida no início dos anos 70, para Otávio Barreto que, posteriormente, negociou o serviço com um interessado na cidade de Irecê.

<sup>53</sup> Discurso político proferido pelo Deputado Estadual Francisco Rocha Pires na noite de 9 de outubro de 1970 (Mimeografado) através do Serviço de Alto-falantes *A Voz da Cidade*. p. 28

divertimento, encontro, sociabilidades e o próprio cotidiano estavam impregnados por esta atmosfera. Mostrar indiferença, em se tratando de disputas que exigem posicionamentos bem definidos, é exigir um eterno malabarismo e sensibilidade para evitar os choques frequentes e tão previsíveis.

Estes dois homens, Galdino César e Ernestino Pires foram as primeiras referências políticas de Chico Rocha. Certamente, em razão dos laços de parentesco, escutava-os falar sobre os assuntos que contemplavam o tema. Acessava este mundo das decisões, dos conchavos, das alianças e processos eletivos desde jovem, ainda que de forma distante, talvez sem compreendê-lo. O universo político, no entanto, era também parte da história de sua própria família. Se tivesse escrito um livro de memórias, desconfio que essas seriam as suas primeiras lembranças. Herdou espólios políticos dos dois chefes locais, uma herança, inclusive muito comum em se tratando de “inventários políticos” legados por coronéis aos seus descendentes.<sup>54</sup>

A herança se materializava, muitas vezes, no controle que os chefes políticos detinham sobre o Poder Judiciário, viabilizando certidões, títulos, pendências, dívidas e administrando os conflitos que envolviam as partes. Em suas decisões políticas poderiam constar nomeações, demissões, apadrinhamentos e esquemas de proteção para os cargos públicos que alcançam a vida cotidiana das pessoas determinando postos de trabalho. Nesse sentido, a política interferia diretamente nas formas de organização da cidade e nas relações sociais construídas entre a população e as lideranças. Movimentava estruturas que geriam as questões mais básicas como a sobrevivência diária atendendo, através dos hospitais, àqueles que precisavam recorrer aos serviços de saúde.

Os primeiros anos do século XX informam que a atuação dos Intendentes, ainda segundo Pang, ficava restrita ao município “baluarte político-administrativo do coronel”.<sup>55</sup> Naquele contexto, interessava controlar as regras do jogo dentro do espaço de atuação, sem pretensões mais verticais, como viria a se configurar mais tarde a trajetória política de homens que, geralmente, começavam como vereadores, depois seguiam para o Executivo e só depois ampliavam a sua inserção conquistando posições nas carreiras do Poder Legislativo nos níveis estadual e federal. Não obstante, a história ensina que, em jogos políticos, as exceções também devem ser consideradas.

---

<sup>54</sup> SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. Op. cit, p. 55.

<sup>55</sup> PANG, Eul-Soo. Op. cit, p. 31.

Chico Rocha, por exemplo, avançou. Da intendência em 1920 ganhou outros espaços no cenário estadual assumindo, na condição de deputado, quase meio século de sobrevida política. Não encontramos nenhum documento, salvo no arquivo pessoal da família Daltro que por si só explica o uso e nas memórias de alguns habitantes mais velhos, associações que relacionam o termo coronel em tom pejorativo ao deputado. Naquele contexto e atendendo a interesses bastante circunscritos, o título carregava em si aspectos negativos e visavam desqualificar, diminuir e atacar a imagem de liderança construída ao longo dos anos. Por outro lado, podemos pensar que os seus aliados assim o chamavam indicando respeito e consideração reforçando uma imagem superior de uma autoridade incontestada.

Esse tipo de registro e referência encontra ressonância nas memórias dos moradores locais. Certamente por acessarem um passado mais recente entre os anos 60 e 70 do século passado, quando Chico Rocha teve a sua imagem associada ao coronelismo. É interessante perceber como as memórias constroem, reconstróem e legam definições, mas é preciso estar atento aos lugares que os sujeitos ocupam e quais orientações delineiam as suas falas, escolhas e lembranças. O pastor Edmundo Isidoro, por exemplo, foi Secretário Geral no primeiro governo que venceu as eleições municipais sem a chancela do deputado. Seu recorte nos fala de Chico Rocha como “um líder de prestígio político não só em Jacobina, mas na Bahia, ele foi deputado por oito legislaturas”.<sup>56</sup>

Liderança interpretada através das sucessivas vitórias. Prestígio que se consolida com a ampliação dos espaços de atuação e reforça formas de poder que estão muito além dos limites do município base. Ser líder e há tanto tempo, significava assumir um tipo de postura característica dos antigos coronéis que se perpetuavam no poder. O posto de liderança foi, depois, habilmente identificado como sendo um lugar de mando, um espaço de poder ocupado por um homem que assumiu e passou boa parte do século XX na condição de deputado. Em depoimento, Carlos Daltro, neto de Ernestino Pires e primo em segundo grau de Chico Rocha com quem rompeu em meados dos anos 60, lembrou:

Francisco Rocha Pires, que era o mandatário, o senhor feudal que mandava em Jacobina, só se fazia qualquer coisa em Jacobina, ninguém fazia qualquer coisa sem ouvir Chico Rocha, ele era um benemérito da política.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Pastor Edmundo Isidoro dos Santos, 75 anos. Entrevista realizada no dia 11 de maio de 2007, na cidade de Jacobina.

<sup>57</sup> Carlos Alberto Pires Daltro, 75 anos. Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2003, na cidade de Jacobina.

Mesmo para aqueles que não tinham vivido em Jacobina, o nome do antigo deputado soava como sendo uma liderança investida de autoritarismo cristalizando a imagem de um chefe. É exatamente assim que o ex-governador da Bahia, Roberto Santos, relembra o seu nome: “Francisco Rocha Pires. Tinha tido um comando muito autoritário sobre o governo de Jacobina, já havia bastante tempo”.<sup>58</sup>

Esses relatos, em boa medida, se conectam e desembocam em lembranças muito próximas que reelaboram a imagem de Francisco Rocha Pires como uma liderança, um chefe e grande articulador político. Como advertiu Danièle Voldman, ao tratar das memórias de grupos é necessário vigilância, pois estas se apropriam do passado na tentativa de minimizar os choques, buscando coerência e unidade. As lembranças, orientadas por uma engajada luta da memória recriam, atualizam e descrevem um mundo que “é sempre o mundo temporal”, passando pelo filtro do tempo presente, sugerindo a presença de uma ordem política autoritária e imperativa, sob a liderança de Chico Rocha.<sup>59</sup> Suas vontades, a maneira de conduzir o grupo e postura de chefia contribuem e reforçam uma imagem que ainda hoje encontra espaço nas narrativas e memórias de muitos moradores locais.

Quando assumiu o primeiro cargo político em 1920, tinha 26 anos. Nascido em Jacobina, não deixou a cidade para realizar estudos em curso superior na Capital do Estado. Seu mandato situa-se entre as interventorias os dois grandes chefes políticos adversários, Galdino César de Moraes, primo do jovem intendente e Ernestino Alves Pires, tio pela parte materna. Francisco Rocha Pires não pertenceu à antiga Guarda Nacional. Portanto, não tinha a patente de coronel, mas teve experiências políticas com homens, a exemplo de Ernestino Alves Pires, que figuravam nesta instituição. Ter sido Intendente no “tempo” dos coronéis explica, parcialmente, a identificação que carregou durante sua vida pública. Foi precedido e sucedido pelos dois grandes chefes políticos locais dos anos 20. Podemos pensar nesta posição como indicativo da associação que, anos mais tarde, seria feita. Uma espécie de herança imaterial, somada, evidentemente, aos anos em que esteve à frente dos espaços de decisão no nível municipal escolhendo e apoiando os candidatos a prefeito e também ocupando uma das cadeiras do Legislativo estadual ganhando projeção, destaque e força.

---

<sup>58</sup> Roberto Figueira Santos, 84 anos. Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2010, na cidade de Salvador.

<sup>59</sup> VOLDMAN, Danièle. *Definições e uso e A invenção do depoimento oral*. IN: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaina (Orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 33-41 e 247-265.

Foi, ainda, fruto de um momento histórico no qual os governadores não participavam diretamente da escolha dos intendentos municipais. O processo seguia critérios pautados em identificar as lideranças mais destacadas e, diante disso, nomear os selecionados. Eram os “escolhidos” de Seabra que, sabedor da força destes homens, resolveu não mais enfrentá-los diretamente, buscando costurar alianças promulgando a lei de 1920 que estabelecia a eleição para o posto, oferecendo autonomia às lideranças locais visando evitar a intensificação dos conflitos no interior. A medida da sagaz raposa “afastou as causas potenciais do atrito entre governador e coronéis”.<sup>60</sup>

Chico Rocha alçou seus primeiros voos políticos no contexto de uma Bahia e de um Brasil que ainda organizavam, com dificuldades, o modelo político republicano. Os avanços que desembocariam em participação popular, voto secreto, exercício da cidadania e experiências mais próximas da democracia pareciam bem distantes daquele início de século. Mesmo o golpe de 1930 com seu caráter “revolucionário” que defendia o fim dos esquemas oligárquicos tão presentes nas estruturas políticas do país na Primeira República não eliminou as formas de “fazer” a política no interior do Estado da Bahia. E o coronelismo, como ranços de longa data, se refez, encontrando outras formas para manter-se como força hegemônica. Reelaborou-se através de uma fórmula bem conhecida entre aqueles que participam das estruturas de mando. Foram comuns, por exemplo, acordos entre as forças “revolucionárias” e as tradicionais, resultando no que Pang chamou de “nova ordem”.<sup>61</sup>

Juracy Magalhães, escolhido do presidente Getúlio Vargas, rapidamente entendeu a quintessência da política baiana. A sua trajetória política ilustra o que Pang nomeou em seu estudo de *nova ordem*. Uma postura tática e pragmática por certo contribuiu para posição que conquistou dentro da política baiana. Aproximou-se daqueles que, em tese, deveria derrotar: os coronéis. Assim fez para “preparar sua ascensão ao poder, ou, no caso consolidá-la”.<sup>62</sup> Não dava para enfrentá-los. O Levante Sertanejo tinha oferecido todas as provas neste sentido. Compreendeu o que Seabra, homem da “velha Bahia”, não quis enxergar: a força daqueles homens do interior. A espinha dorsal da organização política previa a “necessidade recíproca de favores e acordos entre as elites governantes do poder central e local”.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> PANG, Eul-Soo. Op. cit, p. 156.

<sup>61</sup> Idem, p. 220.

<sup>62</sup> PANG, Eul-Soo. Op. cit, p. 228.

<sup>63</sup> NUNES, Victor Leal. Op. cit, p. 252.

A dita “revolução” não derrotou os coronéis. Eles venceram e perceberam que tinham naquele momento um novo comandante, o interventor Juracy Magalhães. Muitos documentos provam e comprovam que as relações entre Francisco Rocha Pires e Juracy Magalhães iam muito além da política. Foi o governador, aliás, quem nomeou em 1935 um deputado do PSD, partido por ele criado, para a secretaria do Estado, permitindo que a vaga fosse ocupada por Chico Rocha. Quis, com isso, cercar-se dos aliados. Precisava, agora como político, consolidar apoios e cimentar a sua trajetória à frente do governo do Estado. Nesse sentido, construir uma base de alianças adentrando o interior era uma alternativa viável e mais segura. Foi, inclusive, como relembrou no livro *Minhas Memórias provisórias*, o primeiro governador a conhecer “todo o interior”, suprimindo desta tarefa os tarimbados intermediários, fazendo questão de marcar presença, sabendo todo peso material e simbólico que visitas dessa natureza produziam na relação entre poder central e poder local.<sup>64</sup>

Em Jacobina estive algumas vezes, por diferentes motivos e em contextos políticos diversos. Nos anos 30 do século passado as viagens cumpriam a concorrida agenda do governador. Em 1936, pela segunda vez, participou dos festejos comemorativos que saudavam a inauguração das Escolas Reunidas Luís Anselmo da Fonseca. O jornal local fez questão de destacar na chamada que se tratava da segunda visita e não poupou elogios em várias das suas edições ao chefe político.<sup>65</sup> A inauguração de prédios escolares pode ser compreendida à luz do que estabelecia o Código Eleitoral de 1932. O documento exigia a alfabetização do eleitor como premissa que o habilitava a votar. Em universos marcados pelas altíssimas taxas de analfabetismo, abrir escolas e convocar a população a frequentar os bancos escolares significava formar eleitores. Nesse caso, homens e mulheres seriam gratos ao deputado pelo empenho e dedicação abraçando a causa daqueles que mais necessitavam de “ajuda”. Também aqui há, seguramente, uma relação de troca.

Os anos 50 e 60 comprovam a durabilidade dos laços firmados há três décadas. Nos *Anos Dourados*, por exemplo, um comerciante local mandou celebrar uma missa em

---

<sup>64</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Para maiores detalhes ver: CARVALHO, Patrícia Carneiro S. M. de. *Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de Mestrado em História, Salvador: UFBA, 2005.

<sup>65</sup> *O Lidador*, nº 119 de 28 de dezembro de 1935. (*Segunda visita do Governador do Estado a esta cidade*). p.1. Na edição de nº 163 de 06 de dezembro de 1936, um ano depois, Juracy Magalhães visitou Jacobina por ocasião da inauguração da Caixa Econômica Federal. O jornal ofereceu a cobertura do evento publicando uma fotografia da liderança estadual e daquelas que faziam parte do poder local.

homenagem à passagem de mais uma data natalícia do então senador da república.<sup>66</sup> Essa prática, aliás, não era nenhuma novidade. No primeiro 4 de agosto, na capital do Estado, a Igreja Conceição da Praia foi o palco para celebrar o aniversário de Juracy Magalhães que compartilhou a data com os “líderes das mais significativas firmas de peso econômico da Bahia”.<sup>67</sup>

Três anos antes do golpe civil-militar de 1964, Juracy Magalhães retornou a Jacobina. A fotografia em destaque, mais adiante, evidencia a presença de três personalidades políticas representando as esferas do poder Republicano. Curiosamente, o prefeito da época, casado com uma das sobrinhas de Chico Rocha, está ao centro e em pé. No canto esquerdo o então senador Juracy Magalhães e à sua direita o Ministro dos Transportes Juarez Távora, conterrâneo do ilustre visitante. As honras da casa, que certamente incluíam banquetes, bebidas e conversas demoradas sobre a situação política do país, foram feitas na residência de Chico Rocha.

Os cenários políticos pós-64 reaproximaram as lideranças, em destaque no registro fotográfico, no contexto de um Brasil que experimentava, desde a instituição do A-I nº 2, o bipartidarismo. A orientação do documento visava a “própria legitimação, o Estado queria um partido de oposição responsável, ao qual caberia oferecer crítica construtiva ao governo”.<sup>68</sup> Nesse momento, ambos estavam vinculados à ARENA. Antes de o Brasil mergulhar na ditadura militar a divisão de partidos nos anos 50 separou, politicamente, os antigos correligionários. Juracy Magalhães filiou-se a UDN enquanto Manoel Novais e Chico Rocha saíram desse partido e migraram para o PR.

O registro ainda captura o clima de descontração, a julgar pelo sorriso aberto e largo de Juracy Magalhães. Certamente, estando em Jacobina, na casa do amigo de longa data, sentia-se em casa. Recortar três momentos diferentes para evidenciar a presença do responsável por uma das correntes de maior projeção na política baiana reforça nosso entendimento sobre a amizade e durabilidade das relações entre o deputado e um dos políticos de maior destaque no cenário baiano do século XX. A sobrevida de ambos pode ser examinada à luz das relações que mantiveram ao longo das suas trajetórias políticas com os centros de poder e decisão. No caso de Chico Rocha, que nos interessa em particular,

---

<sup>66</sup> *Vanguarda*, nº 305 de 14 de agosto de 1955. (*Missa em ação de graças pelo aniversário do senador Juracy Magalhães*) p. 1.

<sup>67</sup> TEIXEIRA, Cid. Op. cit, p. 55.

<sup>68</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Novos mecanismos de controle: o Ato Institucional nº 2 (1965)*. In: Estado e Oposição no Brasil 1964-1985. Bauru, SP: Edusc, 2005. p.115

podemos atribuir o prolongamento da sua condição de deputado e chefe político municipal ao apoio, amizade e condições criadas pelo influente Juracy Magalhães, que brilhou como estrela de primeira grandeza até o governo militar do marechal Castello Branco em 1967. Os laços políticos se dissolveram quando migraram para partidos diferentes, mas o falecimento do antigo deputado em 1974 pode ser pensado como o ponto final de uma relação de longa data. Esses arranjos põem em revelo as tessituras da política baiana e revelam as diferentes nuances das regras de um jogo sobejamente conhecido pelos personagens.



(2) Florivaldo Barberino (ao centro) Juracy Magalhães (à esquerda) e Virgílio Távora (à direita) em 1961. Foto: Osmar Micucci. Acervo particular da família Barberino.

A aproximação acenava caminhos que, na equação final, representava um saldo positivo para as partes envolvidas no processo. As marcas desta relação podem ser também identificadas nas correspondências que Francisco Rocha Pires trocava com Juracy Magalhães. As cartas ganharam visibilidade no jornal local que fazia questão de cobrir e divulgar para os leitores a importância de Chico Rocha, facilmente identificada nos nomes dos seus ilustres remetentes. As visitas, como vimos, foram largamente exploradas e comprovavam a proximidade entre os políticos. A presença de um governador de Estado, por várias vezes em diferentes contextos políticos, indica a projeção e o espaço de acesso que Chico Rocha havia consolidado em tão pouco tempo de vida política no cenário estadual. Podemos pensar, por

exemplo, sobre o peso simbólico que tinha essa relação para comunidade local. Na cidade dos anos 30, acanhada, com cenários bem próximos do que hoje identificamos como zona rural, a presença de um governador era um evento que certamente alterava o cotidiano.

Mas não eram apenas as visitas do governador que ofereciam visibilidade ao deputado Chico Rocha. A noção de progresso passava bem perto da compreensão política e social das autoridades locais e, de alguma forma, construía espaços para que as associações fossem, então, elaboradas. Basta pensarmos que Reinaldo Jacobina, casado com uma das suas sobrinhas, prefeito na década de 1930, relacionava as escavações de ouro com o que havia de mais moderno. Nesse sentido, oferecer visibilidade à cidade significava atrair forasteiros e dinamizar as atividades comerciais. Mais do que isso: eram eles que materializaram com a sua chegada as transformações na cidade. É preciso mencionar que havia uma enorme distância entre a cidade real, material e a cidade idealizada e imaginada pelas elites políticas locais, representadas por Chico Rocha. Uma cidade atravessada por contradições.<sup>69</sup>

De um lado, o progresso simbolizado pelo ouro e de outro a sujeira nas ruas, os animais que corriam soltos, a ausência de rede de esgoto que atendesse à população, o que gerava muitas queixas dirigidas ao jornal e, assim, tornadas públicas, ganhavam destaque exigindo providências. Nesse caso, a política era convocada a resolver. É possível apreender as necessidades desta população através dos reclames e mapear as inscrições políticas que estes registros carregavam. Recorriam ao líder. Clamavam a sua presença. Os pedidos de socorro, proteção, orientação e reclames eram dirigidos ao então deputado Francisco Rocha Pires. Pensar sobre a sua trajetória política com saldos de vitórias nas duas frentes de poder significa compreender a sua construção e o reconhecimento atribuído a sua liderança e chefia. As eleições eram o momento de avaliar, consagrar e reafirmar essa condição.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> BATISTA, Ricardo dos Santos. *Lues Venerea e as roseiras decaídas: biopoder e convenções de gênero e sexualidade em Jacobina-Bahia (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado em História, Salvador: UFBA, 2010. p. 22.

<sup>70</sup> *O Lidador* nº 38 de 25 de maio de 1934 (*Jacobina progredindo*) p. 2

## CAPÍTULO II

### “EM TORNO DA ORIENTAÇÃO POLÍTICA DE ROCHA PIRES”

Queremos conduzir a Jacobina as plagas benditas do progresso, onde vicejam as artes, a indústria, o comércio, a lavoura e a pecuária, dando uma melhor assistência ao homem do Sertão.<sup>71</sup>

Com o título que nomeia este capítulo o Jornal *O Lidador* de 21 de julho de 1935 anunciava a chegada de Leonídio Miranda a Jacobina. Era um homem que lidava com garimpo na vizinha cidade de Djalma Dutra e por questões de ordem política deixara seu antigo endereço para estabelecer sua nova moradia e dar continuidade aos serviços do ouro nas serras de Jacobina. Por razões também políticas, o dono do jornal, Nemésio Lima também deixara a cidade de Mundo Novo. E, assim como o rico comerciante de ouro, foi em Jacobina que encontrou o apoio e acolhida do chefe político local. Esses dois casos, aproximados pela política e igualmente recepcionados por ela, nos permitem pensar sobre os espaços de atuação de Francisco Rocha Pires, deputado estadual eleito pelo PSD em 1935.

Era em torno da sua orientação política que gravitavam casos como estes. De Leonídio Miranda as vantagens da aliança inauguraram relações mais próximas entre o deputado e os trabalhadores do ouro. Eram muitos os homens e mesmo mulheres que prestavam serviço para o comerciante. Esses numerosos contingentes humanos partiam de diferentes localidades do Estado e é certo que havia na cidade, naquelas décadas, um verdadeiro eldorado atraindo fluxos migratórios em direção às promissoras serras que guardavam nas suas entranhas o metal precioso que, uma vez descoberto, faria a fortuna dos que sonhavam com o enriquecimento rápido. Ser reconhecido como protetor de um homem com o perfil de Leonídio Miranda certamente ofereceu simpatia e trânsito em uma esfera econômica da cidade que estava em processo de ebulição.<sup>72</sup>

No caso de Nemésio Lima a aliança inaugurou algumas vantagens políticas para o deputado. O homem que saiu de Mundo Novo era proprietário do único jornal da cidade. A

---

<sup>71</sup> Carta escrita pelo Deputado Francisco Rocha Pires dirigida a alguns amigos entre os anos de 1946 e 1947. Acervo de família.

<sup>72</sup> JESUS, Zeneide Rios de. Op. cit, p. 31.

visibilidade e a construção de uma imagem positiva e atuante do deputado foi a tônica das inúmeras notícias publicadas no impresso. A projeção oferecida àquele responsável pela sua permanência na cidade simbolizava uma troca. Questões inscritas nos universos privados movimentaram essa relação, mas era mesmo no espaço público, visível e acessível para população local que as notícias circulavam. Em um tempo em que as siglas partidárias tinham pouquíssima representação junto aos eleitores, era o nome e sobrenome do chefe político que oferecia reconhecimento e garantias de fidelidade. Nesse sentido, contar com um braço na mídia impressa, mesmo com os altos índices de analfabetismo, significava cimentar as bases de uma trajetória política com visibilidade e garantia na construção de uma imagem positiva e sensível às demandas da cidade. É possível pensar, por exemplo, que as fotografias do deputado, quando regressava das viagens que fazia à capital, fossem lidas e interpretadas pela população local. De alguma forma havia uma mensagem impressa nos registros fotográficos, que indicavam o trabalho em defesa dos interesses da cidade na bancada Legislativa. Além disso, não podemos desprezar a circularidade que promove o acesso das informações pelas marcas da oralidade.

Suas primeiras incursões, como vimos, datam dos anos 20 do século passado quando ocupou a interventoria municipal. Depois alçou voos para carreira política na esfera estadual que o projetaram verticalmente nos cenários. Nos quase 50 anos de vida pública foi referência para políticos que iniciavam suas trajetórias na cidade de Jacobina. Pragmático, inteligente e com visão ampla do tabuleiro onde se movimentavam as peças do jogo, se fez aliado e costurou relações com importantes nomes da política baiana a exemplo de Juracy Magalhães e Manoel Novais. Sabia que as alianças faziam parte da montagem de estruturas políticas duradouras e revelou-se um grande articulador e conhecedor das engrenagens que montavam as máquinas políticas do Estado.

O acervo pessoal de Francisco Rocha Pires confirma que o antigo deputado estadual costumava escrever cartas aos amigos e correligionários. Com todas as dificuldades de transporte e circulação de veículos, em função da não existência ou ainda das péssimas condições das estradas, era através de longas correspondências que o chefe político informava e também buscava notícias mais recentes sobre o que acontecia não apenas na Capital, mas também nas cidades vizinhas e mesmo nas regiões mais distantes. O trecho em destaque, na epígrafe, foi retirado de uma carta escrita entre os anos de 1946 e 1947. A essa altura Chico Rocha já era uma liderança política consolidada. Estavam distantes os anos 20 que foram

cenários da sua estreia. O horizonte mais próximo do remetente era a sua carreira interrompida em 1937 pelo Estado Novo decretado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. Na condição de deputado estadual ficou apenas dois anos, tempo mais do que suficiente para consolidar laços de amizade com o homem de confiança do presidente, o interventor Juracy Magalhães.

O período em que esteve ausente da cena pública estadual em função do fechamento do Congresso decretado pelo golpe do Estado Novo não impediu uma atuação mais localizada. No universo político local, seu desempenho como liderança à frente de um grupo foi responsável por eleições vitoriosas que garantiam a sua projeção e reconhecimento na esfera do poder municipal. O período em que esteve afastado das atividades parlamentares redirecionou a frente de atuação de Chico Rocha. Sua primeira vitória, por indicação, foi a eleição do cunhado Reinaldo Jacobina Vieira para a cadeira do Executivo em 1931. Mas, no período que separa o ano de 1942, fim do mandato de prefeito de Vieira, o que temos é uma lista com nomes de parentes próximos que assumiram a prefeitura local sob a proteção e apoio do deputado. Entre os anos 50 e 60 essa constatação fica ainda mais evidente. Basta lembrarmos que foi Orlando Oliveira Pires, seu sobrinho, o prefeito municipal entre os anos de 1955 a 1959. O Brasil vivia toda a efervescência dos anos JK que, inclusive, visitou Jacobina no período do seu governo. Um evento como esse não acontecia com frequência e foi notícia nos jornal local *A Vanguarda*, bem como nos periódicos de circulação estadual, a exemplo de *A Tarde*.<sup>73</sup>

A gestão seguinte ficou a cargo do médico Florivaldo Barberino, casado com uma das suas sobrinhas. Ângelo Mário Moura C. Brandão, também esposo de outra sobrinha, esteve à frente da prefeitura no ano de 1963, às vésperas do golpe civil-militar que mergulharia o Brasil em 21 anos de ditadura. Foi através do seu apoio e prestígio que um funcionário público da prefeitura municipal assumiu a cadeira em 1966. José Prado Alves não tinha nenhuma tradição política e foi escolhido em meio a uma crise instaurada com o rompimento entre o deputado e seu antigo correligionário e parente, Fernando Mário Pires Daltro. Com isso, dentro da estrutura local, as escolhas dos nomes que ocupariam o posto de prefeito eram feitas seguindo suas orientações. No plano estadual, a aliança com Juracy Magalhães lhe permitia transitar pelos espaços políticos de forma desenvolta. Avançava com certa segurança.

---

<sup>73</sup> Jornais *A Vanguarda* nº 446 de 31 de maio de 1958. (*Homenageado o Presidente da República*). p. 1; nº 449 de 21 de junho de 1958. (*O Caminho do Oeste*). p. 1. *A Tarde* de 6 de novembro de 1957. (*Hoje, em Jacobina, o presidente da República*).

As relações de amizade e aproximação com o então governador da Bahia podem ser entendidas dentro de um projeto encampado pelo dirigente que assumiu a interventoria em 1931 e elegeu-se governador via Assembleia Constituinte em 1935, derrotando o candidato Otávio Mangabeira. As forças políticas da “Velha Bahia” mostravam-se inconformadas com a ascensão do “holandês”, “estrangeiro” e cearense. A chapa dos autonomistas composta por homens que entendiam a “Bahia era para os baianos” bateram em retirada, não sem antes apresentar uma declaração que nomeava aquele evento como um golpe e dele se recusavam a participar.<sup>74</sup>

Diante desse quadro de recusas que apresentava, com frequência, atitudes hostis e pouco abertas ao diálogo, Juracy Magalhães precisou percorrer outros caminhos. Diante da resistência na capital, foi no interior do Estado que o chefe costurou alianças importantes e, seguramente, fortaleceu as lideranças políticas locais. Na contramão de uma historiografia que afirma ter o golpe de 1930 esfacelado os ranços do coronelismo no Estado, os trabalhos de Paulo Santos Silva e Consuelo Sampaio informam que o desarmamento dos coronéis não promoveu a perda de poder e espaço dentro da estrutura política do Estado. Desarmados, sem munição e destituídos das costumeiras práticas estes homens do “sertão” reelaboraram a sua inserção e participação no universo político. Chico Rocha foi um, entre os inúmeros políticos do interior com algum destaque, que aproveitou este momento para estabelecer laços com aquele que ficaria à frente do governo do Estado por seis anos.<sup>75</sup>

## **2.1 Elegendo em duas frentes e avançando como liderança**

A longa carreira política, as orientações, quase sempre decisivas, para escolha dos nomes que estiveram à frente da prefeitura local, o parentesco com os antigos chefes políticos, a sua posição privilegiada como latifundiário e pecuarista ligado a esse universo rural que caracterizou o raio de atuação e abrangência dos coronéis na região nordeste foram as bases que sustentaram a sua inserção no mundo da política. Quando jovem, certamente presenciou as intermináveis contendas entre os dois chefes. Pode apreender, filtrar e reelaborar as práticas

---

<sup>74</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo/Salvador: Editora da Unesp /EDUFBA, 2001.p. 397.

<sup>75</sup> SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: Luta Política, Intelectuais e Construção do Discurso Histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000. SAMPAIO, Consuelo. *Poder e Representação. O Legislativo da Bahia Na Segunda Republica, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

políticas. Trazia, ainda, as marcas da experiência dos três anos que ficou à frente da Intendência municipal.

Seu momento áureo data dos anos 1930, mais precisamente quando a eleição para deputado estadual materializou e projetou a sua imagem como liderança dentro da cidade de Jacobina. Foi desse lugar que assumiu durante boa parte do século XX que o deputado orientou a vida política do município. As relações de amizade, anteriormente mencionadas, também ofereceram bases de sustentação para consolidar o seu nome como líder de reconhecido prestígio. O proprietário do único jornal que circulou entre os anos 30 e 40, teve um papel importante nessa empreitada. Na edição de 17 de março de 1935, a foto em destaque do deputado Chico Rocha evidenciava suas boas relações com o proprietário do jornal. Nomeado de chefe “bem intencionado e operoso”, que conduzia os destinos políticos do município, o deputado encontrou no impresso local um forte aliado para construir e, ao mesmo tempo, consolidar a sua trajetória política. Eram ranços da sociedade patriarcal que tinha na pessoa de Chico Rocha uma referência de proteção necessária para garantir, sem sobressaltos, a sobrevivência do periódico. Mas essa era uma pista de mão dupla que oferecia acolhimento ao tempo em que formava as suas redes na cidade. O jornal, nesse caso, era um lugar privilegiado.<sup>76</sup>

A construção da sua imagem política entre os anos 30 e 40 passou, frequentemente, pelas notícias vinculadas pelo jornal *O Lidador*. Nesse caso, “povo jacobinense, —amante da liberdade e do progresso, marchava para um futuro brilhante sob a condução política de Francisco Rocha Pires”. Chefe, condutor, articulador, figura respeitada, homem com inserção na política estadual e defensor dos interesses da cidade foram alguns dos inúmeros adjetivos que consagraram a liderança do deputado no universo local.<sup>77</sup>

Além de projetar e destacar a sua imagem, envolta em qualidades características de um líder, era também do impresso que emergiam os pedidos de socorro ao deputado, única pessoa capaz de resolver as questões mais urgentes. A política funcionava como instância para resolução dos problemas que afligiam a sociedade local. Prova disso se confirma nos chamados recorrentes na imprensa local para resolver os “barulhos” do Itapicuru.<sup>78</sup> Naquele mesmo ano que assumia o posto de deputado a cidade de Jacobina experimentava mudanças tanto na sua organização social, como na sua parte física. As alterações de todas as ordens e

---

<sup>76</sup> *O Lidador* nº 79 de 17 de março de 1935. (Em Jacobina, há ordem, respeito e trabalho). p. 1.

<sup>77</sup> Idem. p.1.

<sup>78</sup> JESUS, Zeneide Rios de. Op. cit, p. 56.

em várias direções se aproximavam em um ponto: visavam inaugurar e consolidar o tão sonhado progresso.

A cidade de Jacobina dos anos 30 contava com o abastecimento de luz elétrica fornecida pela Companhia de Força e Luz, pertencente ao coronel Galdino e inaugurada em 1935.<sup>79</sup> Um ano antes, o Hospital Antônio Teixeira Sobrinho já funcionava atendendo às demandas na área de saúde. O estabelecimento, que era fruto de uma doação do rico senhor de mesmo nome, certamente ofereceu visibilidade aos seus membros. E, entre homens, como Ernestino Alves Pires e Galdino César de Moraes, políticos àquela altura consagrados, constava na lista o nome de Francisco Rocha Pires o que nos permite pensar sobre o seu raio de atuação e importância a julgar pelos critérios de “seleção” que escolhiam os senhores mais abastados e de prestígio político para integrar o Conselho Diretor do Hospital. O posto representava simbólica e materialmente uma janela com visibilidade e referência social. O hospital oferecia à comunidade local um trabalho essencial na área de saúde e era estrategicamente interessante do ponto de vista político, uma vez que criava mecanismos de dependência entre as forças políticas locais e a população que, frequentemente, recorria aos serviços prestados. Este é apenas um dos muitos lugares ocupados pelo personagem que se consolidou como liderança.<sup>80</sup>

Um ano depois, o cinema oferecia à população uma alternativa de lazer e divertimento. A iniciativa da família Costa foi saudada com grande satisfação pelo jornal *O Lidador* que enxergava na sala de projeção um sinônimo do desenvolvimento da cidade. Ainda compõem este quadro as bandas de jazz e as novas formas de viver a experiência urbana com a chegada da luz. Outra grande novidade da época ficou por conta da chegada do rádio com uma programação que incluía algumas estações responsáveis por sintonizar uma parte da população local com o universo imaginário e tão criativo que este eletrodoméstico criou durante anos em vários segmentos sociais. O jornal fazia questão de destacar os aparelhos dos leitores e associava a mídia como sintoma do progresso.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> *O Lidador*, nº 3 de 7 de setembro de 1935. (*Cia. Força e Luz de Jacobina*). p. 1.

<sup>80</sup> A referida lista foi registrada pelo Tabelaio de notas Davino Teixeira no Livro de Tabelionato. Figuram como nomes do 1º Conselho Diretor do Hospital de Caridade os senhores: Ernestino Alves Pires, Galdino César de Moraes, Manoel Teixeira Valois Coutinho, Reynaldo Jacobina Vieira, Francisco Rocha Pires, Antonio Valois Coutinho, Arsênio Cezar de Moraes, José Rocha Pires, José Dias Pires, entre outros. Citado por JESUS, Zeneide Rios de. Op. cit, p.15.

<sup>81</sup> *O Lidador* nº162 de 29 de novembro de 1936 (*Inaugurado, ontem, o cinema*). p.1.

Nos mesmos anos 30 e 40 do século passado, como um contraponto aos avanços e progressos, destacamos a ausência de estradas de rodagens. O deslocamento era realizado, prioritariamente, via estrada de ferro, um serviço oferecido pela Leste Brasileiro através do ramal Bonfim-França. As deficiências no oferecimento dos serviços foram alvo de críticas recorrentes que exigiam melhores condições no transporte. O jornal, por sua vez, defendia a construção de uma cidade progressista, higienizada e sintonizada com o processo de mudança que vencesse os hábitos e aspectos de uma cidade com marcas do mundo rural tão evidentes. Por outro lado, a seca de 1932 promoveu a vinda de muitos forasteiros, em sua grande maioria lavradores, para cavar o ouro permitindo que o jornal avançasse, não sem recuos, nesse projeto de “modernizar” a cidade. Foi nesta cidade fissurada por contradições que Francisco Rocha Pires consolidou a sua liderança.<sup>82</sup>

Mas voltemos ao documento escrito de próprio punho no final da década de 40. O papel amarelado e delicado da carta, exigindo cuidado de quem o manuseia, denuncia as marcas de tempo impressas, de diferentes formas, nos documentos escritos. O destinatário, ou melhor, os destinatários muito respeitosa e chamados de “Meus caros Amigos” tiveram, através da correspondência, a oportunidade de conhecer alguns capítulos da história pessoal e política do ilustre remetente, recentemente eleito pela segunda vez para o cargo de deputado estadual. Intuímos que já o conheciam de longa data. Afinal, nos anos 20 daquele mesmo século, havia ocupado o posto de Intendente durante três anos, sendo nomeado para assumir a prefeitura em 1924. Era também uma figura já conhecida nas rodas da política da Bahia e, muito certamente, participou do pioneiro congresso de Intendentes Municipais no ano de 1921. Essa foi uma das ações do recém-eleito governador, J.J Seabra para reverter a crise instalada mesmo antes da sua vitória.<sup>83</sup>

A carta possui oito páginas escritas à mão e em papel timbrado que revela a sua outra atividade: pecuarista. As fazendas de sua propriedade eram três: Água Branca, Jacumá e Indiana. A carreira política certamente não impedia o desenvolvimento de tarefas outras, a julgar pela continuidade comprovada ao longo dos anos e que hoje ocupa os afazeres o seu único filho, Francisco Rocha Pires Filho. O autor da carta não ostentava o título de *Doutor* e vinha de uma geração de políticos forjados no campo da experiência e do pragmatismo para resolver as questões de tantas ordens que se movimentam no interior de uma sociedade.

---

<sup>82</sup> O Lidador N° 29 de 23 de março de 1934 (*Vêm cavar ouro*) p.1.

<sup>83</sup> SARMENTO, Silvia Noronha. Op. cit, p. 120.

Cursou apenas o antigo primário na cidade natal e aprendeu com a vasta parentela os manejos na arte que, anos mais tarde, teria nos cursos de bacharelado em Direito e Medicina o passaporte para carreiras políticas em todas as esferas de poder. Pecuarista, criador de gado de raça, premiado em exposições fora do Estado, dono de fazendas e administrador direto de funções vinculadas a esse universo rural. Estes são alguns perfis que podem ser construídos de forma entrelaçada para pensar sobre as suas diferentes trajetórias.

O teor da carta revela, ainda, outra paixão: Jacobina. É muito comum, como já mencionamos, escutar as histórias de moradores mais antigos confirmando que ele nunca se casou porque a sua relação com a cidade era de amor incondicional, não permitindo divisões que minassem as infinitas horas de entrega e cuidado. Seu único filho, conhecido pela sociedade local como Chiquinho, em conversa, me revelou que o pai quando perguntado se gostava mais dele ou de Jacobina, pediu desculpas e respondeu que seu amor pela cidade estava acima de tudo. Na verdade, as explicações querem mesmo justificar uma decisão bem pouco comum para época em que viveu. Primeiro, porque o casamento era instituição consagrada desde os tempos imperiais e, mesmo com o advento da República que estabeleceu a união civil, independentemente do ato religioso, como a única a ter validade jurídica, continuava sendo um caminho “natural” casar-se e formar uma família.<sup>84</sup>

A correspondência deixa antever um desejo. Conduzir a cidade em direção ao progresso parece ser o maior sonho de qualquer político em qualquer tempo. Associado ao campo das artes e atividades econômicas diversificadas, implantar as indústrias, responsáveis desde o século XX, no Brasil, por profundas transformações nas estruturas socioeconômicas, significava trilhar um caminho bendito e certo, rumo a uma espécie de futuro guardião, reservando o melhor para Jacobina. Sem perder de vista a realidade, e com os pés enfiados no presente, o desejo da chegada do progresso também aparece associado ao comércio, à lavoura e pecuária, que eram as atividades econômicas predominantes na Jacobina daquele final dos anos 40. Interessava, ainda, promover formas de subsídios para a vida de labuta e sofrimento do homem sertanejo com suas experiências marcadas pela seca, pela fome e pela falta de trabalho. As aspirações projetavam na cidade benfeitorias e melhoramentos na qualidade de vida dos seus habitantes que apenas seu filho mais “devotado”, disposto a abrir mão de projetos pessoais como o casamento, poderia fazer.

---

<sup>84</sup> BERQUÓ, Elza. *Evolução Demográfica*. In: SACHS Inacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo. (Orgs.) Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 412.

As aspirações e os seus projetos de mudança esbarravam, com certa frequência, em alguns entraves. O Nordeste passa a ser visto “como um problema brasileiro” depois da seca de 1870, obrigando a coroa a vender parte das jóias para custear as obras e “financiar” projetos para recuperar a região.<sup>85</sup> Os longos períodos da estiagem e a vida dos homens do sertão, registrados e divulgados para o Brasil através da literatura, da imprensa e da música, mostram o semiárido como um lugar que, devido a condições naturais, relega à maior parte de seus habitantes à miséria. Sertão e sofrimento entrelaçam e sustentam uma combinação que se “cristalizou” nos discursos sobre o interior da região Nordeste. Os diagnósticos governamentais presentes na mídia apresentam o semiárido como região-problema do país com a maior parte da população abaixo da linha de pobreza. Há em curso uma discussão de caráter historiográfico que defende a seca para além das questões climáticas e geográficas. Esse debate insiste em identificar a seca como um problema político nas suas mais variadas nuances, mas, principalmente, em uma relação direta com uma falta de investimento e aproveitamento de algumas potencialidades dessas regiões.<sup>86</sup>

Veículos de comunicação assumem um importante papel na divulgação de informações impregnadas de caráter político-ideológico, com a incontestável possibilidade de construir imagens e discursos sobre determinados acontecimentos. Em seu estudo, Durval Muniz de Albuquerque comprova tal afirmativa ao identificar, por exemplo, como o Jornal *A Folha de São Paulo*, construiu, em um dado momento da história, a imagem da região Nordeste como um lugar atrasado, seco, miserável e mestiço em oposição ao Sul do país, industrializado, modernizado e branco.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> BUARQUE, Cristovam. *Nordeste: quinhentos anos de descobertas*. In: SACHS Inacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo. (Orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 372.

<sup>86</sup> Existem inúmeras obras de arte que tratam das secas no nordeste citarei, aqui, apenas algumas: Na música o maior expoente foi o sanfoneiro Luiz Gonzaga através de sucessos que vinculam os processos migratórios aos períodos de longa estiagem como *Triste Partida* e *Asa Branca*. Na literatura, nomes como o da romancista Rachel Queiroz que escreveu *O Quinze*, recriando as condições dos retirantes, suas necessidades e sentidos reivindicatórios. Na Bahia, Jorge Amado escreveu, entre outros, *Tereza Batista Cansada de Guerra* e *Seara Vermelha* publicados no ano de 1986 e que também abordam a temática da seca. Graciliano Ramos com seu livro *Vidas Secas* escrito entre os anos de 1937 e 38 conta a história de uma família de retirantes; Luís da Câmara Cascudo, que escreveu *Viajando o Sertão* em 1934, reconstrói alguns cenários áridos e pouco férteis; Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões* publicado em 1902, falava de uma gente pobre, sofredora e bastante diferente do povo que habitava o litoral do país. Na iconografia, Cândido Portinari, com o quadro *Família de Retirante* de 1944, pensa a seca imagetivamente com figuras humanas assustadas, magras e abatidas reforçando esta condição como sendo dolorosa e próxima da morte. As obras aqui destacadas são apenas algumas entre outras tantas que contemplam, através de diferentes ângulos, a seca e os seus mais variados desdobramentos.

<sup>87</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Geografia em Ruínas*. In: *A Invenção do Nordeste e outras Artes*. Campinas: Massangana, UNICAMP, 1994. p. 39-64.

Inaugurar uma nova dinâmica que absorvesse a mão de obra de homens e mulheres desgastados pela lida e castigados pelo sol, pelas estiagens e por todas as “durezas” que enfrentavam no labor diário significava, para o remetente da carta, a chegada do progresso. E o colocava, enquanto político, numa condição privilegiada. Esse seria um primeiro passo para um projeto mais ambicioso, revelado, apenas, ao final do texto. E, mais do que um projeto, era uma luta empenhada na construção de uma “civilização nova, fraterna e mais humana”. Essa nova organização seria implantada na cidade “afeita pelo seu gênio político as transformações pacíficas”, indicando, sem surpresas, que não seria nada muito brusco, com impactos sobre a ordem já estabelecida, mas que seguisse seu curso tendo como articulador e feitor deste quase “paraíso terrestre”, o devotado filho eleito pelo povo.

Era exatamente assim, como filho devotado, que o Francisco Rocha Pires se projetava na cena pública. Ofertava à cidade sua abdicação, seu empenho e seu prestígio nas frentes de atuação que escolhera atuar. No palco da política local e estadual organizava ações e construía campos de inserção. Era desse lugar que falava aos destinatários da carta. O documento é ponto de partida para pensar sobre a formação e os itinerários de Chico Rocha. Permite traçar um panorama de tempos diversos, pois identificamos referências ao passado e presente com projeções sobre o que seria o futuro da cidade.

A sua trajetória política nos informa sobre as muitas vitórias no longo meio século de vida pública. No entanto, o documento dirigido aos amigos, recorta a dor ao tratar dos “meus sofrimentos”. Em meio aos agradecimentos, que sugerem ter acontecido uma grande festa no clube recreativo 2 de Janeiro, o deputado apresenta mais um desabafo, desfiando um rosário de decepções e dores presentes na avaliação que faz dos 15 anos de vida pública. Opta por não citar nominalmente os adversários, mas empresta em tom sarcástico adjetivos para classificá-los de “pretenciosos, falidos politicamente”. Talvez dirigisse a sua indignação aos Valois, na pessoa de Edvaldo, aquele que se tornaria nos anos 50 seu principal desafeto na Assembleia Legislativa. Cita, ainda, o amigo Custódio Sento Sé “joia primorosa das margens do São Francisco”, um advogado que travou lutas na cidade de Sento Sé com o coronel Tonhá Sento Sé.<sup>88</sup> E festeja, com palavras de agradecimento e gratidão, a sua presença na festa. Manter uma amizade com alguém que morava distante de Jacobina sugere, à primeira vista,

---

<sup>88</sup> Disponível em: <http://sentosenoticia.blogspot.com/2011/07/sento-secompleta-179-anos-de.html>. Acesso: 03 de Ago. 2011, às 22h04m. O cordel, contando a história do município, inclui episódios sobre o domínio do referido coronel.

que a teia de relações, alianças e aproximações ia muito além dos limites territoriais do município.

Quando escreveu a carta, Chico Rocha já pertencia a União Democrática Nacional, partido fundado no contexto de redemocratização do país e feroz combatente da figura do ex-presidente Getúlio Vargas. Na Bahia, a agremiação reuniu os juracistas e os autonomistas.<sup>89</sup> Por reunir forças dissidentes precisou, como relembra Cid Teixeira, encontrar um terreno neutro “no sentido físico da palavra” que sediasse as primeiras reuniões. A filiação orientou os ataques e a avaliação do governo Vargas lhe parecia uma tentativa de “eternisar no poder” e teria, segundo o remetente, implantado o fascismo. No entanto, ao lembrar o ano de 1930, marco da chegada ao Palácio do Catete, definiu o evento como revolução de fato, denunciando, talvez, a sua relação de proximidade com Juracy Magalhães que se consolidou durante a interventoria e governo deste. Uma postura um tanto contraditória, mas sincronizada com os arranjos políticos que mudaram, com frequência, no Brasil pós-1930.<sup>90</sup>

Vários momentos da história política do Brasil são recortados, avaliados e alinhavados nas páginas da carta, sugerindo que o seu autor estava atento ao desenrolar dos fatos nas outras esferas de poder, mas sem perder de vista o seu horizonte mais próximo, estabelecendo relações possíveis entre o contexto nacional e mundial com o lugar de onde falava. Parecia bem recente, na narrativa do nosso interlocutor, a Carta Constituinte de 1934, como referencial para o afastamento do “regime de atas falsas e desrespeito a opinião popular”: Apagar os ranços de um tempo em que a política era feita exatamente assim interessava àquele “fervoroso” defensor da “democracia”. Para falar desse momento político que o Brasil experimentava, depois de sair dos quase 10 anos de ditadura varguista, a escolha da constituição sugere que os ventos da mudança, nas esferas decisórias de poder, forneciam inspiração e favoreciam o clima de redemocratização pós-46.

No entanto, a Constituição de 1934 na Bahia refletiu mais ausências e permanências do que avanços e rupturas com um passado político insistente em reafirmar sua força, seu lugar. Não foi o documento, por exemplo, que orientou e direcionou, através dos seus artigos normativos, a eleição para governador. Com uma bancada majoritária, o então interventor Juracy Magalhães foi eleito pela via indireta resultado do primeiro ato do Poder Legislativo composto por homens que o cercaram e demonstraram solidariedade no momento em que as

---

<sup>89</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias Op. cit, p. 438.

<sup>90</sup> TEIXEIRA, Cid Op. cit, p. 57.

forças políticas da “velha Bahia” se mostravam indiferentes ao forasteiro, como viria a ser conhecido o homem para quem “os políticos do interior seriam peças fundamentais no elaborado quebra-cabeça de dominação que lhe daria sustentação ao longo de sua vida pública”.<sup>91</sup>

A lista das adesões é extensa e revela nomes e cargos que foram ocupados por aqueles que, sensíveis à mudança na direção dos ventos, souberam, bem à moda da política baiana, aliar-se ao vencedor. Dando mostras que a força política estava para além do Palácio Rio Branco, o governador Juracy Magalhães conservou no Tribunal de Justiça o desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt. Antônio Medeiros, apresentado por Pedro Lago, eleito governador sem nunca ter tomado posse do cargo por ocasião do golpe de 30, foi eleito deputado constituinte. Manoel Novais, a ponte que ligou Juracy aos chefes políticos do interior, dividiu o cargo de Oficial de gabinete com Edmundo Bizarria Mamede e saiu eleito em 1933 como deputado constituinte. A aproximação funcionava como passaporte político. Sofrendo rejeição das forças políticas mais tradicionais a exemplo de Seabra e Muniz Sodré, Juracy Magalhães soube articular sua base de apoio e sobrevivência política oferecendo em troca a mesma moeda que há anos orientava as tramas do universo político. Cargos, apoio a candidaturas, pequenos e grandes privilégios compunham a cartilha política do então Interventor do Estado.<sup>92</sup>

Consolidou o juracisismo enquanto uma das correntes com maior força e trânsito político em todo Estado depois dos anos 30, com prolongamento e sobrevida até muito tempo depois de 1945. Seu neto, Jutahy Magalhães Júnior, está no sexto mandato como deputado federal. Antes ocupou uma das cadeiras do Poder Legislativo na Bahia e nos anos 90 foi candidato derrotado ao governo do Estado. O prolongamento dos galhos, com seus frutos nas estruturas políticas do país, nos faz pensar sobre os milhares de votos que elegem, a cada quatro anos, o neto do antigo governador como um dos resquícios da corrente política iniciada nos anos 30 e com raízes espalhadas no vasto interior da Bahia.

Exatamente por isso, as datas não devem ser vistas como rupturas, pois o passado se insinua para além de suas fronteiras. As avaliações sobre a nova Constituição de 1946 são consensuais ao afirmarem, através dos diferentes ângulos que “como em todas as transições

---

<sup>91</sup> *A Tarde* de 9 de novembro de 1931. (*Funcionalismo bate às portas da interventoria – A crise e certas disposições legislativas asphixiam a nobre classe*). p. 2. Citado por: CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. Op. cit, p. 29

<sup>92</sup> *Idem*, p. 26-28.

políticas no Brasil, os autoritários de ontem se tornaram os libertadores ou democratas de uma transição de *rigueur* engendrada numa dinâmica irreversível”.<sup>93</sup> Com fraquezas evidenciadas na renúncia à criação de condições favoráveis para atuação dos movimentos sindicalistas, a Constituinte não propunha reformas sociais viáveis para melhoria de vida da maioria pobre e miserável, terminando por não consolidar um sistema para proteger e garantir as liberdades e promover uma genuína representação democrática. Eram diversas as propostas e prioridades entre aqueles grupos que alegavam um súbito compromisso com a democracia. Esses são alguns aspectos que podem ser pensados como entulhos ditatoriais no pós-46. Chico Rocha os nega, veementemente, na carta. Os analfabetos, que representavam a maioria, não votavam. Alijados da participação política aprendiam às pressas e geralmente às vésperas das eleições a desenhar o nome. Professoras dedicadas e um sistema judiciário frágil, com as facilidades encontradas no cartório eleitoral, responsável pelo registro dos eleitores, atendiam a essas demandas políticas e enfraqueciam todo processo que se pretendia democrático.

A carta também contempla aspectos mundiais. Pouco tempo separava o remetente dos eventos que provocaram a II Guerra Mundial. Muito mais próximo estava do seu término e dos terríveis desdobramentos, certamente explorados pela mídia impressa e pelo rádio, com impactos e reflexos sentidos, de diferentes formas, em todo o mundo. Enxergava, na sua avaliação, os saldos positivos com a vitória da democracia. Este, aliás, como já vimos, é um termo recorrente na correspondência. Recriou, ainda na missiva, uma atmosfera ufanista de amor à pátria que ele acreditava estar (re) nascendo com a saída de Vargas e com o fim da grande guerra. E Jacobina, como não poderia ser diferente, aparece em todas as situações servindo ao Brasil, acima de todas das questões de natureza política e evoluindo em “atmosfera de ordem e paz”. Um desfecho que só políticos da sua envergadura poderiam garantir. Ainda que estivesse inscrito, apenas, ao plano das promessas.

A riqueza de temas, contextos, nomes, lugares, conjunturas e posturas que denunciam práticas, leituras, formas de ver e interpretar o mundo torna este documento importante na apresentação de Chico Rocha. A caligrafia que exige atenção redobrada indica as limitações do seu autor que frequentou a escola até o primário. Mas, por outro lado, revela aspectos, frações de um todo que formam a trajetória de um homem que orientou e, em alguns momentos, conduziu, pessoalmente, a organização política na cidade de Jacobina.

---

<sup>93</sup> DEBRUN, Michael. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 16

A política, muitas vezes, precisa ser pensada como um tabuleiro de xadrez. O jogo exige dos seus participantes larga experiência e jogadas meticulosamente pensadas com vistas a anular o adversário. Como face de uma mesma moeda, a política costuma revelar um lado mais pragmático. Às vezes, o horizonte do amanhã determina posturas que não eram mais as de hoje. Basta pensarmos na imagem literária proposta por Cid Teixeira para falar sobre as alianças inimagináveis que terminaram por acontecer na história política da Bahia depois de 1930, com a chegada de Juracy Magalhães. “Quando tem a queimada, os bichos mais hostis entre si terminam se fraternizando, pois o fogo maior, ao redor, queima toda gente”. É sobre esse pragmatismo espírito estrategista, marcas quase orgânicas, das elites políticas da Bahia que estamos falando.<sup>94</sup>

Pensar sobre as ligações entre Chico Rocha e Juracy Magalhães ilumina alguns aspectos sobre os cenários políticos na cidade de Jacobina. O rompimento com o seu tio Ernestino Pires e a aliança deste último ao antigo opositor Galdino César de Moraes podem explicar, em parte, a relação duradoura e sólida entre os dois líderes nos diferentes planos. A política local, como veremos, está muito longe de ficar restrita apenas aos limites do município. Sua estruturação também depende dos ventos que sopram na esfera estadual.

Para Chico Rocha, depois que ele assumiu o partido do velho Ernestino, Juracy Magalhães era, na verdade, a única opção no jogo de cartas já marcadas da política baiana. Para entendermos melhor o que aconteceu por volta do ano de 1928, na cidade de Jacobina, e conhecer, da forma mais próxima possível, os caminhos que conduziram Francisco Rocha Pires à condição de líder e chefe de um partido, precisaremos recorrer as tramas inscritas nos universos privados. As intrigas, diferenças e inimizades pessoais permitiram, não sem que ele fizesse o devido uso, a sua identificação como liderança em um momento bem específico da história política local. Confirmando um quadro que visibiliza a presença de famílias na formação dos cenários políticos baianos o pronunciamento de Chico Rocha nos apresenta a constituição e arrumação da linhagem dos Pires no universo político local e ainda informa como se costuravam as relações Município-Estado. Para justificar a chefia de um partido datada desde os anos 30, o deputado precisou mergulhar no passado e apresentar os fatos, sempre lembrando ser dona Elvira Pires, “mulher digna, honrada e inteligente, que senão pelo

---

<sup>94</sup> TEIXEIRA, Cid. Op. cit, p. 51.

fato de ser a esposa de Ernestino Pires, pelo menos por ser conhecedora e testemunha presente dos fatos que vou narrar”.<sup>95</sup>

Suas explicações começam informando que o casamento de Pedro Cerqueira Daltro e Esther Pires foi também uma união política com o seu sogro. Atuando como Promotor Público na Comarca de Jacobina, o funcionário da Justiça “começou a movimentar-se numa intensa e frontal campanha contra o Cel. Galdino César de Moraes, coadjuvado ou estimulado pelo seu sogro”.<sup>96</sup> O chefe contava com o apoio do governador Góes Calmon que, apesar de diferenciar-se dos seus antecessores em razão da sua intelectualidade disciplinada, negociou bem à moda da política baiana o apoio do seu grupo à candidatura de Júlio Prestes.<sup>97</sup> Também, como medida fidedigna das formas de fazer política na Bahia, transferiu o promotor para longínqua Comarca de Barreiras, afastando quem “começava a incomodar-lhe nos negócios políticos do município”. Usando das boas relações com o governador e amparado em amigos como Ernesto Simões Filho e Luiz Viana Filho, ambos da corriola do chefe de Estado, o Cel. Galdino de Moraes afugentou o problema e provocou o desencadeamento de uma crise que ganhou destaque nas páginas do Jornal *A Tarde*.<sup>98</sup>

Ainda segundo Chico Rocha, confirmado nos depoimentos de Fernando e Esther Daltro, o deslocamento dos funcionários da Justiça ficava à mercê dos desígnios do jogo político e remexia muitas vezes nas estruturas familiares como foi o caso em questão.<sup>99</sup> A distância da filha, que terminou por acompanhar seu marido na mais nova moradia acabou provocando mudanças no cenário político local que, frequentemente, só eram experimentadas com as trocas entre os candidatos, ora do grupo de Ernestino Pires, ora saídos das fileiras do seu adversário, o Cel. Galdino César de Moraes.

A falta de prestígio junto ao governador Góes Calmon para ensejar uma revogação do ato abriu espaço para uma negociação tramada com fortes doses de política. Trazer o genro para Jacobina ou mesmo para uma comarca mais próxima significou uma espécie de renúncia pública de chefe do Partido que dirigia, “ficando êle, o Cel. Ernestino Alves Pires, submisso à

---

<sup>95</sup> Discurso político proferido pelo Deputado Estadual Francisco Rocha Pires. p. 8. (Mimeografado)

<sup>96</sup> *Idem*.

<sup>97</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *Op. cit.*, p. 349-350.

<sup>98</sup> Discurso político proferido pelo Deputado Estadual Francisco Rocha Pires. p. 9. (Mimeografado)

<sup>99</sup> Fernando Daltro, em depoimento e referindo-se à conjuntura política e social em que viviam seus pais, afirmou: “Então àquela época os juizes não tinham garantia nenhuma e eles eram removíveis pra qualquer comarca a depender dos interesses da política ou das decisões governamentais”. Sua filha, Maria Esther Daltro, confirma esse entendimento quando relembra: “Meu avô Pedro era um juiz itinerante, nessa época os juizes essa frase era dele (do meu pai) eu estou botando aspas não eram como hoje que são mudados para o interior e um dia chegam à capital, eram mudados segundo a vontade política”. Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

chefia política do Cel. Galdino César de Moraes, e, por conseguinte, todos nós que fazíamos parte da agremiação política”.<sup>100</sup>

A decisão de Ernestino Pires em barganhar o seu partido por demandas de natureza familiar não agradou os membros, segundo nos informa Rocha Pires, para explicar e também justificar como assumiu a chefia. Segundo o nosso interlocutor, depois de “reunir-se na Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro” e apresentar à cidade “um protesto público para imprensa” condenando, veementemente, a postura do seu antigo chefe, foi proclamado o “humilde nome de Francisco Rocha Pires para substituir o Cel. Ernestino Alves Pires na chefia do Partido”.<sup>101</sup> Esse foi o recorte dos fatos que ganhou voz e espaço no serviço de Alto-falantes da cidade. O partido, ao que tudo indica, não admitia a troca de liderança no grupo em função de problemas familiares, portanto, específicos e que deveriam ser resolvidos de outra forma. Novamente, o que temos é um intenso fluxo entre o universo privado e público.

Seus opositores locais eram ligados politicamente aos homens do governador Góes Calmon e a Ernesto Simões Filho que, no plano estadual, através do jornal *A Tarde*, encabeçava uma forte oposição nos anos 30, mais precisamente depois das eleições 1934 ao governador eleito. A campanha dos autonomistas em incursão pelo interior confirma os laços que uniam os velhos coronéis à frente de oposição a Juracy. Jacobina, por exemplo, sediou um dos “comícios apoteóticos” reforçando o entendimento que nos leva a pensar sobre a aproximação entre Chico Rocha e Juracy Magalhães como a única alternativa para fazer frente aos seus opositores locais. Uma prova que o jogo político local e suas especificidades orientava os acordos e emprestava sentido às alianças, reelaborando, no plano estadual, as disputas inscritas no universo de cidades como Jacobina.<sup>102</sup>

Entender os lugares desses sujeitos, acompanhando o seu trânsito nos espaços públicos e privados oferece uma visão mais geral sobre a organização política na cidade de Jacobina. E também situa a posição de Chico Rocha antes mesmo do seu ingresso na cena pública. Os episódios políticos que forjaram a sua liderança foram construídos através das duas frentes de projeção. No universo municipal, com as vitórias dos seus parentes, que passavam pela sua indicação e aprovação e na esfera do poder estadual com os laços de proximidade firmados com o interventor e depois governador do Estado, Juracy Magalhães. Nesse sentido, na Jacobina dos anos 30, 40, 50 e 60 do século passado o deputado era, de fato, uma liderança.

---

<sup>100</sup> Discurso político proferido pelo Deputado Estadual Francisco Rocha Pires. p. 9. (Mimeografado)

<sup>101</sup> Idem, p.11.

<sup>102</sup> CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. Op. cit, p. 109.

Sua projeção foi habilidosamente construída entre as tramas inscritas no universo privado que retiraram da cena o antigo chefe do partido, o Cel. Ernestino Alves e possibilitaram o ingresso de Francisco Rocha Pires. Àquela altura, como vimos, o outro grupo tinha ligações com as estruturas políticas da “Velha Bahia” e foi a aproximação com Juracy Magalhães, certamente a maior responsável pela sobrevivência política do deputado, mesmo depois do longo período em que ficou afastado da cena política estadual por ocasião do Estado Novo que fechou as atividades parlamentares em todo o país.

O tempo e o contexto são variáveis que imprimem as suas marcas nas trajetórias humanas sejam elas individuais ou coletivas. Nesse sentido, o domínio e a hegemonia de Chico Rocha já sofriam desgastes característicos da ação do tempo e das mudanças nos panoramas políticos, econômicos e sociais. Mesmo se considerarmos, por exemplo, que o Brasil vivia uma experiência política ditatorial com os militares que, entre inúmeros atos institucionais, extinguiram os partidos e estabeleceram o bipartidarismo. Nesse contexto, os grupos que disputavam inserção no jogo político local pertenciam à Arena, base governista. Os opositores ao governo dito “revolucionário” eram nomeados, do ponto de vista ideológico, como comunistas, “subversivos” e responsáveis por atos de terrorismo contra a ordem estabelecida depois do ano de 1964 que marca o golpe civil-militar. A oposição, representada pelo MDB nas três esferas de poder, tinha uma expressão política pouco significativa na cidade e não há registros de candidatos que tenham disputado as eleições para prefeito sob essa legenda. Em curso, apenas a trajetória de um deputado que, desde os anos 30, arregimentava as forças em torno da sua figura e, como vimos, elegia em duas frentes. Um episódio que correu na justiça local envolvendo um dos seus homens de maior confiança é uma fresta para pensar sobre as perdas que ganharam corpo e se materializaram nas eleições de 1970.

## 2.2 “Meu querido compadre e amigo Rocha Pires”: questões políticas inscritas na justiça local

Em 16 de outubro de 1967 o deputado estadual Francisco Rocha Pires recebeu uma carta. O remetente solicitava sigilo sobre o conteúdo argumentando que o pedido nada tinha de “pusilânime” e justificava sua precaução considerando, em tom confessional, que “os segredos da luta estão na sabedoria de usá-los à revelia do contendor, ainda mais quando sei que do outro lado está um espírito inteligente e malvado, pronto a descarregar o seu combustível”. O contendor, a quem faz referência o cauteloso remetente, era o juiz de direito da Vara Crime, Dr. Antônio Herculano de Carvalho. O documento foi encontrado entre os pertences do autor da carta, numa diligência para averiguar possíveis irregularidades no cartório do 2º Ofício dos Feitos Cíveis. Estava sob investigação e já cumprindo pena pela mesma prática, o funcionário público do Fórum Jorge Calmon, Humberto Soares e Silva, também conhecido na cidade como “Prata falsa”.<sup>103</sup>

As acusações eram muitas. A peça judicial que acompanhou a montagem dos cenários de denúncias e defesa está dividida em dois volumes e tem aproximadamente trezentas páginas. Enquadrado no artigo 312 do Código Penal pelo crime de peculato e também respondendo em juízo pelo artigo 147 do mesmo documento jurídico por praticar ameaças contra o juiz, o escrivão dos feitos cíveis estava enredado numa teia de acusações. A carta, datilografada e assinada por Humberto Soares e Silva, era mais uma prova juntada aos autos, reforçando o entendimento da promotoria que, nos dois processos, pediu a condenação do réu.

Ao que tudo indica, a amizade entre o acusado e o deputado era de longa data. Chico Rocha é chamado de “compadre e amigo”, indicando uma relação de proximidade e afetividade muito comum no interior do Brasil.<sup>104</sup> Aliás, no decorrer do documento de três folhas, confirmamos os laços de proximidade que uniam o funcionário público e o chefe político local. Em tom fraternal e amoroso, “Prata Falsa” dirigia-se ao destinatário como “filho preocupado pela sorte do pai e sua gente”.<sup>105</sup> E narrava, em primeira pessoa, os últimos acontecimentos que o envolviam de forma mais direta, mas que, na verdade, visavam “destruir, de qualquer maneira, um império trintenário e pacífico, cheio de grandezas

---

<sup>103</sup> Autos do Processo de *Sumário Crime* movido pela Justiça Pública contra Humberto Soares e Silva, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 03/08/1969 sob o nº de tomo 926. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 62.

<sup>104</sup> *Idem*, Fls. 62.

<sup>105</sup> *Idem*, *ibidem*. Fls. 64.

espirituais e de marcante progresso para o desenvolvimento de nossa gente”.<sup>106</sup> O império a que se referia tinha apenas um imperador e não aceitava, sob hipótese nenhuma, quaisquer atos que pusessem em dúvida o domínio ininterrupto, àquela altura, de quase 30 anos. O inimigo deveria ser enfrentado. As formas de luta e enfrentamento são também recortadas e denunciam atos de violência que, muito certamente, eram recorrentes na cidade de Jacobina. Entre elas constava a luta “usando-se a violência do escândalo pessoal, das representações pessoais, das responsabilidades pessoais do homem Herculano e não do juiz Herculano”. Nesse caso, o combate visava destruir o juiz através da sua pessoa, pois o remetente havia ponderado que enfrentá-lo no campo da justiça seria “uma luta desvantajosa para nós”.<sup>107</sup>

Ao que parece, as práticas de violência eram comuns entre aqueles que militavam politicamente. Destruir o inimigo, anular suas forças, afugentar e aterrorizar fortalecia e orientava ações dentro de uma diretriz política que mais condizia com os primeiros cenários da República Velha através dos seus maiores representantes, os coronéis. Mas, estávamos em 1967, portanto, três anos depois do golpe civil-militar que começava a se inclinar para práticas sobejamente conhecidas pela truculência e violência no trato com os chamados conspiradores. A justiça local foi palco do encontro destas ações, com nuances que indicam especificidades e convergem para uma leitura bem mais ampla.

Mas, voltemos à carta. Depois de identificar o inimigo e definir o seu perfil como sendo “um homem importado do Nordeste, empoleirado na função de Juiz de Direito”, Humberto Soares e Silva, que utilizava sempre o pronome “nós” falando no plural, passou a sugerir ações que orientariam o grupo a se desvencilhar do problema. Na verdade, o acusado acreditava que os processos que respondia na justiça tinham relação direta com a atuação do juiz Herculano que, ainda segundo ele, “é pública e notória a figadal inimizade do eminente magistrado titular da Vara Crime desta Comarca com o humilde serventuário”.<sup>108</sup>

O episódio, para além de envolver apenas acusado e Justiça, revelou uma intrincada rede de pessoas que aparecem nos autos e ligam-se por um denominador comum: a política local. O processo se converte num ponto de observação privilegiado para identificar, com clareza, a simbiose entre justiça e política e os desdobramentos dessa relação marcada por conflitos, tramas e intrigas que ilustram os elementos de uma sociedade marcada pelos

---

<sup>106</sup> Ibidem, Fls. 62.

<sup>107</sup> Ibidem, Fls. 63-64.

<sup>108</sup> Autos do Processo de *Exceção de Suspeição* movido por Humberto Soares e Silva contra o juiz de direito da Vara Crime, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 16/09/1968 sob o nº de processo: 5.024. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls.1.

sentidos e significados que a política imprimia. Nessa correlação de forças ainda é possível observar como a liderança do deputado já parecia desgastada e foi posta à prova justamente por aquele que, num ato de renúncia, doou o “corpo e minha inteligência a seu serviço”.<sup>109</sup>

É nesse sentido que o autor da missiva exige, de forma muitas vezes explícita e clara e outras vezes dissimulada e disfarçada, providências urgentes que pusessem fim àquele episódio. Além do documento já mencionado e de alguns depoimentos na ouvida das testemunhas a presença de Chico Rocha é, de alguma forma, preservada. Sua presença/ausência se dá de outras formas. Aparece, por exemplo, através do advogado do acusado, João Maximiano dos Santos, um dos mais caros e renomados criminalistas daquela região e correligionário militante no grupo do deputado. Além dele, observamos, através da lista de testemunhas, tanto da parte da defesa como da acusação, o que Cristiana Pereira Schettini chamou de “redes de solidariedade e sociabilidade”, deixando escapar, através dos seus nomes e das suas narrativas, as fiações políticas que tramavam e de certa forma ordenavam os ditos.<sup>110</sup>

Nas diferentes listas constavam nomes de parentes como José Pires Velloso, sobrinho do deputado, à época diretor do Hospital Regional Vicentina Goulart, um cargo político. Paulo Fonseca Araújo, também conhecido como Paulo Manga Rosa, sergipano, fazendeiro e funcionário da prefeitura municipal, era amigo pessoal de Chico Rocha. José Macerí Dantas, vereador eleito pela Arena 1, partido do deputado, integra a lista com alguns nomes que confirmam a rede formada para proteger Humberto e, na medida do possível, inocentá-lo das graves acusações. A carta foi largamente explorada pelo Ministério Público, no seu papel de promover a condenação do acusado. O promotor destacou vários trechos do documento, pondo em evidência os pontos que faziam parte do plano para matar o juiz e o representante da promotoria.

Os processos judiciais, no seu afã de sempre buscar a verdade dos fatos como algo puro e inteiro, não nos interessa. Nos propomos a analisar, por exemplo, como as partes inquiridas constroem as suas versões e como a peça processual vai sendo montada através dos documentos e falas de testemunha que ganham destaque identificando, nos pequenos detalhes

---

<sup>109</sup> Autos do Processo de *Sumário Crime* movido pela Justiça Pública contra Humberto Soares e Silva, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 03/08/1969 sob o nº de tomo 926. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 64.

<sup>110</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. *Que tenhas o teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 32.

e nas fissuras quase imperceptíveis, os indícios de um modelo político que já não parecia ser tão hegemônico. Nesse sentido, a atuação de juízes e promotores, aliando-se ao que rezava a lei, promoveu outras compreensões sobre os limites da política e o respeito que o judiciário fazia questão de impor.

Como vimos, entre os anos de 1967 e 1974, Humberto Soares e Silva colecionou problemas com a justiça. Os acontecimentos evidenciaram a vida pública e pessoal do acusado. Revelaram também as forças em disputa por um projeto que tinha um sentido e uma razão política. Desse jogo, podemos refletir sobre algumas reorganizações dentro da estrutura de mando e chefia no município de Jacobina. É isso que nos interessa.

As graves acusações que respondia na justiça, ao que parece, não intimidaram o acusado. Em 13 de setembro de 1968, através do seu advogado, formulou um processo de *Exceção de Suspeição* que, grosso modo, requeria o afastamento do juiz Antônio Herculano de Carvalho do caso. Nas argumentações tecidas pela parte requerente, o magistrado, evidenciava “constantes demonstrações de perseguição e má-vontade quer sejam pessoais ou funcionais, pondo em mira o peticionário excipiente”.<sup>111</sup> Apresentava como início dos conflitos, o fato do juiz ter sido designado presidente da Comissão de Inquérito Administrativo, responsável por investigar a denúncia de irregularidades no cartório que Humberto Soares e Silva trabalhava como escrivão. A inicial ainda apresenta um conceito de verdade baseado em Blaise Pascal nos seguintes termos: “dizer a verdade é inútil a quem ela é dita, mas desvantajoso àquêles que a proferem, porque se tornam odiados”. A citação foi usada para, dentro do contexto, afirmar categoricamente que Humberto Soares e Silva era alvo de perseguições e na ocasião de entrega do relatório administrativo o juiz teria “patenteado o desejo de prejudicar, enormemente, ao peticionário excipiente”. No entanto, o advogado guardava para o final do texto a grande cartada e o fio condutor do processo, presente nas falas das testemunhas arroladas pela defesa e, arriscaria dizer, tratar-se da tese que costurou e alinhavou todo o enredo envolvendo as partes. Caracterizar as atitudes e posturas do magistrado como sendo “o mentô intelectual de tôda farsa, entre outros que têm **intêresse político**”. [Grifo nosso]<sup>112</sup>

---

<sup>111</sup> Autos do Processo de *Exceção de Suspeição* movido por Humberto Soares e Silva contra o juiz de direito da Vara Crime, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 16/09/1968 sob o nº de tomo: 5.024. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls.2.

<sup>112</sup> Idem, Fls.2.

A política estava ali. Pulverizada nas ações dos envolvidos, direcionando suas falas, orientando posturas e formas de conduzir o processo. Seria ela a responsável, como já informamos, pelas perseguições que o escrivão dizia sofrer. Por outro lado, a versão do magistrado associava à política o “hábito já consagrado aqui de deslocar a competência e jurisdição, afastando o juiz do julgamento, por força das intrigalhadas político-partidárias”. Duas argumentações que diferiam e, por isso, se afastavam, mas se encontram atravessadas de sentido político.<sup>113</sup>

Pensar a política, a partir do espaço jurídico, significa mapear as suas inscrições. Entendendo, por exemplo, como seus tentáculos se esforçam para agarrar e anular qualquer tentativa que fizesse frente ao modo como estava organizada. Na prática, implicava em criar mecanismos de coação, de violência e anulação de forças. Significava mexer e remexer no tabuleiro com sagacidade construindo falas e argumentações hegemônicas que subsidiassem relações de poder e de mando. Antônio Herculano de Carvalho sentiu na pele de homem e no cargo de juiz os desdobramentos desse caso, entretanto ele não se acovardou. Em alguns momentos, precisou usar recursos que tinha a lei como premissa e seguiu adiante com o processo. Mas o que talvez ele não soubesse é que o pontual episódio envolvendo o escrivão dos feitos cíveis ganharia proporções bem maiores e exigiria do corpo do judiciário local articulações com o Tribunal de Justiça do Estado.

O pedido para afastar o juiz do processo foi indeferido pelo próprio magistrado três dias depois do recebimento. Sua argumentação para justificar a decisão teve por base também a política. Afirmando, por exemplo, que “o artifício é velho, conhecido e já desmoralizado”, Antônio Herculano, no seu despacho, passa a avaliar de forma individual cada uma das testemunhas arroladas pela defesa e identifica a ligação entre elas: a política local e a militância no grupo do então deputado estadual Chico Rocha. Mas, vai além dessa constatação que lhe parecia tão óbvia e fornece ricos detalhes sobre a vida desses personagens e as suas questões envolvendo, quase sempre, problemas com a justiça. Seu intuito é claro e visa desqualificar as testemunhas para depois apresentar um relatório de treze páginas que pormenoriza todos os atos falhos do acusado, incluindo, entre outros delitos, aquele mais grave: o crime de peculato que caracteriza-se por “apropriar ou desviar” valores, bens móveis que o funcionário tem posse justamente em razão do cargo/função que exerce.

---

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*. Fls.3.

Ainda segundo o magistrado, “todos os personagens que se movimentaram no caso, pertencem a uma só agremiação política” e também colecionavam problemas com a justiça.<sup>114</sup> Contra Paulo Manga Rosa, corria no Cartório dos Feitos Criminais um inquérito que investigava o seu envolvimento na retirada de um gado da fazenda “sem a autorização do Fisco”. Denúncias de espancamento, bofetadas e pontapés recaiam sobre o Sargento da Polícia Militar e delegado de polícia do município, João Batista Alves. Trata-se de um cargo político. O documento ainda menciona que os presos José Lopes da Silva e Edmilson Ferreira Luz, foram vítimas de sessões de tortura, bem próximas daquelas que se tem notícia nos grandes centros no Brasil, sobretudo depois que o general presidente Costa e Silva assumiu o poder. Queimaduras com cigarro, pelos e cabelos arrancados e o roubo dos pertences dos detidos são alguns atos denunciados pelo juiz que tinham no delegado de polícia o agente patrocinador. A denúncia do juiz não esclarece, por exemplo, quais foram os motivos da prisão. Menciona, apenas, que o “delegado citado recolheu por qualquer razão à Cadeia Pública local os indivíduos” praticando, segundo o magistrado, atos violentos que incidiam em gravíssimas penalidades.<sup>115</sup>

Nem mesmo os vereadores foram poupados. Na verdade, “tiveram seus mandatos extintos por força de sentença que proferimos”. Não sabemos exatamente quais razões levaram o juiz extinguir a vereança de José Macerí Dantas e Júlio Inácio Neves, mas desconfiamos se tratar de irregularidades e sobrevida de algumas práticas políticas da República Velha no processo eleitoral de 1966. O juiz, ao que tudo indica, estava mesmo disposto a desmontar e desvelar os edifícios de sustentação de uma política que lhe parecia bastante nociva para aquela sociedade.

Evidenciar a vida pregressa das testemunhas significava, entre outras coisas, atingir a própria reputação do acusado e fornecer elementos que credenciassem a sua decisão. O breve relato, em forma de síntese, municia elementos para pensar, por exemplo, sobre quais questões enredavam as pessoas que se viam às voltas com a justiça. Descumprimento da lei respaldando-se em força política, abuso de autoridade, ações violentas amparadas no cargo, processos eletivos falhos e sujeitos à verificação da justiça são alguns dos aspectos que o magistrado deixa explícito no seu relatório. Por outro lado, o rol das testemunhas de defesa

---

<sup>114</sup> Autos do Processo de *Exceção de Suspeição* movido por Humberto Soares e Silva contra o juiz de direito da Vara Crime, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 16/09/1968 sob o nº de tomo: 5.024. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 11.

<sup>115</sup> Idem, Fls.12.

emprestou as suas narrativas para afirmar que o acusado estava, na verdade, sendo vítima da política adversária.

O relatório sobre Humberto Soares e Silva é extenso e nos deixa antever um rosário de faltas do então funcionário da justiça. O levantamento acompanha os anos entre 1951 a 1959 e enfatiza ausências graves que se mantiveram por quase uma década em razão, muito certamente, da proteção política que desfrutava. Não podemos perder de vista que depois do processo de redemocratização do Brasil, com a saída do presidente Getúlio Vargas e o retorno dos processos eletivos para as câmaras estaduais e federais, Francisco Rocha Pires colecionou mandatos sucessivos para a cadeira do Poder Legislativo da Bahia, desfrutando das benesses que uma liderança com raízes enfiçadas nos anos 30 poderia pleitear.

Do enorme inventário de faltas, abusos e ingerências cometidas pelo escrivão uma, em particular, nos chama atenção. O fato que ficou conhecido pelas autoridades judiciárias fornece elementos para pensar sobre o peso da política e sua inserção no cenário jurídico e no cotidiano da cidade. Em letras garrafais o juiz afirmava que “Há poucos dias, quando das últimas eleições realizadas, o escrivão Humberto Soares e Silva fechou as portas do seu cartório sem a devida licença, durante, calculadamente **60 dias**” [Grifo nosso].<sup>116</sup>

Ao que parece, “a paixão política do Escrivão indiciado, ultrapassou o recôndito do coração”. Não cumprir com as suas atividades diárias e uma jornada de trabalho que variava de 30 a 40 horas semanais durante dois meses é, sem restar dúvidas, um ato que precisaria de um respaldo político mais amplo para acontecer sem que trouxesse maiores prejuízos, inclusive financeiros, para o funcionário. O fato também nos permite pensar sobre o processo eletivo municipal e o envolvimento de algumas pessoas, a exemplo do escrivão, nas atividades que organizavam, mais de perto, uma campanha política. Naquela de 1966, em particular, figuravam novos elementos que traziam para cena pública um rompimento dentro do grupo do deputado Chico Rocha. O mais recente adversário, Fernando Mário Pires Daltro, disputaria as eleições contra José Prado Alves. Nessa nova configuração, que certamente exigiu de ambos os grupos empenho nas atividades políticas de campanha, é que podemos compreender o fechamento de um cartório por um período tão longo. A ruptura e os desdobramentos que ela terminou promovendo na estrutura político-social da cidade de Jacobina será objeto do terceiro capítulo. Por enquanto, nosso interesse é pensar sobre esse

---

<sup>116</sup>Idem, folha sem numeração.

deslocamento de pessoas e forças que justificaram o encerramento temporário das atividades do 2º ofício dos feitos cíveis.

À Escrivania Cível, segundo o Ministério da Justiça, compete a escrituração e registro dos feitos cíveis, podendo, o juiz, atribuir alguns ofícios extrajudiciais como, por exemplo, Interdições e Tutelas ao Registro Civil das Pessoas Naturais. É também no cartório cível que as pessoas buscam vários serviços ligados ao cotidiano e necessidades que daí surgem. Registro dos nascidos, certidões de óbito, casamento, interdição de pessoas, entre outros, são as funções atribuídas à Vara Cível, na qual Humberto Soares e Silva trabalhava.<sup>117</sup> Por certo, as demandas não deixaram de existir no período em que o cartório paralisou as atividades. Certamente sobrecarregaram outros funcionários, exigindo maior esforço e empenho nas atividades diárias. Com base nessa e nas outras tantas falhas aqui registradas, o juiz Antônio Herculano requereu, em 19 de dezembro de 1967, a demissão de “Prata Falsa”.

A decisão desdobrou-se em outro processo, iniciado em junho de 1969, com a denúncia do Promotor. Desta vez, as acusações tinham uma tonalidade criminal e revelavam planos arquitetados nos universos privados e secretos que terminaram por ganhar notabilidade. O mesmo juiz que presidiu a comissão de investigação responsável por apurar as faltas do serventuário e que, ao final do relatório, requereu a sua demissão, foi alvo de reações no final dos anos 60. Humberto Soares e Silva, já se encontrava a essa altura, afastado do seu cargo por responder a “processo administrativo e criminal”. Ainda segundo a denúncia, redigida pelo promotor, o antigo escrivão teria declarado a “amigos, inclusive em conversa por telefone com o snr. Alfrêdo Amaro da Silva de que iria mandar matar o Dr. Antônio Herculano de Carvalho”.<sup>118</sup>

Segundo o texto da promotoria, o magistrado “temeroso de perder a vida” suspendeu os “serviços de justiça” em novembro de 1968. A prova que subsidiava e oferecia bases materiais para a denúncia era uma conversa gravada em fita cassete por Edna Daltro, esposa de Fernando Daltro que, inclusive, figurava na lista de testemunhas. Além dele, depuseram na fase do inquérito e depois no processo-crime, o ex-prefeito de Jacobina, Gustavo Souza, Alfrêdo Amaro da Silva que seria a outra voz da gravação, José Heitor Sapucaia e o comerciante Pedro José Galvão Nonato Alves. Os detalhes sobre como, quando e em quais

---

<sup>117</sup> Disponível em: <http://direitoemdebate.net/index.php/cartorios/149-atribuicoes-dos-cartorios>. Acesso 15 de Ago. 2011 às 22h40m.

<sup>118</sup> Autos do Processo de *Sumário Crime* movido pela Justiça Pública contra Humberto Soares e Silva, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 03/08/1969 sob o nº de tomo 926. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls.2.

circunstâncias a conversa foi gravada trataremos no decorrer da montagem da trama e na construção do perfil político e social de cada um dos personagens.

Naquele ano de 1969, Fernando Mário Pires Daltro já tinha rompido relações políticas e pessoais com Chico Rocha. Entendemos que, do ponto de vista legal, essa foi a estreia na condição de adversário do antigo correligionário na arena judiciária. Interessava, muito particularmente, contribuir com provas e testemunhos para provar que Humberto Soares e Silva tinha planos para assassinar o juiz. Significava enfrentar politicamente, em um espaço familiar onde dominava os códigos, afinal era bacharel em direito, o deputado. Seu depoimento, a gravação da fita, o registro fotográfico que capturou a reunião para escutar o projeto de execução do magistrado são indícios que comprovam um empenho que só pode ser explicado se não perdemos de vista esse dado. Três anos depois de amargurar a primeira derrota nas eleições locais, seria no palco da justiça que Fernando Daltro alçaria os primeiros voos no seu projeto político de um dia tornar-se prefeito de Jacobina. Desmoralizar Chico Rocha e associar os eventos que envolviam o assassinato do juiz e do promotor público implicava, ofensivamente, no enfraquecimento e desgaste da imagem de chefe político à medida que fortalecia a sua atuação de advogado empenhado, do ponto de vista legal e, portanto, jurídico, em evitar uma tragédia com maiores proporções.

O inquérito que apurou as denúncias correu na Delegacia Especial de Jacobina e foi autuado no dia 15 de novembro de 1968. Como o delegado de polícia e sargento João Batista Alves estava afastado do cargo e respondendo processo-crime na justiça por práticas de tortura, coube a Antônio Factum Pita, Coronel da PM, presidir as investigações que incluíam a ouvida das testemunhas, envio de ofícios para as autoridades locais, preenchimento de fichas e o relatório final informando sobre as conclusões do inquérito.

Mesmo considerando a suspensão do sargento João Batista das funções de delegado foi a ele que se dirigiu um ofício com a mesma data de abertura das investigações contendo várias questões que poderiam elucidar as denúncias contra Humberto. É interessante perceber o silêncio contido nas suas respostas seguido de uma clara tentativa de tornar os fatos como sendo apenas “boatos”, explorando a longa manhã de “segunda-feira que esteve com juiz”, sem que este mencionasse nada a respeito. Essa foi a base das argumentações do sargento para desarticular as acusações que, a essa altura, ganhavam corpo. Interpretar os silenciamentos nos processos judiciais é preciso, porque ali estão elementos da cultura e da

sociedade jacobinense. O silêncio é em si um ato de comunicação carregado de significados que revela posições, entendimentos e lugares.<sup>119</sup>

Silenciar, como também fez o capitão da Polícia Militar Arthur Ribeiro de Araújo, significa mostrar posições nos cenários que estavam se formando. No caso do delegado afastado, fica evidente a sua postura e a relação com o cargo que fora ocupado por designação política. Proteger “Prata Falsa” para evitar que as denúncias ganhassem corpo e evidência implicava, diretamente, em esforços para poupar a imagem e a reputação do deputado Chico Rocha. O mesmo Arthur Ribeiro que, a princípio, avaliou as relações entre “aquele Juiz e o Delegado de polícia Sgt. João Batista Alves à aparência se entendiam funcionalmente”, revelou, naquele mesmo dia, algumas outras lembranças.<sup>120</sup> Escreveu de próprio punho um texto complementando as informações. Antes de viajar para Juazeiro, naquele mesmo mês, teria escutado um “rumor ligado ao nome do Dr. Juiz de Direito”. Esses rumores, segundo o capitão, vinham de pessoas das quais ele “não recorda os nomes” e nada mais eram do que “boatos”, que deveriam receber o “abatimento de 50%”.<sup>121</sup>

Lembrar e trazer para superfície da memória atualizando as lembranças através da fala não significa, necessariamente, uma mudança na sua postura. Os esquecimentos, imprecisões e a tentativa de qualificar os comentários como sendo falatórios, sem grande importância, marcaram as preocupações do remetente. O documento ainda traz algumas novidades sobre o caso. Além das ameaças de morte ao juiz, houve registro de uma tentativa de arrombamento do cartório e o promotor público, segundo consta, também seria executado. O clima de intranquilidade e insegurança é lembrado por todas as testemunhas que prestaram seus depoimentos na delegacia de polícia. Suas narrativas recriam tempos conturbados e difíceis para quem vivia na cidade e pode acompanhar os eventos. As supostas ações que incluíam, como já mencionamos, o extermínio das autoridades judiciais, a invasão da sala de audiência do juiz e o sumiço de alguns processos com o arrombamento do cartório eram as responsáveis por esse momento de grandes turbulências.

A gravação e o arrombamento ao cartório, que na época funcionava no prédio da prefeitura, se constituíam como as principais provas da acusação. As perguntas do delegado se orientavam no sentido de explorar ao máximo esses elementos. Com esse intuito pautou os

---

<sup>119</sup> BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 163.

<sup>120</sup> Inquérito Policial autuado em 15/11/1968 na Delegacia Especial de Polícia, figurando como autor o serventuário da justiça Humberto Soares e Silva e tendo como vítima o juiz de direito da Vara Crime. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 17.

<sup>121</sup> Idem, Fls. 20.

trabalhos e deu início a inquirição das testemunhas. Todas elas, de alguma forma, estavam envolvidas com a produção das provas e ansiavam pela condenação do acusado. Os motivos tinham suas raízes enfiadas na política local. Possivelmente por ter um juiz de direito e um promotor público sob ameaça as investigações correram rápido, contrariando o quadro de uma justiça morosa. A lentidão, nesse caso, depende muito do quem está envolvido. E a sua resolução também.

Os depoimentos foram colhidos no Hotel Zilda, onde funcionava “precariamente” a Delegacia Especial. Gustavo Souza foi ouvido no dia 17 de novembro de 1968. Qualificado como advogado, mas tendo apenas a instrução secundária, sabemos que o inquirido atuava como rábula e tinha sido prefeito de Jacobina entre os anos de 1945 a 1947. Suas relações com Francisco Rocha Pires eram, então, de longa data. Além do cargo que ocupou por dois anos, Souza também representava Humberto Soares e Silva no processo administrativo que investigava os deslizes funcionais do escrivão da justiça. Mas, um jogo de intrigas fez com que o rábula não só abandonasse a causa, como contribuiu para que se tornasse uma testemunha de acusação em potencial confirmando ser a voz do seu antigo cliente aquela que se ouvia na gravação.

Afirmou ainda, quando perguntado se “achava que o ex-escrivão Humberto era capaz de cometer um assassinato desta ordem?”, que o acusado era “um homem temperamental” e, essa característica, poderia sim impulsioná-lo a cometer o crime. O clima intranquilo, instável e tenso também marcou a narrativa da testemunha de acusação que termina por associar estes eventos ao “prestígio político que o mesmo desfrutava nesta Cidade, davam a justa medida da intranquilidade reinante”.<sup>122</sup>

Cometer os crimes, para Gustavo Souza, e ter a possibilidade de livrar-se da culpa contratando bons e caros advogados, como o próprio Humberto sugeriu ao deputado Francisco Rocha Pires na carta enviada em 1967, significava ter a impunidade como horizonte mais próximo. O rábula apresenta no seu depoimento que os esquemas de proteção e apadrinhamento político estavam, naquele contexto, para além da lei.

Alfrêdo Amaro da Silva, comerciante e natural de Senhor do Bonfim, foi, no jargão judicial, testemunha-chave dos incidentes que atribuíam a culpa a Humberto Soares e Silva no plano de assassinar o juiz. Foi com ele que o acusado falou ao telefone na gravação. Foi para ele o desabafo que desejava por fim à vida de Antônio Herculano. A testemunha confirmou

---

<sup>122</sup> Depoimento de Gustavo Souza prestado na Delegacia Especial de Polícia em 17/11/1968. Fls. 25.

ser a voz de Humberto quando teria dito: “sobre a possibilidade de contratação de pistoleiro a conselho do advogado Gustavo Souza”. Mesmo confirmando na delegacia uma denúncia de natureza gravíssima, o depoente complementou, logo em seguida, que “faz questão de dizer que nem Humberto, nem Gustavo são homens para uma empreitada desta natureza”.<sup>123</sup>

Inquirido, depois de ouvir sobre todas as outras acusações que pesavam contra Humberto Soares e Silva e que incluíam o desvio de cerca de cem processos do cartório onde era titular; uma quantia de dinheiro que estava depositada em sua mão e que pertencia a um cidadão conhecido nesta cidade como Prêto do Padre; sobre o seu engajamento e o de outras pessoas no plano que visava o assassinato do Dr. Antônio Herculano de Carvalho, assim respondeu, respectivamente: “que ouviu dizer; que ouviu falar; negativamente”.<sup>124</sup> A testemunha, certamente, não queria se comprometer. A relação dele com Humberto, a julgar pelo telefonema e os segredos confidenciais na conversa telefônica explica uma postura preventiva, cuidadosa e protetora. Novamente, as redes de solidariedade firmadas em outros espaços têm peso nos depoimentos. E, bem verdade, à medida que comprometesse Humberto, Amaro também poderia se prejudicar.

Humberto Soares teve a sua prisão preventiva decretada em 20 de novembro de 1968. As fotografias, grandes aliadas do trabalho da justiça, sobretudo porque fornecem um testemunho foram largamente exploradas no decorrer da montagem do processo.<sup>125</sup> O registro em 3X4 capturou um homem engravatado e bem vestido, muito distante da imagem de acusados e fugitivos que costumam enfrentar problemas com a justiça. No entanto, outra fotografia se constituiria como prova. Juntada ao inquérito policial na mesma data em que foi expedida a prisão preventiva do acusado, o registro apreende o momento em que a gravação foi ouvida na presença de várias autoridades, entre elas, o defensor público Heitor Sapucaia e o advogado Fernando Mário Pires Daltro.

A voz do ex-escrivão foi ouvida e confirmada pelos que estiveram presentes. Nesse mesmo dia, o juiz, temeroso dos possíveis desdobramentos, suspendeu as atividades no fórum por aproximadamente 20 dias. Mesmo afastado das funções de delegado, João Batista tomou conhecimento do inquérito. É interessante perceber como um processo envolvendo diretamente uma pessoa, nesse caso o mentor do plano que poria fim a vida do juiz, foi capaz

---

<sup>123</sup> Depoimento de Alfrêdo Amaro da Silva prestado na Delegacia Especial de Polícia em 17/11/1968. Fls. 27.

<sup>124</sup> Idem, Fls. 27-A.

<sup>125</sup> OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade: imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci (Jacobina 1955-1963)*. Dissertação de Mestrado em História, Salvador: UFBA, 2007. p. 22.

de catalisar tantos nomes e revelar as intrigas políticas que se processavam há algum tempo. O grande adversário de Chico Rocha era o mais recente dissidente. Disso, todos os envolvidos sabiam, inclusive o próprio delegado que não poupou o advogado na correspondência enviada seu colega de profissão e responsável pela montagem do inquérito. Estávamos em 18 de novembro de 1968. Considerado audacioso e responsável por “empanar o brilho daquela festividade”, Fernando Daltro, durante a inauguração do início das obras que previam o asfaltamento da rodovia Capim Grosso - Jacobina, teria se dirigido ao Exmº Sr. Governador do Estado da Bahia para solicitar um “delegado de polícia para Jacobina, pois aqui os criminosos andavam soltos”.<sup>126</sup> Já ensaiava, claramente, os primeiros passos orientados por atitudes de caráter político, no sentido de desmoralizar o deputado diante da maior autoridade do Estado. O ofício do sargento João Batista ainda nos mostra como as preferências políticas remexem e propõem novas formas de ler o passado.

Para se defender das inúmeras acusações, desvirtuando os fatos e buscando claramente se beneficiar, o ex-delegado desfiou um rosário de crimes que tinham algum tipo de relação com os Valois, em particular com Edvaldo Valois, deputado estadual e principal adversário de Chico Rocha, não apenas na Assembleia Legislativa, mas na política municipal. Além dele, os ataques tinham outro alvo certo: o advogado Fernando Daltro. Como atuava na área do direito criminal, seus clientes eram pessoas que enfrentavam problemas mais sérios com a justiça. O requerimento de um *habeas corpus* em favor de Deraldino Liberalino da Silva acusado da morte de “Teodomiro Francisco da Silva, no povoado de Casa Nova dêste município” é o ponto de partida para narrar práticas criminosas que corriam na cidade de Jacobina sob a chancela do advogado criminalista.<sup>127</sup> Curiosamente, tratava-se da mesma pessoa que solicitara ao governador a nomeação de um delegado para conter os inúmeros crimes registrados na cidade, sem que as devidas soluções fossem adotadas.

O documento ainda informa sobre um episódio envolvendo estudantes. O sargento dá a entender que a cidade foi palco de uma manifestação contrária a todas as práticas de tortura e violência pelas quais respondia em juízo. Menciona uma passagem do “campo policial para o estudantil, onde no decorrer deste ano, passei as maiores provações”. Se pensarmos que o ano de 1968 foi marcado por manifestações que envolveram diferentes setores da sociedade,

---

<sup>126</sup> Inquérito Policial autuado em 15/11/1968 na Delegacia Especial de Polícia, figurando como autor o serventuário da justiça Humberto Soares e Silva e tendo como vítima o juiz de direito da Vara Crime. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 34.

<sup>127</sup> Idem, Fls. 34.

podemos entender nesse registro como um ponto de conexão com o restante do mundo. O maio de 1968 é interpretado como acesso de febre ou revolta da juventude, uma “irrupção do jogo ou da festa no cotidiano”, como defendem os autores franceses Luc Ferry e Alain Renaut no balanço que propõem do mês.<sup>128</sup>

Os estudantes de Jacobina foram às ruas manifestar desaprovação e repulsa aos atos de violência que corriam na delegacia local. Uma atitude corajosa, se levarmos em conta o contexto político do Brasil que vivia sob a égide da ditadura militar. Infelizmente, o documento não informa detalhes do evento e sendo assim não podemos avançar nas análises, mesmo porque não é o objetivo desta dissertação investigar movimentos estudantis incluindo as motivações e interesses que sustentaram atitudes como esta, mas perceber por outro lado, como um caso de natureza jurídica conseguiu movimentar outros setores da sociedade, imprimindo novas possibilidades de leitura dos eventos.

Mesmo afastado do cargo, o sargento teve acesso aos documentos que faziam parte do arquivo da delegacia. Pensar sobre esse trânsito livre e sem obstáculos nos leva a formular que existia uma figura política articulando os caminhos que favorecessem a construção de provas com objetivo de livrar o sargento das acusações. Se levarmos em conta, por exemplo, que o cargo de delegado era fruto de indicação e articulação política concluímos que era Francisco Rocha Pires o responsável por essas permissividades. Mesmo tendo o seu nome citado e associado ao plano que previa matar as autoridades judiciárias na cidade de Jacobina, o deputado não prestou nenhum depoimento. Seu raio de atuação e aproximação com os poderosos na esfera de poder estadual e federal devem ter impedido a sua citação. Mesmo depois das declarações do defensor público José Heitor Sapucaia no inquérito policial, que comprometiam em muito o deputado:

Ditas ameaças, inclusive as partidas do Deputado Francisco Rocha Pires, que declarou no Tribunal que não se responsabilizaria pela vida do juiz desta Comarca [...] Deseja frisar que a ameaça feita pelo Deputado Rocha Pires, lá no Tribunal de Justiça, é de conhecimento do Dr. Herculano.<sup>129</sup>

O relatório final das investigações ainda nos informa sobre outras ameaças perpetradas pelo próprio deputado. Relembrando que o referido “disse a essa autoridade que tal qual fazem os estudantes realizando uma passeata de protesto, êle iria movimentar 10 mil pessoas

---

<sup>128</sup> FERRY, Luc; RENAUT, Alain. *Pensamento 68. Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988. p. 59.

<sup>129</sup> Depoimento de José Heitor Sapucaia prestado na Delegacia Especial de Polícia em 22/11/1968. Fls. 42.

em Jacobina para, em atitude semelhante, protestarem contra a atuação do Dr. Herculano”. As relações de amizade entre o deputado e o acusado oferecem bases para as argumentações do delegado. O zelo e cuidado entre ambos incluía o pagamento das dívidas do primeiro pelo último, assim como o sustento da família que foi deixada para trás com a fuga. Comprovar e insistir nessa associação significava relacionar as ações de Humberto Soares como resultado direto de **“uma política cujos métodos ninguém mais aprova”**. Significava também enfraquecer e desqualificar a liderança local relacionando todas as práticas de violência e criminalização a projetos políticos de sua autoria.<sup>130</sup>

Concluído em 26 de novembro de 1968, onze dias depois da sua abertura, a avaliação final do delegado especial complicava, ainda mais, a situação de Humberto Soares na Justiça. Protegido de Chico Rocha, praticante de crimes contra o erário público, homossexual e fugitivo da justiça são alguns aspectos destacados no texto final que realizou um levantamento da vida pregressa de “Prata Falsa”. Mesmo não respondendo a nenhum processo que tivesse relação com elementos ligados a moral e bons costumes, o delegado fez questão de frisar a possível opção sexual do escrivão, apenas para acentuar o quadro e agravar as incriminações. É inclusive a partir desse entendimento que, no último parágrafo do relatório, consta: “depois, a esfera moral em que rola, o recomenda e o capacita ao cometimento de qualquer crime”.<sup>131</sup>

As avaliações finais do documento policial apontam claramente que os homossexuais seriam capazes de cometer práticas criminosas apenas por essa condição. No emaranhado de denúncias e responsabilidades que recaiam sobre Humberto Soares, a condição sexual reforçava a tese da sua culpabilidade. Não é nosso objetivo esmiuçar as frentes de resistência carregadas de preconceitos que os homossexuais enfrentavam na sociedade, aqui refletidas na compreensão dos delegados e juízes. Esse componente apenas reforça e legitima uma série de outras acusações. Nosso interesse é mapear a dimensão política dos fatos e como a sua presença termina por redimensionar os envolvidos no longo processo iniciado em 1968 e concluído apenas em 15 de julho de 1974 com a sentença final.

O Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia recebeu a cópia do inquérito que não foi enviado para Salvador via Correios certamente para evitar possíveis extravios, se levarmos em conta que a agência funcionava em Jacobina com funcionários federais, resultado de indicações políticas de Rocha Pires em parceria com o deputado federal Manoel

---

<sup>130</sup> Inquérito Policial já citado. Fls. 45. [Grifo nosso]

<sup>131</sup> Idem, Fls. 45.

Novais. Como medida preventiva ficou a cargo de um agente policial entregar o documento para garantir “as cautelas devidas” também ao juiz da Vara Crime, que fez o envio do inquérito ao seu substituto legal, o juiz de direito da Comarca de Alagoinhas.

Apenas em janeiro de 1969 temos o primeiro registro de chegada do processo em Salvador. Em seguida, notamos uma movimentação no sentido de levantar toda a vida pregressa do acusado, com o preenchimento de uma ficha em formato de boletim que mapeava hábitos e costumes sociais a exemplo do uso de bebidas alcoólicas, idas à zona do baixo meretrício, opções de lazer do acusado, entre outros. Conhecer particularidades da vida de Humberto Soares fazia parte da devassa promovida pela justiça. Quanto mais próximo ele estivesse de práticas e costumes desviantes daqueles considerados corretos e honestos, mais provável e evidente ficava a sua participação nos planos e, mais do isso, na execução que daria cabo a vida do juiz.<sup>132</sup>

O promotor público Fernando da Costa Tourinho Neto ofereceu a denúncia, baseado no inquérito policial que correu na Delegacia Especial de Polícia em 25 de junho de 1968. O juiz de direito usando das atribuições da lei recebeu parcialmente a denúncia modificando o artigo 147 para o de número 344 por entender que a “ameaça é um crime de ação provada e a decadência já estaria consumada”. Mal sabia o magistrado, mas essa decisão de modificar a denúncia do ministério público seria a carta na manga da defesa a ser usada no momento oportuno. Mas, por hora, nos interessa pensar sobre o desempenho de Fernando Mário Pires Daltro, que constava na lista das testemunhas arroladas pela promotoria, e como no seu depoimento em juízo usaria o caso de Humberto Soares para combater o seu padrinho, o deputado Rocha Pires.<sup>133</sup>

Disparando duras críticas a práticas políticas ancoradas em violência em uma terra onde a lei estava sob forte ameaça, a testemunha soube usar os traquejos jurídicos para enfraquecer, atingir e afrontar o deputado. O episódio foi desgastante para imagem do líder político que rapidamente cedeu lugar para construção do coronel truculento, arredo e implacável. Combater e provar em juízo que “Prata Falsa” tinha planos e pretendia, de fato, matar o juiz significava atribuir todas as responsabilidades intelectuais e de natureza prática ao deputado. Esse, aliás, foi o fio condutor da narrativa de Daltro diante do juiz.

---

<sup>132</sup> Idem, Fls. 51-52.

<sup>133</sup> Autos do Processo de *Sumário Crime* movido pela Justiça Pública contra Humberto Soares e Silva, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 03/08/1969 sob o nº de tomo 926. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls.2.

Ruy Dias Trindade, juiz de direito da Vara Crime de Alagoinhas, assumiu a presidência do caso porque o Dr. Antônio Herculano de Carvalho, temeroso pela sua vida, foi afastado do caso e transferido da comarca de Jacobina. Em 20 de agosto de 1969, Humberto Soares foi interrogado em juízo e negou todas as acusações. O recurso usado pelo réu foi deslocar a responsabilidade dos planos que culminariam na morte do juiz para o seu antigo advogado, Gustavo Souza. Afirmando ainda que os “êrros” do advogado eram constantes, incluindo no seu depoimento a sugestão dada pelo próprio rábula para por fim àquela situação. Desqualificar seu antigo peticionário, alegando erros e orientações criminosas era apenas uma parte do plano da defesa sob a orientação de João Maximiano, causídico conhecido naquela região como homem inteligente e sagaz no terreno jurídico. O advogado tinha relações muito próximas com Chico Rocha, que fizeram do seu pai entre os anos 70 e 80 do século passado delegado de polícia no município de Jacobina.

Foi com João Maximiano que Fernando Daltro disputou política e juridicamente espaço, prestígio e poder. Na política, estavam em lados e grupos opostos e na justiça se enfrentaram por diversas vezes no tribunal. Não seria diferente neste caso, que envolvia o ex-escrivão dos feitos cíveis de forma mais direta e indiretamente o deputado estadual. O enfrentamento teve lugar no palco da justiça. As posições contrárias no jogo político local ganharam contornos no espaço jurídico e bastou um caso para demonstrar as desavenças e os lugares que esses sujeitos ocupavam nas estruturas político-sociais, evidenciando, por assim dizer, algumas modelagens da vida naquela sociedade.

A tese de defesa do acusado, como já mencionamos, era caracterizar todas as argumentações da promotoria como sendo fruto de intrigas e interesse político em prejudicar o ex-funcionário público. Ele mesmo, no depoimento prestado em juízo, afirmou que:

A acusação é fruto de uma injúria política cujo fito único foi a destruição do interrogado no meio social de Jacobina; que os adversários políticos do denunciado apontaram uma série de crimes a êle atribuídos formando uma verdadeira cadeia, cujo início se prendem aos fatos apontados no inquérito administrativo que respondeu até a êste que é objeto da presente ação.<sup>134</sup>

Deslocar para o campo político questões de justiça significava invalidar as acusações e reduzir as graves denúncias a questões que podem ser lidas como perseguição e enfrentamento a opositores, práticas, inclusive, muito comuns em se tratando de política.

---

<sup>134</sup> Termo do interrogatório feito ao denunciado em 20/08/1969. Fls. 55.

Descaracterizar os crimes sobrepondo às acusações tramas do universo político como as responsáveis pela formação de uma “cadeia conspiratória” como argumentou Humberto Soares em juízo, implicava provar que o denunciado estava, na verdade, sendo vítima no processo em que figurava como réu. Defender nos tribunais, perante magistrados togados e leis com seus capítulos e artigos inscritos em códigos, que a política e suas nuances formavam quadros baseados em mentiras e intrigas capazes de levar a julgamento um homem, pai de família, funcionário público e poeta significava dizer que o componente político modelava práticas, lugares e escolhas dentro daquela sociedade. De fato o fazia.

Por outro lado, não nos interessa pensar nesse jogo entre defesa e acusação sobre quem estava falando a verdade, mesmo porque não acreditamos no conceito como algo que se explica e se encerra em si mesmo. As versões e leituras que os sujeitos emprestaram para os eventos nos interessa porque, com certa frequência, costumam revelar posições, escolhas e relações bem afinadas com o movimento político na sua relação com a experiência de cada um dos envolvidos no processo. É possível perceber como as suas narrativas oferecem elementos que criam e recriam diferentes representações do episódio, sustentando argumentações e informando seus interesses, quase todos, enraizados na dinâmica política local.

Passada a fase do inquérito policial, e todo o empenho do delegado especial em fazer correr as investigações, o processo-crime teve outra sequência. O desenrolar dos acontecimentos revela uma trama repleta de contradições e arbitrariedades que evidenciam a fragilidade de uma justiça burocrática e morosa.<sup>135</sup> As testemunhas que prestaram seus depoimentos na delegacia foram intimadas em maio de 1970 para comparecerem à sala de audiências no fórum Jorge Calmon. A essa altura, Humberto Soares já estava preso no destacamento policial de Jacobina e enfrentando problemas de saúde, que ensejaram o deslocamento do juiz para o Hospital Vicentina Goulart onde se encontrava hospitalizado e sob os cuidados do médico José Pires Velloso, diretor da instituição. Nesse caso, é possível identificar esquemas de favorecimento, mesmo em uma situação tão delicada. Podemos supor, por exemplo, que o atestado médico obedecia orientações de natureza política se considerarmos que o médico responsável pelo atestado era sobrinho de Chico Rocha, filho do seu irmão José Rocha Pires. Poupar o réu de mais uma longa audiência escutando

---

<sup>135</sup> A noção de trama histórica é pensada a partir das leituras contidas em VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

testemunhas e promotoria insistirem na sua culpabilidade significava ganhar tempo e permitir que a defesa também fizesse uso de argumentos baseados no saber médico. Doente, fragilizado, desgastado e publicamente exposto, Humberto Soares e Silva poderia sensibilizar os juristas e atenuar a força do martelo com o veredicto final.

A medicina, enquanto ciência e saber, era única força legalmente instituída capaz de protelar as ações da justiça. O laudo médico atestava claramente um quadro depressivo como desdobramento das situações enfrentadas por Soares. Chegou a mencionar que “problemas de ordem moral conduziram o paciente a um quadro de depressão psicoreativa e qualquer fato que o atinja moralmente poderá desencadear reação repressiva”. Nesse caso, os depoimentos das testemunhas de acusação contribuiriam para agravar o que os médicos temiam. Enquanto isso, a defesa adia o andamento do processo e ganhava tempo.<sup>136</sup>

Preso, excluído, afastado do cargo e moralmente abatido diante de uma sociedade que certamente acessava as informações sobre o caso “Prata Falsa”, esse era o quadro físico e moral do réu que, depois transferido para Salvador, enfrentou longas viagens durante o decorrer do longo processo para acompanhar o seu andamento. As audiências foram marcadas e remarcadas e só tiveram início em junho de 1971. O tempo decorrido entre a instauração do inquérito e o processo na justiça alterou o depoimento de algumas testemunhas e possibilitou, nesse intervalo de três anos, que Fernando Daltro voltasse à justiça na condição de prefeito municipal de Jacobina.

Era a primeira eleição municipal que Francisco Rocha Pires perdia depois que assumiu o controle do grupo que outrora fora de Ernestino Alves Pires, não coincidentemente, avô materno do prefeito. O processo envolvendo Humberto Soares respingou na imagem pública do deputado e pode ser considerado como uma peça-chave largamente explorada pelo grupo que fazia oposição local. Os recortes das falas durante o inquérito circularam na cidade e associavam o clima de intranquilidade e temor ao líder.

As memórias tão vivas em 1968 parecem enfraquecidas três anos depois. As ponderações nas respostas, os esquecimentos e imprecisões marcam as falas dos mesmos homens que prestaram seus depoimentos à polícia. A conjuntura política era outra, depois da eleição de Fernando Daltro. O tempo que separa essas vozes também imprime suas marcas

---

<sup>136</sup> Autos do Processo de *Sumário Crime* movido pela Justiça Pública contra Humberto Soares e Silva, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 03/08/1969 sob o nº de tomo 926. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 69.

nas versões quase apagadas e distantes das primeiras declarações. Devemos considerar que as audiências no fórum foram acompanhadas pelo réu. Sua presença, nesta condição, talvez intimidasse as falas. Podemos também conjecturar que a essa altura as pessoas fizessem outras leituras do evento e das denúncias que pesavam sobre Humberto Soares.

O que é possível apreender das narrativas quando se referem aos episódios envolvendo o ex-escrivão e o magistrado é uma atmosfera tensa e carregada de conflitos. As promessas de morte, o fato de o juiz ter andado acompanhado de dois militares e as audiências que contavam com a presença policial contribuíram para reforçar aqueles como sendo anos turbulentos e inseguros. As precauções do juiz, que também incluíram “a suspensão dos trabalhos judiciários por quinze ou vinte dias se não falha a memória do depoente” certamente tiveram impacto na cidade que não pode contar com os serviços da justiça durante este período.<sup>137</sup>

A gravação, que motivou a abertura do inquérito e potencializou as tensões no palco da justiça terminou por ecoar em outras instâncias da sociedade, foi registrada por Edna Daltro, mulher de Fernando Daltro, numa ligação cruzada. Curiosamente, Edna não prestou depoimento em nenhuma fase do processo e teve a sua voz representada pelo marido. Essa ausência nos permite pensar sobre os espaços de atuação das mulheres naquela sociedade do final dos anos 60. Inscritas ao universo privado e restrito ao lar, mesmo sendo Edna Daltro uma mulher que propõe uma relativização deste entendimento por ser professora e apresentar um comportamento mais avançado se levamos em consideração, por exemplo, que tinha sido educada na capital do Estado. Mas não é objeto deste trabalho discutir questões de gênero e suas implicações na tênue linha que separa os universos públicos e privados. Interessa-nos muito mais pensar sobre os sujeitos que estiveram envolvidos no processo e como suas ações, falas e atitudes estavam carregadas de sentido político. E, neste sentido, o depoimento de Fernando Daltro é revelador.

As redes que ligavam o deputado Rocha Pires ao denunciado e a alguns envolvidos no processo são reconstruídas através da sua narrativa, permitindo pensar como um político, uma liderança também se faz em outros espaços de atuação. Eram esquemas de favorecimento em causas, prestígios oferecidos pelo deputado àqueles que militavam no seu grupo e defendiam a sua bandeira e, por outro lado, o desfavorecimento e esquecimento, na mesma medida, para quem fizesse a opção por mudar de lado, falar de outro lugar. O próprio Humberto Soares

---

<sup>137</sup> Testemunho prestado pelo advogado José Heitor Sapucaia em juízo no dia 02/06/1971. Fls.82

conhecia as tessituras da política local e teria comentado na gravação que “iria falar com o Deputado Rocha Pires para deixar Gustavo Sousa de lado, sem lhe prestigiar de modo algum”. São essas redes a que me refiro. Linhas que teciam a política para além dos gabinetes, reuniões e plenárias na Assembleia Legislativa. O sentido orientador era muito mais pragmático, preciso e veiculado à realidade e necessidades que surgiam no dia a dia da cidade.<sup>138</sup>

A proteção política que dispunha Humberto Soares e Silva foi destacada e explorada em toda peça processual. Os esquemas de apadrinhamento faziam parte daquela conjuntura e criavam laços de reciprocidade entre os envolvidos. Sustentavam os alicerces que amparavam os edifícios políticos e permitiam a construção de relações que também iam muito além da política na sua versão mais oficial. O evento que provocou a abertura do processo é revelador neste sentido. Ao que parece, o Dr. Antônio Herculano tinha um projeto de expurgar quaisquer sentidos políticos que funcionavam como motores das relações no fórum, onde figurava como juiz de direito. Na prática, sua atitude significava desfazer e desorganizar núcleos já consolidados que se alimentavam de esquemas de favorecimento político e incluíam todo tipo de atividade que criasse traçados de assistência e amparo àqueles que poderiam de alguma forma se beneficiar.

O enfrentamento, aparentemente, atingia apenas o indiciado, mas no desenrolar dos acontecimentos percebemos a rede que envolvia o funcionário dos feitos cíveis. A justiça funcionou como um espaço para medição de forças políticas via conflito, informando nomes, lugares, defesas, certezas e contribuindo para enfraquecer e fragilizar a imagem de Francisco Rocha Pires.

No depoimento prestado em juízo, carregado de sentido político, a avaliação dos eventos que envolviam o funcionário do cartório indicavam que “a Justiça nesta comarca, passou por uma fase negra, de intranquilidade e insegurança e de dispregios em razão dos incidentes ocorridos, inclusive de ameaças, de passeatas contra o Juiz, paralização das audiências, **mas que esta fase está ultrapassada**”. É assim que Fernando Daltro analisa os incidentes que envolveram o juiz, o promotor público e o funcionário sob investigação. Mas a sua leitura era muito mais ampla e tinha na dinâmica política local a sua razão de ser. A fase difícil, conturbada e pontuada por insegurança e medo é recriada para também associar àquele

---

<sup>138</sup> Testemunho prestado pelo prefeito municipal Fernando Mário Pires Daltro em juízo no dia 02/06/1971. Fls.84.

momento político que tinha o deputado Chico Rocha como liderança. Podemos pensar que a justiça era uma espécie de reflexo, mesmo que difuso, daquilo que se desenhava na sociedade. Estrutura de mando, violação de direitos, ameaças, coação e práticas usuais no trato com os que passavam a ser considerados inimigos eram as marcas daquela política e da fase que Fernando Daltro faz questão de enfatizar, no seu depoimento, que estaria ultrapassada.<sup>139</sup>

O direito é campo minado de luta política e se configura como um espaço privilegiado daqueles que dominam os seus códigos e se utilizam desse conhecimento para promover a circulação de verdades, construindo diferentes versões para os fatos e cimentando projetos políticos como foi o caso. Fazer uso de um espaço familiar, conhecido dos livros e da própria experiência profissional para enfrentar o adversário, propondo novas formas de luta para fazer frente a antigas rivalidades, no palco da justiça, foi a escolha de alguns desses personagens.<sup>140</sup>

Cumprida a parte de ouvida das testemunhas de acusação e defesa notamos o quanto o processo foi negligenciado pelas autoridades locais. Ofícios sem resposta, acúmulo de trabalho no fórum, férias do juiz, equívocos com relação ao encaminhamento dos autos, remanejamento de audiência requerido pela parte do réu, pedido de não comparecimento de Humberto Soares ao fórum, desistência de testemunhas, lentidão da justiça, entre outros, revelam o pouco caso com que foi tratado o processo. Apenas o promotor, quando pediu vista dos autos, manifestou-se nos seguintes termos: “É lamentável que um processo iniciado em 1968, ainda não tenha chegado ao seu final”. A data informa a noção de tempo corrido sem a resolução, pois a essa altura estávamos em outubro de 1973.<sup>141</sup>

Nas alegações finais, o Ministério Público pediu a condenação do réu imputando uma pena de “reclusão, de um a quatro anos”. No entanto, o desfecho final daquele caso ainda revelaria algumas surpresas. É importante esclarecer que Humberto Soares já cumpria pena na Casa de Detenção Lemos Brito em Salvador pela prática de peculato. E, depois que a defesa se pronunciou, argumentando a nulidade do processo baseando-se na alteração feita pelo juiz quando do recebimento da denúncia, “em parte”, modificando o artigo para ampliar as penalidades previstas no Código de Processo Penal, o que terminaria prejudicando toda a montagem da peça. E, mesmo recorrendo às instâncias superiores, representada pelo Egrégio

---

<sup>139</sup> Idem, Fls. 85. [Grifo nosso].

<sup>140</sup> LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs). *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 13.

<sup>141</sup> Autos do Processo de *Sumário Crime* movido pela Justiça Pública contra Humberto Soares e Silva, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 03/08/1969 sob o nº de tomo 926. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 118.

Tribunal, o caso foi julgado em 15 de julho de 1974 com o provimento para anular o processo. Nem mesmo as contra-razões da promotoria alegando que “Êste processo foi iniciado em 1968 e **a luta foi grande para chegar ao final**” foram capazes de revogar a decisão que, ao final, prevaleceu. Ao menos desse crime Humberto Soares estava livre.<sup>142</sup>

Nem mesmo a batalha, lembrada pelo promotor, foi considerada. É esse sentido de “luta” que nos interessa porque informa sobre as dificuldades de fazer correr um processo que envolvia segmentos poderosos da política local e estadual. São esses embaraços, traçados sinuosos e complexos que casos como este desvelam oferecendo, em boa medida, elementos para defender que a justiça se configurou como um campo de disputas, de medição de forças oferecendo visibilidade a alguns mecanismos que orientavam a dinâmica política na cidade de Jacobina.

Através dos processos-crime foi possível reconstruir os espaços de atuação do antigo deputado recortando o episódio no cartório dos feitos cíveis. Sua presença disfarçada, invisível e escamoteada esteve representada nas pessoas envolvidas no episódio. O seu compadre Humberto Soares figurou como réu, João Maximiano, amigo e advogado, José Pires Velloso, sobrinho e diretor do hospital e Paulo Fonseca Araújo, funcionário da prefeitura, emprestaram seus nomes para compor alguns capítulos daquela história impregnada de sentido político. Cada um tinha uma relação pessoal e política com o deputado. E todos militavam sob a sua liderança. De modo que as ameaças, se é que de fato existiram, não atingiram apenas o funcionário do cartório, mas a rede política que tinha seus tentáculos no fórum, no hospital, na delegacia, na agência dos correios e na prefeitura municipal ampliando o seu raio de abrangência e difundindo sentidos e significados. Essas redes serão pensadas e investigadas em todos os capítulos desta dissertação. Porque a política, enquanto movimento, estava muito longe de ficar circunscrita apenas a prédios, salas, reuniões e documentos.

No entanto, a reorganização dos campos de luta já sinalizava mudanças. As leis, a justiça e os seus representantes exigiam o respeito e cumprimento. O jogo sofria alterações nas regras e era preciso acompanhar os novos formatos. Mas essa equação, longe de atingir um resultado coeso e simplificado, indicava resultados bem mais complexos e difusos. As coerções a magistrados não eram nenhuma novidade. Antônio Herculano compôs um quadro

---

<sup>142</sup> Idem, Fls.137 [Grifo nosso]

de práticas inscritas lá na Bahia dos anos 30 no século passado. Mas que encontraram sobrevida, prolongamento e espaço para funcionar.<sup>143</sup>

O desmonte estava ali pulverizado naquelas criaturas. Na fraqueza do funcionário que retia dinheiro público e fechava o cartório por ocasião das eleições, nas práticas de violência e tortura do delegado nomeado, no descumprimento da lei pelo empregado municipal, nas eleições que envolviam fraudes e processos ilícitos, na emissão de atestados médicos para atender aos desígnios de uma estrutura de mando. A justiça visibilizou esse processo. Documentou e investigou essas práticas e contribuiu para enfraquecer e fragilizar o grupo liderado por Francisco Rocha Pires. O outro lado sabia que esse era um caminho possível e melhor: amparado na lei. Nesse sentido, aproveitou para marcar presença, construir verdades, explorar o caso, oferecer tema para as conversas, formular opiniões e enfraquecer, desgastar e minar a imagem do seu principal adversário, o “coronel” Francisco Rocha Pires.

O *Sumário Crime*, cuja parte autora era a Justiça Pública e o acusado um homem também conhecido como “Prata Falsa”, oferecia todas, ou quase todas munições. Roubo, tentativa de assassinato, práticas morais que afrontavam os bons costumes, uso de violência e esquemas de autoritarismo que integraram, não por acaso, as bases da campanha de 1970. Daquela eleição Fernando Daltro sairia vitorioso pela Arena 2. Seu antigo chefe, Chico Rocha, formado nas fileiras políticas de Juracy Magalhães e Manoel Novais perdia a primeira eleição municipal desde que tinha assumido a liderança nos já tão distantes anos 30.

Sua ascensão política foi também fruto de acordos, disputas, conflitos e esquemas de proteção que não alcançaram aqueles anos de perdas, cisões, inimizades e derrotas. O caso de Humberto Soares enfraqueceu sua imagem e colocou em evidencia práticas políticas que vigoravam na cidade de Jacobina e continuaram marcando presença sofrendo, evidentemente, reelaborações. Pensar sobre a sua liderança à frente de um grupo político por quase meio século significa entendê-la como construção social de um tempo, marcando o lugar das alianças e relações de amizades sintonizadas com os retratos sociais pouco dinâmicos que os censos revelam e ancoradas, ainda, em uma estrutura oligárquica que caracterizava as formas de fazer política na Bahia. Destacamos também o fato de ser oriundo de uma família com experiências políticas no município, o sobrenome, a tradição, o prestígio e a posse de extensas propriedades rurais. Esta era a fórmula que fazia políticos na Bahia. A quintessência da política baiana.

---

<sup>143</sup> SAMPAIO, Consuelo. Op. cit, p. 138.

Todavia, a mesma política que, por um lado, cria vínculos de gratidão, afeição, respeito e dedicação por outro, acirra antigos ódios, acentua inimizades e produz desafetos. Duas faces da mesma moeda, em que cada uma esconde e aprisiona uma escolha. E deve ser pensada como algo dinâmico e sujeito a situações instáveis, a enfrentamentos de outros lugares a novas formas de combate. Como teria advertido o próprio Humberto Soares, na carta enviada a Chico Rocha no ano de 1967, prevendo que a luta exigia segredos e sabedorias porque o contentor já não era o mesmo. Os tempos sopravam ventos que indiciavam mudanças. A inserção de outros segmentos nos quadros políticos locais, por exemplo, nos oferece elementos para pensar que o perfil de liderança também passava por ressignificações. A imagem de um político forjado nos anos 30 com sobrevida até o final dos anos 60, talvez não correspondesse mais aos anseios de parte de uma população que crescia e, na mesma medida, também se diversificava.

Os filhos e netos dos antigos chefes políticos, alguns coronéis da Guarda Nacional, retornavam à cidade ostentando “títulos de doutores” e requerendo espaço no jogo político local. Eram homens com perfil mais jovem, dinâmico, instruídos na educação formal, advindos dos bancos da Faculdade de Direito e Medicina, escolas que, historicamente, forneceram políticos para os quadros da Bahia. Eram esses os novos contentores a quem se referia o compadre e amigo Humberto Soares em tom de advertência e exigindo cautela.

Foram eles, egressos da capital do Estado, escolarizados e dispostos a seguir uma carreira política que deram início a um processo de questionamento e efetivo combate das lideranças consolidadas. A movimentação e articulação desses homens, a exemplo de Fernando Daltro, podem ser apreendidas e identificadas em diferentes espaços. No caso aqui analisado, a justiça local e todo o seu aparato foram largamente explorados com sentidos marcadamente políticos.

As memórias dos mais velhos fantasiam sobre a morte de Francisco Rocha Pires. A história da morte é memória partilhada por alguns moradores locais que insistem em associar o seu falecimento à derrota das eleições em 1970.<sup>144</sup> São memórias que atribuem ao episódio

---

<sup>144</sup> O conceito de memória partilhada é utilizado por PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val Di Chiana*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Neste texto o autor indica caminhos para resolver a tensão entre o caráter individual e o coletivo da memória, argumentando que “cada indivíduo, particularmente nos tempos e nas sociedades modernas, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de maneira idiossincrática (...) a memória é social e pode ser compartilhada (...) ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais”. Compreendo que a memória coletiva só existe enquanto elo que vincula às memórias individuais. As reflexões

um estado de extrema tristeza e decepção. Relembra cenas do deputado cabisbaixo, calado e introspectivo. A causa que o atestado de óbito aponta, evidentemente, não são estas. Mas essas lembranças nos permitem compreender o significado das suas perdas, a simbólica e, quatro anos depois, a física. As suas “mortes” em muito nos remetem às mortes de Quincas Berro d’água, personagem de Jorge Amado.<sup>145</sup>

Primeiro a política, com a perda do prestígio e do lugar de liderança decretada pelos eleitores de Jacobina; a segunda, a morte de fato atestada pelo saber médico; e aquela que vem acontecendo há anos, com a súbita tempestade do tempo que apaga as marcas de quase 50 anos de vida pública, concretiza a terceira morte do ex-deputado. A ruptura com Fernando Daltro desencadeou um processo de falência que, àquela altura, parecia irreversível. Mais aí já são cenas do próximo capítulo.

---

sobre memórias socialmente múltiplas e compartilhadas pelos vários membros da comunidade apresentadas por Portelli têm me ajudado a refletir sobre a (s) morte (s) de Francisco Rocha Pires.

<sup>145</sup> AMADO, Jorge. *A morte e a morte de Quincas Berro D’Água*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. A trama conta a história de um homem que abandona a família e o emprego público e passa a viver uma vida boêmia deixando de se chamar Joaquim para tornar-se Quincas. Essa passagem se configura como a sua primeira morte, a moral decretada pela família. As noites sem dormir, bebedeiras com os amigos e farras costumeiras enfraqueceram o velho Quincas que foi encontrado morto por uma amiga no seu quatinho sujo. O médico confirmou, através do atestado de óbito, e teve lugar a segunda morte. Os amigos, penalizados e inconformados com a perda, acreditavam que o morto estava vivo e tratava-se de mais uma de suas das brincadeiras. Decidem, então, comemorar e passeiam com o defunto pelas ruas de Salvador. Há certa hora usam um barco para passear no mar, mas uma súbita tempestade lança uma grande onda sobre eles, fazendo com que Quincas Berro D’Água tenha a sua terceira morte. O romance foi adaptado para o cinema em 2010 e dirigido pelo cineasta baiano Sérgio Machado.

## CAPÍTULO III

### “EU NÃO SENTIA CONFIANÇA”: TODOS OS CAMINHOS LEVAM AO ROMPIMENTO

Salvador, maio de 2007. Avenida Anita Garibaldi, nº 1.279. Edifício Itapema, 3º andar. Uma manhã clara, com sol forte. As buzinas insistentes, estridentes, orquestravam o barulho dos automóveis que cortavam e ainda cortam um dos principais trechos da cidade. O imponente monumento, obra do artista plástico Mário Cravo, erguido em homenagem a Clériston Andrade, atualiza um passado político da Bahia. A trágica morte em um acidente aéreo, durante a campanha eleitoral de 1982, certamente ofereceu argumentos para a homenagem e pode ter sensibilizado alguns trabalhadores da construção civil encarregados das tarefas mais pesadas durante a edificação da obra. O homenageado, pastor batista e ex-prefeito do município de Salvador, foi em vida um dos grandes aliados de Antonio Carlos Magalhães, uma das figuras de maior destaque no cenário da política baiana.

O escritório de advocacia que funciona neste lugar desde meados dos anos 80 do século passado, foi o endereço profissional de Fernando Mário Pires Daltro durante quase duas décadas até o seu falecimento em 2009, dois anos depois da entrevista. Um advogado com carreira consolidada. Foram muitos casos de homicídio que exigiram do bacharel um texto coeso e uma retórica convincente para persuadir magistrados e jurados da inocência de seus clientes. Impetrou incontáveis *habeas corpus* com vistas a garantir o direito de ir e vir de pessoas que se sentiam ameaçadas, coagidas e sob forte pressão de autoridades policiais. Teve uma atuação com passagens pela Vara Cível em questões envolvendo posse de terra e litígios. Segundo seu filho, apesar de ser um excelente clínico da advocacia, com o tempo ele já percebia, em níveis variados, graus de dificuldade em certas áreas do direito moderno e assim, gradativamente, se concentrou na seara cível e de direito de família. Mais também foi político e não fugiu a uma regra secular que caracterizou os quadros da política baiana com raízes no

Brasil Imperial com seus ambientes políticos dominados pela presença dos bacharéis em Direito à frente de cargos eletivos ou mesmo na administração do Estado.<sup>146</sup>

Se fez político nos anos 50, mais precisamente em 1958, quando assumiu o primeiro cargo eletivo com uma expressiva votação. Vereador eleito pelo Partido Republicano com 793 votos, liderou a lista como o mais votado ficando à frente, por exemplo, de Leonídio S. da Rocha Miranda, um dos maiores exploradores de ouro daquela região e figura de destaque no comércio desde os anos 30 com grande projeção na década seguinte.<sup>147</sup>

Foi deste lugar, com aproximadamente 40 anos de distância, que o ex-prefeito de Jacobina e depois deputado estadual por quatro legislaturas me concedeu uma entrevista. E no momento em que tratou do rompimento com uma consagrada liderança política de sua cidade natal, o deputado Francisco Rocha Pires, sua memória foi enfática ao relembrar uma ausência de confiança desse último. Essa conjunção de palavras, aliás, pontilhou toda narrativa. Parecia carregar um sentimento disfarçado, escamoteado pelas franjas do presente, mas que pode ser traduzido em uma espécie de decepção. Um ressentimento que estava longe de restringir-se apenas ao campo político, mas carregava também algo de pessoal, mais íntimo. Francisco Rocha Pires não havia escolhido o seu nome. Parecia um caminho natural que o fizesse. Figura de destaque na sociedade local, advogado, professor, com passagem no Poder Legislativo na condição de vereador, preenchia todos os critérios para assumir a prefeitura de Jacobina. Mas diante da “falta de confiança” precisou trilhar caminhos alternativos. E assim o fez. É esta história do rompimento e das possíveis razões que motivaram a sua decisão que trataremos neste capítulo.

As eleições de 1966 e 1970 serão pontos de observação privilegiados para compreender o desenrolar dos acontecimentos. A justiça local também nos oferece elementos, através de uma série de documentos, que revelam um intenso fluxo entre as esferas públicas e

---

<sup>146</sup> No capítulo 16 que trata da Elite Baiana e a Formação do Estado Nacional a historiadora greco-brasileira Kátia Mattoso discute, entre outras coisas, o perfil e o trânsito desta elite que circulou durante décadas no cenário imperial do século XIX. Para melhor identificar este grupo a autora elege quatro categorias que ajudam nesta análise. Seriam elas: “O nascimento e a propriedade de terra eram passaportes indispensáveis para ingressar no restrito círculo da elite de Salvador. Mas não eram os únicos. Existiam funções (a magistratura e algumas elevadas funções do Estado) ou condições (diploma de direito ou de medicina) que abriam vias de acesso a essa posição social”. Quando fazemos essa relação, mesmo se tratando de contextos políticos tão distintos, defendemos, por exemplo, que na Bahia é possível pensar em uma sobrevida desses pilares de sustentação e definição para formação de uma elite mesmo no período republicano. In: MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 253.

<sup>147</sup> A lista com os nomes dos candidatos, seus respectivos partidos, o número de eleitores e os votos obtidos encontra-se disponível para consulta no Arquivo Público Municipal de Jacobina. Fundo: Câmara de Vereadores. Série: *Eleições Municipais*. Datas-limite: 1947-1966. Caixa 42, Maço 01.

privadas. A política embaralhava a vida das pessoas. Embaraçava os cargos e as preferências por este ou aquele grupo. Era tênue a linha que separava aspirações pessoais daquelas que militavam na esfera da política local. O próprio rompimento foi resultado das flutuações que ventilavam nas ruas as questões de família, os segredos e as rachaduras de um edifício que alterou, ainda que simbolicamente, o domínio político com forte influência que reconhecia em Francisco Rocha Pires a maior liderança.

O Brasil republicano conviveu, não sem tensões, com essa zona de fronteira entre o público e o privado. Entendida como mazela de uma estrutura de poder patrimonialista e estamental, plasmada historicamente pelo Estado português, posteriormente congelada, transplantada para colônia americana, reforçada pela transmigração da Corte Lusa no início do século XIX e transformada em padrão a partir do qual a República no país se organizou. De um modo geral, o período republicano revelou, com clareza, as nuances e os embaraços entre as duas esferas. Este é o nosso ponto de partida.<sup>148</sup>

Uma marca que também caracteriza o que a historiadora Ângela de Castro Gomes chamou de “busca da modernidade”. Tratava-se de uma herança republicana, “um diagnóstico da situação de fronteira em que nasce e vive a política brasileira”. Evidentemente, as inscrições variaram muito. Mas uma espécie de marca orientou, inclusive, as nuances diferenciadas. Esse encontro/desencontro, o imbricamento e os desdobramentos de uma política também tecida no âmbito das relações mais pessoais, dos esquemas de favorecimento, na presença marcante de famílias à frente da administração municipal, das desavenças originadas muitas vezes em jantares, casamentos e bailes ou tramadas em bastidores ainda mais íntimos oferecem um amplo campo de observação. É deste fluxo, do ir e vir, da casa para rua, do resguardado, mantido em segredo, para o noticiado que corre de “boca em boca”, que a política também se organiza.<sup>149</sup>

A falta de confiança, a sensação de que seria o candidato “natural” a ocupar o cargo mais importante na esfera municipal não tem outro embasamento senão aquele diretamente vinculado a questões marcadamente pessoais. Eram primos em segundo grau ligados a uma mesma matriz familiar. Correligionários de um mesmo partido. Fernando Daltro ocupou cargos, como o de Diretor do Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro, por

---

<sup>148</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. (13ª ed.) São Paulo: Globo, 1998. p. 58.

<sup>149</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. p.497 In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org). *História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

indicação do chefe político local. Era, portanto, fruto dos arranjos que caracterizavam a política baiana. Mantinha com Chico Rocha relações amistosas que lhe renderam cargos e inserção na vida política municipal.

Exatamente por reconhecer a presença de todos esses aspectos elegemos a ruptura como um tempo de crise. E mesmo considerando o quadro político de um país que se pretendia hegemônico e coeso, um dos projetos do governo militar, identificamos as especificidades que atravessavam a política e imprimiam suas marcas. São essas margens, ou pelo menos falando delas, que delinearão e reorganizaram os acontecimentos na cidade de Jacobina durante a segunda metade do século XX. Considerando que “mar da história é agitado” e, portanto, sujeito a turbulências e tempestades, como poetizou Maiakóvski, as travessias costumam revelar as escolhas e posturas dos homens diante das inúmeras tarefas que desembocam, no caso da política, na construção e consolidação de lideranças e bases de apoio.<sup>150</sup> Este era o primeiro grande desafio do dissidente: desvincular sua imagem da antiga liderança e tecer as bordas de um projeto político que materializasse o afastamento enquanto uma decisão lúcida e acertada.

As experiências das duas campanhas eleitorais organizariam melhor o que poderia parecer em 1966, às vésperas das eleições municipais, uma opção radical, corajosa e destemida. Os limites eram muitos. Os novos quadros políticos acomodavam os antigos partidos em um esquema bipartidário. O Brasil e Bahia não comportavam lideranças que apresentassem um perfil mais radical. As cassações e perseguições eram uma realidade. Era preciso muita cautela para caminhar no terreno movediço da política. Fernando Daltro precisou recorrer a elementos mais localizados para criar o afastamento necessário e edificar a sua imagem como nova liderança.

O rompimento com Chico Rocha foi o diferencial na construção de um perfil de líder político que ganharia adeptos e ampliaria, com o passar dos anos, a base de apoio. Mas é preciso entender quais caminhos levaram Fernando Daltro a tomar esta decisão. E, ao que tudo indica, questões tramadas nos bastidores, envolvendo brigas, ressentimentos, rejeições e intrigas tiveram um papel fundamental no desenrolar dos acontecimentos.

---

<sup>150</sup> MAIAKÓVSKI, Vladímir. *Antologia Poética (1927)*. Tradução de E. Carrera Guerra. Editora Max Limonad, 1987. p. 28.

Para melhor compreendermos o ano de 1966 como o “tempo do rompimento”, é preciso percorrer os caminhos anteriores a este evento. Mapear as relações que foram estabelecidas, as vinculações partidárias, os cargos ocupados e, principalmente, como esse passado que por um tempo uniu e aproximou, foi se diluindo, sofrendo desgastes e contribuiu para o esgarçamento de uma relação que, como vimos, tinha um eixo familiar. Na verdade, localizar esses tempos significa pensar o rompimento não como uma decisão abrupta, intempestiva e impensada. O que, naturalmente, à primeira vista pode parecer, mas uma análise menos apressada e mais atenta nos informa que não foi exatamente assim. A dissensão, o ápice e o momento da decisão foi resultado de um processo. As eleições, também elas, foram um ponto de partida. Sem ter seu nome prestigiado e colocando-se como “herdeiro natural” do cargo de prefeito, era preciso movimentar-se em outras direções.

Os limites, como já dissemos, eram muitos. O governo militar reforçava, alinhava e direcionava para um sentido linear, sem retrocessos e de preferência sem conflitos. Abrigar-se no guarda-chuva da Arena, para usar uma expressão de Nelson Sampaio, foi a opção mais acertada para aqueles que ansiavam pelo poder e, principalmente, pela ampliação deste. Foi o que fez Fernando Daltro quando migrou da sublegenda da Arena 1 para Arena 2. Uma mudança que seria decisiva nos rumos da sua carreira política.<sup>151</sup>

Em 1954, quando regressou da capital do Estado para Jacobina, sua cidade natal, depois de receber o diploma de bacharel em direito e com a morte do seu pai em 10 de julho de 1948, o Promotor Público Pedro Cerqueira Daltro, Fernando Daltro tinha 25 anos. Com o falecimento do seu genitor lembrou, em depoimento, que havia perdido “os vínculos que tinha aqui em Salvador”. Com as relações familiares desfeitas na capital, diplomado e certamente nutrindo expectativas quanto a sua carreira, o retorno, diante de um episódio pessoal marcado pela dor, foi a alternativa mais viável e talvez o caminho mais seguro para o jovem recém-formado.<sup>152</sup>

A família composta por seis irmãos com a perda das duas grandes referências, primeiro do pai e depois da mãe, Esther Daltro, foi novamente reunida sob a tutela da grande matriarca, Elvira da Costa Pinto Dias Pires, chamada pelos netos de vó Iasinha. No entanto, a numerosa prole dividiu-se aos cuidados da avó e de Fernando Daltro que, mesmo não sendo o

---

<sup>151</sup> SAMPAIO, Nelson de Souza. *Perfil Eleitoral da Bahia - 1966*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 23/24, 1968. p. 120.

<sup>152</sup> Fernando Mário Pires Daltro, 78 anos. Entrevista realizada no dia 28 de maio de 2007, na cidade de Salvador.

irmão mais velho, teria zelado “dos outros irmãos daqueles que minha avó não tinha escolhido e foi meu pai o responsável por eles”, lembra Esther Daltro, sua filha, em depoimento.<sup>153</sup>

A desestruturação familiar, resultado mais direto dos constantes deslocamentos de Pedro Daltro para as diferentes comarcas, teria agravado o quadro clínico de sua esposa, mãe de Fernando Daltro, que sofria “de glaucoma muito severo, acabou ficando cega e também sofria de uma outra doença que na época chamava-se depressão”.<sup>154</sup> Morreu em 31 de janeiro de 1952 com 49 anos, já na condição de viúva. O atestado de óbito foi firmado pelo médico Dr. Florivaldo Barberino, sendo a *causa mortis* atribuída a uma insuficiência cardíaca, devida a broncopneumonia. Dos sete filhos, cinco eram menores de idade e Fernando Daltro, além de figurar como inventariante no processo, foi legalmente designado como tutor dos seus irmãos. Para a justiça a função deveria cumprir os seguintes princípios:

Encarregando-se dos referidos menores, fazendo as vezes de pai, educando-os, vestindo-os, administrando os bens sem tocar nos mesmos sem autorização dêste juízo, defendendo-os os interesses dos mesmos em juízo ou onde fôr, sujeitando as penas da lei.<sup>155</sup>

Nesta época Fernando Daltro ainda morava em Salvador. Certamente teve que se desdobrar entre os estudos na Faculdade de Direito, as vindas constantes a Jacobina para acompanhar o processo e ainda o cuidado para com os irmãos. O *Inventário de Bens* de sua falecida mãe só foi concluído em 25 de outubro de 1958, quando o juiz Virgílio Rodrigues Mello sentenciou a chamada produção da partilha. Do seu pai temos pouquíssimas informações. O fato de ter morrido longe de Jacobina pode explicar essa lacuna no que se refere à documentação. Seu nome aparece no processo, mas apenas indicando que ela recebia uma pensão do Estado por ele ter sido funcionário público. Ao que parece, morreu na condição de Pretor do Termo de Entre-Rios e foi enterrado em Salvador. Alguns anos depois, seu corpo foi exumado e seus ossos estão atualmente depositados no mausoléu da família Pires no cemitério Jardim da Saudade na cidade de Jacobina.<sup>156</sup>

As inúmeras transferências que marcaram a carreira desse jurista podem ser compreendidas à luz dos mecanismos que engendraram a máquina política. Mas também

---

<sup>153</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> Arquivo Público de Jacobina. *Inventário de Bens* de Ester Dias Pires Daltro. Acervo do Poder Judiciário. Série 001, Sub-série: *Inventário*. Data limite: 1952-1955, Caixa 190. p. 26.

<sup>156</sup> Informações fornecidas por Maria Esther Pinto Daltro, neta de Pedro Cerqueira Daltro, na entrevista que nos foi concedida.

aqui, as questões entre o público e o privado se confundem e diluem essas fronteiras. Ao que parece, Francisco Rocha Pires teria se enamorado pela jovem Esther Pires. Primos em primeiro grau, já que o pai de Esther era irmão da mãe de Chico Rocha, certamente conviveram muito próximos durante boa parte da infância, adolescência e juventude na cidade de Jacobina. Vizinhos, parentes, frequentando lugares comuns nas comemorações religiosas e no calendário cívico da cidade ou encontrando-se nas festas de família, o sentimento pode ter florescido. Não se tratava de nada absurdo ou incomum. Primos se casavam sem qualquer impedimento. Só recentemente, a medicina vem propondo uma leitura mais crítico-científica para união considerada de alto risco por trazer sérios problemas aos filhos gerados do consórcio.

O casamento que a princípio “tinha sido pensado pela família que ela deveria ter casado com Chico Rocha” não aconteceu. A escolha de Esther Pires, mesmo contrariando a sua mãe, recaiu sobre o jovem Pedro Cerqueira Daltro. Um “estrangeiro”, alheio e estranho ao nicho dos Pires. Essa história de família, circunscrita a um universo privado, tramada na intimidade do lar, nas conversas a “boca miúda” não tem um registro escrito, público e oficial que possa ser transcrito, fotografado ou fotocopiado. E seria praticamente impossível que tivesse. Esse é um caminho trilhado através das memórias, reminiscências e lembranças do passado. Das histórias que significaram a vida pessoal de uma menina que, na época, tinha apenas nove anos. E de tantas outras que deve ter ouvido ao longo da vida, quando alguém mencionava o rompimento do seu pai com a liderança política de Francisco Rocha Pires.<sup>157</sup>

No depoimento concedido em janeiro de 2011 Maria Esther Pinto Daltro, a filha mais velha do casal Fernando e Edna Daltro, narra os acontecimentos daquele ano de 1966 com uma riqueza de detalhes que só a memória com matriz genealógica e familiar pode, ainda que precariamente, explicar. Naquilo que Maurice Halbwachs denomina como “o laço vivo das gerações”, quer dizer, é na memória genealógica e familiar que o jogo da memória e da identidade se revelam com mais clareza. Trata-se de um conjunto de lembranças que os membros de uma mesma família compartilham, ainda segundo o autor, e que participa da identidade particular desse núcleo familiar.<sup>158</sup>

A história do rompimento ganhou um significado muito particular para aquela menina de nove anos que escutava atentamente a historinha que seu pai lhe contava todos os dias

---

<sup>157</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

<sup>158</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 50.

antes de dormir. Naquela noite, o enredo não contemplava o mundo de princesas e fadas que costumam caracterizar as histórias infantis. Respeitando, evidentemente, os níveis de compreensão de uma criança, Fernando Daltro tratou da decisão tomada ainda pela manhã depois de ter retornado da casa de Chico Rocha. O rompimento e as razões que movimentaram essa postura foi o tema da historinha. Aquele dia foi diferente, lembrou Esther quando, da varanda de casa, observava “o movimento que nesse dia estava acelerado” notando a presença de pessoas apressadas, o entra e sai em casa, as conversas intermináveis, o dia que parecia mais longo e as alterações na rotina da família. Estes são apenas alguns, dos muitos elementos que a depoente elegeu quando sua memória, partindo do presente, capturou fragmentos desse passado.

Um domingo que nem de longe lembrava a calma e pasmeira só interrompida pelo sino da Igreja que convocava a população local para missa, ou mesmo um pequeno agrupamento de jovens que se reunia na Praça da Matriz para tomar um sorvete, atualizar as novidades e, com umas economias guardadas, assistir a uma sessão no Cine Payayá. Nas suas lembranças, o dia, como já mencionamos, lhe parecia agitado e relativamente tenso. E foi justamente partindo de uma história familiar que Fernando Daltro construiu argumentos para tomar a decisão. Na verdade, desde o seu regresso, que em 1966 completava 12 anos, sua trajetória como advogado, professor de história e geografia no Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro, onde foi também diretor, suas passagens pela Presidência da Sociedade 2 de Janeiro e Aurora Jacobinense e, ainda, o cargo de vereador que assumiu entre 1958-1961, lhe pareciam itinerários condutores para o posto de maior prestígio na escala do poder municipal. Seu avô materno, Intendente nos anos 20 do século passado, figurava como referência neste projeto. No entanto, como ele mesmo lembra, “sentia toda vez que ele era ele quem escolhia os candidatos do nosso partido ele indicava às vezes pessoas desvinculadas até da política militante”. Refere-se nesta passagem, muito especificamente, a indicação do nome de José Prado Alves, homem sem grande projeção no cenário político local, para concorrer às eleições municipais.<sup>159</sup>

Muito certamente, a ruptura não aconteceu antes porque a lista dos candidatos que concorriam ao cargo de prefeito seguia uma lógica familiar ancorada em um esquema de parentela. Chico Rocha fez dos parentes mais próximos, daqueles de maior confiança e com certo “tino” para política, prefeitos de Jacobina. Fernando Daltro esperava, apenas, a sua vez.

---

<sup>159</sup> Fernando Mário Pires Daltro. Entrevista já citada.

Paciente, apoiou as candidaturas de Orlando Oliveira Pires (1955-1959), seu primo; votou e fez campanha para Florivaldo Barberino (1959-1963) casado com uma das sobrinhas de Chico Rocha filha da sua irmã Florentina Jacobina Pires e de Reinaldo Jacobina Vieira, seu cunhado, prefeito da cidade entre os anos 30 e 40 do século passado. E, no ano de 1963, integrou a equipe de trabalho que elegeria o médico Ângelo Mário Moura C. Brandão (1963-1967) também marido de outra sobrinha do deputado, filha do mesmo casal. Por três momentos esperou. A política costuma exigir cautela. Enfrentar uma liderança respeitada e consolidada como a de Francisco Rocha Pires poderia ser, na pior das hipóteses, um risco desnecessário. O tempo era de espera, sem antecipações.

Por outro lado, toda a parentela mais próxima tinha sido contemplada com a indicação e vitória eletiva para o cargo de prefeito. Nesse sentido, às vésperas da convenção para escolha do nome que disputaria o pleito de 1966, Fernando Daltro esperava ser indicado. Como os acontecimentos tomaram direções contrárias às suas expectativas com a escolha de Zuquinha Prado, como era popularmente conhecido o candidato de Chico Rocha, aquele era o momento de agir. Órfão político ele não ficaria. Edvaldo Valois, também deputado estadual ocupando uma cadeira no Poder Legislativo da Bahia, era o adversário local de Chico Rocha e certamente tinha interesse em acolher Fernando Daltro no seu grupo, sob a legenda da Arena 2. O que comprova a nossa suspeita quando Esther Daltro atualiza a imagem que reteve da mãe no dia da ruptura: “Ela insistia que ele devia ir logo procurar os Valois, que isso deveria ser feito imediatamente”. Edna Daltro sabia que decisões políticas, por vezes, costumam exigir rapidez.<sup>160</sup>

Sem apresentar mudanças de caráter ideológico, Fernando Daltro não poderia migrar para o MDB, partido, inclusive, com inexpressiva força política na cidade de Jacobina. Em 1966, por exemplo, elegeu apenas um vereador, o comerciante Carlos Rubens D. Dias com 425 votos.<sup>161</sup> Mas por que Chico Rocha não escolheu Fernando Daltro para concorrer ao cargo já que, em tese, ele preenchia todos os possíveis pré-requisitos? Tinham parentesco, estavam filiados ao partido oficial do governo militar, mantinham relações de “sincera e íntima amizade”, como anunciou o deputado em um discurso inflamado e ofensivo contra os Daltro numa conjuntura de acirramento dos conflitos. A essa altura, estávamos em 1970, portanto quatro anos depois do rompimento. Vale ressaltar que defendiam, ao menos do ponto

---

<sup>160</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

<sup>161</sup> Arquivo Público Municipal de Jacobina. Fundo: Câmara de Vereadores. Série: *Eleições Municipais*. Datas-limite: 1947-1966. Caixa 42, Maço 01.

de vista ideológico, as mesmas bandeiras de combate ao comunismo, entre outros tantos elementos de natureza política e pessoal que concorriam para uma aproximação, estreitando os laços. É justamente para responder a essa questão que retomaremos a historinha que Fernando Daltro contou a sua filha naquela noite e que, como uma fresta, ilumina a suposta “ausência de confiança” por parte do deputado e o desenrolar dos fatos resultando, de forma mais direta, no rompimento.

Como vimos, havia uma movimentação no núcleo da família Pires para promover o casamento entre Esther Pires e Chico Rocha. O enfrentamento e a opção por outro homem devem ter frustrado o seu pretendente. Uma prova que consubstancia essa afirmativa pode ser encontrada no fato público e notório do deputado nunca ter se casado. Como político, homem respeitado nas rodas da sociedade, o casamento era uma instituição que reforçava essa condição e também cumpria, muito claramente, a função de prover filhos, herdeiros naturais de um capital simbólico com responsabilidades que definiriam a continuidade da família nos espaços políticos.

Uma das formas encontradas para burlar as muito prováveis perguntas que lhe faziam sobre a sua situação civil foi dizer, repetidas vezes, que o seu enlace matrimonial era com a cidade de Jacobina. Um tipo de amor e devoção que exigia do seu cônjuge dedicação total, integral. Mencionamos esse fato no início do primeiro capítulo e só retomamos porque ele é uma chave para compreender os eventos na esfera política local. A recusa de Esther Pires refletiu, muito certamente, como uma rejeição para Chico Rocha. E ela não só negou casar-se com o seu primo como escolheu outro homem. A decisão, pouco comum, se considerarmos a época em que foi tomada, implicou na movimentação de forças políticas que deslocavam o Pedro Daltro para Comarcas distantes da cidade de Jacobina. Fernando Daltro era fruto da relação. Filho de um casamento que afrontava os brios de Chico Rocha e trazia à tona todo esse passado.<sup>162</sup>

Uma “historinha” que Esther Daltro jamais esqueceu porque estava conectada com a sua história pessoal. Com o tempo, passou a compreender o tratamento diferenciado da sua bisavó Iasinha, quando comparava os presentes e afagos que a sua irmã Fernanda recebia e a distância que a “Baronesa”, mantinha com relação a sua primeira neta. Esther carregava o nome da sua avó. Também ela detonava esse passado que se queria esquecer, apagar. A

---

<sup>162</sup> Refiro-me aqui aos esquemas de favorecimento, solicitações, pedidos endereçados ao governador e a intermediação de outros políticos para citar apenas algumas, entre muitas outras vantagens possíveis de serem obtidas por aqueles que transitavam, com desenvoltura, por entre os centros de poder do Estado da Bahia.

família Pires, longamente representada pela matriarca, vinda do Recôncavo da Bahia, não aceitava o casamento de sua filha com Pedro Daltro. A recusa pode ser identificada quando, mesmo depois de morto:

Meu avô Pedro morreu sozinho com meu pai. Oh, quem enterrou meu avô Pedro foi meu pai, entendeu? E sozinho, me parece. Minha avó não veio, ninguém veio. Minha avó tinha muita raiva dele.<sup>163</sup>

O sentimento de raiva e desprezo, evidenciado na narrativa ao lembrar um momento delicado que exigia sensibilidade e apoio, pode corresponder a um tipo de frustração. Dona Iasinha, muito certamente, alimentava aspirações em casar a sua filha com Chico Rocha. No entanto, o “projeto” foi completamente solapado. Os interesses que sustentavam a realização do matrimônio também tinham suas raízes na política. Com a união, a família passaria a desfrutar de um maior trânsito na esfera do poder local e ampliaria seu raio de atuação e de domínio local.

Os limites entre o público e o privado e as tensões que costumam marcar os encontros/desencontros destes campos ficam muito evidentes neste episódio. Por certo, a resistência de Chico Rocha em apoiar o nome e a candidatura de Fernando Daltro não pode ser resumida única e exclusivamente a este evento. Mas considerá-lo como parte integrante do processo é reconhecer, como adverte a historiadora Ângela de Castro Gomes, que a “política não é um jogo de soma zero, público e privado podem emergir juntos de forma vigorosa”.<sup>164</sup>

É também no recôndito, nas tramas que amarraram as fronteiras entre o público e o privado que encontramos um segundo dado para refletir e avaliar quais pontos de partida moveram a postura do Deputado Estadual Francisco Rocha Pires quando, na convenção da Arena 1 em 1966, não indicou o nome de Fernando Daltro para votação que, muito certamente, definiria o futuro prefeito da cidade de Jacobina. Quando retornou para Jacobina, depois de colar grau em 8 de dezembro de 1953, Fernando Daltro já conhecia Edna Daltro. Também tinha deixado, na cidade natal, uma pretendente ao posto de esposa, sua prima Lurdes Pires. No entanto, o casamento que aconteceu no dia 31 de dezembro de 1955 na Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, foi com Edna Pinto, nascida na capital do Estado. Como sua mãe havia feito anos atrás, a decisão de Fernando contrariou os interesses da família em estreitar

---

<sup>163</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

<sup>164</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op. cit, p. 526.

relações dentro de um núcleo comum. Sua escolha recaiu sobre uma “estrangeira” completamente desconhecida daquela sociedade.

É muito comum escutar “histórias” sobre Edna Daltro que, ainda hoje, povoam o imaginário dos moradores da cidade de Jacobina, em particular daqueles mais velhos que foram seus alunos ou espectadores dos inúmeros desfiles e eventos sociais organizados por ela. O mais interessante é perceber como essas lembranças convergem para leituras que identificam Edna como uma mulher no mínimo diferente das mulheres da sua época. Dirigia, fumava em público, trabalhava fora, envolvia-se com política, administrava a casa, como destacou o *Jornal da Bahia*: “mulher de ampla visão, quer no seu lar, perfeito e harmonioso”, mas que também transitava na rua, nos espaços públicos e procurava, sempre que possível, ampliar essa participação.<sup>165</sup> Certamente o destaque oferecido à perfeição e harmonia em casa, pode ser uma pista que nos leva a reconstruir os cenários sociais amarrados ao contexto em que Edna Daltro morou em Jacobina. Essa remontagem também ajuda a compreender o depoimento de Flávio Mesquita, médico, ex-prefeito municipal e integrante do grupo de Chico Rocha que, em entrevista, comentou: “Eu vou lhe contar. Na verdade, nós, o grupo, não tínhamos nada contra Fernando. O problema era Edna Daltro”.<sup>166</sup>

A resistência do grupo com relação a Edna Daltro pode ser explicada a partir de alguns elementos. O primeiro deles diz respeito a uma postura mais livre, menos presa, talvez mais ousada e que destoava das outras mulheres da cidade. Importante mesmo é registrar que não é objeto deste capítulo, tão pouco da dissertação, realizar um estudo de gênero com todas as implicações que uma análise dessa natureza imprime em trabalhos pautados nesta linha de compreensão. Trazer a figura de Edna Daltro para o centro da discussão implica, mais diretamente, no projeto de sustentação de um dos eixos em torno dos significados da ruptura. E a narrativa de Flavinho, como é conhecido o médico na cidade, serve de ponto de partida.

Quando tive acesso ao acervo particular da família Daltro, hoje sob a guarda do filho caçula, Fernando Mário Pires Daltro Júnior, percebi, através da vasta documentação, o quanto Edna Daltro também era política. Os cadernos volumosos e divididos em tomos cheiram a passado e revelam um tempo marcadamente político. As anotações e recortes de jornais nos oferecem a dimensão do lugar da política na vida dessa personagem. Os relatos, carregados de sentimento e paixão, misturam a vida pessoal com a pública. Informam detalhes preciosos

---

<sup>165</sup> *Jornal da Bahia*. (Fernando e Edna: casal do ano 66) Jacobina em Sociedade. Colunista Robério Marcelo. Sem identificação de data. Acervo da família Daltro.

<sup>166</sup> Flávio Antônio de Mesquita Marques. Entrevista já citada.

sobre o movimento político na cidade de Jacobina. Mas essa análise será construída mais adiante. O que nos interessa agora é refletir sobre a presença de Edna Daltro e o que representava uma mulher transitando na cena política, ainda que fosse a pretexto de acompanhar seu marido.

Edna Daltro, para aquela sociedade e em particular para o grupo político que abrigava seu marido, era uma estranha. Nascida na capital do Estado, não tinha parentes em Jacobina. Seus estudos realizados no Colégio N.S. Auxiliadora, no Colégio da Bahia e, posteriormente, no Instituto de Educação Isaías Alves, afastavam qualquer possibilidade de laços de amizade, por exemplo, com mulheres nascidas em Jacobina que realizavam seus estudos nas escolas locais. Não tinha um passado acessível. Certamente trazia muitas marcas da vida na cidade grande. No comportamento, nas posturas diárias, nas roupas, nos hábitos, na forma de estabelecer relações que, por certo, consolidaram uma imagem de Edna Daltro como uma mulher independente, ativa, perspicaz e ousada.

Encontramos inúmeras referências ao seu nome nos jornais de circulação estadual. Eles comprovam pelo menos duas desconfianças: seu trânsito e espaço de atuação estavam para além do universo privado. Organizava eventos, desfiles, gincanas e participava, ativamente, da vida social da cidade. Trabalhou como professora no Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro e, assim, também percorria, na sua lida diária, o caminho das ruas. O emprego era fruto de uma nomeação política. Em 1965, por exemplo, seu nome consta na lista dos professores homenageados pela “Nova turma pelo curso normal de Jacobina”. Dividiu seu local de trabalho com aliados de Chico Rocha, como “Orlando Oliveira Pires, Carlos Gomes da Silva e Florivaldo Barberino”, entre outros. Apenas um ano antes do rompimento, Edna Daltro frequentava espaços impregnados pelas determinações políticas que encontravam em Chico Rocha uma liderança.<sup>167</sup>

O universo da política local dominado pela presença masculina, circunscrito e conservador resistiu o quanto pode. Encontrava fundamento para essa postura nas leituras que a sociedade fazia dessa mulher. Interpretavam como absurda a presença e interferência de Edna na política municipal, no caso de Fernando Daltro se tornar prefeito. Como ela fugia da imagem de mulher que costumava caracterizar as suas esposas, irmãs, tias e filhas, esses homens e as suas vozes que ficaram retidas no passado, nas longas conversas tecidas em espaços de lazer e sociabilidade, nas festas e até mesmo na rua no encontro apressado, não

---

<sup>167</sup> *A Tarde* de 2 de janeiro de 1965. (*A Tarde nos municípios, Nova turma pelo curso normal de Jacobina*) p. 16.

aceitavam Edna Daltro. Consequentemente, o casamento de Fernando Daltro refletia e, de alguma forma, materializava a resistência. O grupo sabia que Edna não era uma mulher de atuação restrita aos bastidores. A fotografia em destaque captura uma mulher que destoa, em muito, daquelas que circulavam nas ruas da cidade de Jacobina no final dos anos 60. Suas roupas, a postura ativa, determinada, ao lado do marido em momento que já se conhecia a derrota eleitoral em 1966 revelam o quanto Edna Daltro deve ter impactado aquela sociedade conservadora e pouco afeita a alterações no comportamento. Sobretudo quando se tratava de uma mulher.



(3) *Dia da Derrota*, 1966. Fernando Daltro (centro), Maria Aparecida Pires Daltro (direita), Edna Daltro (esquerda) e Carlos Daltro atrás. Fotografia desconhecido. Acervo particular da família Daltro.

Por certo, a postura ativa e independente confrontava os valores conservadores do grupo liderado por grupo de Chico Rocha. Essas características, visíveis e facilmente identificadas, talvez expliquem a pressa e o pragmatismo dela quando, logo em seguida ao rompimento, falava em tom de voz mais alto que ele, Fernando, deveria procurar imediatamente os Valois. Seguindo sua orientação, mas sem muitas alternativas como já

assinálamos foi exatamente o que fez. Do grupo de Edvaldo Valois sairia candidato a prefeito em 1970 e venceria o pleito. Os caminhos percorridos entre uma eleição e outra, os quatro anos que separam a derrota da vitória, nos fornecem elementos para reconstruir alguns cenários desses momentos que dividiam a cidade e acirravam os ânimos. Também são oportunos para apreender as tensões e os estreitíssimos limites entre o público e o privado. Vidas pessoais, profissionais e políticas se embarçam de maneira intrigante. Como Fernando Daltro era advogado, nosso ponto de observação será a justiça. Defendendo, acusando, construindo argumentos, selecionando testemunhas e orientando os seus clientes, o bacharel costurou, lentamente, itinerários alternativos para enfrentar o seu antigo grupo, mas seu foco era atingir, pessoal e politicamente, o deputado Chico Rocha.

Como fruto da interseção entre dois campos também soube transitar de forma habilidosa no entremeio dos limites, das fronteiras e dos contornos que delineavam as tessituras e tramas da dinâmica política. Explorou e fez usos políticos falando e atuando em outras frentes de resistência e combate ao grupo formado por aliados e amigos de Chico Rocha. O uso da lei e das prerrogativas estabelecidas pelos códigos jurídicos foram recorrentes. Fernando Daltro não era apenas mais um advogado que entrava e saía do Fórum Jorge Calmon para resolver as questões de seus clientes com a justiça. Mais do que isso, a sua condição estava marcada pelas brechas que o movimento político abria no seu percurso.

Alguns casos ilustram o encontro entre o bacharel e o homem com pretensões em se tornar prefeito. Ao representar as partes no processo também assumia posturas marcadamente políticas. Era deste palco que denunciava os mandos e desmandos do grupo adversário. Rastreava as possíveis falhas para certificar-se dos caminhos que seriam trilhados. Ao defender, acusar, impetrar *habeas corpus*, construir versões, argumentar e contra argumentar a política se produzia também via justiça. Desse lugar, Fernando Daltro ganhava projeção ao tempo que também consolidava um perfil de liderança. Mas outros bacharéis, a exemplo de Ivanilton Costa Santos, já usavam a justiça como palco para enfrentar o grupo político liderado pelo deputado Francisco Rocha Pires.

### 3.1 “Interêsse privado eivado de subterfúgios”: a justiça arbitrando os limites

Os processos de *habeas corpus* são janelas privilegiadas para observar o movimento político. Enquadram, recortam e revelam um intenso trânsito entre universos públicos e privados. Os envolvidos nos autos imprimem essa marca mais fluída e menos rígida. Informam que o movimento político também se organiza em outros espaços. Encontramos histórias de homens que ocupavam cargos públicos frutos de nomeações políticas com desempenhos marcadamente pessoais. Delegados agiram seguindo essa lógica. E a política estava ali pulverizando as suas ações, direcionando defesas, reforçando ataques e consolidando posições. E mesmo casos aparentemente desconectados revelam uma presença escamoteada, mas consistente. Das questões cotidianas, das necessidades diárias e dos pontos de tensão e conflito encontramos o palco da justiça como um lugar para enunciar vozes descontentes, polifônicas e rachadas por sentidos e significados políticos.

Em 1963, o advogado Ivanilton Costa Santos, candidato ao pleito municipal naquele mesmo ano do qual sairia derrotado por Ângelo Brandão fruto de uma indicação de Chico Rocha, impetrou um *habeas corpus* preventivo em favor de Augusto Manoel dos Santos. A tramitação do processo, geralmente, funcionava da seguinte forma: a parte prejudicada ou sob ameaça constituía um representante legal que, por sua vez, dirigia-se ao juiz de direito narrando os incidentes envolvendo o representado e a outra parte envolvida, a responsável, em tese, por desencadear a queixa na justiça.

Naquele caso, a denúncia recaía sobre o Sargento Otacílio Eduardo, Delegado de Polícia. Segundo consta nos autos: “João Gomes Jardim que quer às custas da Polícia e Política apropriar-se de uma roça pertencente a Augusto Manoel dos Santos”.<sup>168</sup> É sintomático refletirmos sobre a presença de três elementos constantes nesta acusação: o fato de Ivanilton Costa Santos aparecer como representante legal, o objeto da denúncia e a presença da política arbitrando a vida das pessoas simples na cidade de Jacobina.

Naquele ano de 1963 o Brasil experimentava grandes turbulências no cenário político e social. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, o vice-presidente João Goulart encontrou forte oposição dos setores mais conservadores da sociedade para assumir o cargo. Jango enfrentava, desde então, períodos marcados por agitações e inquietações que ganhavam corpo

---

<sup>168</sup>Autos do Processo de *Habeas Corpus* impetrado por Augusto Manoel dos Santos que teve como impetrante o Bel. Ivanilton Costa Santos. Autuado em 1º de Agosto de 1963 com o número de tomo: 444. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 2.

e sentido nas reivindicações dos setores mais populares. As pressões pela ampliação e/ou consolidação das reformas de base eram motivadoras da engrenagem política naquele momento muito singular da história do país. O desfecho do seu governo não é nenhuma novidade. A historiografia vem ganhando fôlego neste campo e trabalhos com novas perspectivas já oferecem inúmeros pontos de observação que refletem sobre o golpe civil-militar e os seus arranjos.<sup>169</sup> Saindo deste panorama mais geral que condensa quase três anos de história é interessante perceber a movimentação de um advogado, que foi objeto de investigação sob denúncia de associação com o comunismo, em defesa de um homem qualificado nos autos como lavrador e que vinha, diante da justiça, requerer sua roça, certamente a fonte de trabalho e sustento da sua família.

À essa altura, o país vivia as experiências das Ligas Camponesas na região Nordeste. As questões sobre a posse de terra e as reformas de base que incluíam uma proposta de redistribuição justa e pautada no princípio que, uma vez posto em prática, alteraria substancialmente a estrutura agrária, latifundiária e das relações de poder estabelecidas entre aqueles que detinham a terra e os trabalhadores que empregavam a sua força laborativa nos campos. Essas palavras circulavam no vocabulário político da época e estavam em evidência, a julgar pelo peso dos envolvidos no processo, os grandes proprietários. Com a instauração do golpe e a consolidação de governos presididos por generais militares projetos dessa natureza foram abortados e extirpados como quem arranca o mal pela raiz. Não interessava, aos novos donos do poder, empreender reformas de base que beneficiassem a população pobre. Os militares assumiram um projeto político industrialista e urbano em favor dos grandes empresários, muitos daqueles que haviam apoiado o golpe civil-militar com a deposição de João Goulart.

Mesmo reconhecendo todos esses elementos e conectando os temas com o momento delicado e atravessado por tensões que o Brasil experimentava desde a saída de Jânio Quadros da presidência, nosso interesse é identificar como a política e a preferência dos eleitores por candidatos e grupos distintos terminavam desdobrando-se em conflitos que envolviam cargos

---

<sup>169</sup> A lista de trabalhos que refletem sobre esse momento político-social no Brasil entre 1961 a 1963 é extensa. No entanto, a dissertação de mestrado de Simão Alves Tannous, intitulada: *Relendo notícias: o jornalismo baiano e o governo de João Goulart (1963-1964)* defendida em 2011, no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, é uma referência importante para refletir, por exemplo, sobre como os dois principais órgãos de comunicação do Estado da Bahia o *Jornal A Tarde* e *Jornal da Bahia* atuaram no sentido de desestabilizar o governo de Jango. Ao longo do trabalho, o autor analisa como essas produções foram ganhando corpo e contribuíram para fortalecer um projeto maior, de caráter nacional, que era derrubar o comunismo no Brasil.

e funções públicas. Também aqui os embaraços entre público e privado se revelam. Os argumentos de Ivanilton Costa Santos, quando apresentou ao juiz os motivos do pedido de *habeas corpus* tocam essencialmente neste ponto. O delegado Otacílio Eduardo, no uso do cargo, estaria abusando da sua autoridade e arbitrando questões que fugiam da sua competência. Mais do que isso. Movido pela política e por preferências que designavam lugares diferentes na dinâmica e na hierarquia social teria praticado uma série de ingerências. Ao que parece, todas fundamentadas na opção política que separava o delegado do lavrador.

Ao longo do texto figuram inúmeras denúncias que expõem e fragilizam a imagem da autoridade. “Preso pelo Delegado arbitrário”, “Ameaçado pelo Delegado violento”, “Citada autoridade policial que sequestrou uma filha menor da companheira do paciente”, entre outras acusações igualmente marcadas pelo recrudescimento de um poder policial alicerçado em diretrizes que emanavam do movimento político local.<sup>170</sup> Mais interessante é perceber, depois de arrolar as posturas autoritárias do delegado, como o advogado, na construção dos argumentos, levantou questionamentos que indiciam e põem em xeque a postura da justiça diante da sociedade, ao afirmar nos autos: “Que há de pensar este pobre miserável de nossas leis que quando funcionam é para se por a serviço de latifundiários?”. Como já havíamos mencionado, as questões envolvendo disputas por terra e as propostas de reforma agrária, em curso no país, ofereciam bases que conectavam as perguntas do advogado com uma conjuntura social bem mais ampla.<sup>171</sup>

Quando tomou conhecimento do pedido de *habeas corpus* e de todas as acusações, o Delegado de polícia, “designado pelo eminente Governador do Estado”, elaborou um plano de defesa. Ao contra argumentar elegeu, claramente, o caminho do ataque para desqualificar o impetrante. Primeiro, afirma se tratar de “Augusto Prêto, como é tradicionalmente conhecido nos Terreiros de Candomblé”. Ao associar práticas religiosas ligadas a cultos de matriz africana imprimiu um conceito de raça que objetivava diminuir o impetrante. Além de preto, feiticeiro. Nas suas próprias palavras “jente sem nenhum conceito”. Na contramão, definiu, para si, um perfil capaz de refutar qualquer tipo de dúvida que o juiz viesse a apresentar, pois era o delegado “pai de família, cidadão, e mais do que isto sou homem de bém, que não admite desmoralização”. Surpreendentemente não faz nenhuma menção a questões de ordem

---

<sup>170</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Augusto Manoel dos Santos. Fls. 2.

<sup>171</sup> Idem.

política, no ofício encaminhado ao juiz de direito da Comarca de Jacobina em 5 de agosto de 1963.<sup>172</sup>

Na cópia de um documento encaminhado ao Secretário de Segurança Pública do Estado, as nuances políticas já se dão a ver mais facilmente. A prisão do impetrante estaria diretamente relacionada ao fato de “satisfazer caprixos políticos do Prefeito local”. Um elemento refutado, com veemência, pela autoridade policial que resumiu os eventos afirmando que se tratava de “jente cujo inconformismo político e paixão, o segou, a fazê-lo decer da honradêz que caracteriza o cidadão, ao ponto mais ridículo”.<sup>173</sup>

Política e paixão eram componentes daquela dinâmica e alteravam os sentidos e as relações que os sujeitos envolvidos no processo estabeleciam entre os limites do que podemos definir como vida pessoal e vida pública. Nas questões mais cotidianas que tramavam a vida, no dia a dia, a política arbitrava quando não potencializava os conflitos. Foi o caso, como vimos, de Augusto Manoel impedido de laborar na sua roça por sofrer com as constantes ameaças do delegado. Casos como esse encontravam sentido e ganhavam diferentes significados na dinâmica política da cidade.

Episódios como o do lavrador “Prêto” foram mais comuns do que podemos imaginar. Com variações que podem ser observadas no objeto de litígio, no ponto de partida do conflito, no que movimentava e tencionava as relações entre as partes envolvidas no processo. Mas numa espécie de essência, talvez um núcleo mais central, naquilo que também nomeamos de espinha dorsal encontramos a política e a divisão dos grupos orientando e demarcando as posições. Igualmente comum era o fato de estes processos encontrarem, quase sempre, o caminho do arquivamento ou mesmo da prescrição, sem que tivessem chegado ao que identificamos como conclusão ou término das atividades. Foi justamente o que aconteceu com o caso em análise. A peça nos informa o pedido de arquivamento datado e assinado pelo juiz de direito que encerrou o caso em 13 de janeiro de 1965.

Não sabemos se Manoel, homem que tirava da roça o sustento da sua família, continuou a exercer suas atividades. Teria perdido a terra para o seu desafeto político com o apoio da autoridade policial? Era, de fato, um feiticeiro com “práticas de curandeirismo”? As acusações pesavam dos dois lados. Localizamos a política local como a desencadeadora das animosidades e a responsável pela construção de imagens que circulavam e estavam

---

<sup>172</sup> Ibidem. Fls. 5.

<sup>173</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Augusto Manoel dos Santos. Fls.6.

submetidas à avaliação dos magistrados, muitas vezes transformados em árbitros de uma dinâmica política que fervilhava nas ruas e encontrava nos bares, espaços de sociabilidade, o ápice dos conflitos potencializados, na maioria das vezes, pelo uso de bebida alcoólica. Mas era também nas mesas dos chamados “botecos” que os envolvidos informavam suas preferências políticas e deixavam escapar os esquemas de apadrinhamento e proteção como foi o caso de Manoel Pereira da Silva, comerciante local e requerente em um processo de *habeas corpus* impetrado no ano de 1965.

Seu representante legal, o advogado Salvador Rosa de Carvalho, o mesmo que, no primeiro capítulo, foi citado por Humberto Soares e Silva na longa carta endereçada a Chico Rocha também atribui a questões de natureza política o fato de o seu cliente encontrar-se “prêso na Cadeia Pública de Jacobina, por ordem da Autoridade Policial da 19ª. Região”.<sup>174</sup> Na verdade, contra Manoel Pereira corriam na justiça quatro processos. Ao que parece, o comerciante é o típico caso daquilo que magistrados e juristas nomeavam de responsáveis pela “quebra da ordem”, arruaças e “barulhos” nas ruas da cidade. A lista também incluía “Tentativa de homicídio, resistência, desacato e agressão a autoridade”.<sup>175</sup> Nos interessa, em particular, o processo movido por Aníbal Carvalho Macedo, isso porque é justamente nesta peça que identificamos a política como desencadeadora dos conflitos. Ao que tudo indica, o comerciante Manoel Pereira, fazia oposição ao grupo de Chico Rocha, à época representado pelo prefeito Ângelo Brandão.

O processo gravitava em torno da construção de um muro previsto no plano de obras da prefeitura municipal. Cumprindo o seu dever, na qualidade de servidor público, Aníbal Carvalho teria notificado o comerciante acerca do projeto e este, por sua vez, não aceitava a edificação. Ainda segundo o funcionário o “Sr. Manoel propalou que, se a prefeitura viesse a fazer o referido muro, que daria um tiro na cara do requerente”.<sup>176</sup> Segundo o advogado, “o acusado tinha a posse do terreno, cabendo-lhe defendê-lo, como autoriza o Código Civil Brasileiro”. Ficava, assim, instalado o conflito entre as partes. Salvador Rosa ainda informou, na longa petição apresentada ao juiz, que estava “evidenciado que o clima de incompreensão, gerado em torno do acusado, em consequência de atitude política que adotou, o fêz arcar com a responsabilidade de tal acontecimento”. A política, as preferências aí embutidas, os

---

<sup>174</sup> Autos do Processo de *Habeas Corpus* impetrado por Manoel Pereira da Silva que teve como impetrante o Bel. Salvador Rosa de Carvalho. Autuado em 26 de fevereiro de 1965 com o número de tomo: 478. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 2.

<sup>175</sup> Idem. Fls. 41.

<sup>176</sup> Idem. Fls. 6.

posicionamentos, as declarações públicas, as posturas, o comportamento e as formas de resolver os conflitos delinearão os contornos da vida do comerciante e de outras tantas pessoas que, assim como ele, não separavam ou sequer refletiam sobre os limites entre a esfera pública e aquela privada, circunscrita aos ambientes mais restritos.<sup>177</sup>

No decorrer dos levantamentos feitos junto à justiça a pedido do advogado encontramos inúmeras certidões passadas em cartório que revelam a tramitação dos processos e informam sobre as relações de proximidade entre o acusado e a família Daltro, em particular com os irmãos Fernando e Carlos Daltro. As testemunhas de acusação são unânimes e não se contradizem em nenhum momento da tomada dos depoimentos quando afirmam que:

É neste instante que chega ao local o Dr. Carlos Alberto Piris Daltro e retira do local o indiciado levando-o inicialmente ao Hospital Regional, onde fica e de lá manda que o seu motorista Nivaldo Xavier dos Santos conduza o indiciado para fazenda Lagoinha de propriedade de sua avó D. Elvira<sup>178</sup>

Fernando Daltro fora a primeira opção quando Waldyr Magalhães de Andrade, qualificado nos autos como “funcionário público estadual”, verificando o estado de exaltação de Manoel Pereira que “com um revólver em punho detonava para o ar; [...] depois de detonar a carga da arma, o denunciado declarou que ia remuniciar-se”. Segundo consta e “sabendo das ligações de amizade entre Dr. Fernando Daltro e o denunciado, telefonou para a residência do mesmo, mas o telefone não atendeu”.<sup>179</sup>

Carlos Daltro, médico e diretor do Hospital Regional Vicentina Goulart, foi a segunda opção. Um homem como Manoel Pereira, que já enfrentava problemas na justiça por outros processos e acumulava ainda questões de litígio com a Prefeitura local, era, no mínimo, um tipo de amizade a ser evitada, se consideramos, por exemplo, que se tratava de um adversário político, criador de problemas na administração do médico Ângelo Brandão. Talvez a relação de proximidade, identificada como sendo de amizade, já indicie possíveis fissuras dentro do grupo que abrigava os correligionários da Arena 1, incluindo, ainda nesta época, o próprio Fernando Daltro.

Também neste caso, aparentemente desvinculado de orientações políticas, encontramos pistas que nos guiam no emaranhado de relações que rompiam o limite, quase sempre frágil, entre o que definimos como público e privado. Um comerciante, com

---

<sup>177</sup> Idem. Fls. 9.

<sup>178</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Manoel Pereira da Silva. Fls. 26-27.

<sup>179</sup> Testemunha de acusação ouvida em juízo no *Sumário Crime* de nº 473 em que é Autora a Justiça Pública e acusado Manoel Pereira da Silva e vítima Antonio Ricardo de Oliveira. Fls. 72.

problemas na justiça, enfrentando a prefeitura local, ameaçando funcionários, alterando a rotina da cidade ao desferir tiros acompanhados de promessas de morte exemplifica a diluição das fronteiras e reforça uma compreensão do movimento político fissurado por contradições, imerso em descontinuidades, mas fluído, menos rígido e, exatamente por isso, sujeito a diferentes interpretações.

O caso do comerciante Manoel Pereira ainda nos reserva algumas surpresas. Também encontramos sentidos políticos mais gerais, menos localizados, mas conectados com o Brasil que, há menos de um ano, tinha no comando da presidência da República militares de alta patente. O golpe civil-militar se instalara com alguns objetivos muito bem definidos. Entre eles, e em nome da chamada Doutrina de Segurança Nacional, estava a caça e o extermínio do movimento comunista no país, os chamados “inimigos internos”.<sup>180</sup> Declarar-se comunista, depois do recrudescimento militar, significava assinar sua pena de morte. As prisões, torturas, perseguições e mortes faziam parte daquele cenário de horror e medo, instalado de forma mais eficiente com o governo de Costa e Silva, sobretudo com a publicação do Ato Institucional nº 5 baixado no dia 13 de dezembro daquele que, do ponto de vista sociocultural, talvez tenha sido um dos anos mais férteis em todo o mundo. Estamos em 1968.

Balances mais recentes na historiografia problematizam interpretações como essa. O debate em torno dos quarenta anos do movimento de Maio de 68 no contexto de luta pela apropriação de uma determinada memória social corresponde a essa tentativa de reavaliação capitaneada por alguns historiadores. Por certo, as interpretações variam conforme a posição política assumida pelos agentes no presente. Se, por um lado, temos escritos que visam anular o legado de 68, enquadrando-o na lógica atual do mercado, por outro, há relatos que cultivam uma visão positiva daqueles anos sem a necessária contextualização. Em termos teóricos ou nas práticas sociais, as heranças de 68 continuam a gerar discussões polêmicas e atravessadas por paixões.<sup>181</sup>

Conectado, de alguma forma, com essa atmosfera repressora e limitadora, o caso do comerciante Manoel Pereira nos fornece elementos ainda mais ricos para uma análise. Depois de ter sido preso, mesmo oferecendo resistência manifestada através de uma atitude que “Ao receber voz de prisão começou a sacar de um facão que portava ao tempo em que avançava

---

<sup>180</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Reforma Constitucional e Institucionalização do Novo Estado (1966)*. In: *Estado e Oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru-SP: Edusc, 2005. p. 132.

<sup>181</sup> CARDOSO, Lucileide Costa. *Ecos de 1968: 40 anos depois*. “Recôncavos” Revista Centro de Artes, Humanidades e Letras. vol. 2 (1), 2008.

agressivamente em direção esta Autoridade” na fazenda Lagoinha, propriedade da avó materna dos Daltro, o comerciante prestou o seu primeiro depoimento na delegacia.<sup>182</sup> Nele, numa espécie de amnésia, que pode ser facilmente interpretada como estratégia de defesa ou mesmo para ganhar tempo até que constituísse um advogado Manoel Pereira teria declarado: “Que não sabe porque está preso e algemado como ladrão ou criminoso ou **comunista**”. Ao que parece, o acusado, em depoimento, reelaborou possíveis leituras para eventos que circulavam naquele universo político pós-golpe. A palavra fazia parte de um vocabulário corrente, principalmente nos grandes centros do país, onde a polícia política, ancorada no Serviço Nacional de Informações, agia no combate e repressão aos movimentos de caráter “subversivo”, uma palavra que neste mesmo vocabulário político era sinônimo de comunismo.<sup>183</sup>

Ao associar três grupos que tinham, todos eles, um eixo de ligação o comerciante pretendia desviar-se das inúmeras acusações oferecendo argumentos para anular aquela situação desvantajosa e pouco confortável. Evidentemente não conseguiu. A lista dos vários delitos e infrações não permitia a desvinculação. Preso, precisou apelar ao recurso de *habeas corpus* negado, inclusive, pela Egrégia Câmara Criminal em maio de 1965 e por unanimidade dos votos, mesmo com os argumentos das testemunhas de defesa que alegaram, em depoimento, tratar-se Manoel de um homem que “do ano de 1961 para cá, vem sofrendo de uma doença do nariz, que causa certa agonia ao mesmo, tornando-o bastante nervoso”.<sup>184</sup> O saber médico, capaz de refutar as decisões de uma justiça sempre ávida pela verdade dos fatos, neste caso não funcionou. E, provavelmente, Manoel Pereira precisou aguardar o andamento do processo preso na delegacia. Mesmo não sendo comunista. Mas ocorre que, sendo amigo e mantendo com a família dos Daltro boas relações, nos perguntamos, afinal, porque razão Fernando Daltro não foi seu representante legal no processo? Seria uma exposição aceitar aquele caso? Uma espécie de afronta mais direta a Chico Rocha e ao grupo político? Aquele ainda não era o momento de tomar posições mais bem definidas?

Por certo, manter-se afastado do caso, mesmo sendo próximo do acusado, nos parece uma posição no mínimo cautelosa. Talvez não fosse o caminho mais viável, naquele momento, avançar. Restava aguardar a convenção do partido e a indicação do seu nome como

---

<sup>182</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Manoel Pereira da Silva. Fls. 37.

<sup>183</sup> Idem. Fls. 39. [Grifo nosso]

<sup>184</sup> Depoimento em juízo da testemunha de defesa João Ferreira dos Santos, qualificado nos autos do processo como brasileiro, maior, casado eclesiasticamente, lavrador, residente e domiciliado em São José do Jacuípe, neste Município. Fls. 48.

candidato a prefeito. Uma indicação que, como vimos, não chegaria. Postura mais aguerrida e combativa do advogado, com pretensões políticas, encontramos na petição de habeas corpus autuada em 2 de dezembro de 1966. O cenário já era outro. Passada a eleição e com o saldo de uma derrota, era tempo de avançar.

O pedido de *habeas corpus* preventivo, impetrado em favor do comerciante Antônio Santos Mota, fundamenta-se, muito claramente, na dinâmica política local e em alguns dos muitos desdobramentos do pleito municipal de 1966. As alegações do pedido esclarecem, logo nas primeiras linhas do texto, que o paciente vinha sofrendo “tenaz perseguições por parte de certas autoridades em Jacobina, que vêm exercendo suas funções com finalidade política”.<sup>185</sup> Qualificado nos autos do processo como “cidadão livre” por ter escolhido o seu candidato e feito desta opção algo a ser dito publicamente. Foi na parede de uma Churrascaria, situada à Rua das Laranjeiras que Antônio Mota exibia, com certo orgulho, o retrato de Fernando Daltro, seu candidato a prefeito. E, segundo consta nas suas alegações, as razões para as constantes perseguições encontravam neste fato a sua razão de ser.

Promessas de morte como aquela feita por Paulo Fonsêca de Araújo, Fiscal da Prefeitura também constam nas alegações iniciais. O retrato, exposto em uma das paredes do estabelecimento comercial, parecia afrontar o grupo adversário. O uso de funções públicas na defesa de interesses e preferências pessoais orientava atitudes como a do funcionário municipal, que teria prometido “atirar no paciente, se os retratos de propaganda eleitoral continuassem nas paredes do estabelecimento”. O Delegado Especial de Polícia, que, segundo consta nas alegações do impetrante, “aqui veio com a missão exclusivamente política” também atacava em outras frentes e de outras formas, mas também no uso de um cargo público deixava antever as suas preferências políticas.<sup>186</sup>

As duas solicitações exigindo o comparecimento do comerciante à Delegacia, durante dois dias seguidos, informam a urgência que o Delegado tinha em resolver as questões envolvendo, mais diretamente, o senhor Antônio Mota. No documento encaminhado ao juiz alegando “cobrança de imposto de bebidas tomando por base Lei nº 2.095 de 11/12/1964 que autoriza autoridade policial cobrança de diferentes impostos” Joselice Ferreira, Delegado Especial, preocupa-se em justificar as razões que movimentaram o envio das seguidas

---

<sup>185</sup> Autos do Processo de *Habeas Corpus* impetrado por Antônio Santos Mota que teve como impetrante o Bel. Fernando Mário Pires Daltro. Autuada em 2 de dezembro de 1966 com o número de tomo: 264. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 2.

<sup>186</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Antônio Santos Mota. Fls. 2.

intimações. Não sem antes tecer alguns comentários sobre o advogado impetrante, Fernando Daltro. Na sua avaliação o bacharel estava “completamente desorientado em suas funções, onde procura confundir as coisas deixando de pô-las no seu verdadeiro lugar”, e por isso “não se portou dignamente nesta Delegacia”.<sup>187</sup> A desorientação caracteriza muito mais do que a postura do advogado no episódio e pretende atingir o candidato derrotado nas eleições. Desnorteado, portando-se de “maneira inconveniente”, combativo e aguerrido nas suas proposições teria se referido àquela autoridade policial como sendo “Delegadinho” empregando e reduzindo ao diminutivo uma função que exigia, no mínimo, algum respeito.

Um retrato na parede evidenciando uma escolha, as cobranças de impostos em horários no mínimo pouco convencionais, as ameaças de tiro que pretendiam ceifar a vida do comerciante revelam, no conjunto, o raio de alcance que as questões envolvendo a política naquela sociedade costumavam atingir. Também neste caso, os limites entre os usos e entendimentos que aquelas pessoas tinham das funções e lugares que ocupavam deixa antever situações embaraçosas diluindo os contornos destas fronteiras.

Caberia à justiça, legalmente representada pelo magistrado, arbitrar mais esse caso concedendo ou não o pedido de *habeas corpus* preventivo. O pronunciamento do juiz, datilografado em três folhas, recapitula os fatos e as versões apresentadas pelas partes passando a enquadrá-los no estatuto de verdade, uma espécie de ciência jurídica que, ao longo da formação do pensamento do direito, sempre buscou extrair um sentido de algo mais puro, verdadeiro, para que assim o processo encontrasse o caminho da justiça, pautado no princípio da equidade e isonomia. Também na avaliação final, identificada como relatório, o magistrado expõe a sua compreensão representando os interesses do Estado e, sobretudo, da Constituição.

Antônio Herculano de Carvalho, juiz de direito da Vara Crime, respondendo pela Comarca de Jacobina entendeu, no relatório final, que a cobrança de impostos não deve, sob hipótese nenhuma, atingir a “LIBERDADE DE IR E VIR DOS DEVEDORES”.<sup>188</sup> Assim, explicita que o imposto, quando há comprovação de débito, deve ser “pago com moeda corrente, E NÃO COM O DIREITO DE LOCOMOÇÃO”, como ficara evidenciado na emissão das duas intimações seguidas, exigindo a presença do comerciante à sede da delegacia local. Pautando-se em um dos pilares da Constituição brasileira e entendendo que a

---

<sup>187</sup> Ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Crime por Joselice Ferreira, Delegado Especial de Jacobina. Fls. 7.

<sup>188</sup> Relatório datilografado pelo Juiz de Direito da Vara Crime de Jacobina, Dr. Antonio Herculano de Carvalho. Fls. 9-11.

autoridade policial, no uso de função pública, demonstrou uma postura incoerente, ancorada em princípios que só a dinâmica política local poderia explicar com a prisão do comerciante “tão somente porque êle não adota suas opiniões políticas” o juiz deferiu o pedido e expediu um salvo conduto que resguardaria o direito de locomoção ao impetrante para que “possa ir e vir, onde lhe aprouver não podendo sofrer nenhum constrangimento por parte de quem quer que seja”.<sup>189</sup>

Mesmo exibindo o salvo-conduto, a materialização da vitória na justiça, o comerciante Antônio Mota voltaria a ser intimado pela mesma autoridade a comparecer na delegacia de polícia no dia 7 de dezembro de 1966. A atitude do delegado, descumprindo, claramente, a orientação jurídica, municiou o advogado do impetrante a enviar um novo documento ao juiz informando sobre os fatos. Bastante sintomático é perceber, por exemplo, que nesta fase do processo Joselice Ferreira, o Delegado Especial, apresentou-se em juízo legalmente representado pelo bacharel em direito João Maximiano dos Santos, inimigo pessoal, profissional e político de Fernando Daltro, como já mencionamos. O objetivo era muito claro e não poderia ser outro senão o de:

Recorrer da decisão proferida nos autos de “Habeas Corpus” [...] decisão da qual, o recorrente, pessoalmente, apresentara recurso e cujas razões lhe foram devolvidas em virtude de não ser profissional do direito.<sup>190</sup>

Recorrer e nomear um dos maiores criminalistas da época, reconhecido em toda a microrregião e também na Capital do Estado onde mantinha em funcionamento um escritório de advocacia na Rua Chile – Edifício Sul América, nº 803, significava enfrentar não exatamente o advogado em mais um dos inúmeros casos que comprovam os embates entre os dois profissionais, mas o político adversário, o dissidente que há menos de um ano pertencia ao mesmo grupo. Implicava, diretamente, em arrancar a qualquer custo o saldo positivo (o ganho da causa) com o pronunciamento favorável do magistrado para que o ano de 1966 marcasse apenas as derrotas, o enfraquecimento e esfacelamento de um candidato a prefeito.

O Delegado de Polícia recorreu da decisão e teve o seu pedido negado pelo juiz pelas razões que o seu advogado apresentou no texto e que foram destacadas no subtítulo que nomeia este tópico. Seu pedido requeria, ainda, o envio do processo para uma das Câmaras Criminais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado a fim de que fosse novamente julgado.

---

<sup>189</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Antônio Santos Mota. Fls. 16

<sup>190</sup> *Idem*. Fls. 19.

Não sendo Bacharel em Direito o que, aliás, foi muito frequente em todo o interior da Bahia, o Delegado de Polícia que, certamente, deveria ter apenas o 2º grau completo, não estava legalmente habilitado para enviar um requerimento com aquele teor. Delegados assumiam cargos públicos, mas por determinações políticas. Eram as lideranças, geralmente deputados estaduais, que conseguiam, junto ao governador do Estado, nomeações para os cargos na esfera estadual. Fruto de uma concessão política, uma vez no cargo, estes homens assumiam compromissos que na prática eram mais políticos do que públicos. O cumprimento da lei e o respeito às liberdades individuais que deveria ser a referência, o ponto de partida e a orientação dos trabalhos da polícia desviava-se destes princípios quando a força da política marcava presença nos conflitos.

Nas intituladas “Razões do Recorrente” endereçadas a Egrégia Câmara Criminal o Delegado de Polícia teceu comentários que respaldavam a sua decisão em apelar do pronunciamento do juiz e da concessão do salvo-conduto expedido em favor do comerciante Antônio Mota. Também aqui a dinâmica política dilui-se ao longo do texto, na clara tentativa de reduzir a este âmbito todas as questões que movimentaram o pedido de *habeas corpus*. Na interpretação do recorrente o fato traduziria apenas “o descontentamento do impetrante, candidato derrotado à Prefeitura deste município”.<sup>191</sup>

Ao reduzir e imprimir marcas eminentemente políticas o delegado pretendia, com isso, desqualificar as razões que moveram o requerimento e buscar a anulação de uma decisão da justiça. Enquadrar aquele evento como parte integrante de uma campanha política para as próximas eleições é também uma das conclusões que o Delegado chegou, ao apresentar trechos do manifesto publicado em 1966, pelo candidato derrotado que anunciava: “a luta continuaria porque na próxima campanha política, ele seria, novamente, candidato”.<sup>192</sup> Diminuir, desqualificar e empregar sentido político a um processo movido na instância jurídica significava enfraquecer as argumentações da parte autora e livra-se de toda uma interpretação negativa que, por outro lado, também reduzia a sua postura, como delegado, apenas a defesa de interesses políticos.

Mas Joselice Ferreira, inconformado com a decisão do magistrado, quis também atingir o comerciante. O horizonte político local e os cenários que se organizaram depois das eleições de 1966 foram seu ponto de partida para afirmar:

---

<sup>191</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Antônio Santos Mota. Fls.21.

<sup>192</sup> Id., Ibid.,

O indigitado Paciente, que não é mais do que um descontente político e fiel sequaz do impetrante que se nega pagar a licença policial para o funcionamento de sua casa comercial sediada no **meretrício**.<sup>193</sup>

O perfil de mal pagador e o inconformismo com a derrota política do seu candidato são recortes que o delegado elege numa clara tentativa de reduzir as questões retirando do pedido de *habeas corpus* qualquer tipo de legitimidade. Corrobora com esta leitura negativa o fato do estabelecimento comercial funcionar na chamada zona do meretrício localizada nas proximidades do cemitério municipal. Que tipo de clientes e frequentadores transitavam na churrascaria? Quais eram os hábitos e as formas de divertimento e sociabilidade? O documento não responde e tampouco levanta esses questionamentos. Mas eles estão implícitos, fragilmente disfarçados no destaque oferecido pela autoridade policial. Eram as mulheres de vida mundana e os homens que bebiam e se envolviam em confusões, brigas e desordem os principais frequentadores de ambientes como aquele. Não precisava oferecer maiores esclarecimentos. Qualquer jurista que pusesse os olhos naquele texto entenderia o significado. Dizer que o comércio de Antônio Mota funcionava para atender, prioritariamente, este tipo de clientela significava afirmar que também ele deveria ser objeto de uma avaliação mais criteriosa.

Provar que as duas intimações para o comparecimento na Delegacia não eram, necessariamente, uma prática de coação por parte da autoridade policial também foi objeto central do documento expedido para a Egrégia Câmara. Para defender-se, naturalmente, recorreu a uma teia de acusações. O pano de fundo que ambienta suas argumentações é, novamente, o pleito municipal de 1966. Constrangimento teria enfrentado o próprio delegado que:

Se quizessemos estrangí-lo, legalmente, teríamos prendido quando desacatou esta autoridade que, tolerou, em virtude de nos encontrar durante a apuração das eleições realizadas no dia 15 de novembro.<sup>194</sup>

Restava agora ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia resolver o impasse. Os autos foram remetidos para a capital no dia 8 de março de 1967. Dois meses depois os procuradores da justiça se pronunciaram através do Acordão. Reconhecendo terem sido

---

<sup>193</sup> Id., Ibid., [Grifo nosso]

<sup>194</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Antônio Santos Mota. Fls. 22.

“motivos de ordem político-partidária” o pretexto para o envio de duas intimações seguidas que, na compreensão dos magistrados da Câmara Superior, nada mais era do que: “indisfarsadamente outro, o de vexar e constranger o intimado sob a ameaça de prisão, condução e outras violências ou humilhações”. Ficava assim comprovada, perante a instância jurídica superior, a arbitrariedade cometida pelo delegado no uso de um cargo que representa o poder público, em última instância o Estado “em nome do qual ela exerce munus público”.<sup>195</sup>

Dessa batalha, travada no palco da justiça, Fernando Daltro sairia vitorioso. Mas continuaria a luta. E, se o objetivo principal era mesmo conquistar o cargo de prefeito municipal, outro processo de *habeas corpus*, impetrado em 1967, em favor de Claudionor Ferreira da Silva, oferece elementos para pensar sobre os caminhos e as relações tecidas ao longo dos anos como responsáveis, em parte, pela construção da sua imagem como liderança. Do lugar de advogado, naquela sociedade, Fernando Daltro encampava este projeto. Enfrentava seus adversários políticos minando as suas forças ao denunciar práticas abusivas perpetradas, na maioria das vezes, por autoridades policiais, delegados que ocupavam cargos de confiança. Se a política, por um lado, nomeava seus homens de confiança para ocupar postos dentro da máquina do Estado, por outro, se ressentia de algumas atitudes que terminavam por enfraquecer a própria imagem do grupo. Foi agindo nessas margens e falando de um campo que conhecia sobejamente, do palco da justiça, que Fernando Daltro, o advogado, se fez político.

O caso do trabalhador da roça, residente e domiciliado em Catinga do Moura, distrito da cidade de Jacobina, revela as posturas de um Subdelegado carregadas com as tintas da política. Também aqui há o registro de denúncias que incidem em práticas coatoras. Mais uma vez, a dinâmica política orientava ações e reações dentro de uma sociedade e, mais especificamente, naquilo que as pessoas experienciaram na sua vida cotidiana, nas relações de trabalho como no episódio envolvendo o lavrador. As alegações iniciais informavam que Claudionor encontrava-se “fora do seu trabalho e residência há vários dias, ante o constrangimento ilegal, que vem sofrendo por parte do Sub-Delegado de Catinga do Moura”.<sup>196</sup> Era esta a situação que o documento produzido pelo advogado impetrante e

---

<sup>195</sup> Acórdão da Egrégia Câmara Criminal. Fls. 28.

<sup>196</sup> Autos do Processo de *Habeas Corpus* impetrado por Claudionor Ferreira da Silva que teve como impetrante o Bel. Fernando Mário Pires Daltro. Autuado em 5 de dezembro de 1967 com o número de tomo: 613. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 2.

encaminhado ao juiz de direito da Vara Crime narrava. As duas intimações, exigindo o comparecimento na Delegacia de Polícia, datadas de três e cinco de dezembro de 1967 funcionavam nos autos como prova material da suposta coação. Ambas requeriam além da presença de Claudionor Ferreira, apelidado de Nô, a entrega de uma arma de fogo objeto de uma denúncia que não registrava os nomes dos possíveis delatores.

Se militavam em grupos políticos opostos e tinham preferências divergentes neste campo da vida social é possível intuir que os delatores, se é que de fato existiram, eram adversários políticos com objetivo de criar situações constrangedoras para o lavrador que podem ser traduzidas na intimação e comparecimento em uma Delegacia de Polícia. Se pensarmos, por exemplo, que os frequentadores costumeiros de uma Delegacia geralmente são indivíduos que cometem desde pequenos delitos como furtos até os homicidas, com crimes que chocam a população local e causam certo temor acompanhado de um profundo sentimento de indignação, entenderemos o receio de Nô em comparecer à sede da polícia no distrito da Catinga do Moura. O que significava, para um trabalhador da roça, homem de labuta diária, que começa cedo seu dia e que, geralmente, negocia os produtos da sua plantação em uma feira local ser intimado a depor? Porque, ao receber as intimações, constituiu como seu representante legal o candidato derrotado no pleito do ano anterior? Afinal, teria mesmo uma arma de fogo, objeto da denúncia?

No documento encaminhado ao juiz o advogado de Claudionor Ferreira nega, veementemente, que haja qualquer arma de fogo em posse do paciente. E busca respaldo no universo político local para consubstanciar a sua afirmativa, quando esclarece: “Todos sabem em Catinga do Moura, que o Sr. Sub-delegado não deseja arma alguma mas espancar e desmoralizar o paciente, que é seu adversário político”.<sup>197</sup> O episódio, assim como outros tantos, também encontra sentido na dinâmica política local e nos seus arranjos que sustentaram as “verdades” formuladas por ambas as partes. Preferimos, nesse caso, trabalhar com a ideia de versões porque elas nos parecem mais sensatas e menos perigosas. Em uma disputa, travada no palco da justiça, atravessada de sentido político e refletindo orientações que encontravam respaldo neste universo, não é difícil imaginar que as verdades/versões tinham como ponto de partida a defesa dos interesses de um grupo em oposição ao outro. Por reconhecer essas construções entendemos como verdades provisórias e fortemente marcadas por significados políticos que adentravam o espaço jurídico e aí buscavam uma espécie de

---

<sup>197</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Claudionor Ferreira da Silva. Fls. 2.

legitimidade ancorada na garantia que uma das partes, ao final, representava a verdade dos fatos.

Mesmo reconhecendo o papel da justiça ao arbitrar os conflitos que revolviam parte do tecido social não é objeto desta dissertação defender que a instância jurídica era um espaço neutro, apartado da sociedade e, exatamente por isso, imparcial. Era desse lugar que juízes e promotores lançavam pareceres e sentenças, mas suas posições e a maneira como conduziam o processo também revelam as leituras que faziam daqueles eventos e que poderiam variar a depender da situação, dos envolvidos, do próprio magistrado e da relação que este mantinha com alguns membros daquela sociedade. Em outras palavras, também na justiça, os reflexos do movimento político local se faziam sentir. No corpo de funcionários, nas nomeações para os cargos geralmente frutos de uma articulação política que traziam para dentro do fórum, homens e mulheres com suas preferências e bandeiras de luta. Nem de longe, o Fórum Jorge Calmon era um espaço imparcial. O episódio envolvendo o funcionário dos feitos cíveis, analisado no primeiro capítulo ofereceu mostras neste sentido.

O processo de *habeas corpus* impetrado em favor de Claudionor Ferreira requeria do juiz um salvo-conduto que assegurasse o seu retorno à sua residência “sem sofrer constrangimento [...] assegurando livremente o seu direito de locomover-se”.<sup>198</sup> Naquele mesmo dia, em 5 de dezembro de 1967 o subdelegado tomou conhecimento do caso e, como de praxe, deveria prestar maiores esclarecimentos. Impedido de laborar na terra, com restrições que inviabilizavam o seu retorno para casa, o morador do distrito de Catinga do Moura teve sua rotina sensivelmente alterada em função dos desígnios da política. Era a gente simples, miúda que também marcava presença e fazia ecoar sua voz descontente e destemida diante das estruturas poderosas e autoritárias.

Apreender e reconhecer o lugar desses sujeitos como formadores e também responsáveis pelas tramas que sustentavam e teciam o movimento político só é possível dentro de um quadro de renascimento dos estudos na área para usar uma expressão do historiador francês René Rémond. A reabilitação da chamada nova história política integra todos os atores, mesmos os mais modestos, o que contribui, sensivelmente, para diluir e relativizar uma identidade elitista e excludente que, durante séculos, marcou os estudos dedicados a estas temáticas.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> *Habeas Corpus* impetrado por Claudionor Ferreira da Silva. Fls. 6.

<sup>199</sup> Citado por: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Nova “velha história”: o retorno da história política*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, n° 10, 1992. p. 5.

Nesse sentido, a política, enquanto movimento, é entendida como lugar de articulação do social e de sua representação, reforçando a compreensão do político não apenas como um dos domínios do real, mas a espinha dorsal por onde tudo está interligado. Exatamente por isso, emerge uma história conceitual do político, distanciando-se da perspectiva de um retorno da velha história das ideias agora renovada.<sup>200</sup>

O político é o lugar onde se articula o social e a sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e reflete. É através deste enquadramento, ponto de observação privilegiado, que histórias como a do lavrador coagido e cerceado do seu direito de ir e vir ganham relevo e recuperam partes de um imenso mosaico formado por peças que, tomadas no conjunto, recuperam uma imagem do todo mesmo fragmentada e dispersa, mas com a importância que tem a história na sua tentativa de juntar, reunir e acessar, ainda que de forma incompleta, o passado.

Um passado que se dá a ver, não tão facilmente, através dos documentos, dos registros, das assinaturas, das datas e carimbos que inscreveram a história dos homens, a trajetória de pessoas simples como estes que protagonizaram cenas e acionaram a justiça, numa prova de que não foram meros coadjuvantes tão pouco massa de manobra nas mãos de uma elite política aqui identificada e representada pelos advogados das partes que apresentavam os seus problemas e buscavam amparo na lei para resolvê-los.

Por outro lado, fica evidente, o quanto Fernando Daltro também se aproveitou destes casos para enfrentar e enfraquecer a imagem e o prestígio dos seus inimigos políticos na sociedade. Ao denunciar as arbitrariedades e torná-las objeto de trabalho no seu campo de atuação consolidava um projeto político. O silêncio do subdelegado nos parece um indício para refletir sobre esses avanços. Mesmo recebendo o ofício do juiz onde se lia: “Solicito a V. Sa. informações urgentes sobre o pedido de HABEAS CORPUS impetrado pelo Bel. Fernando Mário Pires Daltro, em favor de Claudionor Ferreira da Silva” a autoridade policial de Catinga do Moura se absteve e não se pronunciou.<sup>201</sup> Sua ausência não só ofereceu elementos para que o magistrado concedesse o pedido de *habeas corpus*, como autorizou uma série de comentários que nos ajudam a refletir sobre a organização da sociedade em meados da década de 60 do século passado.

---

<sup>200</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. História (Universidade Estadual Paulista), 1996, vol. 15: 27-39.

<sup>201</sup> *Habeas Corpus* já citado. Fls.6.

O relatório produzido por Antônio Herculano de Carvalho ao final de mais um caso amplia e fornece elementos que caracterizavam hábitos e práticas costumeiras de uma população que vivia nos limites do conflito, transitando entre a ordem e a desordem, contornando e abrindo frentes para uma atuação condenável na compreensão do juiz. A surpresa diante deste caso envolvendo uma autoridade policial que exigia a entrega de uma arma de fogo e um lavrador que negava a posse é registrada e, em boa medida, ironizada quando afirma:

É estranhável que a polícia, no Município de Jacobina, intime reiteradamente alguém para apreender arma de fogo, quando ela, esta mesma polícia sabe, que o uso de tais armas, é uma constante, na vida de oitenta por cento dos que aqui habitam.<sup>202</sup>

“O crime da Aurora” ilustra a avaliação do juiz sobre o porte ilegal de armas de fogo e o seu uso costumeiro pela população local. Sobre este evento limita-se em dizer:

À porta de um clube de dança, AURORA JACOBINENSE, quando saiam de uma festa, jovens de fina flôr da sociedade local, QUASE TODOS PORTANDO ILEGALMENTE ARMAS DE FÔGO, fizeram um verdadeiro tiroteio, de qual foi vítima, e faleceu imediatamente um deles.<sup>203</sup>

O clima parecia tenso e oferecia perigos. A avaliação proposta pelo jurista para enquadrar a sociedade local não é das mais animadoras. E a polícia, responsável por ordenar e oferecer segurança à população, esta mesma polícia, estava, na verdade, preocupada em interrogar um trabalhador sobre a existência de uma suposta arma. Suposta porque não havia o flagrante. O silêncio do subdelegado, também representante da lei, oferece argumentos para que Antônio Herculano continue a despejar e atacar a polícia enquanto instituição representante dos interesses do Estado na sua função de proteger a sociedade:

A população da Cidade, vive sobressaltada com os constantes e inúmeros tiros de arma de fogo, deflagrados todas as noites, nas ruas sem policiamento. Há pouco o automóvel de nossa propriedade, foi alvejado por um destes malandros, desordeiros que vivem pelos bares da Cidade, armados, oferecendo perigo a segurança pública, sem que a polícia com isto se incomode.<sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> Idem. Fls.8.

<sup>203</sup> Idem, ibidem.

<sup>204</sup> Id., Ibid.

A crítica, objeto da avaliação do juiz, ganha evidência na leitura dos arranjos sociais e da atuação, ou melhor, da ausência desta por parte da polícia. Campeava livremente na cidade práticas desordeiras e arruaceiras que fragilizavam a ordem e reforçavam uma atmosfera de medo e temor diante dos cenários de violência que não respeitavam sequer a autoridade judiciária com o registro de tiros que alvejaram o seu próprio veículo. Janelas que se abrem para investigar as fendas que o movimento político local abriu ao longo do seu percurso, os processos de *habeas corpus* oferecem nome e identidade para sujeitos simples que precisaram recorrer à justiça em situações limites que os impediam, muitas vezes, de continuar trabalhando ou mesmo de transitar pela cidade. Estes mesmos processos revelaram os limites, as fronteiras e os contornos de uma política que se misturava com o cotidiano de indivíduos e exigia tomada de decisões para enfrentar, de outros lugares, os seus adversários políticos. E por emaranhar-se na vida dessa gente miúda, trabalhadora e também partidária deste ou daquele grupo é que os limites entre o público e o privado se revela com maior clareza através dessas janelas.

E como o rompimento entre Fernando Daltro e o deputado Chico Rocha também foi produto da interseção entre essas esferas com desdobramento em campos quase sempre difusos, não é de se estranhar que as contradições atravessassem e fissurassem o grupo de oposição ao deputado. Uma disputa que não carregava defesas ideológicas, nem tampouco apresentava/representava projetos políticos distintos. Aqueles eram tempos de ditadura militar e a formação de frentes de oposição seguia por apenas dois caminhos: a filiação ao MDB, partido que abrigou vozes descontentes e às vezes silenciadas pelo cancelamento ou mesmo impedimento de candidatura por políticos que eram considerados incompatíveis “com os objetivos da Revolução”, uma chave para compreender as fraquezas do partido, identificado como uma oposição consentida, segundo Maria Helena Moreira Alves.<sup>205</sup>

Por outro lado, também poderiam trilhar um caminho mais árduo, combatido e perigoso opondo-se, frontalmente, aos militares. Diferentes grupos de esquerda, emoldurados, quase todos, como “subversivos” e “comunistas” desempenharam este papel mais aguerrido nos capítulos de uma história que, para os sobreviventes, legaram marcas tão fortes “como as da censura, da prisão, da tortura e do assassinato político”, resquícios de uma memória que Carlos Fico revisita não para desencadear mais dores, mas para cutucar nas feridas profundas de um país que precisa fazer as pazes com dezenas, talvez centenas de mortos que só tem o

---

<sup>205</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit, p. 124.

nome na identidade e na lembrança dos que continuaram a luta, mas não puderam ser enterrados dignamente.<sup>206</sup>

Exatamente por isso, e não se enquadrando em nenhuma das duas frentes de oposição ao regime militar, o elemento novo, como marca de atuação dos Carcarás, como ficariam conhecidos os simpatizantes e aliados políticos de Fernando Daltro, teve as suas bases inicialmente atreladas ao conservadorismo, autoritarismo e tradicionalismo da política liderada por Chico Rocha. Ambos, como já dissemos, estavam vinculados ao partido oficial do governo militar e combateram, ferozmente, uma possível ameaça comunista na cidade de Jacobina. Seus nomes e sobrenomes constam na *Ata da Sessão Jacobinense do Movimento de Combate ao Comunismo*, revelando as inúmeras preocupações de uma elite política e econômica local com os rumos que o Brasil, àquela altura, no plano federal, poderia tomar.<sup>207</sup> O que vimos foi o retorno de um advogado que, formado nas fileiras da Faculdade de Direito da Bahia, iniciou a sua carreira política militando no grupo que depois, em outro contexto, seria ferozmente combatido e fortemente atacado.

O rompimento, orientado por uma suposta falta de confiança de Rocha Pires, se transformou posteriormente em um confronto com desdobramentos facilmente identificados nas páginas dos jornais com circulação estadual, nos processos movidos na Comarca de Jacobina e através das ondas do serviço de Alto-Falantes *A Voz da Cidade* atingindo, de diferentes formas, a população local e provocando rearranjos na estrutura política. Os significados atribuídos ao novo e, de forma mais evidente, à novidade ventilada aos “quatro ventos” se espalhava com vistas a esfacelar os resquícios de um modelo político nomeado como atrasado e autoritário. O grupo do antigo deputado é emoldurado por um único viés, denunciando que além de uma briga partidária, o que temos são nuances de embate pessoal, levada para o espaço público, no momento em que Daltro enfrentou o candidato do seu adversário nas eleições de 1966. Essa disputa também revela a sua vontade em recuperar o controle político do seu avô, que, com o afastamento, teria “entregado” o seu grupo a Rocha Pires.

---

<sup>206</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 9.

<sup>207</sup> A Ata dessa sessão encontra-se, entre outros tantos documentos valiosos para uma pesquisa que pretenda investigar a disseminação das ideias comunistas no interior da Bahia com destaque para a forte repressão, no processo que correu na Justiça Militar, autuado em 20 de maio de 1966 na cidade de Salvador. Entre os documentos há uma lista constando os nomes dos homens mais importantes da cidade demonstrando preocupação e receio com os avanços do movimento comunista no Brasil.

### 3.2 “Povo de minha querida terra”: do aprendizado político ao “Fernandão 70”

Perdemos o pleito, mas em nenhum instante perdemos a compostura, a honra e a dignidade. A partir de hoje, iniciamos nova campanha, com redobrada coragem, com maior bravura, em busca de um ideal, que é o ideal dos homens dignos desta terra, de conseguirmos para dirigir nossa municipalidade um homem independente, livre e desligado de pequenos grupos gananciosos, que possa fazer um govêrno de paz, tranquilidade e progresso.<sup>208</sup>

O ano de 1966 marcou a primeira derrota política do bacharel em Direito, advogado militante no Fórum Jorge Calmon e representante de uma família tradicional de renome e prestígio na sociedade local. Naquele mesmo ano, o rompimento com Francisco Rocha Pires, liderança política consagrada, era um fato consumado e as eleições municipais o momento que evidenciaria os conflitos, os pontos de tensão. Daquela disputa Fernando Daltro sairia com uma certeza: continuar a “luta” que um dia o conduziria ao cargo de prefeito da cidade de Jacobina. O trecho em destaque evidencia e, ao mesmo tempo, anula qualquer dúvida quanto a sua pretensão de, um dia, ocupar o maior cargo na esfera do poder municipal. Ele faz parte de um pronunciamento dirigido à população local em 23 de novembro de 1966. O documento avalia a campanha eleitoral destacando as dificuldades encontradas ao longo do caminho. Também sugere a presença de um “homem independente, livre e desligado de pequenos grupos gananciosos”, aquele que conduziria um governo de “paz, tranquilidade e progresso”. A derrota, fato consumado no pleito municipal de 1966, materializava a opção que afastou Fernando Daltro das fileiras do grupo político de Chico Rocha. Era um tempo de cisão, afastamento e reorganização dos quadros municipais.

Mesmo falando em um governo de paz e tranquilidade a ser inaugurado na cidade de Jacobina, Fernando Daltro pertencia à Arena. O Brasil vivia sob o comando dos militares que ocuparam o cargo de maior representatividade no regime republicano durante 21 anos. Duas décadas que pontilharam a história mais recente do país com marcas dolorosas e cicatrizes profundas que retomam a cena através de estudos e nos conduzem a uma reflexão permanente sobre em quais bases o Estado democrático brasileiro está assentado. No universo da política macro, aqueles eram anos de consolidação do regime militar. Para compreender as

---

<sup>208</sup> Pronunciamento do Dr. Fernando Mário Pires Daltro no serviço de Alto-falantes “*A Voz da Cidade*” no dia 23 de novembro de 1966. (Mimeografado)

especificidades deste organograma político na cidade de Jacobina reduziremos a escala de observação.

A política miúda, aquela mais circunscrita, nos informa que a divisão da Arena em sublegendas (Arena 1 e 2) seguia diretrizes que passavam bem longe das questões de natureza partidária. Do ponto de vista ideológico as diferenças eram ainda menos evidentes se considerarmos, por exemplo, que a ameaça comunista rondava e aterrorizava vários segmentos da sociedade brasileira. O que orientou e, em boa medida, definiu a subdivisão da Arena que, inclusive, não foi um fenômeno apenas na cidade de Jacobina, mas em quase todo o país, foram aquelas questões mais localizadas e herdeiras de um passado político em que coexistiam os diferentes partidos e as mais diversas propostas. No entanto, as diferenças mais significativas tinham outras origens e passavam longe daquilo que chamaremos de política macro. Estavam, na verdade, inscritas àquelas disputas locais que tinham pontos de partida, quase sempre, vinculados às questões de natureza pessoal, as desavenças originadas a partir de discussões, aos desentendimentos entre as famílias, mas que, evidentemente, ganhavam sentido e reforço na dinâmica política local.

O pronunciamento do candidato derrotado foi veiculado no serviço de Alto-falantes *A Voz da Cidade* e deve ter comovido uma parcela significativa dos 8.756 votantes.<sup>209</sup> José Prado Alves, seu opositor, escolhido de Chico Rocha para disputar o pleito, venceu a disputa, mas a pequena margem de diferença (apenas 36 votos) é um número que nos oferece pistas para refletir sobre a sua inexpressiva representatividade. Funcionário público municipal, sem passagem no Poder Legislativo, sem tradição política familiar, contando, apenas, com o apoio do grupo ligado ao deputado estadual. Certamente, se viu na incumbência de concorrer ao cargo para não criar rugas com a liderança do grupo. Leal, dedicado e homem de confiança de Chico Rocha, José Prado Alves não poderia faltar. O momento era delicado e exigia cautela. Os irmãos Fernando e Carlos Daltro, ao contrário do candidato vitorioso, exibiam um passado fortemente marcado pela tradição política.

Na verdade, como já vimos, uma das reivindicações era justamente recuperar uma herança de caráter simbólico, mas não exatamente por essa razão menos importante. O velho Ernestino Alves Pires, avô pela linhagem materna, seria rememorado em diferentes momentos durante as campanhas eleitorais de 1966/1970 para reforçar a tradição e o prestígio da

---

<sup>209</sup> A lista com os nomes dos candidatos, seus respectivos partidos, o número de eleitores e os votos obtidos encontra-se disponível para consulta no Arquivo Público Municipal de Jacobina. Fundo: Câmara de Vereadores. Série: *Eleições Municipais*. Datas-limite: 1947-1966. Caixa 42, maço 01.

família no universo político local. Hoje, o nome do homem que foi Intendente Municipal no início dos anos 20, se atualiza dando nome a uma rua que, não por coincidência, foi calçada e inaugurada durante o curto governo do seu neto, Fernando Daltro.

O pronunciamento não escondia as pretensões do candidato derrotado. A luta ganhava novos formatos e seria travada em outros espaços. Era preciso promover “a redenção moral de Jacobina, a nossa extremada terra”. A cidade aparecia como refém de um grupo que o próprio documento trata como sendo “ganancioso”. A referência, apesar de não mencionar nenhum nome próprio, é dirigida ao seu mais recente desafeto. As páginas de uma espécie de diário, narrado em primeira pessoa por Edna Daltro, nos dão alguma medida dos acontecimentos, que também estavam relacionados com a vida pessoal da família. Também aqui, o trânsito entre as esferas pública e privada parecia recorrente.

Escrevendo sobre a derrota em 1966, a esposa de Fernando Daltro narrou com uma riqueza de detalhes os enredos que ajudam na montagem dos acontecimentos daquele ano. E nos fala de um sabor “marrom azedo” que teria sentido quando, ao final das apurações, a derrota acenava no horizonte mais próximo. Uma associação que humaniza esses personagens evidenciando suas fragilidades, expectativas frustradas e a forma como interpretaram aqueles eventos.<sup>210</sup>

O documento em questão ainda menciona aspectos importantes para reconstruir os cenários de uma campanha política e o desenrolar das eleições em uma cidade do interior da Bahia. No entanto, o que fica mais evidente é o deslocamento de questões inscritas no âmbito privado que ganham forma na decisão de Fernando Daltro em romper com o deputado. Este será o nosso ponto de partida para reconstruir os quatros anos que separam a ruptura do coroamento, reconhecimento e da consolidação de uma liderança que, não negando por completo as heranças políticas, traçou caminhos bem próximos daqueles que também serviram para projetar o nome e a influência de Francisco Rocha Pires. Aliás, em pouco

---

<sup>210</sup> Os cadernos divididos em tomos, com seus diferentes títulos, foram resultado de anos de dedicação e empenho de Edna Daltro. Havia uma orientação política, mas também pessoal no sentido de reunir recortes de jornais, avaliações pessoais, material de campanha, entre outros que diziam respeito única e exclusivamente aos itinerários que seu marido e ela própria seguiram desde 1966, ano que marca o rompimento, até início dos anos 90 quando foi reeleito Deputado Estadual pelo PMDB para o mandato de 1987-1991. Para a escrita desta dissertação o Tombo I, classificado como “O início de uma história: Fernando e Edna (Política) foi de extrema importância. O mosaico de escolhas, recortes e seleção nos permitiu reconstruir, ainda que parcialmente, alguns acontecimentos políticos inscritos na cidade de Jacobina. Nossa atenta interlocutora reuniu e comentou os fatos narrando-os em primeira pessoa, deixando antever suas impressões, sensações e leituras que fazia daquele contexto. Como não poderia ser diferente, notamos o quanto as linhas que separavam a vida pessoal (do casal) e pública (política) eram tênues, frágeis. Esta documentação foi concedida em forma de empréstimo temporário pelo filho mais jovem do casal, o advogado Fernando Mário Pires Daltro Júnior.

destoou dos itinerários de homens que escolheram a política como campo de atuação e reconhecimento. Sua carreira política, inicialmente organizada no município de nascimento, o credenciou, em um primeiro momento, a ocupar o cargo de vereador, ascendendo para a função de prefeito e em meados dos anos 70 já ocupava uma das cadeiras da Assembleia Legislativa na condição de Deputado Estadual. Teve ainda, no final dos anos 80 e início dos anos 90, uma rápida passagem pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia ocupando o cargo de secretário no governo de Nilo Coelho.

Uma carreira tipicamente baiana se considerarmos, por exemplo, que preenchia alguns requisitos básicos para o ingresso na vida pública. Do berço trazia o sobrenome Pires. Seus avós, na linhagem materna, eram pessoas de reconhecido prestígio como destacamos no primeiro capítulo. Descendia de uma linhagem dos Costa Pinto, os poderosos do açúcar, gente com trânsito e acesso privilegiado aos salões imperiais e as rodas da política na Bahia do século XIX. Frequentara entre os anos 40 e 50 do século passado a Faculdade de Direito da Bahia, escola que, historicamente, forneceu homens para os quadros políticos do Estado. Bem nascido, educado, com posses e disposto a recuperar um passado político da família Pires, Fernando Daltro possuía, em tese, todos os atributos. Faltava vencer o seu maior adversário político. E a disputa consistia em derrotar não o próprio Chico Rocha, pois não há registro de enfrentamento direto. Precisava vencer os homens que foram escolhidos pelo líder político para ocupar o cargo de prefeito municipal. Em 1966 disputou as eleições com José Prado Alves. Quatro anos depois precisou reunir forças para vencer Carlos Gomes da Silva nas eleições de 1970.

Os grupos políticos em Jacobina, abrigados sob o guarda-chuva da Arena, devem ter repensado as suas estratégias de atuação naquele ano de 1965. Faltava menos de um ano para as próximas eleições e alguns setores militares, aqueles considerados de linha-dura, defendiam a suspensão do pleito chocando-se, frontalmente, com o que estabelecia a Constituição de 1946. O clima de indefinição ganhou as páginas do jornal *A Tarde* que dialogava, mais precisamente, com as eleições para prefeito. Com o título: “Interventores Municipais”, a matéria discutia alguns aspectos que merecem uma observação mais atenta, menos apressada.<sup>211</sup> O ponto de partida para as dúvidas sobre quais rumos tomariam o

---

<sup>211</sup> *A Tarde. (Interventores Municipais)*. Sem data de identificação. Alguns exemplares de jornais, encontrados na Biblioteca Pública dos Barris, estão bastante danificados. Há casos onde fica praticamente impossível identificar o ano e data, pois o papel amarelado, apagado e envelhecido pela ação do tempo não nos permite fazer essa leitura.

processo eleitoral no país era a promulgação do Ato Institucional nº 2 que teria suspenso as eleições e provocado um “paradoxo, que agora se verifica, de ter o Governo Federal que marchar para uma solução de exceção a fim de prover as Prefeituras cujos titulares estão para concluir os seus mandatos”. Contradição assinalada se considerarmos, por exemplo, que o próprio governo militar prometia o retorno à normalidade, a volta da democracia. Por outro lado, o processo histórico revela que as promessas carregavam embustes e o Brasil mergulhou nas águas turvas de um governo truculento e fortemente repressivo.

Se tivesse vigorado para o âmbito municipal o que passou a valer com a promulgação do AI nº 3 que instituiu eleições indiretas para governador e se somássemos a este fato uma das alternativas propostas pela reportagem do jornal *A Tarde* que era “a prorrogação de mandato”, muito certamente, as eleições de 1966 não aconteceriam na cidade de Jacobina. Continuaria à frente do poder executivo o médico Ângelo Brandão e nesse caso, Fernando Daltro não teria razões para romper com Chico Rocha naquele ano. Talvez nem o fizesse nos anos posteriores, se alguma decisão da política macro interferisse, de forma mais direta, nas diretrizes e arranjos da esfera municipal.

Ao levantar algumas possibilidades que, bem verdade, não se concretizaram nosso maior interesse é revelar o quanto havia, naqueles anos de consolidação do regime militar, de desencontros sobre quais caminhos a política deveria seguir. O presidente Castelo Branco assumia no seu discurso compromissos que conduziram o Brasil, novamente, à democracia. Também aqui, numa prova contrária às promessas, os Atos Institucionais foram, pouco a pouco, solapando do país e dos brasileiros a crença de que aquele momento era mesmo uma transição.

Se, por um lado, o AI nº 3, promulgado apenas três meses depois das eleições diretas para governador numa clara resposta do governo ao saldo de vitórias da oposição, arbitrava sobre o processo eleitoral na esfera estadual alterando, substancialmente, os caminhos que conduziram os governadores a esta condição, por outro lado, conservava, no âmbito municipal, as eleições para prefeito que “poderiam ser eleitos por voto popular secreto”. E, mesmo em uma situação política adversa à democracia, em níveis variados, algumas diretrizes foram mantidas e até certo ponto preservadas. O direito ao voto nas instâncias municipais materializa esta manutenção.<sup>212</sup>

---

<sup>212</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit, p. 121.

O regime militar conviveu, não sem tensões, com contradições como esta. E também não foi capaz de anular, por completo, algumas especificidades que caracterizavam a política no geral e, mais especificamente, a política no Estado da Bahia. Nos referimos ao que fica evidente na matéria publicada no jornal *A Tarde* em sua coluna *Política&Políticos*. Naquela manhã de 22 de dezembro de 1965, quando as autoridades baianas já tinham conhecimento da promulgação do terceiro ato institucional que estabelecia, entre outras determinações, o bipartidarismo como regra para organização dos partidos políticos a grande preocupação das lideranças presentes na reunião, a exemplo de Lomanto Júnior, governador da Bahia, do ministro Juraci Magalhães, entre outros eram “os problemas [...] relativos à constituição do diretório estadual e à definição das áreas de autoridade nas bases municipais”.<sup>213</sup>

Esses homens, conhecedores das tramas que sustentavam a política no Estado, sabiam, por exemplo, das dificuldades que teriam para agrupar, sob a mesma legenda, nesse caso a Arena, indivíduos que figuravam em partidos opositores, adversários ferrenhos e em alguns casos inimigos pessoais. O grau de dificuldade era elevadíssimo e as autoridades baianas tinham conhecimento da dimensão do problema que enfrentariam com a reorganização dos partidos em apenas dois blocos.

Uma das saídas encontradas para resolver, ainda que parcialmente, a situação foi, sem dúvida alguma, a divisão da Arena. O fenômeno não foi uma exclusividade da política baiana, mas no Estado conseguiu resolver alguns problemas mais emergenciais. Com essa medida, mantinha-se no partido oficial da ditadura civil-militar atraindo o grosso dos políticos com diferentes filiações partidárias que iam desde a UDN, passando pelo PSD, contando ainda com alguns representantes do PTB e outros partidos que, mesmo antes da promulgação do AI nº 3, haviam firmado alianças no mínimo curiosas, como aconteceu com a candidatura de Lomanto Júnior que engendrava desde o início “o paradoxo de incluir em sua chapa o PTB baiano, partido que, conquanto fosse hegemônico na Bahia por sua ala menos “progressista”, era também o partido do primeiro mandatário da república”.<sup>214</sup>

Somente a subdivisão da Arena em Arena 1 e Arena 2, como aconteceu na cidade de Jacobina no ano de 1965 ofereceria o espaço necessário para abrigar políticos que comungavam dos ideais da chamada “Revolução de 1964”, mas que por questões de outra

---

<sup>213</sup> *Jornal A Tarde*, 22 de Dezembro de 1965. (Coluna: *Política & Políticos: Construindo o Diretório da “Arena” na Bahia*), p. 2.

<sup>214</sup> FERREIRA, Muniz. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. Salvador, 2005. p. 1 Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf), p. 14. Acesso em: 25 Jan. 2012 às 22h:05m.

natureza, incluindo disputas pelo poder local e até mesmo querelas inscritas nos âmbitos privados precisaram readequar-se às determinações da política macro considerando, nesse caso, as especificidades que eram anteriores ao golpe militar. O diretório local da Arena teve à frente dois históricos adversários políticos que ocupavam cadeiras na Assembleia Legislativa: Francisco Rocha Pires com passagens pela UDN e pelo PR e Edvaldo Valois, eleito pelo PSD e PSP. Ambos com candidaturas também pela Arena nas eleições posteriores ao ano de 1964.

No arquivo da família Daltro, cuidadosamente montado e selecionado por Edna, encontramos um recorte de uma nota publicada em jornal de circulação estadual que oferece algumas pistas sobre a inimizade entre os deputados que dirigiam a Arena na cidade de Jacobina. Com o título “A Paz” a notícia oferece detalhes sobre um possível arrefecimento da “tradicional guerra particular entre os grupos de deputados Francisco Rocha Pires e Edvaldo Valois”.<sup>215</sup> Ao qualificar a disputa nos termos “paz” e “guerra”, ficam evidentes os contornos que as tensões assumiram ao longo da vida pública destas lideranças.

Mas é curioso observar, por exemplo, que o texto fala em uma “guerra particular”, sugerindo que as desavenças tinham uma raiz que não era simplesmente política ou ideológica, mas estava ancorada em elementos que, muito certamente, desembocavam em conflitos familiares. Além disso, inscreviam-se na esfera econômica e de controle da exploração e comércio de ouro como ficou comprovado no episódio envolvendo o garimpeiro Juventino Rodrigues, Maria Rufina e Antônio Damásio (reclamantes da propriedade), José Valois (favorável ao reconhecimento) e o deputado Francisco Rocha Pires em um litígio pela posse de um garimpo no final dos anos de 1950. O caso ofereceu visibilidade às rugas entre os membros das famílias Pires e Valois.<sup>216</sup>

Os desentendimentos, portanto, não se explicam apenas na dinâmica política, mas encontram neste espaço formas de atuação mais aguerridas para enfrentar os adversários. E quanto ao clima de abrandamento das forças outrora tão combativas referido na notícia, nada tinha, por exemplo, de alianças políticas ou coalizão da Arena, mas passava pelas limitações da idade e fragilidade da saúde que ambos enfrentavam em função do cansaço de Chico Rocha para “prosseguir na luta, depois de 75 anos de vida e 27 de mandato” e dos “problemas

---

<sup>215</sup> Recorte de jornal com o título: *A Paz*, encontrado no caderno de Tombo I da família Daltro. Sem data, nem especificação do jornal.

<sup>216</sup> JESUS, Zeneide Rios. Op. cit, p. 165.

de saúde (coração)” enfrentados por Edvaldo Valois.<sup>217</sup> Como chefes e lideranças políticas locais, com projeção no cenário estadual, prepararam os caminhos para seus herdeiros. Mas também aí, segundo a notícia, residiam alguns entraves que se resumiriam na eleição do filho de Edvaldo Valois para prefeito na cidade de Morro do Chapéu afastando-se da cidade de Jacobina e da base eleitoral do seu pai e a inexperiência de Francisco Rocha Pires Filho que tinha, na época, por volta de 18 anos.

Que Chico Rocha e Edvaldo Valois eram inimigos e adversários políticos não resta nenhuma dúvida. Se as razões que movimentavam esse clima de hostilidade ultrapassavam e antecediam a política local era neste campo que, na maioria das vezes, encontrava as suas razões de ser. Atualizava-se. Ganhava sentido e significado. Edna Daltro sabia disso. Mesmo não tendo nascido em Jacobina, as experiências acumuladas na vida da cidade tinham lhe ensinado algumas lições. A primeira delas talvez tenha sido o mapeamento dos homens que transitavam na política identificando seus lugares e os conflitos que remontavam outras épocas. Não por acaso, Esther Daltro, em depoimento rememora a posição que a sua mãe assumiu quando o rompimento já era um fato consumado: “Mas, enfim, os Valois eu sabia quem eram e minha mãe insistia que ele devia ir logo procurar os Valois que isso devia ser feito imediatamente”.<sup>218</sup>

O senso prático e o conhecimento sobre os mecanismos que engendravam a máquina política na cidade de Jacobina por certo orientaram essa decisão. Sabia que os Valois eram inimigos de Chico Rocha e tinha “informações de que eles querem falar com você e você vai ser bem aceito. Você tem que ir, sim”.<sup>219</sup> Não sabemos, por exemplo, quais eram as relações entre Edna Daltro e o grupo político chefiado pelo deputado Edvaldo Valois. Talvez essas informações que ela dizia ter fossem resultado de conversas informais com pessoas que sabiam dos interesses que movimentavam o grupo. Aliar-se a Fernando Daltro, um antigo adversário, parente de Chico Rocha e portador de informações privilegiadas sobre o seu inimigo, representava, entre outros ganhos, a chance de enfrentar e afrontar o adversário de uma maneira ainda mais combativa. E, como já mencionamos, não havia muitas opções para o dissidente. Ou seguia os conselhos da sua esposa, como terminou fazendo, ou integrava o diretório do MDB que, na cidade, tinha pouquíssima expressão e trânsito político. As razões

---

<sup>217</sup> Recorte de jornal com o título: *A Paz*, encontrado no caderno de Tombo I da família Daltro. Sem data, nem especificação do jornal.

<sup>218</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

<sup>219</sup> Idem.

para essa fraqueza encontram sentido por se tratar de um partido de oposição ao regime militar e, mais do que isso, na ausência de homens que ousavam desafiar os dois chefes políticos.

Em uma cidade pequena, com uma população urbana restrita e concentrada geograficamente no que hoje e mesmo na época era designado como centro, assumir uma postura de oposição poderia significar, na vida prática das pessoas, um alijamento e, em algumas situações, até a perda de pequenos privilégios traduzidos em esquemas de favorecimento para empregos, cargos de confiança, promoções e intervenções que tinham na política o seu ponto de partida.

O grupo do deputado Edvaldo Valois, a Arena 2, foi um caminho quase que natural para Fernando Daltro. Dali sairia candidato a prefeito nas eleições de 1966. Do lugar de dissidente, do homem que rompera com Chico Rocha, uma liderança política respeitadíssima nas rodas da política baiana como vimos nos dois primeiros capítulos. O contexto do rompimento determinou seu ingresso no grupo chefiado por um dos maiores opositores políticos de Chico Rocha. É o próprio Edvaldo Valois que, em pronunciamento, relembra o episódio e as palavras ditas por Fernando Daltro naquela ocasião:

Eu me entreguei neste grupo do Dep. Valois e em todos os momentos difíceis que passei, desde a derrota de 66 à vitória de 70, eu não tive que me queixar de coisa alguma, porque ele sempre demonstrou o ideal de servir a Jacobina.<sup>220</sup>

É interessante perceber, por exemplo, como a narrativa é construída em tom de agradecimento. De profundo reconhecimento pela acolhida. Convencido estava de que a sua escolha, naquele contexto, era acertada e lhe renderia frutos políticos. Ao lembrar um episódio histórico de uma guerra nos Estados Unidos que teria dividido o “país em duas partes”, Fernando Daltro reconta a história de um General chamado Grant que caminhava numa praia de areia ardente e alva e, atrás dele ia um rapazinho, seu filho, que fazia questão de pisar nas mesmas pisadas do pai. Utiliza esse episódio para ilustrar a sua relação com o

---

<sup>220</sup> *Meus Queridos Conterrâneos*. Discurso político proferido pelo ex-Deputado Estadual Edvaldo Valois em 12 de novembro de 1976 (Mimeografado) através do Serviço de Alto-falantes *A Voz da Cidade*. p. 3. Em 1976, a conjuntura política na cidade de Jacobina já havia mudado bastante. Flávio Antônio Mesquita Marques era candidato a prefeito e o seu vice, José Edmundo Coutinho, filho de Edvaldo Valois integrava a chapa. Uma cisão entre Gilberto Miranda e o grupo de Fernando Daltro redefiniu os lugares na dinâmica política local. Tanto Edvaldo Valois como seu filho passaram a integrar a sublegenda da Arena 1 antes liderada por Francisco Rocha Pires.

Deputado Valois e, em tom de desabafo, confidencia: “É assim que me sinto no momento, vendo você caminhar nas areias alvíssimas e eu irei como aquele rapazinho, pisando nas mesmas pisadas porque, acima de tudo, você é um homem de palavra e de bem a toda prova”.<sup>221</sup>

Nesse sentido, Edvaldo Valois assumia o papel de pai. Não aquele biológico, mas o mestre político, o homem que emprestaria seu prestígio, abriria muitas portas na política estadual, ampliaria o círculo de contatos e facilitaria a sua entrada. Se Francisco Rocha Pires, seu primo lhe negara, rejeitando o seu nome, nada mais natural que o seu adversário mais aguerrido o fizesse. Desse enfrentamento, Fernando Daltro se beneficiava e alimentava suas aspirações. Crescia. Ganhava espaço e transitava por entre os corredores da política. As portas, à essa altura, já estavam entreabertas.

No entanto, é importante frisar uma indiscutível ausência de diferenças de natureza ideológica entre os grupos divididos sob a legenda da Arena 1 e 2. E não apenas porque ambos representavam o partido oficial da ditadura. Por certo, não podemos descartar ou mesmo negligenciar esse elemento. Mas admitimos e, em boa medida, defendemos que o passado político, o peso da tradição das famílias, o lugar que estes indivíduos ocupavam na hierarquia social, suas formas de lazer e sociabilidade eram elementos que mais uniam do que separavam.

É o que fica evidente, por exemplo, na coluna “Jacobina em Sociedade”, escrita por Robério Marcelo e que foi publicada no *Jornal da Bahia* durante as décadas de 60 e 70 do século XX. Com um lugar de destaque, cobrindo os eventos sociais que incluíam peças de teatro, desfiles, bailes, sessões de filme no Cine Payayá, entre outros, o colunista nos informa sobre a presença e a circulação desta elite política local. Através deste mapeamento identificamos nos clubes recreativos e sociais, a exemplo da Aurora Jacobinense e Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro, dois pontos de observação privilegiados para refletir sobre os convidados “ilustres”, presentes em ocasiões como aquela que reuniu “As Personalidades do ano de 66”, nos salões da Sociedade Filarmônica Aurora Jacobinense.<sup>222</sup>

A alta sociedade, representada por médicos, advogados, funcionários do banco, fazendeiros, pecuaristas e políticos, esboça, fielmente, o retrato dos ilustres e notáveis. Entre eles, presenças como as de “Carlos Alberto Pires Daltro, Manoel Ignácio Paes, Djalma

---

<sup>221</sup> Idem. p. 4.

<sup>222</sup> *Jornal da Bahia. (Jacobina em Sociedade. Personalidades do ano 66)*, Robério Marcelo. Sábado 18 –Sem data.

Jacobina” ocupam lugar de destaque, para mencionar aqueles que residiam na cidade e, ainda, “atendendo a convites formulados através do Deputado Edvaldo Valois Coutinho que naquele dia será homenageado por nossa sociedade como o mais destacado e eficiente político do Município” compareceram à festa o “Vice-Governador eleito, deputado Jutai Magalhães, Deputado Federal Fernando Wilson”, entre outros.<sup>223</sup>

Esse era apenas um exemplo, entre muitos outros, dos cerimoniais que reuniam indivíduos destacados da elite local. E ocasiões como esta costumavam congregar mesmo os adversários políticos mais ferrenhos. A explicação para este fato ganha clareza quando nos convencemos que ambos representavam, com seus sobrenomes, “Pires, Mesquita, Daltro, Jacobina, Valois, Velloso, Coutinho e Miranda”, segmentos que o colunista Robério Marcelo, em outra nota, chama de “Personalidades-Elegantes e Sociedade”.<sup>224</sup>

O grosso da população local, formada por pequenos agricultores, comerciantes locais, feirantes e vendedores, certamente não interpretava aquela realidade desta forma. Para eles, os grupos políticos eram adversários, ferrenhos opositores e inimigos que deveriam ser fortemente combatidos. Nesse sentido, o conjunto de lembranças da filha de Fernando Daltro, nos fornece elementos importantes que ajudam a montar esse cenário:

Mas era algo proibido porque política naquela época, na época de política a cidade se dividia e você só falava com aquelas pessoas daquele lado, você só ia no aniversário das crianças daquela pessoa daquele lado, você não se comunicava com os outros do outro lado, os outros eram inimigos.<sup>225</sup>

Talvez esteja aqui um dos componentes que mencionamos no primeiro capítulo. A paixão política que significava e emprestava sentido à vida de homens e mulheres simples. Um tipo de envolvimento que alterava as experiências cotidianas como os processos de *habeas corpus* deixam antever. Sem esquecer os conflitos que se materializavam em brigas, desentendimentos e até inimizades como analisaremos mais adiante. Por hora, é importante frisar essa divisão que a política provocava entre a população. Os grupos, repartidos dentro da mesma legenda, apresentavam elementos comuns e do ponto de vista sociocultural, por exemplo, revelam inúmeras afinidades.

Mas por qual razão a dinâmica política parecia fracionada? Porque Fernando Daltro nas campanhas de 1966 e 1970 defendia que ele representava a mudança? Como a política dos

---

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> Jornal da Bahia. (*Jacobina em Sociedade. Personalidades-Elegantes e Sociedade*), Robério Marcelo. Sem data.

<sup>225</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

Carcarás ganhou vida e corpo naquele momento? O que significou a derrota e, quatro anos depois, a tão sonhada vitória para cumprir um mandato eletivo de apenas dois anos? Para tentar responder a essas perguntas, mesmo sabendo que as respostas abrem caminhos para outros questionamentos, retornaremos ao ano 1966 e a decisão de Fernando Daltro em romper com Chico Rocha e procurar imediatamente seu maior adversário, o também deputado estadual Edvaldo Valois. Este ano, revisitado pelas memórias do Pastor Edmundo Isidoro dos Santos que integrou a equipe do governo de Fernando Daltro ocupando o cargo de secretário-geral, numa época em que ainda não existia a divisão das Secretarias Municipais por área, é reconstruído com lembranças que instituem marcos divisórios na política local, sugerindo dois momentos distintos:

Fernando se candidatou a prefeito e perdeu, quatro anos depois se candidatou e foi eleito com uma votação altamente expressiva, altamente expressiva e com um significado muito grande **eu até acho que a política de Jacobina teve essas duas fases importantes antes de Fernando e depois por que na verdade, ele derrubava politicamente um líder que era Chico Rocha** de prestígio político não só em Jacobina, mas na Bahia, ele foi deputado se eu não estou enganado por oito legislaturas, oito legislaturas.<sup>226</sup>

Derrotar politicamente um chefe que acumulava nada menos que “oito legislaturas”, como sublinha, de forma incisiva, o Pastor Edmundo, fazia de Fernando Daltro um nome que exigia respeito e credibilidade. Como demonstramos na epígrafe que abre essa discussão, o candidato vencido declarava suas intenções em continuar a luta. E numa associação que também humaniza o político, teria prometido que “enquanto restar uma gota de sangue em meu corpo, tudo farei em prol dêsse ideal”. E assim o fez, percorrendo caminhos que mais tarde o conduziram ao cargo de prefeito da cidade em que nasceu e passou boa parte da sua infância.

A pequena margem de diferença dos votos, contabilizados no resultado final das eleições municipais, certamente o animou a seguir, depois de passada a tristeza e decepção, mas confiante. Os anos de espera e a luta em torno do ideal marcaram sua passagem num primeiro momento pelo “amargor da derrota”, como registrou Edna Daltro em suas anotações. Foi preciso experimentar a perda, lidar com o fato e cimentar os percursos para consolidar o projeto político no âmbito municipal. Um registro fotográfico da época captura com a riqueza de detalhes que, muitas vezes, apenas a imagem pode oferecer. Por um lado, a dor, a tristeza e

---

<sup>226</sup> Edmundo Isidoro dos Santos. Entrevista já citada. [Grifo nosso]

o choro dos perdedores. O abraço, o consolo e constatação da derrota inundam não apenas os personagens principais, mas populares que, em torno deles, também se sensibilizaram com a perda.

Eram os “Irmãos Coragem”, como ficariam conhecidos na cidade Fernando Daltro (à esquerda), Carlos Daltro (ao centro) e Manoel Ignácio (à direita), numa clara associação à novela exibida pela Rede Globo de televisão que conta a saga de três irmãos e a sua luta contra os mandos e desmandos do coronel Pedro Barros, vivido pelo ator Gilberto Martinho.<sup>227</sup> A alusão foi posterior à derrota de 1966 porque a novela só foi exibida nos anos 70. A imagem dos três irmãos e os conflitos com o coronel seria incorporada posteriormente à plataforma política em sintonia com o crescimento no número das vendas dos aparelhos e a “penetração intensa da televisão no Brasil inscrita na paisagem urbana e rural”.<sup>228</sup>

Uma associação perfeitamente possível se considerarmos, por exemplo, os esquemas de representação e apropriação propostos por Roger Chartier que permitem reelaborações e espaços de interpretação dos sujeitos. Os irmãos, que na novela lutavam bravamente para se desvencilhar do comando de um coronel, emprestavam as suas histórias para aqueles três homens que, em Jacobina, enfrentavam os mandos de Chico Rocha.<sup>229</sup>

---

<sup>227</sup> HAMBURGER, Esther. *Diluído fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano*. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 468-469.

<sup>228</sup> HAMBURGER, Esther. *Op. cit.*, p. 440.

<sup>229</sup> No texto publicado na Revista *Annales* entre novembro e dezembro de 1989 o autor discute alguns conceitos que são fundamentais para refletir sobre as contribuições da chamada História Cultural do Social. Chartier afirma, por exemplo, que: “A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas as suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. p. 180. In: CHARTIER, Roger. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos, vol. 8, n°. 16, Rio de Janeiro, 1995, p. 179-192.



(4) *Dia da Derrota*, 1966. Carlos Daltro (costas) Manoel Ignácio (óculos) e Fernando Daltro (esquerda).  
Fotógrafo desconhecido. Acervo particular da família Daltro.

É também o registro que nos fornece elementos para mapear os cenários daquele ano eleitoral. Algumas pessoas choram. Na ânsia por ajudar, aflagam os “irmãos coragem” e revelam solidariedade em um momento difícil. A presença de alto-falantes nos informa sobre o que significava, na prática, organizar e fazer funcionar uma campanha política no interior do estado. Era preciso atingir o maior número de pessoas, de eleitores. O convencimento, os rituais de aproximação, as formas para atrair, envolver e ganhar simpatizantes seguiam algumas regras, obedeciam aos receituários da alquimia política. Neste sentido, o depoimento de Esther Daltro é precioso e abundante em detalhes:

Eu descobri algumas coisas sobre campanha, não é? A primeira coisa que você tinha que ter um carro de som e alguém que fizesse umas músicas. Então, sempre foi o mesmo pessoal que fez as músicas de meu pai e quem fez a campanha, então era o carro de som que ia primeiro e chamava para o comício e depois, durante o comício, ele também chamava as pessoas. O comício era feito em cima do caminhão geralmente, e dependendo do lugar se podia fazer em cima de um cine palanque na realidade.<sup>230</sup>

---

<sup>230</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

A narrativa recupera, através da memória, alguns elementos que são importantes para situar o processo de feitura de uma campanha eleitoral no interior. Do que dispunham os candidatos? Como organizavam e gerenciavam o momento que antecedia o pleito municipal? De que forma acessavam a população? Essas perguntas iluminam e indicam, ainda que parcialmente, os caminhos percorridos e as necessidades que constavam na agenda política dos candidatos, em particular das preocupações de Fernando Daltro que é objeto deste estudo. Já sabemos, por exemplo, que a campanha apresentava elementos ligados ao universo musical. Nesse sentido, algumas canções, também identificadas como “marchinhas”, fornecem elementos para reconstruir os temas da campanha e ainda provocam reflexões sobre outros pontos importantes.

As músicas refletem as aspirações do candidato e estabelecem vínculos com a população local. Ao que parece, eram eles, os próprios aspirantes ao cargo de prefeito, que contratavam o serviço de letristas, talvez compositores locais ou mesmo pessoas que tinham afinidade com este universo musical. Criar uma melodia, cantá-la nos comícios e encontros nos parece, a princípio, uma maneira de conectar as muitas partes envolvidas em todo o processo. Certamente foi com esse intuito marcadamente político que Amado Honorato de Oliveira, um dos precursores do rádio em Jacobina, além de instrumentista, líder de uma grande orquestra e maestro da Filarmônica Juvenil Rio do Ouro, compôs a música e letra da marchinha intitulada: “Fernando nós te queremos” em 1966, durante a campanha eleitoral daquele ano. O título oferece indícios que convergem para um sentimento de querer, desejar e lutar pela candidatura de Fernando Daltro. Infelizmente, não tivemos acesso à gravação original da música que, segundo consta no impresso, deveria ser cantada “em ritmo de marcha”. Mas a letra simples, relativamente curta e com refrão sugere uma preocupação de quem compôs a música. Simplificar para facilitar a compreensão e envolver uma parcela da sociedade local disposta não só a votar em Fernando Daltro para prefeito, mas que levantasse a bandeira ou as “bandeiras” da campanha. Entre elas, as músicas, transformadas em marchinhas, ocuparam uma posição central.

Voto, eleição, vitória, escolha, desejo, luta e alegria são algumas palavras que aparecem na letra. Não por acaso, evidentemente. Foram cuidadosamente escolhidas para que, no conjunto, anunciassem os elementos definidores da campanha. O voto, resultado de uma escolha consciente, inaugurava um estado de alegria e desdobrava-se na vitória. É possível intuir que as pessoas cantarolassem as marchinhas antes e durante o processo eleitoral.

Desconfiamos que elas se tornavam verdadeiros “hinos”, reforçando e encenando, de diferentes formas, o fazer “político” na cidade de Jacobina. Em uma das passagens mais significadas pela atmosfera política encontramos alguns elementos que convergem para esta análise:

FERNANDO, FERNANDO, nós te queremos para ser nosso Prefeito. FERNANDO, FERNANDO, com o nosso voto tú serás eleito. Conta com a nossa alegria. Com o nosso orgulho e a nossa gratidão. Tú és a causa da vitória que virá. Pois em tí todos nós vamos votar.<sup>231</sup>

A música revela a escolha. O voto aparece diretamente relacionado ao sucesso nas urnas e sustenta uma possível vitória. Também identificamos um reconhecimento por parte dos eleitores retratados na marchinha, pois são eles que escolhem o prefeito. Nesse caso, o voto materializava essa opção. Talvez o ato de votar ganhasse todo esse destaque por ser ele, evidentemente, o passaporte para o Poder Executivo local, mas também é possível que as pessoas já experimentassem na vida política um dos efeitos do Ato Institucional nº 3, datado de 5 de fevereiro de 1966, que previa eleições indiretas para governador.

O universo musical que envolvia, mais diretamente, compositores e letristas no processo de criação é recuperado através do depoimento de Esther Daltro sugerindo uma busca dos candidatos em ter “alguém que fizesse umas músicas”. Também identificamos que talvez aqui pudesse se tratar de uma preocupação em criar mecanismos de internalização por parte da população local. Cantar um desejo, celebrar uma escolha e, mais do que isso, torná-la pública indica um dos caminhos possíveis para acessar uma parcela significativa de pessoas analfabetas, onde a oralidade adquire um papel fundamental. Dessa forma, o aprendizado passa, necessariamente, por outros sentidos não exigindo um tipo de saber formal que está diretamente associado a um grau de instrução geralmente mensurado pelo tempo de permanência na escola.

Também eram as músicas, mas não apenas elas, que convocavam uma significativa parcela da população local das casas para as ruas, do espaço privado para o público. Não bastava, por exemplo, que a escolha fosse apenas objeto do voto no dia de eleger o próximo nome para ocupar o cargo de prefeito. Era preciso declarar abertamente a escolha. Nesse

---

<sup>231</sup> *Fernando, nós te queremos*. Música e letra de Amado Honorato produzida para campanha eleitoral de 1966. Acervo particular da família Daltro.

sentido, as ruas, praças e os espaços de encontro e sociabilidade assumiam um papel importante para demarcar as posições e declarar as suas preferências.

O ano de 1966 nos distancia das campanhas publicitárias que atualmente costumam exigir volumosas quantias em dinheiro quase sempre convertido em material de divulgação como cartazes, santinhos, viagens e outros tipos de gastos que envergonham e fragilizam o sistema democrático de um país com a persistência de mecanismos de troca de voto por cesta básica, dinheiro, pagamento de alguma conta, consulta médica, entre outros. Com isso, não estamos afirmando a ausência de procedimentos enquadrados pela lei eleitoral como ilícitos e expressamente proibidos na campanha de 66. Nem poderíamos fazê-lo, pois ações desta natureza não deixam registros escritos e mesmo na memória daqueles que viveram experiências compartilhadas a preocupação em atingir os vivos, ainda que sejam os descendentes, não permite esse tipo de lembranças.

Na verdade, nos chama mais atenção algumas dificuldades e precariedades identificadas no depoimento. Comícios improvisados e adaptados em um caminhão sugerem uma escassez de recursos e podem também revelar uma ausência de apoio da matriarca da família Pires, D. Iasinha que teria, segundo a sua bisneta:

E hoje como adulta eu me pergunto por que minha avó, a primeira coisa que eu noto é que minha avó já não estava mais interferindo politicamente, senão isso não teria acontecido ou será que a minha avó não optava por meu pai? Porque minha avó já tinha feito uma não opção por meu pai [...] <sup>232</sup>

Ao que parece, Fernando Daltro não pode contar com os recursos financeiros que a sua avó materna dispunha para custear, em parte, a sua campanha eleitoral. Nesse caso, nem mesmo um apoio de base familiar foi uma realidade. Tudo indica, e o depoimento de Esther deixa antever, que as marcas do passado se insinuavam naquele ano de 1966 trazendo à tona as lembranças amargas e dolorosas que incidiam, diretamente, na não concretização do matrimônio entre a filha de D. Iasinha, Esther Pires e Francisco Rocha Pires, levando a própria bisavó a adotar uma postura pouco amigável e acolhedora como, pelo menos em tese, deveria acontecer.

O mesmo não vale para Carlos Daltro, irmão de Fernando e figura com grande trânsito e desenvoltura nas duas campanhas eleitorais. Médico, com pretensões políticas e sabedor do

---

<sup>232</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

seu lugar naquela sociedade, Carlito, como era conhecido por muitos, foi um importante aliado e principal herdeiro do movimento político que ficaria conhecido como sendo dos Carcarás. A foto em destaque captura elementos que ajudam a refletir sobre essa aliança. E ainda nos fornece pistas que permitem reconstruir algumas dificuldades práticas de um candidato no processo de organização de uma campanha eleitoral:



(5) *Dia da Vitória*, 1970. Fernando Daltro (centro) e Carlito Daltro (esquerda com microfone) Fotógrafo desconhecido. Acervo particular da família Daltro.

O alto-falante, adaptado ao carro, com a inscrição Payayá certamente era o mesmo que convocava a população para as sessões de filme que eram exibidas no cinema local que tinha como um dos sócios o médico Carlos Daltro. Também identificamos que o uso do microfone está ligado ao carro o que, à primeira vista, sugere processos de readaptação. Bem diferente da imagem anterior, que captura a derrota, o sentimento da perda e da dor, compartilhado entre os “Irmãos Coragem”, a fotografia em destaque revela um clima de alegria facilmente identificado nos sorrisos e na fisionomia dos personagens que compõem o registro. Há flores para celebrar o encontro e a conquista, a tão esperada vitória alcançada em 1970 quando Fernando Daltro venceu as eleições e derrotou o candidato Carlos Gomes, nome indicado pela Arena 1, partido chefiado pelo então deputado estadual Francisco Rocha Pires. Trataremos, com mais atenção, da vitória em 1970, no próximo capítulo.

Ainda sobre o processo de organização que se reflete mais diretamente na campanha, mas sem reduzir-se a este evento, notamos, através dos documentos consultados, um elemento que merece uma análise mais cuidadosa, menos apressada. Trata-se das apostas que movimentavam a disputa entre os grupos envolvendo dinheiro e outras frentes/frestas de atuação política para uma parcela da população local. Não podemos equacionar quantas pessoas apostavam nem de quanto dispunham para entrar nesse jogo. Mas um registro de Edna Daltro nos seus arquivos oferece algumas pistas para pensar no universo das apostas como um dos elementos vinculados à organização política na cidade de Jacobina. Em tom de desabafo, ou mesmo para registrar o fato e justificar a origem e posterior uso do dinheiro, nossa interlocutora deixa escapar alguns dos caminhos que precisou seguir para integrar-se a um universo eminentemente masculino:

Ganhei \$2.000.00 em uma aposta feita com Paulo Manga Rosa que me deu vantagem de 200 votos de frente. Fernando perdeu por 36 votos. Recomeçamos a vida com êste dinheiro. O carro era uma Rural verde, bateu o motor e nada mais valia.<sup>233</sup>

O universo das apostas também compôs as diferentes formas de fazer política na cidade de Jacobina. A disputa entre os candidatos, inscrita no plano dos confrontos, discursos, comícios, das viagens e de tudo que envolvia mais de perto a elaboração da campanha, provocava, atiçava e movimentava os apostadores. Mas nos perguntamos: afinal, quais os significados embutidos no ato de apostar? Como uma mulher acessava um universo que, à primeira vista, nos parece reservado ao mundo masculino? As lembranças de Esther Daltro iluminam algumas possíveis respostas para esses questionamentos:

“Você apostou com quem?” – “Com Paulo Manga Rosa.” – “Você falou com Paulo Manga Rosa?” – “Não, eu não falei, está na mão de fulano”, que eu já não lembro, será que foi Carlos Soares? Carlos Soares era um irmão, Carlos Soares e tio Manoel.<sup>234</sup>

As apostas políticas tinham as suas próprias regras e seguiam a dinâmica que orquestrava a vida em sociedade. A pergunta que Fernando Daltro teria feito a sua esposa no momento em que teve conhecimento da realização da aposta é sintomática. Dirigir-se a um

---

<sup>233</sup> Trecho do diário de Edna Daltro escrito entre os meses de novembro e dezembro de 1966 depois da derrota política do seu marido que perdeu as eleições municipais neste ano para o candidato da Arena 1, o funcionário público municipal José Prado Alves.

<sup>234</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

homem e participar de um jogo com códigos marcadamente masculinos lhe pareceu absurdo, mesmo se considerarmos o trânsito de Edna Daltro e todos os elementos que já foram destacados e esmiuçados a fim de situá-la naquela sociedade. Mesmo não falando e sem participar de uma forma mais direta, a capacidade em burlar uma ordem social estabelecida está registrada nas suas anotações e nas lembranças, reaquecidas pelas memórias de Esther Daltro, que revisitaram esse tempo.

É possível que as apostas movimentassem um grande número de pessoas em torno das eleições com seus palpites, investimento em dinheiro e, muito certamente, resultassem em conflitos. A campanha de 1970 é um ponto de observação privilegiado para identificar essas nuances, pois revelou brigas, contendias e mortes ligadas por um denominador comum: a política local. Analisaremos mais de perto todos esses elementos no quarto e último capítulo. Recuperar esses cenários, identificar os caminhos através dos quais o movimento político seguia, para além dos espaços reconhecidamente “oficiais”, ajuda a compreender melhor esse mapa com suas inscrições falhadas, reelaboradas, readaptadas e redefinidas por uma realidade muito específica, mas nem por isso menos rica e, exatamente por essa razão, mais complexa.

O trânsito, o fluxo e o dinamismo desta política dos “Carcarás” passou, necessariamente, por uma relação entre o público e o privado. Os reflexos foram mapeados nas intrigas familiares, no próprio rompimento entre Fernando Daltro e Chico Rocha e nos processos de *Habeas Corpus*. As riquezas, os detalhes e as tessituras desse momento são facilmente identificados na organização da campanha com as marchinhas e nos jogos de aposta que dinamizavam as relações e o próprio movimento político. A população local encontrou espaços para protagonizar suas escolhas e marcar suas posições. É interessante perceber, por exemplo, como esse protagonismo se refletiu em músicas que foram compostas mesmo depois do governo de Fernando Daltro (1971-1973) recuperando esse passado político.

Às vésperas da eleição de 1970, Nô Pereira, morador do Junco, um dos distritos da cidade de Jacobina naquela época, produziu uma literatura de cordel que saudava, antecipadamente, o sucesso nas urnas. Era um “autêntico” Carcará. Mas afinal, como alguém se definia assim? Quais os significados embutidos no ser Carcará? De que forma a construção e reconhecimento dessa identidade política local se processou? Essas perguntas vão nortear a análise que se segue. Por enquanto, basta identificarmos como eles, os Carcarás, interpretavam aquela realidade política de forma a demonstrar, muito claramente as suas

preferências como fez o cordelista. Em tom de pedido e declarando a certeza da vitória, o artista do Junco dizia para o povo “Que vote em Dr. Fernando/ Que não tem mancha em seu nome/Pode até trazer amparo/ Ao pobre que passa fome”.<sup>235</sup>

### 3.3 “Pega, mata e come”: os homi-ave, os Carcarás

Em 1965 no teatro Opinião, no Rio de Janeiro, a cantora baiana, nascida em Santo Amaro da Purificação, Maria Bethânia Teles Veloso interpretou a música composta por João do Vale que retratava, entre outras coisas, a luta dos homens nordestinos, daquele sertão distante, contra as dificuldades materializadas na seca e na fome. Na canção, o Carcará encena atos que ele, o próprio homem, experienciava no seu cotidiano. Na luta pela sobrevivência e em nome dela estava autorizado a pegar, matar e comer. Nara Leão, um dos ícones da Bossa Nova, já havia encantado a plateia do teatro um ano antes.<sup>236</sup>

O Brasil já vivia sob a égide do regime militar e alguns artistas se converteriam em grupos de resistência propondo, através da arte, questionamentos críticos e altamente politizados que visavam desvelar as tramas de sustentação de um governo que se definia democrático. Cantar significava agir, enfrentar e por em dúvida uma propaganda que se pretendia hegemônica. Nesse contexto, a cultura assumia uma dimensão indiscutivelmente política e havia, por assim dizer, quase uma fusão entre estes campos. Cultura e política seguiam itinerários próximos e mantinham constante diálogo. Entre os anos 60 e 70 a produção artística também foi um campo de luta, de resistência e enfrentamento. Foram muitas as frentes de oposição até que o Ato Institucional nº 5 restringisse de forma mutiladora os “inimigos” do povo brasileiro.<sup>237</sup>

---

<sup>235</sup> *Fernando 70*. Autor: Nô Pereira. Acervo da família Daltro.

<sup>236</sup> A música *Carcará* de João do Vale foi interpretada por Nara Leão pela primeira vez no Teatro Opinião, no Rio de Janeiro em 1964, logo depois do Golpe civil-militar. Nara era uma das musas da Bossa Nova um movimento musical brasileiro que teve como cenário de origem a cidade do Rio de Janeiro. No ano seguinte a cantora foi substituída por Maria Bethânia que havia acabado de chegar à cidade vinda de sua terra natal, Santo Amaro da Purificação, na Bahia. Bethânia deu uma interpretação mais vigorosa à música que se utiliza do pássaro Carcará, encontrado em abundância no sertão nordestino, para fazer uma analogia entre o animal e o sofrimento do povo do Nordeste em busca de uma vida melhor.

<sup>237</sup> O livro *Em busca do povo brasileiro*, de Marcelo Ridenti, contém um estudo abrangente e instigante sobre a relação entre cultura e política no Brasil dos anos 60 e 70. Mediante rigorosa investigação, o autor busca compreender de que modo idéias como as de povo, nação, identidade nacional, modernização, libertação nacional e revolução brasileira orientavam as práticas não apenas das organizações político-partidárias de esquerda, mas de instituições e indivíduos ligados à produção cultural e artística no país naquele período. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro /São Paulo: Editora Record, 2000.

Nesse contexto proibitivo, punitivo e ameaçador a composição Carcará, um dos clássicos do repertório da música popular brasileira, ganhava, através do vigor e da presença de palco da intérprete Maria Bethânia, espaço em uma produção inicialmente ambientada ao eixo Rio-São Paulo, com a preponderância de temas ligados ao universo urbano ganhando destaque as paisagens naturais da cidade maravilhosa, a gente carioca e ao ritmo de vida boêmio dos grandes centros. A “busca pelo povo brasileiro” apresentava-se como uma das vias possíveis para combater os avanços de uma modernidade capitalista que, àquela época, encontrava-se em pleno vapor. Essa procura orientava-se no sentido de recuperar um homem que já não era aquele tipo urbano, citadino e supostamente contaminado. Interessava uma busca pelo homem novo que possuía raízes, referências e um chão firme, sólido que oferecia sustentação no pisar. Nesse sentido, o carcará que representa o sertanejo pobre, valente, corajoso, lutador e, acima de tudo, vencedor assumia este papel.

A imagem de uma ave, temida pelos animais menores, uma oportunista quase nata que espera o momento certo para agir e atacar as suas presas cede lugar para uma interpretação mais positiva inaugurada pela música. Através dela é possível entender, por exemplo, a construção identitária de um grupo político que ficaria conhecido na cidade de Jacobina como os Carcarás. Mais interessante ainda é perceber como o grupo ressignificou os elementos negativos e transformou a ave em símbolo do movimento político. Mas afinal, como surge esta identificação? De que forma se processa a reelaboração? Quais dimensões simbólicas podem ser apreendidas?

Ao que tudo indica, e por mais curioso que isso possa parecer, a designação dada ao grupo político liderado por Fernando Daltro entre meados dos anos 60 e durante toda a década de 70 partiu de um dos seus maiores adversários no campo profissional, político e também pessoal, João Maximiano dos Santos. Curioso porque a tentativa em identificar o opositor como sendo os Carcarás, objetivava, sem restar nenhuma dúvida, imprimir uma marca negativa, uma espécie de identidade que cumprisse esse papel. São as memórias dos tempos idos e da experiência em ter vivido esse capítulo da história política na cidade de Jacobina que conduzem a narrativa do médico José Pires Velloso, sobrinho de Chico Rocha e, portanto, adversário de Fernando Daltro:

Se não estou enganado o Dr. João Maximiniano num discurso ele chamou o grupo do lado de Fernando de Carcará num sentido pejorativo Carcará que mata, que faz isso, faz aquilo e eles tomaram isso como um nome muito interessante para aqueles dias na política e pegou né? E havia um rapaz aqui que eu não me lembro bem do

nome esse nome está na Praça Castro Alves, naquele busto tem lá o nome do moço.<sup>238</sup>

Essas referências encontram ressonância em outros depoimentos e nos jornais que circularam na cidade entre o final da década de 70 e durante os anos 80 do século passado. A esta altura julgamos que a identidade política, enquanto reconhecimento do grupo em torno das suas maiores lideranças, já se encontrava consolidada. Na verdade, a identificação persiste e atualmente alguns moradores locais, aqueles mais antigos, referem-se a Fernando e Carlito Daltro como os Carcarás. Há um certo orgulho na narrativa destas pessoas. Exatamente por isso, a tentativa de João Maximiano nos parece frustrada. Venceu o projeto que visava transformar o ser Carcará em algo positivo, nobre e engrandecedor. A música de João do Vale certamente contribuiu e foi reelaborada.

Esse movimento orientou-se com vistas a apropriar, por parte do grupo, os elementos positivos presentes na canção. Recuperam, por exemplo, a imagem do animal corajoso, valente, destemido e feroz. Era exatamente assim que os Carcarás se reconheciam e defendiam suas posições. Alguns eventos nos oferecem indícios para mapear essas posturas. Defender-se e atacar o adversário foi um referencial que orientou a prática de alguns indivíduos que se reconheciam como Carcarás.

O processo de reelaboração que o grupo precisou organizar em esquemas de parceria com a sociedade local para livrar-se de qualquer marca pejorativa e, exatamente por isso, negativa foi também resultado de uma construção. No cotidiano e nas disputas eleitorais que ajustavam e definiam as posições dentro das estruturas de poder na administração municipal é que se dão a ver, mais facilmente, os esquemas que alinhavaram as bordas e franjas deste projeto.

Seu Porcino, homem simples que passou parte da sua vida laborando em atividades vinculadas ao pequeno comércio será o nosso guia nessa incursão ao passado. A escolha ancora-se em fato muito simples. Durante anos o nosso interlocutor domesticou, alimentou e cuidou de um carcará. Transformou uma ave com características selvagens em um animal doméstico e exibia, com certo orgulho, seu feito. Nos comícios, encontros políticos e mesmo nas ruas da cidade de Jacobina em meados dos anos 60 e durante a década de 70 do século XX era possível encontrá-lo com o carcará a tiracolo. Uma presença identificada nas narrativas de alguns depoentes da pesquisa que relembram o fato como se fosse algo, no

---

<sup>238</sup> José Pires Velloso, 70 anos. Entrevista realizada no dia 8 de maio de 2007, na cidade de Jacobina.

mínimo, inusitado. Foram muitas referências feitas ao homem que criava um carcará em casa, mas apenas os registros fotográficos da época capturaram, com a nitidez, o nosso personagem exibindo a ave durante vários encontros políticos:



(6) *Campanha para a Eleição Municipal de 1970.* Foto Menezes (Praça Miguel Calmon, 27, Jacobina-Bahia). Arquivo Público Municipal de Jacobina, nº 23.

Não é à toa que seu Porcino está no palanque em uma parte mais alta e privilegiada. É deste lugar que ele exhibe, para as pessoas que acompanhavam o comício, o carcará. Se posiciona, inclusive, de uma forma que ofereça destaque à ave colocando-a na mão e numa posição mais alta para que fosse logo identificada. Divide o palanque com personalidades políticas e homens de reconhecido prestígio na sociedade local. Ubaldino Mesquita, ex-prefeito está em uma posição mais à direita. Carlos Daltro, médico e irmão de Fernando Daltro, ocupa uma posição mais central. À esquerda identificamos o professor Lourival Martins, homem da inteira confiança dos Daltro que sairia das eleições de 1970 como um dos vereadores mais bem votados. Nos anos 80 assumiria, na gestão de Carlito Daltro, o cargo de Secretário da Educação. De fato, seu Porcino, o homem do carcará, como ainda hoje é reconhecido na cidade, ocupa uma posição de destaque entre os homens de reconhecido prestígio social, político e econômico. Sua projeção se devia, muito certamente, ao fato de ser uma figura leal e indiscutivelmente um carcará.

A presença de uma ave, materializando o nome do grupo, concorria para firmar laços de pertença e reconhecimento que passavam, necessariamente, por um universo simbólico, com seus próprios códigos de organização e montagem. Entendemos que essa passagem estreitava os vínculos entre a política e a sociedade local. Era possível que as pessoas mais simples, geralmente agricultores ou pequenos comerciantes, se identificassem nesse processo político com elementos que faziam parte da sua experiência cotidiana. A presença de um homem modesto, que não pertencia àquele círculo dos letrados e bacharéis, animava e convocava a população local a participar do movimento. Nesse sentido, as lembranças de seu Ismael Guedes, um caixeiro-viajante que deixou suas atividades de mascate para ocupar cargos políticos no menor escalão da esfera de poder municipal, revelam essa dimensão política ancorada no ser carcará:

De Fernando eu era atuante de ouvir, acompanhava a passeata, comícios essas coisas todas quando falar quem fui eu ele deve recordar. Dr. Fernando seu Ismael da Serrinha? Aí eu fazia, tinha prazer mesmo. Éramos todos Carcarás.<sup>239</sup>

Na compreensão do depoente, mesmo passados quase 40 anos, Fernando Daltro recordaria do seu nome. Afinal, assim como ele, era um Carcará e havia compartilhado de uma experiência política que conectava a história de ambos. O prazer, o entusiasmo e a satisfação em acompanhar a trajetória de uma liderança local compõem a narrativa e reforçam o lugar que ele, o depoente, assumiu no passado político do grupo.

Esse sentimento de pertença, reconhecimento e identificação também deixou registro nos inúmeros processos que correram na Comarca da cidade de Jacobina. As diferentes classificações eram oferecidas pelos códigos jurídicos e variavam muito a depender dos delitos, mas nem por isso mascaravam os enquadramentos que identificavam as pessoas envolvidas no conflito como sendo Carcarás. Muitas vezes acontecia, por exemplo, de ser este o estopim que tencionava as relações. Foi o que aconteceu em 1967 quando Inácio Alves Feitosa de “qualificação ignorada” atentou contra a vida de Josué Teodoro de Araújo “por volta de 8:30 no Bar de Lolinho, na Praça 2 de Julho”. As razões que movimentaram o ataque estavam fundamentadas, segundo a denúncia oferecida pelo promotor público, em questões de “ordem política”. Fernando Daltro, o advogado de defesa da vítima, no documento apresentado ao Delegado de Polícia em favor do seu cliente e, muito certamente,

---

<sup>239</sup> Ismael Guedes Pereira, 69 anos. Entrevista realizada no dia 3 de maio de 2007, na cidade de Jacobina.

correligionário político, destacou uma parte que ajuda a melhor compreender o que chamamos de uma identidade política. O reconhecimento, do ser Carcará, já nos parece algo consolidado:

A fim de evitar maiores problemas o Suplicante saiu para a porta do Bar e foi lustrar seus sapatos, quando o desordeiro voltou, mais uma vez a agredi-lo e dessa feita puchou de uma peixeira e por três vezes tentou furar o suplicante, não conseguindo graças a um tamborete que se valeu para sua defesa própria [...] Infelizmente, porém, Jacobina, não tem um delegado imparcial e à altura de um Município como este e a atitude da autoridade policial foi coerente com o seu comportamento político: não lavrou o auto de prisão em flagrante [...] Diante disso, o caso não terá uma solução legal e o indiciado disse em alto e bom som, quando chegara prêso à Delegacia, **que mataria a vítima, logo se livrasse e qualquer “Carcará”, para diminuir a praga que assola este Município.**<sup>240</sup>

A vítima é identificada pelo seu agressor e adversário político não pelo nome, mas simplesmente pelo fato de ser um Carcará. Esse fato teria motivado a discussão nas primeiras horas da manhã do dia 10 de novembro de 1967 quando os envolvidos no caso se encontraram em um estabelecimento comercial. A confusão deste encontro, a tentativa de homicídio, a legítima defesa da vítima, as testemunhas que assistiram ao “barulho” e o próprio evento situam-se dentro de um contexto político capaz de responder, por exemplo, o que levava homens a enfrentarem seus adversários políticos de forma agressiva e recorrendo, com frequência, ao uso de armas, fossem elas de fogo ou as chamadas armas brancas.

Ferir, afrontar, intimidar e coagir Inácio Alves significava, dentro da dinâmica política, enfrentar um adversário. Submetê-lo a um esquema de dominação implicava provar, na vida prática, que homens resolviam as suas diferenças no enfrentamento direto, sem rodeios nem disfarces. O uso de bebida alcoólica geralmente potencializava estas ações. No caso em análise fica evidente, em várias passagens da peça processual, a presença da bebida e o uso que o agressor teria feito estando “em visível estado de embriaguez, sacara de uma faca tipo peixeira, investindo contra ao denunciante com o intuito mesmo de furar”, segundo consta na Portaria emitida pelo Delegado Regional.<sup>241</sup>

Também neste caso, o universo das apostas políticas fazia parte do cenário local. No depoimento prestado por Josué Teodoro na Delegacia Regional de Polícia, ao que parece o conflito teria começado quando “alguém lhe perguntou sobre assuntos políticos, ou seja, se o declarante havia feito uma aposta, o declarante respondeu que já havia feito algumas

---

<sup>240</sup> *Sumário Crime*, tombado sob o número 95/67, movido por José Teodoro de Araújo (vítima) contra Inácio Alves Feitosa (réu), ajuizado na Comarca de Jacobina, em 17/03/1967. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 5. [Grifo nosso]

<sup>241</sup> Idem. Fls. 4.

apostas”.<sup>242</sup> Confusões e intrigas concorreram para a alteração da ordem social estabelecida e foram problemas que a justiça teve que enfrentar. Os Carcarás protagonizaram inúmeras cenas afirmando e reafirmando essas identidades políticas que sobrevivem, atualmente, na memória dos moradores mais antigos e mesmo nas referências que eles costumam utilizar para identificar as pessoas e seus posicionamentos políticos no passado. Em um sentido que nos parece contrário, as memórias do Pastor Edmundo Isidoro, que se atualizam no presente, já identificam uma dissolução desses vínculos quando afirma:

O nome pegou e ficou aí durante muito tempo na verdade hoje praticamente isso se desfez só ficou a velha tradição, mas Carcará e Jacu devo dizer que hoje praticamente não existem mais, quem era Jacu virou Carcará, quem era Carcará virou Jacu e aí sucessivamente.<sup>243</sup>

Outro caso envolvendo o delegado Luiz Maximiano dos Santos e o pedreiro Abdias Bruno da Silva é um ponto de observação privilegiado para investigar o confronto dessas identidades políticas. Também aqui é possível identificar, para além de uma briga de bar, motivada por questões de natureza política e sensivelmente potencializada pelo consumo de bebida com alto poder alcoólico, as identidades em processo de ebulição. De uma conversa inicialmente educada e cordial avançaram para uma discussão acalorada, seguida de agressões que resultam em ferimentos exigindo da justiça a resolução do caso.

Poderíamos definir o pedreiro Abdias Bruno como um Carcará declarado, convicto da sua escolha e pronto para manifestá-la caso fosse necessário. Identificamos nos autos as relações de proximidade que mantinha com os Daltro e a sua reação quando o seu companheiro de bar passou a desmoralizar as lideranças políticas, nos seguintes termos:

Que o Sr. Luiz falava alto e em bom som a respeito de política, dizendo que a política de Dr. Fernando Daltro era uma política porca, de gente safada, de cambalachos [...] Que o declarante ouvindo aquelas palavras, falou com o mesmo Sr. Luiz, que ele declarante não admitia que ele Sr. Luiz falasse mal do Dr. Carlito, mesmo porque era uma pessoa amiga do declarante e inclusive seu compadre, tendo o Sr. Luiz respondido para o declarante, que **tanto era safado o Dr. Carlito como quem apoiava esses Carcarás porcos.**<sup>244</sup>

---

<sup>242</sup> Idem. Fls.8.

<sup>243</sup> Edmundo Isidoro dos Santos. Entrevista já citada.

<sup>244</sup> Autos do Processo de *Lesões Corporais* movido por Abdias Bruno da Silva contra o delegado Luiz Maximiano dos Santos, ajuizado na Comarca de Jacobina, em 02/04/1975. Acervo do Fórum Jorge Calmon (Vara Crime). Documento sem catalogação, com o número de tomo: 1377/75. Fls. 7. [Grifo nosso]

Pareciam inadmissíveis os ataques e as ofensas que, além de atingirem especificamente Fernando e Carlos Dalto, também feriam os brios dos Carcarás nomeados como uma gente “porca”, “safada” e costumeira em praticar “cambalachos”. Este teria sido o ponto nevrálgico da discussão e desencadearia as agressões que, por sua vez, resultaram na montagem de um processo classificado juridicamente como de *Lesões Corporais*. Também aqui a política convocaria a justiça para arbitrar questões inscritas neste campo. Mas isso não revela, por exemplo, uma agilidade e equidade no tratamento do caso. Para termos uma ideia o fato que envolveu, mais diretamente, esses dois homens confirma o entendimento de uma justiça lenta, morosa e burocrática.<sup>245</sup> Foram 10 audiências não realizadas entre o período que vai de 30 de abril de 1976 a 10 de março de 1979. Apresentar as razões para o cancelamento era uma preocupação de poucos escrivães. Decorridos quatro anos e atento a extinção da punibilidade o juiz sentenciou o arquivamento do crime.

Os Carcarás, grupo político com longevidade na cidade de Jacobina, transitavam, com certa desenvoltura, em espaços que rompiam com as amarras notadamente designadas para práticas políticas. Sua atuação excedia aos comícios, as viagens, passeatas e até ao próprio ato de votar e escolher seu representante. Não que fosse menos importante, evidentemente. Na verdade, significava a culminância de uma longa caminhada. Nesse sentido, aqueles que se definiam Carcarás iam além. Compuseram músicas, brigaram na justiça, construíam uma identidade política situada em constante relação como meio, conferindo-lhe a capacidade de inúmeras articulações. *Disparada*, título de uma canção produzida neste contexto, indica as relações tecidas entre a nascente liderança política e a sociedade local. O elo de vinculação, nesse caso, é o ser Carcará:

Carcará voou, voou. Levou Fernando lá nas alturas. Na disparada em que ele vai ninguém o segura, ninguém o segura. Carcará cantou, cantou. Chuva de voto choveu, choveu. Confia nele, conta com ele. Fernando Dalto o povo é teu.<sup>246</sup>

Nesse sentido, percebemos que a identidade encontra-se, pois, em estreita conexão com as relações de poder. O poder de defini-la e de marcar presença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A construção da identidade e de tudo que é

---

<sup>245</sup> NEGRO, Antônio Luigi. Resenha do livro *Direitos e justiças no Brasil*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, nº 12, Setembro de 2006. Disponível em: [http://www.unicamp.br/cecult/resenhas\\_vh/resenha\\_direitos1.pdf](http://www.unicamp.br/cecult/resenhas_vh/resenha_direitos1.pdf). Acesso em: 31 de jan. 2011 às 17h27m.

<sup>246</sup> *Disparada*. Marchinha da campanha de 1970. Acervo da família Dalto.

negado neste processo não são, nunca, atuações inocentes.<sup>247</sup> Em se tratando de política e dos alicerces que sustentam esse edifício é muito comum encontrar referências e apelos que passam, necessariamente, pelo binômio candidato-povo. Sem nenhuma surpresa, esses aspectos encontram-se diluídos na canção. São eles que aproximam e ainda criam imagens de uma caminhada de sucesso com desdobramentos na festejada vitória. Fernandão 70, Carcará, voou alto como a ave conquistando o que antes lhe parecia impossível.

A derrota de Carlos Gomes, candidato de Chico Rocha, materializa essa nova fase nos quadros da política municipal. Dizemos nova não em um sentido de mudança, mesmo porque alterações substanciais não faziam parte daquele contexto político mergulhado em uma ditadura militar. Mesmo assim, não deixamos de reconhecer, por exemplo, uma alteração, ainda que tímida, na cidade de Jacobina. Como vimos, a liderança de Francisco Rocha Pires somava quase meio século e sob a sua orientação os cenários políticos ganhavam contornos e formatos que, na equação final, validavam o lugar do deputado como uma referência política importante. Como imaginar a sua derrota? Afinal, o que ela teria significado?

Selando pactos, estabelecendo relações, estreitando laços e mesmo criando uma vinculação a música sugere, a todo o momento, a construção de acordos que são tecidos entre as partes. É a *Disparada*, a chuva de votos e os Carcarás que conduziram Fernando Daltro à vitória em 1970. Os cenários da conquista, da organização do governo municipal, das formas de administrar e gerenciar a cidade, na condição de prefeito, tem sequência no próximo capítulo.

---

<sup>247</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomás Tadeu da Silva & Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.81.

## CAPÍTULO IV

### JACOBINA É NOTÍCIA: “MUDANÇAS” NOS VENTOS DA POLÍTICA LOCAL

Ô Chico Rocha não vá morrer, eu vou fazer de barro um prefeito pra você.<sup>248</sup>

O trecho em destaque compõe uma marchinha cuja autoria é desconhecida. Foi entoada durante a campanha eleitoral de 1970 pelos correligionários e simpatizantes do candidato que, pela segunda vez, enfrentava o prestígio e o poder de Chico Rocha.<sup>249</sup> As ruas, praças e os diferentes espaços da cidade foram testemunhas de um tempo em que se assistiu a derrocada de uma das maiores lideranças políticas locais. O deputado Francisco Rocha Pires, ou apenas Chico Rocha como é citado, perdia, naquele mês de novembro, a primeira eleição municipal desde que tinha assumido o controle de um grupo político com maior representatividade no universo da política local. Já somava, a esta altura, quase 50 anos de vida pública. Não disputou o cargo diretamente, mas estava representado pelo dentista e professor do Colégio Estadual Deocleciano Barbosa de Castro, o candidato derrotado, Carlos Gomes.

O prefeito de barro substituiria o perdedor. E, por outro lado, evitaria a morte do deputado. Evidentemente que se tratava de uma ironia, um recurso usado pelos adversários para satirizar e diminuir o oponente. O fato é que a marchinha anuncia e simboliza uma perda. Mais do que isso. Informa sobre uma derrota real, material, palpável, mas também carregada de simbologias. Deve ter amargado uma carreira política laureada por vitórias. Os festejos, uma possível comemoração, o encontro com o grupo, a alegria e o entusiasmo que costumam caracterizar os vencedores tiveram, afinal, que esperar. Foram adiados. Não contariam mais com a presença e orientação de Chico Rocha que morreu quatro anos depois. Isso porque, as eleições de 1973 também representaram para ele outra perda política. O Carcará Gilberto

---

<sup>248</sup> Não encontramos nenhum registro escrito da marchinha que embalou a campanha eleitoral de 1970. No entanto, a canção sobrevive na memória de alguns habitantes da cidade. Foi a professora Terezinha Lapa quem cantou relembando, com alegria, o seu tempo “de Carcará”.

<sup>249</sup> Enquanto escrevia no seu “diário” sobre a derrota de 1966, Edna Daltro referia-se ao esquema de dominação de Francisco Rocha Pires como sendo o “Império Rochista”. Para ela, “a partir daí, lentamente, começou a queda [...] o povo saturou-se dos velhos métodos que mantinham a política”.

Miranda, farmacêutico, seria o prefeito eleito naquele ano. Sua vitória era fruto da indicação do seu antecessor.<sup>250</sup>

Quando assumiu as funções do Poder Executivo Municipal em 1971 Fernando Daltro tinha razões para comemorar. Aliás, não lhe faltavam motivos. Dissidente, não desfrutava da confiança do deputado. Aguardou, ansiosamente, por uma indicação que nunca aconteceu. Aquele ano de 1966 e a derrota talvez fossem as lembranças mais acesas e certamente as mais dolorosas. Conquistar o posto mais importante da esfera municipal na cidade natal, enfrentando e derrotando o candidato indicado pelo seu adversário político deve ter tido, sem restar dúvida, um gosto especial.

Vitórias em jogos de natureza política têm esse poder porque, ao final, só há um vencedor. Não importa a diferença dos votos e nem mesmo o partido que representa os candidatos. Naquela eleição de 1970, nem mesmo os partidos separavam Fernando Daltro e Carlos Gomes. Ambos estavam vinculados à Arena e apenas a subdivisão dos dois grupos locais em sublegendas diferenciava os envolvidos na disputa. Eram dois diretórios representando os nomes que disputaram o pleito municipal. E cada um contava com a liderança e orientação dos deputados estaduais com maior expressão na política local. Respondia pela Arena 1 a maior e talvez mais respeitada liderança política, Chico Rocha. Edvaldo Valois, o homem que acolheu Fernando Daltro em seu grupo, capitaneava a Arena 2. Eram velhos adversários. E, exatamente por isso, as eleições municipais de 1970 carregaram fortes doses de disputa e conflitos.

A convenção da Arena para escolha e homologação dos candidatos do partido que disputariam aquela eleição em 70 teve lugar na “Escola de Maçonaria na Av. Orlando Oliveira Pires”, conforme informou o correspondente especial para assuntos de política na cidade de Jacobina. Reynaldo Jacobina Vieira, apesar da idade avançada de 80 anos, presidia o diretório do partido na cidade de Jacobina. Naquela noite do dia 15 de outubro de 1970, às

---

<sup>250</sup> Gilberto Miranda foi eleito, pela sublegenda da Arena 2, prefeito de Jacobina e assumiu o cargo entre os anos de 1973-1976. Contou com o apoio de Fernando Daltro, seu antecessor. Também ele, Gilberto, era reconhecido na cidade de Jacobina como um Carcará. O rompimento com o antigo grupo e a migração para a Arena 1 foi lembrado, alguns anos depois, pelo Jornal *A Palavra*, nos seguintes termos: “Naquela triste noite ficou selado o ato de traição mais vil da história política de Jacobina. Nós transformamos uma figura apagada, sem vida, sem simpatia, sem aparência num candidato a prefeito que nossos amigos engoliram a seco”. “E o Couro Come”. In: *A Palavra* de 15 de maio de 1982. (*Gilberto Miranda um “fenômeno”*) p. 6.

21h, os nomes que já deveriam correr as ruas e alimentavam as conversas dos moradores locais seriam oficializados.<sup>251</sup>

O juiz de Direito Raimundo Dias Irmão que respondia pelas Comarcas de Miguel Calmon e Jacobina abriu a sessão daquela noite de sábado. Ao final, depois das indicações, um fato tinha ficado claro para o atento colunista: “ficou patente a divisão da Arena, dividindo-se a legenda e sub-legenda com o nome de Carlos Gomes da Silva pela Arena-1 e Fernando Mário Pires Daltro pela Arena-2”. Ele tinha mesmo razão. Havia, de fato, uma divisão que não se orientava por questões de natureza ideológica, nem carregavam diferenças mais consistentes. O que separava os grupos e comportava essa subdivisão eram as tramas que sustentavam, legitimavam e ganhavam sentido no universo político local.<sup>252</sup>

Tenho como ponto de partida essas questões mais localizadas, o discurso político proferido em 29 de setembro de 1970 no serviço de Alto-falantes *A Voz da cidade*, pelo então deputado e candidato ao mesmo cargo naquela eleição, Francisco Rocha Pires apresenta, muito claramente, os pontos de tensão entre os grupos que disputavam a Prefeitura Municipal de Jacobina. Ao referir-se a Carlos Gomes como sendo “o legítimo candidato da Arena, por conseguinte, o meu candidato, o candidato do povo”, desprezava a subdivisão do partido que, como vimos, foi uma orientação vertical do governo militar.<sup>253</sup>

Apresentar Carlos Gomes como autêntico significava dizer, por exemplo, que a Arena 2 era ilegítima e, portanto, lançaria um nome no mínimo duvidoso. Mas o deputado foi além. Para enaltecer e qualificar o seu escolhido afirmou ser este o eleito pelo povo. E mencionou, mais adiante, o fato de que possíveis “visitas isoladas” estariam tentando usurpar o seu prestígio para usá-lo de forma a beneficiar o outro candidato. Dirigia-se, mesmo sem citar nomes, a Fernando Daltro. E, por mais curioso que possa à primeira vista parecer, em *tempos de chumbo*, o deputado dava vivas a democracia. Saudava a forma de governo em um país mergulhado na face mais dura da ditadura civil-militar. É a história da vitória, que envolve

---

<sup>251</sup> Consta no Caderno I, tombado com o título: *O início de uma história: Fernando e Edna (política)* o recorte dessa notícia que informa o processo de escolha dos nomes que concorreriam ao pleito municipal daquele ano de 1970. Não há nenhum registro de data e nada que indique qual era o jornal. Alguns recortes, infelizmente, não apresentam data. No entanto, é possível situar os eventos em função do cruzamento com outras fontes ou mesmo dos registros escritos à mão por Edna Daltro.

<sup>252</sup> Essas informações também constam no Caderno I. Trata-se de outra matéria que traz a foto dos dois deputados, representantes da Arena 1 (Francisco Rocha Pires) e Arena 2 (Edvaldo Valois) na cidade de Jacobina. Além deles, ao meio, aparece o Juiz de Direito Raimundo Dias Irmão. Também aqui não há nenhum registro que identifique o jornal nem a data de publicação da notícia.

<sup>253</sup> Discurso político proferido pelo Deputado Estadual Francisco Rocha Pires na noite de 9 de outubro de 1970 (Mimeografado) através do Serviço de Alto-falantes *A Voz da Cidade*. p. 39.

mais de perto as eleições de 1970 e do curto governo de apenas dois anos, que este capítulo abordará.

#### **4.1 “A grande vitória dos Daltro”:** as diferentes faces de uma mesma campanha

Com o título *Jacobina, em paz, no caminho do progresso* em letras destacadas pelo recurso que hoje chamamos de *Caps Lock* e em negrito, o *Jornal da Bahia* resumia, em linhas mais gerais, a campanha eleitoral de 1970 na cidade de Jacobina. Propondo uma avaliação do governo que naquele mês de setembro de 1971 completava quase um ano, o impresso afirmava, categoricamente, que a paz finalmente reinava absoluta na cidade depois de incidentes que aconteceram em diferentes frentes e seriam os maiores responsáveis por um certo clima de pavor e tensão que tomou conta da população local durante os meses de outubro e novembro, véspera e mês que previa as eleições para prefeito.

O sentido de progresso estava diretamente vinculado ao governo de Fernando Daltro e as riquezas produzidas pelo município. O Brasil experienciava naquela década um modelo de administração fortemente marcada pela truculência no combate aos chamados “subversivos” e um impulso na economia do país. Era o Brasil potência, campeão da Copa do Mundo, o Brasil do Milagre econômico, o Brasil grande, gigante. O projeto de integração nacional, um dos carros-chefe do governo militar, previa a comunicação das partes em confluência para o todo. Exatamente por isso, a noção que orientou a matéria estava conectada com essa proposta que vislumbrava a construção de um país rico que orgulhasse os brasileiros.

A tentativa dos militares em diminuir as diferenças, tão evidentes, entre as regiões brasileiras orientou inúmeras políticas públicas nesta direção. A velocidade da implementação de projetos com esse caráter “reparador” foi o principal ingrediente dos sucessivos fracassos. Em alguns casos o que percebemos é um aprofundamento dos desníveis que antecediam essas ações. Exatamente por isso, não poderiam ser resolvidos com medidas emergenciais e sem um estudo das especificidades do Brasil. A dimensão territorial do país exigia cautela. Os militares, por sua vez, capitaneavam o progresso do Brasil e, na contramão dos insucessos, construíram um projeto de integração nacional no contexto da Guerra Fria que contou com a colaboração de arquitetos e ideólogos do governo. Havia um pensamento orgânico e bem definido sobre os objetivos a serem alcançados.

O clima de euforia econômica e de avanços nesta área desviava o foco e abafava as vozes descontentes. Nos “porões” do Exército, da Marinha, Aeronáutica e da Polícia Civil e Militar dezenas de pessoas sofriam, da forma mais cruel e desumana, com as mais requintadas técnicas de tortura. Experimentavam, em graus variados, os horrores do governo Médici. Ganhava formas mais nítidas a fase da chamada *Ditadura Escancarada* que, desta forma, firmou-se consolidando em um mesmo tempo o Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo.<sup>254</sup> A coexistência foi simultânea mesmo que hoje, quase quarenta anos depois, ainda se negue. Nesse tempo de convivências improváveis o governo de Fernando Daltro, no curto espaço de dois anos, organizou a cidade seguindo diretrizes claramente inspiradas na forma de administrar dos militares. A imagem de cidade tranquila, ordeira e na trilha do progresso esconde outras tantas cidades percebidas no seu interior. Na verdade, a noção de mudança passa bem longe destes anos.

Apresentada como um dos “mais progressistas municípios do Estado”, a cidade de Jacobina, segundo consta, contribuía “significativamente na produção brasileira de minérios, através da exploração do manganês, ouro, sílica, quartzo, calcário e mármore”.<sup>255</sup> Estava, pois, em plena rota do progresso em um projeto claramente articulado com a ideologia do Brasil potência, Brasil grande, Pra Frente Brasil. A geopolítica proposta pelos militares, em particular por Golbery, não trava apenas de unir norte/sul, leste/oeste, mas também passava pela interiorização do Brasil e pelo controle do território, com especial atenção para as regiões fronteiriças. Evidenciava uma estreita sintonia com o projeto do governo federal. No entanto, muito mais do que identificar essa relação entre as esferas de poder, é interessante perceber, por exemplo, como a imagem da cidade aparece. Jacobina estava, finalmente, em paz. Mas em algum momento havia registro de uma possível guerra? Quais conflitos teriam, afinal, roubado o sossego da cidade que contava na época com 74 mil habitantes? Porque só a vitória de Fernando Daltro traria essa paz que o jornal faz tanta questão de destacar?

---

<sup>254</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. O livro faz parte de uma trilogia proposta pelo autor para examinar as diferentes faces/fases da Ditadura Militar no Brasil. Este volume cobre os anos mais violentos do regime e a sua face mais autoritária revelada durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici. A série foi objeto de críticas nos meios intelectuais, sobretudo na área das Ciências Humanas por realizar uma análise superficial e pouco problematizadora do longo período de 21 anos que correspondeu ao governo militar e sua atuação no Brasil. A leitura sobre a ditadura concentra-se na dinâmica de dois indivíduos (Geisel e Golbery). Talvez por isso, a sociedade e os seus conflitos pouco aparecem na análise proposta pelo autor.

<sup>255</sup> *Jornal da Bahia* de 7 de setembro de 1971. (*Jacobina, em Paz, no caminho do progresso*). Sem identificação da página.

O clima de tensão e medo veiculados pela notícia, que é apenas mais uma entre outras tantas que fazem referência a esta atmosfera, foi habilidosamente criado em função de alguns eventos que, de certa forma, alteraram sensivelmente a vida da cidade. Crimes, confusões, discussões e a presença da Polícia Federal colaboram para engendrar essa imagem. As eleições de 1970 com a vitória do opositor de Chico Rocha também registraram o acirramento das forças em combate. Se depois de quase um ano de governo, o jornal fazia questão em destacar a administração de Fernando Daltro como sendo “equilibrada, conseguindo implantar em Jacobina um clima de paz, cordialidade e entendimento” era justamente porque, o horizonte mais próximo, aquele anterior ao governo, era o da campanha eleitoral.<sup>256</sup>

E, como já mencionamos, as eleições tinham todos os ingredientes explosivos. Primeiro porque trazia para cena pública uma questão de natureza pessoal envolvendo Fernando Daltro e o deputado Chico Rocha. Havia, por assim dizer, um sentido revanchista afinal, a memória do pleito municipal de 1966 ainda estava fresca e a divisão da cidade entre uma população que tinha pouquíssimas opções de escolha política era uma realidade. Exatamente por conta de todos esses fatores foi possível construir a imagem de um governo de paz. No entanto, o uso dessa palavra era praticamente inaplicável naquele ano de 1970. O crime que vitimou Gustavo José da Silva exemplifica as tensões que terminaram por envolver uma parcela da população. O homicídio foi objeto da denúncia do promotor público Wellington José Campos Pontes em 26 de agosto de 1971 quase um ano depois do trágico desfecho que pôs fim à vida do lavrador residente no povoado Lages, atualmente conhecido como Lages do Batata.

Gustavo José morreu em decorrência de um “ferimento por faca, no abdômen, resultando a exposição das vísceras”. O episódio foi desencadeado, segundo Helenita Rosa Silva, filha de Gustavo, por motivo de ordem política, conforme lembrou no depoimento prestado em juízo no mês de julho de 1974. Seu pai havia sido vítima daquela atmosfera de tensão que tomou conta da cidade e dos distritos vizinhos às vésperas da eleição. Ainda no seu depoimento é possível identificar, por exemplo, que os acusados do crime “eram amigos de

---

<sup>256</sup> *Jornal da Bahia* de 7 de setembro de 1971. (*Jacobina, em Paz, no caminho do progresso*). Sem identificação da página.

Boule (vítima) e de toda família da declarante, a ponto de fazerem refeições na sua casa; **que o motivo de tudo isso foi política**”.<sup>257</sup>

O episódio que envolveu pelo menos três acusados e provocou ferimentos em outras três pessoas da mesma família começou com uma desavença em um bar e alterou o cotidiano do pequeno distrito de Lages em um dia movimentado de feira. Também ganhou visibilidade nas páginas de um jornal de circulação estadual. Com a chamada “Clima em Jacobina ainda é tenso”, a notícia que ganhou meia página no impresso resumia os eventos que movimentaram e tencionaram as eleições de 1970. Além deste crime que pôs fim a vida de Gustavo Silva, há outro registro de briga seguida de morte. O Mercado Municipal, também conhecido por Mercado Velho, foi o palco de uma tragédia igualmente desencadeada por questões de natureza política. Localizado no centro da cidade de Jacobina, com um intenso comércio de produtos agrícolas destinados ao consumo, o local também abrigava bares e até restaurantes que, muito certamente, comercializavam bebidas alcoólicas. O crime que, por certo, espalhou o medo entre a população aconteceu no Restaurante Jacobinense de propriedade de Ailton Carvalho Lasin, morto em meio a uma briga com uso de arma de fogo. Os envolvidos, Edulberto Cardoso e Hermenegildo Pereira da Silva, traziam da semana anterior “durante um comício no povoado de Capim Grosso, uma semana antes da eleição” motivos suficientes para um enfrentamento.<sup>258</sup>

Adversários políticos, representavam, respectivamente, a Arena 2 e Arena 1. A causa do crime, ao que tudo indica, ganhava sentido na dinâmica política da cidade. Os reflexos das disputas entre os candidatos alteravam, sensivelmente, a vida de algumas pessoas. Essa atmosfera pontilhada de tensões e cenas de violência colaborou para construção de uma imagem que, mais adiante, permitiria ao governo de Fernando Daltro explorar a ideia de paz. Não por acaso, a matéria publicada no jornal fazia questão em apresentar não apenas uma cidade progressista, mas uma cidade pacificada, um lugar tranquilo e ideal para se viver.

A culpa para todos os eventos tumultuosos e desordeiros pesava sobre os ombros de Francisco Rocha Pires e do grupo que ele então liderava. Edna Daltro, por exemplo, enfatizou, sem meias palavras, nos seus registros escritos à época o quanto a atmosfera da cidade às vésperas da eleição inspirava maiores cuidados. A personagem que acompanhou

---

<sup>257</sup> Autos do Processo de *Sumário Crime* que teve como vítima Gustavo José da Silva e como réu Anísio Anselmo dos Santos e outros. Autuado em 26 de agosto de 1971 com o número de tomo: 1.008/71. Acervo do Fórum Jorge Calmon (Vara Crime). Documento sem catalogação. Fls. 12 e 67. [Grifo nosso]

<sup>258</sup> *Tribuna da Bahia*, 25 de novembro de 1970. (*Clima em Jacobina ainda é tenso*). Sem identificação da página.

bem de perto as movimentações políticas daquele ano escreveu, em tom de desabafo, sobre alguns incidentes. Segundo consta, a nossa interlocutora afirmava que o clima em Jacobina era tenso e inspirava cuidados. Escrevendo sobre os incidentes, relembrou a chegada do “dia 15/12/70, o dia da decisão, foi muito difícil. Brigas em Capim Grosso, agressões no Peixe, chefes políticos armados...Tive medo... Pavor...”<sup>259</sup>

Com um repertório de brigas, discussões, agressões e armas não fica difícil imaginar o quanto o medo e pavor ganhavam sentido. A “oligarquia do coronel Francisco Rocha Pires”, com seus métodos característicos de um tempo em que as questões eram resolvidas à bala foi responsabilizada por todo esse clima de tensão e inquietação. Falando de um tempo de paz, Fernando Daltro denunciou métodos que deveria conhecer sobejamente, por já ter feito parte daquele mesmo grupo. Mas que, naquele contexto, negava como se fosse algo estranho, distante.

Transitou entre essa contradição: um passado político a ser apagado, em partes, e a construção de um presente que lhe garantisse desvinculações e fosse capaz de projetá-lo, na cena política, ao futuro. Passado, presente e futuro precisavam ser organizados. Mas as insinuações do primeiro para além do tempo costumam avançar. Passado e presente se misturam. Se encontram. Costumam provocar situações que, na maioria das vezes, fogem ao controle. Fernando Daltro, na condição de prefeito, administrou situações de conflito. O passado se insinuaria em diversos momentos. Suas maiores referências políticas eram o seu avô materno, coronel da antiga Guarda Nacional e Chico Rocha, considerado coronel pela sua longevidade de vida pública e espírito de liderança à frente de um grupo por quase meio século.

A presença da Polícia Federal para garantir o funcionamento do processo eleitoral naquele ano foi também um dos pontos altos. Contribuiu, sem dúvida, para reforçar e alimentar o clima de tensão. As tropas, espalhadas pelas principais ruas da cidade, devem ter despertado a curiosidade da população. Nesse sentido, as memórias do Pastor Edmundo recriam essa atmosfera informando sobre as dificuldades que o grupo político de Fernando Daltro precisou enfrentar quando as eleições municipais se aproximavam:

É uma fase bastante difícil. Basta dizer que nas eleições foi preciso que a polícia federal estivesse aqui e durante dez dias mais ou menos para que a apuração não

---

<sup>259</sup> Trecho extraído do registro feito por Edna Daltro, de próprio punho, narrando os últimos acontecimentos da campanha eleitoral de 1970. Consta no Caderno I, tombado com o título: *O início de uma história: Fernando e Edna (política)*.

fosse impedida. E que havia de vez em quando problema de briga aqui e acolá de partidos.<sup>260</sup>

Uma fase difícil e prolongada se considerarmos, por exemplo, que o grupo vitorioso teve que enfrentar “14 processos, em grau de recurso” interpostos pela Arena 1 de Jacobina com o intuito de “anular as urnas daquele município”. Os jornais publicados na época nos informam que além de vencer o adversário nas urnas com uma frente de 1.260 votos, Fernando Daltro precisou se livrar de uma série de acusações graves sobre o processo eleitoral. Foi diante da justiça que o grupo precisou provar que as denúncias não passavam de uma reação no mínimo esperada por parte dos perdedores.<sup>261</sup>

A lista de acusações era imensa. E abrangia desde o descumprimento de datas para inscrição dos nomes de eleitores no cartório responsável até esquemas fraudulentos que realizaram a inscrição de eleitores fictícios. Também pesava acusações de violência por parte do grupo vitorioso. O jornal mencionava o fato de “indivíduos ligados à Arena 2 percorreram as sessões armados, intimidando a população e fazendo tumulto”.<sup>262</sup> A troca de acusações era um recurso dos grupos e as situações de violência, ao que tudo indica, uma regra. Nessa disputa para ganhar à eleição as regras eram montadas de uma forma que atingisse os principais objetivos. Os caminhos percorridos, quase sempre, se distanciavam da legalidade e a população local sofria com o acirramento dos ânimos.

Em 16 de dezembro de 1970 o Jornal *A Tarde* publicou na coluna *Política e Políticos* um resumo dos últimos acontecimentos na cidade de Jacobina. Também aqui há registro de imagens violentas e trocas de acusação. O TRE, no dia anterior à publicação, havia validado as eleições do município de Jacobina que, segundo consta, teria sido “o mais agitado de todos os pleitos do Interior baiano onde foram mortas 3 pessoas por questões políticas e um deputado sofreu atentado de morte”. O impresso não cita os nomes das vítimas, mas menciona que os tiros dirigidos à autoridade política deveriam atingir o Deputado Edvaldo Valois responsável por liderar “a corrente política que derrotou o Deputado Rocha Pires”. Sem nenhuma surpresa, a culpa pelo atentado é atribuída ao seu principal oponente. Na verdade, as acusações desses casos recaíam sobre o grupo de oposição local. A notícia destaca a idade, já avançada, de Chico Rocha que contava com 78 anos e “inconformado em ter perdido o

---

<sup>260</sup> Pastor Edmundo Isidoro dos Santos. Entrevista já citada.

<sup>261</sup> *Jornal da Bahia*, sem data. (*JACOBINA*). Sem identificação da página.

<sup>262</sup> *Tribuna da Bahia*, 25 de novembro de 1970. (*Clima em Jacobina ainda é tenso*). Sem identificação da página.

domínio da política municipal” teria interposto uma série de recursos pedindo a anulação do pleito.<sup>263</sup>

A imagem de Fernando Daltro, por outro lado, é construída de forma bastante positiva. Atuante e esclarecido foi “várias vezes à Tribuna para sustentar a lisura com que transcorreram as eleições em Jacobina”. Também o *Diário de Notícias* e o *Jornal da Bahia* cobriram o desenrolar dos acontecimentos que, ao menos naquele mês de dezembro, projetou a cidade de Jacobina no cenário estadual. O primeiro indicava uma possível movimentação na sessão que julgaria os “cêrca de doze processos, todos pedindo a anulação do pleito no município de Jacobina”. O *Jornal da Bahia* falava em 14 processos e mencionava um “esforço do comando arenista para que deputado Rocha Pires providenciasse a desistência do recurso”. Ao que parece, os conflitos que envolveram mais de perto o diretório da Arena na cidade de Jacobina provocaram um desconforto no comando do partido. O periódico ainda apostava que seria certo o fato dos julgamentos de segunda-feira não alterarem “em nada a situação política municipal. Assim, a vitória da Arena-2 será confirmada, segundo tudo indica”.<sup>264</sup>

Em linhas mais gerais, era esse o passado que subsidiava o governo de Fernando Daltro. Quando evocado, garantia e autorizava o uso da palavra paz para caracterizar um “novo” momento na história política da cidade. Eram essas lembranças trágicas e pavorosas da campanha de 1970 que estavam mais frescas no primeiro ano de governo. Foram elas que alimentaram uma propaganda pacifista e ordeira. Mas não apenas. A própria imagem do deputado Francisco Rocha Pires foi explorada e habilidosamente desmontada. Velho, cansado e artesão de uma política ultrapassada e arcaica não mais condizia com o progressista e avançado município. O combate pautou-se, muito claramente, nessa construção. Nesse sentido, o tom do pronunciamento de Fernando Daltro em 28 de dezembro de 1970 é bem diferente daquele de quatro anos antes. Falando do lugar de vencedor sua ofensiva é mais aguerrida. Avançava sem maiores preocupações. Esse tempo, finalmente, chegara.

Relembrando o ano de 1966 e a derrota que não teria provocado “o amargor e a revolta” isentando-se de qualquer tipo de represália, o candidato argumentou que aquela conjuntura representava uma “eleição histórica”, que teve o “povo” como peça-chave no desmantelamento de “uma poderosa máquina obsoleta, recoberta de ferrugem”. O voto,

---

<sup>263</sup> *Jornal A Tarde*, 16 de dezembro de 1971. (*Política e Políticos – Jacobina*). Sem identificação da página.

<sup>264</sup> Idem.

também identificado como uma “arma da democracia” aliado a uma consciência política teria, então, libertado o povo já cansado do “velho regime, onde imperava o ódio, a vingança e o mandonismo político”.<sup>265</sup>

Esse foi o chão de certezas que amparou e subsidiou a campanha e, de certa forma, pode mesmo ter garantido a vitória de Fernando Daltro. A idade já avançada de Chico Rocha, somada a um desgaste provocado pelo tempo de vida pública e o clima de violência que provocou pânico na sociedade local podem ser tomados, em conjunto, como elementos que contribuíram para uma alteração no quadro político do município. Pelo menos foi assim que alguns jornais da capital trataram o tema. A abordagem da violência e da utilização de recursos que reafirmavam a força no lugar de uma possível consciência e escolha livre ganham significado quando relacionadas ao fenômeno do coronelismo no Brasil. Esse retorno esteve ancorado em um tipo de política característica da chamada República Velha com o predomínio de esquemas oligárquicos e a presença, quase sempre decisiva e insubstituível, de uma liderança identificada como sendo um coronel. Era para combater essas práticas e identificando-as no grupo que pertencia a Arena 1 que Fernando Daltro se apresentava na cena pública.

Buscava, em um passado mais distante, os elementos necessários para enfrentar o adversário e anular as suas forças. Em um país mergulhado na fase mais autoritária e ofensiva do governo militar, como já mencionamos, era preciso recorrer a um passado que não afetasse a imagem da Arena, partido oficial do governo e que também abrigava os dois grupos políticos na disputa pela prefeitura municipal de Jacobina. Em outras palavras, o passado é selecionado e recortado de modo a beneficiar interesses bastante específicos. Ao reascender um determinado momento da história política do país, sugerindo uma sobrevida de práticas e posturas coronelistas, Fernando Daltro e seu grupo evitavam o choque com a Arena e mantinham-se aliados aos propósitos dos militares. Como poderiam apontar o dedo em riste denunciando supostas ações ilícitas e irregulares dentro do próprio partido?

Passados 26 dias das eleições e depois de ter vencido todos os recursos interpostos no TRE pelo advogado da Arena 1, João Maximiano, inimigo pessoal e político, Fernando Daltro concedeu uma entrevista para o *Jornal da Bahia* que, no título da reportagem, já apresentava simpatia e entusiasmo pelo candidato vitorioso. *Paz em Jacobina* abre espaço para

---

<sup>265</sup> Pronunciamento do Prefeito eleito em 1970, intitulado *POVO DE MINHA TERRA* em 28 de dezembro de 1970. Acervo da família Daltro.

argumentos que, nas próprias palavras do entrevistado, determinavam o fim de um império que se sustentava “há 40 anos, de modo vitalício, o poderio de um velho coronel”. Falando do lugar de uma “nova” liderança o prefeito eleito referia-se ao seu primo em 2º grau como sendo um “verdadeiro ditador que governava Jacobina sem prestar contas, de modo despótico”.<sup>266</sup>

Fernando Daltro esqueceu, propositadamente, de mencionar as suas ligações consanguíneas e políticas com o deputado Chico Rocha. Nem poderia fazer isso, numa dedução no mínimo lógica e coesa. No entanto, esse passado, enredado em tramas de natureza pessoal e pública, se insinuaria para além dos cortes que o dissidente fazia questão de marcar naquele ano de 1966 quando rompeu as suas relações com o deputado. Apresentando um governo de mudança e “real renovação dos quadros políticos” Fernando Daltro não poderia ir assim tão longe. O governo militar combatia, sistematicamente, ações que indiciassem qualquer tipo de mudança mais radical. E sinônimo de mudança, naquele contexto, significava assumir, politicamente, uma postura de esquerda com práticas que variaram muito.

No Brasil, os movimentos de enfrentamento e contestação ao regime militar seguiram caminhos muito diferentes. Desde ações mais estratégicas e localizadas nos principais eixos do país como Rio e São Paulo, até aquelas de caráter político com sequestro de embaixadores posteriormente usados como moeda de troca por presos políticos. Mais também há registro de ações mais combativas que ganharam materialidade nos movimentos armados, as chamadas guerrilhas urbanas. Fernando Daltro estava muito distante política e ideologicamente dos grupos de esquerda, considerados uma ameaça ao regime militar. Os tão temidos comunistas, também identificados como “subversivos”, marcaram presença na cidade de Jacobina. Foram duramente combatidos.

A Ata da Sessão Jacobinense do Movimento de Combate ao Comunismo confirma as perseguições a determinados grupos suspeitos e o temor que a elite política e econômica da cidade tinha com relação ao comunismo. Fernando Daltro encabeçou a lista dos nomes que se reuniram no salão principal da Sociedade Filarmônica Aurora Jacobinense naquele 23 de março de 1964 com o objetivo de “combater o comunismo”. Foi o próprio Fernando Daltro quem abriu aquela sessão mencionando sobre “a situação aflitiva do país e o progresso assustador do comunismo no Brasil e mui especialmente em Jacobina”. Como fica evidente, sem restar qualquer tipo de dúvida, o grupo capitaneado pelo deputado estadual Edvaldo

---

<sup>266</sup> *Jornal da Bahia*, dezembro de 1970. (*Paz em Jacobina*). Sem identificação da página.

Valois, a Arena-2 não tinha quaisquer pretensões de mudança em um plano político e ideológico. Representava, assim como a Arena 1 liderada por Chico Rocha, os interesses do governo “revolucionário” que se instalou com vistas a combater, principalmente, dois grandes inimigos da pátria: a corrupção e o comunismo.<sup>267</sup>

Nesse sentido, a tão propalada mudança que compôs a plataforma de campanha e depois se tornou um *slogan* de governo apresentava inúmeras limitações. No manifesto dirigido ao “Povo de Minha Terra” em dezembro de 1970 o candidato vitorioso insistia, por exemplo, em falar de um governo em que “o povo esteja ao nosso lado, contribuindo com sua opinião, seus reclamos, sua fiscalização atenta”.<sup>268</sup> Uma aparente contradição em tempos de cerceamentos cada vez mais incisivos e com a vida política limitadíssima, se considerarmos, por exemplo, que a população brasileira não escolhia os seus representantes nas esferas de poder federal e estadual. Seria, no mínimo, forçoso e completamente distante daquele contexto referenciar uma forma de governo que mais se aproxima da democracia. Mas também aí a proposta de Fernando Daltro se afina com aquela defendida pelos militares que, do alto da tirania, insistiam na imagem de um Brasil democrático.

Esse sentido de mudança, “de real renovação nos quadros” referia-se única e exclusivamente à troca de um domínio político por outro. Com a vitória de Fernando Daltro sobre o candidato de Chico Rocha encerrava-se, ainda que temporariamente, uma trajetória de sucessos. Com a imagem fragilizada e desgastada pela idade já avançada e por métodos que pareciam estranhos àquele Brasil que se pretendia moderno e progressista o deputado deixou a cena política local para não mais voltar. Morreu quatro anos depois da vitória dos Carcarás. Seu nome, mesmo entre aqueles que faziam parte do seu grupo e que foram seus “herdeiros” políticos, era enunciado com certa precaução. Nos anos posteriores à sua morte a imagem mais viva e marcante era a do coronel. Esse foi o sentido político mais presente. Talvez tenha sido um mérito do grupo que declarou, desde 1966 com o rompimento, uma forte oposição à

---

<sup>267</sup> A Ata dessa sessão encontra-se, entre outros tantos documentos valiosos para uma pesquisa que pretenda investigar a disseminação das ideias comunistas na cidade de Jacobina e a forte repressão que sofreram, no processo que correu na Justiça Militar, autuado em 20 de maio de 1966 na cidade de Salvador. O documento apresenta uma lista enorme de pessoas indiciadas por práticas consideradas subversivas. Entre os citados para prestarem depoimento no Tribunal Militar estavam o advogado Ivanilton Costa Santos, o contador judicial Vivaldino Jacobina Viera e o mestre de obras David Bispo de Souza, entre outros. A Ata foi registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas pela Oficial do Registro de Títulos e Documentos, Aurelina de Souza Brandão, no dia 23 de março de 1964. No processo que correu na Justiça Militar a Ata pode ser encontrada da página 111 até a 117. A cópia autenticada deste documento foi cedida por um pesquisador que tem a guarda do processo. Ele não esclarece como teve acesso aos documentos, mas os papéis não deixam qualquer dúvida quanto a sua legitimidade.

<sup>268</sup> Pronunciamento do Prefeito eleito em 1970. Já citado.

figura de Francisco Rocha Pires, mas não apenas. Como já discutimos, as questões de fórum íntimo, inscritas ao universo privado, romperam aqueles espaços ganhando projeção e significando o movimento político local. Mas, afinal, o governo de Fernando Daltro, no período de dois anos, teve quais significados para cidade? Representou, dentro de todos os limites aqui enumerados, alguma mudança? Quais foram as principais diretrizes da sua administração?

De 1971 até os primeiros meses do ano de 1973 o prefeito Fernando Daltro geriu a vida política e social da cidade de Jacobina. Enfrentou uma série de situações que informam sobre as condições de vida daquela população e ainda revelam os problemas mais frequentes. Desde questões mais localizadas que envolviam, mais de perto, o problema da seca e a necessidade de emprestar à cidade de Jacobina ares urbanos e mais modernos passando também por demandas mais amplas, conectadas com o Brasil que, como já dissemos, experimentava uma das fases mais duras do regime militar. Identificamos, por exemplo, como a televisão assumiu, nesse contexto, um papel importantíssimo, mesmo em uma cidade que não contava com tantos aparelhos eletrônicos.

É também partindo dessa relação entre as esferas do poder político nos seus níveis municipal, estadual e federal que identificamos aproximações. A construção de um perfil de gestor municipal inspirada na imagem do presidente da república, o general Ernesto Garrastazu Médici refletiu, de diferentes formas, algumas opções e terminou por definir os itinerários que também se aproximam. Nesse sentido, o “tempo do governo” e as demandas do dia a dia do prefeito ajudam a reconstruir esses dois anos. Longe de representar a mudança, Fernando Daltro reproduziu algumas práticas que nos lembram, em muito, a forma de fazer política que ele próprio tanto combateu. A sua administração e as inúmeras decisões que precisou tomar, na condição de prefeito, oferecem elementos para mapear os caminhos que escolheu seguir.

Na agenda sempre cheia e se dividindo entre a prefeitura, a carreira de advogado e as pretensões políticas que não se encerrariam ao final do mandato de prefeito, Fernando Daltro costurou alianças, enfrentou oposição e optou, claramente, por seguir as diretrizes do governo militar. Seu plano de ação, como veremos mais adiante, esteve pautado em um projeto com vistas a “modernizar” e industrializar a cidade de Jacobina. Interesses que se revelaram frágeis, quase impraticáveis em uma cidade com aspectos rurais muito presentes e com uma vida que ainda se orientava no ritmo das carroças puxadas por animais. O descompasso de

tempos e as permanências, que cumpriram seu papel espreitando-se para além dos marcos, definem, em linhas mais gerais, a atuação do prefeito eleito para o mandato daquele ano de 1971.

#### **4.2 O governo de Fernando Daltro: “a concretização do almejado sonho de servir, como todo empenho, à querida terra Jacobinense”**

Ainda no pronunciamento, dirigido à população de Jacobina alguns meses antes de assumir a cadeira do Poder Executivo, Fernando Daltro sabia que não poderia “realizar milagres nos dois anos de governo”.<sup>269</sup> O tempo era curto e as demandas e expectativas ultrapassavam a boa vontade e empenho de qualquer dirigente. Os limites também eram reais. A cidade contava com uma produção de base agrícola. Os produtos eram comercializados na feira e faziam parte de uma dieta alimentar que não se diferenciava muito daquela encontrada em grande parte do interior do Estado. Feijão, milho, farinha, carne seca, derivados do leite entre outros, estavam na lista da produção mapeada pelo censo agropecuário de 1970. Havia o comércio de mercadorias, abastecido pelo mercado externo, com os produtos industrializados restritos aos grupos com poder aquisitivo mais alto. Jacobina era uma cidade de médio porte, mas eminentemente rural se considerarmos que quase 80% da população vivia nos povoados e distritos espalhados no entorno da sede.<sup>270</sup>

Essa realidade não ofuscou o brilho dos festejos de posse que incluíram uma missa de ação de graças na secular Igreja da Matriz e um “churrasco oferecido pelos fazendeiros da cidade ao povo”. Fernando Daltro foi empossado prefeito pela Câmara Municipal de Jacobina e tinha, na casa do Poder Legislativo, alguns importantes aliados políticos. Ubaldino Mesquita Passos, presidente da Câmara, representava esse apoio. Adversário histórico de Chico Rocha, Dú Mesquita, como era conhecido na cidade, liderou os trabalhos na casa do poder Legislativo de forma a beneficiar a administração do novo prefeito. Lourival Martins de

---

<sup>269</sup> Pronunciamento do Prefeito eleito em 1970. Já citado.

<sup>270</sup> Os Censos, Comercial, de Serviços, Agropecuário e Demográfico, apresentam esses dados diluídos ao longo de toda a análise das informações colhidas pelos recenseadores. O primeiro, o Censo Comercial, faz parte da Série Regional Volume VI – Tombo XIII. O Censo de Serviços localiza-se na Série Regional - Volume VII com o mesmo número de tombamento. Aquele que trata das questões ligadas ao universo Agropecuário do Estado da Bahia está no Volume III tombado como os outros dois. O Censo Demográfico pode ser encontrado no Volume I. Essa documentação encontra-se totalmente disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Souza e Gustavo Souza, vereadores eleitos que assumiram, respectivamente, as funções legislativas de 1º e 2º secretário, também foram seus homens de confiança.<sup>271</sup>

O primeiro construiu uma duradoura relação de amizade com os Daltro. Foi o braço direito do irmão de Fernando, Carlos Daltro quando este assumiu a prefeitura de Jacobina nos anos 80 do século passado. Gustavo Souza, o mesmo que se envolveu no processo administrativo e criminal contra Humberto Soares e Silva, pertencia ao grupo de Chico Rocha, mas em função do processo na justiça e dos desdobramentos que ele terminou inaugurando se afastou do deputado. Também com poucas opções à época, migrou para Arena-2 e se elegeu vereador nas eleições de 1970.

A transmissão do cargo de prefeito também incluía, naquela época, a transferência do posto de diretor do Tiro de Guerra 127. Responsável pelo órgão que materializava as forças militares na cidade, o TG alistava os jovens no serviço militar obrigatório. Simbolicamente, o novo prefeito representava os interesses do governo que geria o país. Também era o responsável por vigiar e apurar quaisquer irregularidades que, por ventura, viessem a surgir. Por certo, não era por um mero acaso ou protocolo que o prefeito municipal assumia, concomitantemente, o cargo de diretor de um órgão do Exército brasileiro. As forças militares presidiam o país e gerenciavam a vida política, social e econômica com forte atuação na formação destes militares na Escola Superior de Guerra - ESG. Oriundos destas fileiras reproduziram, na prática, as orientações de uma estrutura altamente hierarquizada. Para o governo militar talvez fosse essa a referência mais importante.

Com o título da nota *Exclusividade*, o *Diário de Notícias*, jornal da capital, trazia um dado no mínimo curioso sobre os cenários dos festejos de posse do novo prefeito. Curioso e um tanto extravagante. A nota oferecia uma informação que vinha de longe, do Rio de Janeiro e fazia referência a Guilherme Guimarães, um figurinista que estaria “aprontando o vestido, com exclusividade, que Edna Daltro vestirá na posse de Fernando”. Usar um vestido desenhado, com exclusividade, por um estilista era um luxo restrito para pouquíssimas mulheres, mas não para Edna, a primeira dama do município. Reconhecida pela sua elegância e seus trajes finos, a escolha de um traje único revela a importância do evento para essa personagem.<sup>272</sup>

---

<sup>271</sup> *Jornal da Bahia*, sem data. (*Dia da Posse*). Sem identificação da página.

<sup>272</sup> *Diário de Notícias*, sem data. (*Com Exclusividade*). Sem identificação da página.

A fotografia publicada na coluna *Jacobina em Notícias* capturou alguns dos principais personagens da festa oferecida pelo Leader Esporte Clube ao prefeito recém-eleito. Boa parte da elite local circulou nos salões do clube naquela noite de sábado. Mas a festa não ficou restrita a este segmento. Marcou presença, com destaque na foto, o Cônsul argentino Carlos Martinez Frers e alguns jornalistas da capital que certamente compareceram ao evento por convite de Edna Daltro. Chama atenção o fato de um representante do consulado, figura de destaque nas carreiras diplomáticas do Estado, estar presente em um evento festivo em uma cidade do interior da Bahia. Não sabemos dos motivos que levaram Carlos Martinez à festa, pois a nota do jornal apenas registra a sua presença sem oferecer maiores detalhes. Mas desconfiamos que ele deveria manter algum tipo de relação com os Daltro.

O vasto programa de solenidade que cobriu a posse de Fernando Daltro também destacou em nota os nomes que compuseram a equipe de trabalho, os cargos de confiança nomeados pelo prefeito. Notamos que a lista era formada por amigos e até pelo próprio irmão. Esquemas de amizade e do que hoje é identificado como nepotismo foram recursos utilizados pelo gestor municipal para montar o grupo responsável pelas áreas de saúde, educação e assistência social. Carlos Daltro, Manoel Ignácio, Edmundo Isidoro dos Santos, Humberto Brito, entre outros, escolhidos para integrar o seletivo grupo de trabalho, ocuparam postos importantes na esfera do poder municipal. Todos esses sujeitos também transitavam no grupo da elite econômica, social e intelectual se considerarmos, por exemplo, as suas profissões que dividiam-se entre médicos, professoras com formação na Escola Normal Superior, entre outras. A busca de pessoas nesse grupo corrobora para uma constatação que salta aos olhos e elimina qualquer dúvida: Fernando Daltro era parte integrante desta elite. E, sendo assim, nada mais natural e coerente que buscasse no seu grupo apoio na montagem do seu governo.

Durante o seu discurso de posse, quando perguntado sobre a equipe de trabalho, Fernando Daltro declarou que “a política que defende não se baseia em autoridades, nem no critério exclusivamente partidário no preenchimento de cargos, mas numa administração honesta e eficiente que se volte para o povo”. Sua argumentação nos parece frágil. Sobretudo quando examinada à luz das relações de amizade e parentesco reveladas na escolha dos nomes. Os critérios de “honradez, eficiência e trabalho” destacados pelo gestor durante o discurso de posse omitem outros. Decisivos foram aqueles que se orientaram por proximidade, amizade e lealdade.<sup>273</sup>

---

<sup>273</sup> *Diário de Notícias*, sem data. (*Jacobina é Notícia – Equipe*). Sem identificação da página.

É sem nenhuma surpresa que verificamos essa realidade. Afinal, são esquemas que ainda prevalecem e encontram brechas na lei para se impor. No entanto, a constatação fragiliza, em muito, a bandeira da mudança levantada durante a campanha eleitoral de 1970. Fernando Daltro, na condição de prefeito, reproduzia fielmente os traçados do grupo que tanto combatia. E não poderia ser diferente. Sua herança política e a forma de operacionalizar, na prática, o plano de governo incluía ações como esta. Não fugiu à regra, nem foi uma exceção. Esse sentido de mudança era restrito e atendia, principalmente, interesses de ordem pessoal.

A promessa, empenhada no calor da vitória, de que seria um homem “sempre pronto a ouvir a todos com maior respeito e consideração”, incluindo “correligionários e adversários” foi rapidamente esquecida. O documento encaminhado ao Promotor de Justiça, Wellington José Campos Pontes, com recebimento datado de 5 de julho de 1971 comprova o descumprimento do acordo. Bem verdade que as razões para o pedido ancoravam-se em denúncias gravíssimas. Mas não podemos perder de vista que o alvo era José Prado Alves, homem de confiança de Chico Rocha que venceu as eleições municipais de 1966 derrotando o autor do documento encaminhado para o Ministério Público. Provar, legalmente, a existência de ações ilícitas e corruptas na gestão do ex-prefeito significava dizer o quanto havia dessas práticas no grupo capitaneado por Chico Rocha. Sim, essa constatação respingaria na imagem do deputado. E, talvez, fosse justamente esse o maior impulso para abertura do inquérito policial.<sup>274</sup>

Uma das primeiras medidas, de caráter interno, tomadas pelo prefeito municipal foi a de “nomear uma comissão, integrada por funcionários da Secretaria da Fazenda do Estado”. O objetivo era realizar um levantamento completo da “situação em que se encontrava a Municipalidade Jacobinense àquela época”. O resultado de dias de trabalho e investigação apontava “uma série de fatos que comprometem a anterior administração”. O governo anterior, a que se refere o documento, correspondia ao período de 1965 a 1970. José Prado Alves, contador e ex-prefeito seria indiciado a pedido do Ministério Público em 12 de julho de 1971. A primeira ação foi o pedido de abertura de um inquérito policial tendo como prova material “o relatório apresentado pela Comissão de tomada de contas da Prefeitura”.<sup>275</sup>

---

<sup>274</sup> *Inquérito Policial* aberto em 15 de Julho de 1971 pelo Delegado de Polícia em Exercício Luiz Maximiano dos Santos – 2º Suplente. O indiciado era o ex-prefeito municipal, o contador, José Prado Alves. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls.3.

<sup>275</sup> *Inquérito Policial* já citado. Fls.3.

Luiz Maximiano dos Santos, delegado de polícia que acompanhou as investigações, também era um dos homens de confiança do deputado Chico Rocha. Talvez esse fato explique a morosidade do inquérito. O promotor público encaminhou toda documentação no mês de julho e só depois de três meses a delegacia se pronunciou informando “o grande acúmulo de serviço, impedindo a conclusão destes autos em tempo previsto em lei”. A cópia do relatório, citada inúmeras vezes no desenrolar do processo, não pôde ser encontrada para leitura e análise. Isso porque o inquérito policial não seguiu adiante. O indiciado faleceu no dia 19 de abril de 1972 e tanto o promotor como o juiz foram favoráveis pelo “arquivamento do presente feito”. Não sabemos exatamente qual o conteúdo do relatório, mas intuímos, sem grandes dificuldades, que eram denúncias sérias e comprometedoras, se considerarmos, por exemplo, que a justiça foi o palco convocado para resolver a questão.<sup>276</sup>

Apostamos em um sentimento revanchista como orientador para formação da comissão e posterior denúncia. Afinal, foi para José Prado Alves que havia perdido as eleições, quatro anos antes. Evidentemente, as argumentações que sustentaram o pedido endereçado à justiça não foram essas. Alegando que “o silêncio de nossa parte diante de tais fatos, seria uma criminosa omissão e inegavelmente, conivência manifesta com as irregularidades apontadas pela referida comissão” Fernando Daltro procurava evidenciar as falhas e a má administração do seu opositor, oferecendo visibilidade aos fatos e convocando a justiça pública a agir. Um golpe que acertaria em cheio o deputado Chico Rocha, colocando em dúvida e questionando a honradez e o caráter do grupo que ele liderava.<sup>277</sup>

Como advogado, conhecedor das leis e da tramitação de um processo na justiça, Fernando Daltro fez uma opção pelo caminho do direito. Por essa via e falando deste lugar, o bacharel acusou e também precisou se defender em alguns processos movidos por funcionários da prefeitura que alegavam, entre outras coisas, um sentimento de vingança como motivador de uma série de demissões que aconteceram naquele ano de 1971. Voltaremos a este episódio mais adiante. Por hora, o sentido de mudança que orientou a campanha política, a essa altura, nos parece bem diluído. Esses casos que correram na justiça do trabalho ajudam a relativizar os significados, na prática, da tão propagada mudança. Bem ao estilo de políticos autoritários e pouco afeitos ao diálogo, Fernando Daltro revelou uma

---

<sup>276</sup> Idem. Fls. 2.

<sup>277</sup> Idem, *ibidem*.

postura no mínimo coerente, se levarmos em consideração que era fruto de um grupo restrito, elitista e conservador.

A perseguição aos adversários políticos conviveu, sem maiores tensões, com outros projetos do governo. Foram muitas as preocupações naqueles dois anos de mandato. Na agenda, algumas prioridades ganharam destaque e exigiram empenho do novo prefeito. Entre elas podemos citar a instalação da casa do estudante em Salvador, que exigiu esforços e contribuiu para reforçar a imagem de homem público esclarecido e defensor das causas educacionais, uma marca bastante positiva. No entanto, a realidade da cidade exigia esforços mais direcionados para resolver, por exemplo, os índices de analfabetismo e o pouco tempo de permanência na escola. Providenciar moradia para estudantes que se dirigiam à capital do Estado significava pensar em grupos restritos. Afinal, eram poucas as pessoas que, na época, cursavam o ensino superior. O grosso da população sequer concluía o antigo ginásio. A vida prática, acompanhada das dificuldades, tolhia, de forma cruel, qualquer tipo de ascensão que, para as camadas mais pobres, tem uma vinculação direta com o nível de escolaridade.

O prefeito também realizou algumas viagens. Uma delas, para o sul do Brasil, com o objetivo de buscar apoio e verbas necessárias para “o plano de eletrificação e a implantação do núcleo piloto do Centro Industrial”. Propostas que estavam afinadas com o projeto dos militares que previa, a todo custo, a tão sonhada modernização e industrialização do país.<sup>278</sup> O Movimento Brasileiro de Educação – MOBREAL, um dos pilares de sustentação do projeto educacional do governo militar, também esteve entre as preocupações do prefeito municipal e terminou por motivar uma viagem à capital do Estado que tinha como mote esta pauta na discussão.

O colunista Robério Marcelo que trabalhava no *Jornal da Bahia* oferecia destaque na coluna *Jacobina em Notícias* para várias ações do então prefeito. Através destas notas, geralmente pequenas, mas frequentes, é possível refletir sobre os seus itinerários mapeando as prioridades e também as escolhas que Fernando Daltro precisou fazer. No entanto, por serem informativas e ocuparem um espaço relativamente pequeno, a cobertura no impresso, de circulação estadual, apresenta alguns limites quanto à análise de caráter investigativo que costuma exigir dados mais completos e, exatamente por isso, menos rasos.

Na contramão, os documentos produzidos pelo Poder Executivo e Legislativo são valiosos para apreender esses pormenores. Informam sobre o cotidiano da cidade, suas

---

<sup>278</sup> *Jornal da Bahia*, sem data. (*Daltro viaja para o Sul*). Sem identificação da página.

maiores necessidades e quais foram, na prática, as ações e posturas do gestor municipal. Os ofícios, telegramas, projetos de lei, atas, editais, relatórios, entre outros, além de apresentarem essa dinâmica de forma mais ampla e pormenorizada refletem algumas imagens da administração. Trilhando o caminho da documentação identificada como oficial notamos, por exemplo, a coexistência de diferentes projetos em uma mesma cidade. As vozes na Câmara Legislativa ressoavam diferenças e similitudes. É no dia a dia dessa política gerenciada através de ações às vezes restritas, específicas e inscritas à realidade local e outras vezes mais amplas, ousadas e conectadas com a esfera de poder em seu nível federal que a produção documental tanto do Poder Executivo como do Legislativo amparou-se. A cidade, e as propostas de intervenção que previam mudanças em sua organização, é um ponto de observação privilegiado que nos informa sobre a operacionalização dos projetos políticos.

Maurília, uma das cidades invisíveis de Italo Calvino, nos conta uma história. Por lá “o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa os velhos cartões-postais ilustrados que mostram como esta havia sido”. Maurília, como outras tantas cidades, conviveu, não sem tensões, com o passado e o presente. Diferentes administrações, independentemente de onde se localizem, costumam apagar os vestígios do passado em nome de tudo aquilo que se anuncia novo. A força da mudança, da novidade e daquilo que é entendido como modernidade costumam assustar e inebriar os expectadores, testemunhas privilegiadas das transformações inscritas na cidade.<sup>279</sup>

Exatamente como aconteceu em Maurília. Seus signos do passado foram apagados e cederam lugar às pequenas e grandes alterações possíveis de serem identificadas graças aos registros fotográficos. No lugar de galinhas, a estação de ônibus. O coreto ocupava um lugar onde hoje existe um viaduto e as duas moças, com sombrinhas brancas que pousavam para foto, cederam espaço que agora abriga uma fábrica de explosivos. Era essa a comparação que qualquer visitante poderia fazer quando chegasse à cidade de Maurília. Um passado somente acessível através das fotos que ganhava sentido na visão possibilitada pelo presente.

Maurília, como já dissemos, era mais uma das cidades invisíveis. No entanto, a sobrevida do passado e a sua relação com presente também serve de ponto de partida para refletir sobre as propostas de alteração pelas quais a cidade de Jacobina passou. Nesse sentido, os Editais do governo municipal oferecem algumas pistas e privilegiam essa relação entre

---

<sup>279</sup> CALVINO, Italo. *As Cidades e a Memória*. In: *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990. p. 30.

uma cidade do passado e uma cidade do presente. A primeira representava o universo rural com marcas que geriam e organizavam a vida da população. O presente, aquela cidade que se pretendia construir, carregava aspirações de um lugar urbano, limpo e livre de qualquer aspecto que referenciasse esse tipo de passado. Projetos dessa natureza carregam a força das tensões e contradições. Provocam resistência. E as permanências insistem, resistem e avançam como podem.

Em 5 de fevereiro de 1971 o Edital nº 1, baseado no “Código de Postura Municipal”, proibia “o criatório de animais de qualquer espécie à sôlta no perímetro urbano da cidade, vilas e povoados”. Estabelecia que estes animais deveriam restringir-se apenas aos chamados “lugares próprios” e não deveriam, sob penalidades previstas em lei, descumprir o que ficava estabelecido. O prazo de quatro dias para regularização e cumprimento do que rezava o edital nos parece um tanto insensível por parte do poder público, considerando que a esta época Jacobina era uma cidade com marcas e costumes rurais muito fortes. Dos 40 Editais publicados no período de dois anos 17, quase metade, tratavam da criação de animais nas ruas, estabelecendo prazos para o cumprimento do que estabelecia a lei municipal. Os editais ainda cobriam, geograficamente, quase todos os distritos e vilas que pertenciam à cidade de Jacobina.<sup>280</sup>

A reedição e subseqüentes publicações dos editais que tinham praticamente o mesmo conteúdo com uma pequena alteração quando referia-se, mais especificamente, a vila ou povoado oferece alguns elementos que refletem, bem de perto, a vida na cidade. Ao que parece, criar animais para abatimento e consumo, tais como galinhas, porcos, bodes e até mesmo bois era uma prática bastante consolidada entre aqueles que viviam na cidade. Esses enraizamentos, que regulavam a vida em sociedade e certamente alimentavam o pequeno comércio de carnes incluindo o consumo próprio das famílias que criavam animais e usavam as ruas e margens dos rios para pastagem foram vigorosamente combatidos, mas sem sucesso, se considerarmos a republicação dos editais que cobrem os dois anos de governo.

Expurgar das ruas os animais e a sujeira que ficava no rastro dessas criações foi uma orientação do poder público municipal. A medida deixa antever o modelo de cidade que se queria implantar: urbana, asseada e completamente livre de qualquer paisagem que lembrasse a vida no campo com seus hábitos e suas sociabilidades. Outros hábitos da população local

---

<sup>280</sup> Livro nº 1 de *Avisos e Editais* (1967 a 1973). Arquivo Público Municipal da Cidade de Jacobina. Edital nº 1 de 5 de fevereiro de 1971.

também foram combatidos em nome desse modelo de cidade. O Edital nº 3 datado de 12 de fevereiro de 1971 exemplifica a normatização dos costumes. As proibições continuavam a nortear o documento impondo novas condutas para viver e transitar em uma cidade que se pretendia progressista. Também aqui há um sentido higienista que restringe o “banho, lavar roupas ou carros, dentro dos açudes ou qualquer aguada, que servem à população”.<sup>281</sup>

A seca que assolou a região naquele ano foi uma das âncoras de sustentação para essas determinações. E apenas 12 dias depois um novo edital restringia ainda mais o uso dos “rios, riachos, lagoas, tanques e manadores, neste município” proibindo a “pescaria de rêdes, tarrafas e chogo”. Quem fosse flagrado descumprindo o que estabelecia o edital corria o risco de sofrer as penalidades previstas na Lei nº 3 do Código de Posturas Municipal que previa em seu Art. 233 “Ninguém poderá inutilizar, derivar, desproteger, infestar corpos estranhos às águas e fontes de servidão Pública”. Situações e práticas reincidentes a julgar pela republicação de editais que apresentavam, quase sempre, o mesmo conteúdo.<sup>282</sup> As denúncias talvez se processassem na informalidade e pela via oral, pois não encontramos nenhum registro escrito. A elite local era o segmento mais incomodado com esses cenários que inspiravam desorganização e incivilidade. No entanto, o grosso da população quando não praticava por certo se reconhecia e talvez tirasse da pesca, da lavagem de roupa e dos animais de pequeno porte a sustentação de suas famílias.

Essa documentação também denuncia outras preocupações do governo municipal. Diz respeito à contratação de pessoal, licitações, prestação de contas e a compra de máquinas para serem usadas no serviço de terraplanagem e abertura de esgotos que viriam para atender às demandas da população local. Cumpriam, seguramente, um papel no projeto de urbanização da cidade. A iluminação das vias públicas, com lâmpadas de mercúrio nas principais praças da cidade, foi objeto de um edital de tomada de preços publicado em agosto de 1971. Se por um lado a cidade com ares rurais era desorganizada, por outro, florescia e ganhava espaço a construção de uma cidade urbana com cenários que consolidassem essa imagem.

Os Editais também tangenciavam questões macro e menos localizadas. O conteúdo publicado no edital de número 7 naquele mês de março de 1971 converge para uma leitura mais ampla e, portanto, menos circunscrita às questões locais. Aquele era o mês em que os militares, os mesmos que falavam em nome da democracia e do Brasil potência,

---

<sup>281</sup> Livro nº 1 de *Avisos e Editais* (1967 a 1973). Arquivo Público Municipal da Cidade de Jacobina. Edital nº 3 de 12 de fevereiro de 1971. Fls. 14.

<sup>282</sup> Idem. Fls. 14.

comemoravam o aniversário da chamada revolução. E foi para saldar e comemorar a data que o documento instituiu “um prêmio ao aluno do Curso Médio, dos dois ciclos, que apresentar o melhor trabalho sobre a Revolução de 31 de março de 1964”. A premiação da melhor redação que deveria ser “datilografada em espaço duplo, em três folhas de tamanho ofício, no mínimo” seria divulgada no serviço de Alto-falantes da Prefeitura para que a população da cidade tivesse conhecimento do conteúdo e também identificasse o autor. Infelizmente não encontramos o trabalho que venceu o concurso, nem outros textos que, muito certamente, concorreram com o premiado. Esse achado nos permitiria acessar não apenas o conteúdo, mas as ideias que circulavam naquele contexto e as leituras que os estudantes de uma cidade do interior da Bahia faziam daquele evento que alterou o curso da história do país.<sup>283</sup>

As representações do regime militar de 1964 foram muitas e ganharam formatos igualmente diversos. As diferentes leituras e releituras que foram tecidas ao longo dos anos revelam uma “produção memorialística” que reflete “uma disputa pelo controle das diferentes memórias” expressa em dossiês, diários, entrevistas, biografias, confissões e romances. A depender do lugar e das formas de luta que os sujeitos, envolvidos mais diretamente nesse contexto, escolheram para defender as suas posições essa memória do período assumiu facetas que estavam, por assim dizer, diretamente vinculadas a esse lugar de onde se “falava” sobre o assunto. Há produções militares que insistem em negar, com certa veemência, a tortura, prática comum as duas ditaduras (Vargas e a Militar). Na segunda, fruto do golpe civil-militar de 1964, há indiscutivelmente uma sofisticação de métodos utilizados não apenas nos “porões”, mas elaborados na sala de visitas dos governadores e militares do alto escalão.<sup>284</sup>

Outras interpretações sobre o tema assumem a utilização desse instrumento e legitimam sua posição ao afirmarem, por exemplo, que houve uma ameaça concreta dos comunistas e recrudescimento das ações desse grupo com assaltos, sequestros e organização de movimentos armados em pontos estratégicos do país.<sup>285</sup> A utilização do termo “comunista” foi largamente empregada como fito de propaganda ideológica no contexto da Guerra Fria. Houve, por certo, um exagero no uso do termo pelos ditadores, designando todos da oposição.

---

<sup>283</sup> Livro nº 1 de *Avisos e Editais* (1967 a 1973). Arquivo Público Municipal da Cidade de Jacobina. Edital nº 06 de 24 de março de 1971. Fls. 15.

<sup>284</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269 p.26.

<sup>285</sup> CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 14, nº 27, 1994. pp.179-196.

A proposta aqui era legitimar o regime criando uma ideia de inimigos internos com lentes bem aumentadas.

Também a chamada esquerda produziu uma vasta leitura dos 21 anos de regime militar. A maior concentração desses textos refere-se ao período Médici que foi, como já dissemos, um dos mais violentos. Esquadrinhando os “porões” da ditadura militar, as vozes antes sufocadas, silenciadas abriram-se, em coro, para denunciar as práticas de um governo truculento. Foi esse o grupo responsável pela construção de mitos e heróis que, em nome da democracia e da luta por um Brasil livre, perderam o seu bem mais precioso, a vida. Figuram nessa lista o baiano Carlos Marighella e frei Tito da ordem dos dominicanos. Mortos, saíram da vida para entrar na história de um *Batismo de Sangue*, livro que foi adaptado para o cinema em 2007 e materializou o sofrimento desses personagens reais em uma luta que em muito nos lembra o “sofrimento do Cristo crucificado” para salvar a humanidade.<sup>286</sup>

O primeiro, morto em uma emboscada armada pelo delegado Fleury, homem conhecido na historiografia do período como um dos mais cruéis e desumanos em se tratando de presos políticos. Tito, o frei dominicano sensível, cristão e delicado, barbaramente espancado e humilhado, suicidou-se em Paris alguns anos depois. Ao que tudo indica, não conseguiu libertar-se dos seus algozes, mesmo distante e vivendo outra realidade. A tortura também apresentava facetas menos visíveis. Inscrevia sua barbárie para além do corpo e das marcas de violência. Marcava a memória e a história de vida de pessoas como o Frei Tito que é apenas um exemplo, entre outros tantos.

Essas produções refletiram sobre o período e propõem, cada uma delas, leituras e interpretações que variam muito. Mesmo sem ter acesso ao conteúdo da redação premiada naquele março de 1971 e que deve ter sido lida, como previa o edital, no serviço de Alto-falantes, desconfiamos que ela – a redação – se aproximava de uma leitura oficial e, exatamente por isso, comemorativa do feito militar. Nesse sentido, o ofício encaminhado pela AERP-7.2, Assessoria Especial de Relações Públicas, órgão estabelecido em Brasília, centro do poder político federal do país, convocava os presidentes das Câmaras Municipais a participarem os festejos daquele 31 de março de 1972. O requerimento, além de antecipar-se em pelo menos dois meses às festividades comemorativas, apresentava as diretrizes que deveriam orientar o evento.<sup>287</sup>

---

<sup>286</sup> FICO, Carlos. p.193.

<sup>287</sup> Cta. 58/ AERP – 7.2. Brasília, 4/Jan/72. (Ofício). Arquivo Público Municipal de Jacobina. Fundo: Câmara de Vereadores. Série: *Ofícios Recebidos*. Datas-limite: 1970-1981. Caixa 79, Maço 03.

As orientações, na verdade, deveriam se ajustar “voluntariamente”, às comemorações que aconteceriam no município em razão da data. A Revolução, que era o termo que os militares usavam para referir-se àquele março de 64, aparece como “um tempo de construir” em um Brasil que se pretendia grande, coeso e homogêneo. As comemorações, que deveriam passar por um caráter “participativo e popular” e, por isso, “fugir de toda e qualquer orientação paternalista”, previam uma participação estimulada da iniciativa privada. Esse estímulo, aliás, foi uma regra dos setores econômicos que gerenciavam a economia do país e fizeram uma opção clara pelo desenvolvimento associado ao capital internacional, que terminou por consolidar o quadro de um Brasil dependente.<sup>288</sup>

O que, aliás, justificava a escolha do lema “VOCÊ CONSTROÍ O BRASIL” impresso em material de divulgação. Ao que tudo indica, chegou à cidade de Jacobina o material distribuído pelo próprio órgão como “cartazes, folhetos, filmetes e “spots” radiofônicos” que cumpriam, para além de mais um ano de comemoração do 31 de março, um papel importantíssimo no governo militar, a saber: propagação maciça das ações militares via comunicação, outro recurso bastante utilizado pelos ditadores em uma pista de mão única que censurava qualquer conteúdo considerado “subversivo”, impróprio e obsceno. Depois de 1968, com o Ato Institucional nº 5 que recrudescer a ditadura civil-militar no país, a censura esteve dividida em duas instâncias “uma se aplicava à diversão, outra à imprensa. Com o controle desses dois canais de comunicação a ditadura, que originou um golpe de Estado, avançava ao tempo em que ganhava ainda mais força.<sup>289</sup>

O governo municipal de Fernando Daltro se manteve afinadíssimo com as diretrizes que emanavam do poder central e tinham um projeto muito claro que era consolidar a imagem de um Brasil único, marchando em apenas uma direção. Para construir esse país, nos moldes propostos pelos setores militares, a integração das partes com o todo se fazia necessária. E, para cumprir esse papel, a televisão foi convocada enquanto uma estratégia que estreitaria as distâncias e construiria a imagem de um Brasil unificado. Era projeto dos militares promover a integração nacional pela comunicação e as redes de televisão, em particular a Rede Globo,

---

<sup>288</sup> BRUM, Argemiro. *O Modelo de Desenvolvimento Associado e Dependente: do Milagre à Crise (1964-1984)*. In: \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 301-354.

<sup>289</sup> KUSHNIR, Beatriz. *A construção do arbítrio legalizado: os limites do que nos era permitido saber*. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs). *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 513. Os Atos Institucionais foram largamente utilizados pelos militares como instrumento de força e coerção das liberdades individuais e de caráter coletivo. Uma análise desses documentos significa problematizar a expressão “Anos de Chumbo”, destacando o governo Médici como o mais violento. Essa interpretação dilui e renega ao esquecimento as ações violentas e brutais de outros governos a exemplo de Castelo Branco, Ernesto Geisel, entre outros.

colocariam esse plano em prática. Daí viriam os estímulos do governo às empresas da área, em particular a Globo que já em 1969 exibia o *Jornal Nacional* transmitido em rede com vistas a unificar o Brasil pela via da notícia, uma integração que também passava pela imagem em um país com maior número da população vivendo na zona rural com altos índices de analfabetismo.

Um projeto que alcançou a cidade de Jacobina se considerarmos, por exemplo, a atenção e o estímulo que o governo municipal ofereceu para televisão, mesmo com todas as dificuldades de recepção de sinal e ajustamentos necessários para uma transmissão com um mínimo de qualidade. A compra de aparelhos televisores para “as praças públicas jacobinenses” foi objeto do Edital nº 30 publicado em 22 de dezembro de 1971.<sup>290</sup> Com essa medida, a prefeitura municipal distribuiria os televisores nos principais pontos da cidade criando e mesmo alterando alguns hábitos e formas de sociabilidade entre a população local. E mais. Integrava-se com o projeto sociopolítico de orientação militar estimulando e consolidando a presença da televisão na vida das pessoas. Àquela época, a doutrina de Segurança Nacional e seu caráter conservador que tinha a “família, a religião católica, a pátria, o trabalho, a moral e os bons costumes como pilares de conduta” decidia, através dos órgãos da censura, quais programas iriam ao ar delineando as condições e orientando, por assim dizer, a formação do cidadão brasileiro nestes moldes conservadores e fortemente impregnados com os valores do cristianismo.<sup>291</sup>

Mais não foi apenas a distribuição dos aparelhos televisores nas principais praças da cidade a única ação do governo municipal a dialogar com esse assunto. A Mensagem nº 34 encaminhada à Câmara Municipal afirmava que a “televisão em Jacobina tem sido um dos maiores problemas” em função dos altos encargos que exigia a sua manutenção. O gestor demonstrava preocupações com o serviço oferecido à população local ancorando-se em uma compreensão indiscutível. Para ele, “ninguém ignora o valor da televisão como veículo importantíssimo de comunicação”. Diante disso, era preciso resolver o problema e o anteprojeto em questão ganhou o status de Lei em 29 de maio de 1972 que criava o Fundo de Assistência e Manutenção da Televisão em Jacobina.

---

<sup>290</sup> Livro nº 1 de *Avisos e Editais* (1967 a 1973). Arquivo Público Municipal da Cidade de Jacobina. Edital nº 30 de 22 de dezembro de 1971. Tomada de Preços.

<sup>291</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor. *Anos 1970: A televisão em tempos de modernização - Renovação Estética da TV*. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marcos. *História da Televisão no Brasil: do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 116.

A Lei municipal, que para ser criada dispensou justificativa, considerava os altos custos com a instalação de antenas e a manutenção permanente que exigia a “contratação de técnicos especializados” motivo suficiente para cobrar do “usuário, proprietário ou não, de qualquer tipo de aparelho de televisão, o recolhimento mensal aos cofres da prefeitura a quantia de C\$ 5,00 (cinco cruzeiros)”. A partir daquele mês o uso do televisor estaria vinculado ao pagamento, com penalidades previstas na legislação para aqueles que não cumprissem o estabelecido. O povo pagaria essa conta como mais um imposto a ser cobrado. O acesso aos canais de comunicação, nesse caso a TV, que o prefeito julgava ser importantíssimo seria, em parte, custeado pela população. Um tipo de democratização rasa, superficial e falsamente popular.<sup>292</sup>

O empenho da prefeitura em urbanizar a cidade e emprestar ares mais “modernos” à vida em sociedade não foi um projeto restrito às proibições mais diversas como já mencionamos. Nem pode ser resumida à instalação de aparelhos de televisão nas principais praças da cidade. O prefeito, que na condição de candidato ao posto falava em mudança, empreendeu algumas ações no sentido de trazer fábricas para cidade, um empreendimento que, por si só, carrega significados marcadamente progressistas se considerarmos que esse foi e continua sendo um discurso recorrente nos círculos da elite política brasileira. Não bastava alterar as ruas e calçar o chão, antes de terra batida, com paralelepípedos de cimento. A luz, com lâmpadas a vapor de mercúrio que clareavam as vias públicas em luminárias com quatro pétalas cada uma, permitia a caminhada à noite, a conversa mais demorada, iluminando os passos sem pressa dos moradores, mas não conseguia, sozinha, transformar a estrutura da cidade de modo a garantir a chegada do tão sonhado progresso.

A instalação de aparelhos televisores nas vias públicas criava uma atmosfera urbana, civilizada e sintonizada com o Brasil. Possibilitava o acesso a “outros mundos”, ampliava o tema das conversas, promovia discussões e reorganizava, ainda que em uma escala micro, as relações sociais entre aqueles que viviam na cidade. No entanto, era preciso pensar mais alto. Esses pensamentos, que embalavam os sonhos do prefeito, foram rememorados no depoimento concedido por sua filha, Esther Daltro:

---

<sup>292</sup> A Lei nº 38 de 29 de maio de 1972 criava o Fundo de Assistência e Manutenção de Televisão em Jacobina. Ao longo dos seus oito artigos, a lei regulava os critérios para identificação e cobrança dos usuários que tivessem aparelhos de televisão. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Fundo: Gabinete do Prefeito. Série: *Lei*. Data: 1953-1972. Caixa 09, Maço 02.

Era o meu pai um sonhador ele falava as coisas que ele queria fazer por Jacobina fazer uma fábrica, e o sisal e as possibilidades do sisal, “Eu vou vender, vou vender os “filhotes da Petrobras” porque cada prefeitura ganhou filhotes da Petrobras quando a Petrobras foi criada. “Vou vender os filhotes da Petrobras e com isso fazer fábricas e dar emprego, vou fazer casas, vou fazer muitas casas pras pessoas morarem, vou calçar”.<sup>293</sup>

As lembranças reativadas conectam-se com os projetos de implementação de pequenas fábricas identificadas na documentação executiva como indústrias. Era esse o termo usado em alguns documentos oficiais quando tratavam do tema. A doação do terreno no bairro da Bananeira à Plamont – Planejamento, Montagem e Tecnologia faz referência à instalação de uma “indústria de vidros” naquele espaço.<sup>294</sup> No entanto, o destino das ações da prefeitura foi outro. Cauçionadas em fevereiro de 1972, no Banco do Brasil, para “atender as despesas com a construção da Rêde de energia do povoado de Capim Grosso”. A localidade não dispunha do serviço e tinha importância política para o grupo Carcará. Um episódio envolvendo Francisco Rocha Pires Filho como réu em um processo que correu na Vara Crime da Comarca de Jacobina oferece algumas pistas sobre o lugar do povoado na dinâmica política e expõe as formas que o movimento assumiu na véspera da campanha de 1972. E, segundo consta, ao que tudo indica, o povoado, àquela altura, continuava sem o serviço de luz elétrica a julgar pelo depoimento de uma testemunha no processo movido por Cesiano Carlos, um reconhecido Carcará que construiu a sua carreira política em Capim Grosso, quando o distrito foi elevado à categoria de cidade, isso nos anos 80 do século passado.<sup>295</sup>

As ações do governo pautavam-se em algumas necessidades e estavam vinculadas ao cotidiano da cidade. Através delas – das ações – é que identificamos, por exemplo, a dinâmica da vida em sociedade e como a política municipal montava a sua agenda de forma a privilegiar projetos que consolidassem, ao menos em tese, as aspirações da população local. Como vimos, essas práticas não se mantiveram restritas a uma realidade específica e dialogaram, sempre que possível, com projetos que também circulavam na órbita do poder

---

<sup>293</sup> Maria Esther Pinto Daltro. Entrevista já citada.

<sup>294</sup> A Lei nº 27 de 12 de novembro de 1972, autorizava o Poder Executivo a doar área de terra, no bairro “Bananeira” à Plamont – Planejamento, Montagem e Tecnologia. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Fundo: Gabinete do Prefeito. Série: Lei. Data: 1953-1972. Caixa 09, Maço 02.

<sup>295</sup> Autos do Processo de *Sumário Crime* movido por Cesiano Carlos do Nascimento contra Francisco Rocha Pires Filho, autuado em 28 de novembro de 1972, na Comarca de Jacobina, sob o nº de tomo 1150. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. No Termo de Qualificação e Interrogatório do acusado Francisco Rocha Pires Filho ocorrido em 2 de setembro de 1974, consta o depoimento, de João Alves Bezerra, testemunha de acusação, onde se lê: “mais não sabe se o mesmo ia na cabine ou na carroceria; **que nessa época não havia luz em Capim Grosso**”. [Grifo nosso]. Fls. 32.

federal. Talvez essa presença que, de fato, se sobressaiu com relação à esfera do poder estadual se justifique por questões também inscritas no universo político. Isso porque, entre os anos de 1971 a 1973 (período do governo de Fernando Daltro) quem governava a Bahia, por via indireta e clara preferência dos setores militares, era Antonio Carlos Magalhães, adversário histórico dos Daltro. Indícios nos levam a crer que essa inimizade teria nascido nos bancos da Faculdade de Medicina da Bahia, pois Carlos Daltro, irmão de Fernando, foi colega de Antonio Carlos Magalhães e desde então, por desavenças estudantis e de natureza também pessoal, a rivalidade floresceu, rompendo os limites da Faculdade ganhando, ainda mais sentido, na vida política de ambos.

Não encontramos, por exemplo, nenhum documento do Poder Executivo que dialogasse, diretamente, com o governo do Estado. Não há registro de pedido, visita do governador, obra estadual ou qualquer outro indicativo sugerindo uma relação que é de praxe, mas que também obedece aos desígnios da política. Mesmo figurando no partido oficial da ditadura civil-militar e, exatamente por isso, em última instância, representando os interesses políticos, econômicos e ideológicos dos militares, prefeito e governador mantiverem uma relação distante, apartada, o que justifica a presença do poder federal na busca por verbas e na implantação de projetos que circulavam no Brasil.

Antonio Carlos Magalhães era aliado político de Francisco Rocha Pires. A relação que mantinham extrapolava esses limites e pode ser compreendida como de amizade e confiança. Pelo menos foi dessa forma que o deputado lembrou os laços com o governador no pronunciamento que foi ao ar na noite de 29 de setembro de 1970 no serviço radiofônico local. Referindo-se a Antonio Carlos como “meu amigo” e lembrando um episódio que talvez justificasse a amizade entre ambos, por ter sido ele – Rocha Pires – “um dos principais responsáveis pela sua candidatura ao Governo do Estado”. Dessa forma, o deputado evidenciava os vínculos que mantinha com ACM e esclarecia, por exemplo, que a hostilidade, inicialmente dirigida ao irmão de Fernando Daltro, foi transferida e certamente potencializada por ter sido ele o responsável pela derrota de Chico Rocha naquela eleição de 1970.<sup>296</sup>

O episódio deixa antever a força que as questões mais localizadas e de fórum pessoal tinham na dinâmica política. Nesse caso, nem mesmo a Arena, partido com diretrizes inscritas a uma ideologia marcadamente conservadora e avessa a qualquer orientação esquerdista,

---

<sup>296</sup> Discurso político proferido pelo Deputado Estadual Francisco Rocha Pires na noite de 9 de outubro de 1970 (Mimeografado), através do Serviço de Alto-falantes *A Voz da Cidade*. p. 41.

considerada naquele contexto como subversiva, conseguiu abafar essas pequenas fissuras. Inicialmente pequenas, mas com sobrevida. O processo de desgaste ganharia força e conjugado a outros fatores contribuiu, em muito, para a desestruturação do próprio partido.

E foi dialogando com o poder federal que a administração municipal deu continuidade a um projeto iniciado na gestão do seu antecessor. José Prado Alves, na qualidade de prefeito, criou, através do Decreto nº 21, a Comissão Municipal do Mobral de Jacobina. Estávamos em setembro de 1970. O Mobral foi um programa na área de educação que tinha como ponto de partida a alfabetização de jovens e adultos fora da idade escolar. Com isso, qualificava-se a mão de obra menos especializada em um nível que ofereceria a essas pessoas o emprego nas fábricas espalhadas pelo Brasil com concentração na região sudeste, principalmente em São Paulo. Era também objeto do programa diminuir as taxas de analfabetismo para autorizar um discurso que, na prática, convencesse a sociedade brasileira sobre um país que caminhava a passos largos para o desenvolvimento. Uma formação estritamente técnica, por opção do governo. Assim, oferecia uma resposta às demandas educacionais das classes populares, mas que pudesse “atendê-las”, dentro de uma formação profissionalizante que eliminava, por exemplo, a parte crítica e humanista do currículo.<sup>297</sup>

A Comissão na cidade de Jacobina ficaria responsável por atender uma faixa etária que cobria de “12 a 35 anos”. Era um público de jovens que abandonaram a escola para trabalhar nos pequenos serviços na lavoura, auxiliando os pais e a própria família, geralmente numerosa. Também os adultos, homens e mulheres que tiveram um acesso muito precário à educação formal em sua juventude e que, reproduzindo um quadro comum a milhares de famílias brasileiras, abandonaram os bancos escolares porque a vida prática bateu à porta. É desnecessário dizer, por exemplo, que se trata de um efeito dominó, uma relação em cadeia, com raríssimas exceções. Gerações posteriores enfrentariam não os mesmos problemas, mas sérias dificuldades em continuar os seus estudos e, com isso, alterar, sensivelmente, a realidade familiar.

O Mobral foi projetado e posto em prática justamente para combater esse quadro e frear esses avanços. Um grande fracasso. O perfil de alunos-trabalhadores que enfrentam uma jornada de trabalho com no mínimo 8 horas diárias e ainda se dispõem a frequentar uma sala de aula todos os dias à noite é o ingrediente de insucesso. Mas não é só isso. Some-se à

---

<sup>297</sup> MOURA, Dante Henrique. *Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração*. Revista Holos, Ano 2, Vol. 2 – 2007.

situação cansativa e extenuante, o fato deste programa adotar uma metodologia de ensino tecnicista que priorizava assuntos/temáticas, muitas vezes desconectadas da realidade dos alunos. Uma escola sem sentido com conteúdos que não criavam significado para esses sujeitos. Uma escola sem gente.<sup>298</sup>

O resultado mais direto dessas fórmulas conjugadas foi a evasão. Em Jacobina, por exemplo, os relatórios das atividades da Coordenação do Mobral Municipal apontam algumas causas que, evidentemente, nem de longe tangenciam esses fatores. Para a Coordenadora Municipal do Mobral, Ducidalva Evangelista Rios, a ausência dos alunos estava relacionada a diferentes questões. Todas elas, de alguma forma, dialogavam com aquela realidade. Na avaliação da coordenadora não havia espaço para as relações que conectassem as particularidades locais com o todo. Dessa forma, a baixa era atribuída a fatores como “festejos juninos, às férias escolares, ao frio e o plantio que é feito nesta época do ano”.<sup>299</sup>

Portanto, as festas, as férias da rede estadual, o rigor do frio, a falta de agasalhos e os trabalhos na lavoura afastavam os alunos dos postos de alfabetização do Mobral. A evasão era uma realidade e os relatórios mensais sempre apresentavam o problema ao poder público municipal. A ausência e desistência dos alunos também foram associadas a outros fatores. E uma questão aparentemente vinculada ao universo da educação no município terminou revelando questões ligadas ao mundo do trabalho. Homens e mulheres batiam em “retirada para outras terras em busca de trabalho” e, portanto, deixavam de frequentar as aulas. Grupos de famílias que partiam das suas localidades para outros lugares, na trilha alimentada por sonhos que a vida poderia ser melhor. Deixavam para trás projetos desfeitos, compromissos firmados e as salas de aula estabelecidas nos postos de alfabetização do Mobral.

O prefeito, que acompanhava o andamento do programa através dos relatórios mensais, sabia das suas responsabilidades enquanto gestor municipal. O ofício encaminhado

---

<sup>298</sup> Paulo Freire, advogado de formação e educador por vocação, foi um dos grandes defensores de uma escola mais humana, acolhedora e que respeitasse os diferentes caminhos para se chegar à aprendizagem. Formulou as bases de um pensamento mais pautado no sujeito, nesse caso o aluno. Interessava a Freire a realidade desses alunos como ponto de partida para ampliar as suas compreensões sobre o mundo. Delineou uma *Pedagogia da Libertação*, que está intimamente relacionada com a visão marxista do Terceiro Mundo e das consideradas classes oprimidas na tentativa de elucidá-las e conscientizá-las politicamente. As suas maiores contribuições foram no campo da educação popular para a alfabetização e a conscientização política de jovens e adultos operários, chegando a influenciar em movimentos como os das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Autor de diversos livros na área de Educação e referência nos estudos que se propõem a pensar a relação aluno/construção do conhecimento. Ver: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

<sup>299</sup> *Relatório das Atividades da Coordenação do Mobral Municipal de Jacobina* datado de 6 de julho de 1971. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Fundo: Gabinete do Prefeito. Grupo: Secretaria da Educação. Notação: *Apostila/Planejamento/Mobral*. Datas-limite: 1971-1985. Caixa 564, Maço 02.

pelo Ministério da Educação e Cultura era claro: “caberá a cada Município o planejamento, a execução e a avaliação de todo trabalho que será realizado dentro das necessidades da comunidade”. O sucesso do programa, sua implantação e os resultados insidiam, diretamente, sobre o município. Felipe Spotorno, secretário executivo do Mobral, enviava documentos que reafirmavam esse compromisso. O poder público federal colocava-se como parceiro, mas a operacionalização do projeto era de responsabilidade do poder executivo municipal. Esquemas de parceria como aquele proposto na circular nº 18 que tratava de uma “campanha publicitária com o objetivo de sensibilizar toda a população para o movimento”. Os anúncios de rádio, num total de “6 (seis)”, traziam informações importantes sobre o programa e conclamavam a população-alvo (jovens e adultos analfabetos) a se inscreverem no postos do Mobral. A sensibilização, proposta na circular, certamente vinculava uma mensagem evidenciando as vantagens de ser um cidadão alfabetizado e as chances que essa condição oferecia a homens e mulheres no ingresso ao mercado de trabalho.<sup>300</sup>

Do ponto de vista educacional este foi o principal projeto do governo de Fernando Daltro. Com todas as limitações apresentadas e analisadas, o Mobral, cumpriu, precariamente a sua proposta. Os altos índices de analfabetismo e o sentido de sobrevivência diretamente relacionado a uma colocação nos postos de trabalho continuaram convivendo e tencionando as possibilidades de uma real melhoria na condição de vida daquela população.

A Câmara de Vereadores, representante local do Poder Legislativo, foi uma aliada, em potencial, do prefeito eleito pela Arena 2 nas eleições de 1970. Dos treze edis, pelo menos sete pertenciam à sublegenda do partido e pelo menos dois desses eram amigos pessoais de Fernando Daltro. Dessa forma, a ausência do poder estadual que poderia refletir em acordos e ganhos para a cidade foi suprida, em partes, por essa presença/aliança a nível local. O telegrama enviado em 15 de março de 1971 endereçado ao governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães apresentava, bem ao estilo político conciliador tão característico do Estado, os votos de “felicidade no desempenho do alto pôsto” que o destinatário a partir daquela data ocuparia. O documento, assinado por Ubaldino Mesquita Passos, presidente da Câmara, informa que em se tratando de política é melhor evitar o confronto direto e assumir uma postura mais amistosa, menos agressiva. O espírito conciliador e amigável não correspondeu,

---

<sup>300</sup> Ofício Circular nº 19/70/MOBRAAL datado de 31 de Julho de 1970. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Fundo: Gabinete do Prefeito. Grupo: Secretaria da Educação. Notação: *Apostila/Planejamento/Mobral*. Datas-limite: 1971-1985. Caixa 564, Maço 02.

na prática, a uma aproximação por parte do governador do Estado. Antonio Carlos sabia o tipo de tratamento a ser dispensado aos adversários.<sup>301</sup>

As sessões da Câmara Municipal levavam os vereadores à bancada para discutirem, com frequência, as necessidades que julgavam mais urgentes para cidade e os seus distritos. Alguns representavam e apresentavam propostas que beneficiassem, mais de perto, os distritos que haviam ofertado um maior número de votos. O prefeito municipal costumava marcar presença nas sessões com o intuito de, talvez, acompanhar mais de perto as discussões que envolviam o corpo legislativo da cidade. O clima às vezes era de tensão e acirramento dos ânimos, como aconteceu com o vereador Milton Teixeira dos Santos que registrou, de próprio punho, um protesto dirigido ao presidente da Câmara que, segundo consta, não teria concedido “a palavra no segundo expediente – violando os princípios básicos da vida parlamentar”. Conflitos e disputas costumam extrapolar o processo eleitoral.

O incidente teria “obrigado” o já citado vereador a retirar-se “do plenário em sinal de protesto pelo comportamento do Sr. Presidente”. Milton Teixeira era vereador eleito pela Arena 1 e, portanto, representava a “oposição” dentro da Câmara Legislativa. Mas era uma voz isolada se considerarmos, por exemplo, que os principais cargos (Presidência e Secretaria) estavam sob a responsabilidade dos aliados do prefeito. Ao que tudo indica, aqueles eram mesmo anos de perdas para o grupo liderado pelo deputado Chico Rocha.<sup>302</sup>

As sessões, fossem elas ordinárias ou não, geralmente eram organizadas a partir da indicação de algum vereador, que geralmente pleiteava alguma obra ou melhoramento para determinado distrito ou até mesmo para a sede. Outra função do Poder Legislativo consistia na elaboração dos chamados projetos de lei. O processo de indicação sugeria, quase sempre, a construção de obras que atendessem às demandas da cidade. Nesse sentido, é possível mapear quais eram as necessidades/prioridades mais frequentes naqueles anos e quais argumentos sustentavam as indicações.

Na sessão ordinária de 27 de abril de 1972 que contou com a presença de nove dos treze vereadores foram apresentados quatro projetos de lei pelo edil Milton Teixeira dos Santos. O documento, que foi “subscrito por vários vereadores”, concedia o título de cidadão jacobinense a quatro pessoas identificadas como “personalidades”. Entre as ditas

---

<sup>301</sup> Telegrama enviado em 15 de março de 1971 pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Jacobina, o Sr. Ubaldino Mesquita Passos. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Poder Legislativo. Caixa 119, Maço 01.

<sup>302</sup> Documento encaminhado ao Presidente da Câmara de Vereadores de Jacobina com a data de 7 de dezembro de 1972 e assinado pelo Vereador Milton Teixeira Santos. Poder Legislativo. Caixa 07, Maço 01.

personalidades, figuravam os nomes de Antônio Carlos Magalhães e Luiz Viana Filho, políticos de reconhecido prestígio nas rodas da política baiana. O primeiro ocupava, naquele contexto, o maior cargo na esfera do poder estadual e o segundo já havia ocupado o mesmo posto. Governador e ex-governador eram personalidades que deveriam, no julgamento da Casa Legislativa, receber o título que tinha, simbolicamente, um indiscutível valor.<sup>303</sup>

Ao que parece, a hostilidade que separava o prefeito municipal de Jacobina do então governador do Estado não inviabilizava as ações do corpo legislativo. Oferecer um título de cidadão significava reconhecer, por exemplo, os feitos daquela pessoa em benefício da cidade concessora. Se não havia, ainda, registro de benfeitorias talvez fosse apenas uma questão de tempo. O jogo político também costuma se movimentar nesse universo das simbologias. Naquela mesma sessão, um ofício do Poder Executivo solicitando “autorização para doar uma área de terreno ao I.N.P.S” foi sancionado, sem maiores discussões pelos vereadores. Esse foi um tipo de pedido recorrente e apresentava preocupações muito claras com o estabelecimento de órgãos, fossem estaduais ou federais, na cidade de Jacobina.<sup>304</sup>

Outro assunto bastante recorrente nas sessões da Câmara Municipal dizia respeito às ruas da cidade. Pedidos de “melhoramentos” indicam algumas precariedades nas principais artérias da cidade, quase todas sem calçamento. Um cenário que não condizia, em absoluto, com uma cidade que se pretendia progressista e “moderna”. Também o setor de comunicações teve fórum privilegiado entre o corpo político que discutia e decidia sobre a utilização de verbas públicas na cidade. Pedidos para abertura de Agência Postal nos distritos geralmente ancoravam-se em justificativas muito parecidas como aquela apresentada pelo vereador Argemiro Côelho da Silva na sessão ordinária de 24 de abril de 1972. Em suas palavras, segundo consta, teria solicitado ao prefeito municipal a “criação de uma Agência Postal em Várzea Nova” e, por motivos que “desconhece” seu pedido, até aquela data, não havia sido atendido. Parecia inconcebível essa postura do prefeito em desconsiderar o seu pleito afinal, “Várzea Nova, com mais de quatro mil habitantes, um comércio movimentado, uma grande agricultura, necessita com urgência da criação de Agência Postal para que possa bem servir aos que ali residem”.<sup>305</sup>

---

<sup>303</sup> Câmara Municipal de Jacobina. *Ata da Sessão Ordinária realizada em 27 de abril de 1971*. Poder Legislativo. Caixa 119, Maço 01.

<sup>304</sup> Idem.

<sup>305</sup> Idem, *Ibidem*.

Na sessão, três dos sete vereadores presentes se solidarizaram com o discurso do colega e decidiram formar “uma comissão para irem ao Sr. Prefeito, cobrar deste o que tinha solicitado”. A preocupação dos vereadores em amparar e apoiar projetos como aquele, prevendo a instalação de uma Agência Postal, ganhava sentido em uma diretriz maior que vinha da esfera federal. Um Brasil integrado, territorialmente bem definido, com fronteiras demarcadas, identificadas e protegidas de possíveis ameaças significava, na prática, um país onde as partes se comunicassem com o todo. Um posto do correio cumpria, mesmo que precariamente à vista dos olhos de hoje, este papel. Significava oferecer àqueles quatro mil habitantes, que o vereador fez questão de frisar, um endereço, uma referência. Comunicação era sinônimo de integração e engrossava o coro de um país que apostava no crescimento acelerado.

Também através das sessões é possível acompanhar as moções de pesar que geralmente referenciavam figuras distintas e importantes daquela sociedade. Em agosto de 1972 os vereadores tinham motivos de sobra para lamentar com “profundo pesar” pelo falecimento de Gustavo Souza que ocupava na Casa o posto de 2º secretário. Relembrado pelos colegas como “um homem de iniciativas particulares” teria concorrido “grandemente para o desenvolvimento da cidade, chegando a construir aqui, mais de duas dezenas de casas”. Na qualidade de homem público e ex-prefeito municipal, Gustavo Souza teria feito “uma boa administração quando se viu pela primeira vez um paralelo assentado nas ruas da Cidade, o que significou **o marco do nosso progresso**”.<sup>306</sup>

Associar um paralelo, feito de cimento e usado para calçar ruas, como símbolo de um progresso é sintomático da leitura que aqueles homens atribuíam aos diferentes significados de progresso. Em ruas de chão de terra batido, empoeirado e avermelhado o cimento, a intervenção humana e a possibilidade em estabelecer quadros comparativos poderiam significar o progresso. O sentido de progresso sempre esteve associado a qualquer alteração que empunhasse a bandeira do novo, da mudança. Onde houvesse a possibilidade de notar a diferença que vinha, quase sempre, embalada no discurso da transformação, o progresso ganhava sentido e criava significados diversos.

Políticos foram habilidosos e grandes conhecedores/construtores destes caminhos. Enunciavam e anunciavam o progresso quando se referiam às obras ou mesmo ações por

---

<sup>306</sup> Câmara Municipal de Jacobina. *Ata da 2ª Sessão Extraordinária realizada em 22 de agosto de 1972*. Poder Legislativo. Caixa 119, Maço 01. [Grifo nosso]

menores que fossem. A palavra tem uma conotação política que foi historicamente construída e socialmente difundida. Esse é o seu sentido mais presente e marcante em se tratando da política brasileira, especialmente naqueles anos em que o progresso norteava as práticas de um governo militar que difundia, na mesma velocidade dos meios de comunicação, a ideia/noção de progresso.

A pauta das reuniões que aconteciam na Câmara Municipal de Jacobina acessava o Brasil e as notícias que corriam nos centros do país. A morte do General Olímpio Mourão Filho, lembrada através de uma “moção de pesar do edil Almir Lopes de Souza, subscrita por mais de nove vereadores” por ocasião do seu “passamento”, exemplifica essa conexão e evidencia, de forma nuançada, as preocupações dos vereadores quando elegiam quais temáticas deveriam compor a mesa dos trabalhos. Assuntos que seguiam, com certa frequência, esse jogo de escalas, pois abordavam questões mais amplas que diziam respeito ao país e estavam, portanto, inscritas a essa esfera macro e temas circunscritos que podemos chamar de micro considerando, nesse caso, a sua relação com a cidade e o seu entorno.<sup>307</sup>

Dos temas específicos e, exatamente por isso, vinculados àquela realidade, os vereadores organizavam seus pleitos e dirigiam as suas indicações ao Presidente da Câmara, ao Prefeito Municipal e até mesmo ao Governador do Estado. Apresentando a indicação e justificando o pedido em textos curtos, diretos e convincentes, os vereadores procuravam evidenciar o quanto o atendimento daquele pleito beneficiaria a comunidade trazendo resultados positivos e concorrendo para o desenvolvimento do município. Palavras como desenvolvimento, progresso e melhoria foram recorrentes. Além delas, e talvez como forma de ver o seu pedido atendido com maior brevidade, os vereadores costumavam mencionar um fato que sensibilizaria, em particular, o prefeito municipal. Segundo consta em várias justificativas “o descaso das administrações passadas”, o “maior desprezo pelas administrações anteriores” eram os grandes responsáveis pelos problemas que travavam o pleno desenvolvimento da cidade de Jacobina e dos seus distritos e povoados. Essa era uma carta na manga, habilidosamente utilizada.<sup>308</sup>

O caso da estrada ligando a cidade de Jacobina a Morro do Chapéu ilustra bem esse uso. A indicação partiu do vereador Ariobaldo Figueiredo de Oliveira que, muito certamente,

---

<sup>307</sup> Câmara Municipal de Jacobina. *Ata da 14ª Sessão Ordinária realizada em 29 de maio de 1972*. Poder Legislativo. Caixa 119, Maço 01.

<sup>308</sup> *Pedido de Indicação nº 03/71*, do Vereador Rinaldo de Souza Magalhães, encaminhado ao Presidente da Câmara em 15 de abril de 1971. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Grupo: Indicação. Datas-limite: 1971-1979. Caixa 146, Maço 01.

não desconhecia o passado político da cidade e tão pouco a dissidência entre o prefeito e o deputado Chico Rocha. Requerendo a “reforma da estrada que liga o povoado de Lages à Fazenda Saco, via Poço Comprido, Alagadiço Raso, Xororó e Riacho” o vereador não hesitou em afirmar o desprezo e pouco caso dos governos anteriores para com a região. E não se tratava, apenas de mais uma região qualquer, digamos assim. Referia-se, especificamente, àquela “por onde se transporta todos os produtos, **que tanto reflete na economia do nosso município**”. Nesse caso, não bastava o tom de denúncia e o abandono, herança dos governos anteriores. Era preciso apresentar e destacar as potencialidades do objeto do requerimento.<sup>309</sup>

Fossem estradas, construções, instalações, pontes, prédios escolares, serviços de água ou energia elétrica, assinado por um ou por mais vereadores que subscreviam a petição do colega, o sentido que movia os “homens bons” era a busca pelo desenvolvimento da cidade associado, quase sempre, ao atendimento desses pedidos. Um tipo de melhoramento com impacto na vida das pessoas, se considerarmos, por exemplo, que os vereadores eram observadores privilegiados do cotidiano, interlocutores que faziam a ponte entre o povo e as instâncias de poder e, provavelmente, recebiam apelos dos moradores na informalidade das conversas e nas promessas firmadas durante a campanha eleitoral, que ganhavam materialidade nos diversos abaixo-assinados.

Foi com esse intuito que oito homens, todos “residentes na Vila de Várzea Nova, Município de Jacobina”, redigiram um documento datado de 26 de maio de 1971 requerendo do Poder Executivo, na pessoa do prefeito, a construção de um “CURRAL para Matadouro nesta Vila, que venha satisfazer a necessidade uma vez que não temos como prender o gado com segurança”. Eram todos comerciantes que sobreviviam da venda de carne nos mercados e feiras da vila. Uma atividade muito comum na região, a pequena pecuária abastecia o mercado interno e necessitava desse tipo de “auxílio” do poder público. Outros temas também foram objeto dos inúmeros abaixo-assinados produzidos no período em que Fernando Daltro esteve à frente do Poder Executivo. Reivindicações que partiam das questões do cotidiano, das necessidades daquela população que transferia, para as instâncias de poder local, os seus problemas mais urgentes em busca de soluções.<sup>310</sup>

---

<sup>309</sup> *Pedido de Indicação nº 13/71*, do Vereador Ariobaldo Figueiredo de Oliveira, encaminhado ao Presidente da Câmara em 12 de abril de 1971. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Grupo: Indicação. Datas-limite: 1971-1979. Caixa 146, Maço 01. [Grifo nosso]

<sup>310</sup> *Pedido de Indicação* do Vereador Ariobaldo Figueiredo de Oliveira, encaminhado ao Presidente da Câmara em 27 de maio de 1971. O pedido apresenta, em anexo, o abaixo-assinado dos açougueiros. Arquivo Público

Em um contexto de recessão, repressão e cerceamento das liberdades individuais, sobretudo daquelas que propagavam ideias políticas consideradas nocivas e “subversivas”, uma parcela da população de Jacobina reivindicava e construía, nesse movimento, a sua cidadania ao reconhecerem no poder público um lugar onde as questões poderiam desaguar e encontrar saídas que resolvessem, na vida prática daquelas pessoas, suas maiores necessidades. Não deixamos de reconhecer o senso de sobrevivência pautando e orientando essas reivindicações. Talvez até fosse mesmo o elemento mais forte e definidor desses pedidos. Mais era mesmo o corpo legislativo, representado pelos vereadores, na maioria dos casos, o porta-voz das reivindicações ou mesmo reclames. Funcionavam como pontes que conectavam a população e as suas diferentes pautas ao Prefeito municipal.

Escolas, calçamentos, pavimentação, barragens, postos telefônicos, médicos, entre outros, costumavam orientar as indicações dos vereadores. O ponto de partida de qualquer uma delas era a realidade da cidade e as prioridades que passavam pelo crivo daqueles que elegiam as prioridades no atendimento. Mesmo passando por um filtro, uma espécie de seleção sobre quais bairros, distritos ou mesmo locais deveriam ser atendidos em detrimento de outros que, muito certamente, sequer foram lembrados, tão pouco citados, as indicações refletiam, ainda que parcialmente, as necessidades do município e apontavam, bem de perto, as questões que ocuparam a agenda do governo de Fernando Daltro. Nesse caso, os projetos que anunciavam mudanças na estrutura da cidade e que a colocariam, finalmente, na rota do progresso tiveram que esperar. Talvez por isso, a construção de escolas, o calçamento de ruas, a iluminação das praças e a instalação de postos telefônicos carregassem o sentido de progresso. Pelo menos era em nome dele que os vereadores pautavam as suas solicitações.

As inúmeras Atas, documentos oficiais produzidos pelas sessões na Câmara, revelam que os projetos apresentados pelo Poder Executivo eram, sem maiores questionamentos ou empecilhos, aprovados pelo corpo Legislativo. Fernando Daltro, como já havíamos mencionado, administrou a cidade de Jacobina sem precisar enfrentar uma oposição aberta, declarada. Se considerarmos, por exemplo, que a maioria dos treze vereadores pertenciam à sublegenda da Arena 2 não há nenhuma surpresa. O que chama atenção, nesse caso, é que a presença de representantes da Arena 1, portanto ligados, politicamente, ao deputado Chico Rocha não se configurou, em nenhum momento, como um problema para as ações do prefeito

municipal. Esse clima amistoso, harmônico, pode revelar, talvez, uma sobrevida da chamada “política de acomodação” tão característica da forma de conduzir as relações dentro desse jogo que exige dos seus participantes cautela e posturas menos hostis.<sup>311</sup>

Ao menos foi recriando essa atmosfera amistosa, sem maiores conflitos que o presidente Ubaldino Mesquita Passos, já em clima de despedida, relembrou a condução dos trabalhos na Assembleia Legislativa. Em sua declaração constava que “jamais Jacobina terá uma Câmara como esta que, aqui se encontra, **onde todos os Edís, votaram sempre pela aprovação de todas as proposições**”. Talvez haja um tanto de exagero na sua avaliação e a atmosfera daquele mês de novembro de 1972, quando já se conhecia o novo prefeito da cidade, o farmacêutico Gilberto Miranda, também Carcará e, portanto, candidato escolhido pelo seu antecessor, tenha favorecido a construção de uma imagem coesa, unida e livre de qualquer conflito.<sup>312</sup>

Não faltaram elogios, um rosário destes, para o governo de Fernando Daltro que sairia da prefeitura municipal para alçar voos ainda mais altos e verticais como aquele que lhe conduziria para a política estadual baiana na condição de deputado estadual. Elogios e avaliações positivas costumam esconder outras facetas. Quase sempre omitem os fracassos, as possíveis irregularidades e atitudes nem sempre tão acertadas. Sobre esse outro lado e as práticas de um prefeito que perseguiu, demitiu e recusou, em juízo, reconhecer os direitos trabalhistas de alguns funcionários da prefeitura trataremos mais adiante. O que fica claro é que essas não eram as preocupações dos vereadores quando, em uma das últimas sessões da Câmara, a gestão municipal foi o ponto de partida para apresentar imagens de uma cidade ordeira, progressista e em pleno processo de desenvolvimento.

Nem mesmo a terrível seca que assolou a região nos primeiros dois anos da década de 1970 e que perdurou, em períodos cíclicos, até meados dos anos 80 do século passado foi suficiente para barrar moções elogiosas e carregadas de vivas à administração do prefeito. “Tempo de sêca” foi o título de uma nota curta, mas bastante esclarecedora sobre os problemas que envolviam, mais de perto, a cidade de Jacobina. A situação identificada como “afilitiva” estaria atingindo a sede do município e provocando “colapso no abastecimento d’água”. Nem mesmo a SUDENE, órgão criado em 1959 durante o governo

---

<sup>311</sup> SAMPAIO, Consuelo Novaes. *Poder e representação - O legislativo na Bahia na Segunda República (1930-1937)*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

<sup>312</sup> Câmara Municipal de Jacobina. *Ata da 15ª Sessão do 2º Período Ordinário realizada em 30 de novembro de 1972*. Poder Legislativo. Caixa 119, Maço 01. [Grifo nosso]

desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que tinha como diretriz orientadora resolver os históricos problemas da região Nordeste e reverter o desnível entre as regiões atendendo ao projeto de integração e crescimento do Brasil proposto pelo governo militar, conseguia com “os caminhões oferecidos” oferecer melhoras reais na vida daquela população. O tom apelativo tinha suas razões. Era preciso que o governador do Estado tomasse conhecimento e dessa forma encaminhasse “recursos para Jacobina que vive momentos dramáticos em face da longa estiagem”.<sup>313</sup>

O Jornal *A Tarde* também ofereceu destaque à seca e os desdobramentos da longa estiagem na cidade de Jacobina. Com a chamada em caixa alta, na página oito, publicada no dia 5 de fevereiro de 1971 a notícia falava da “Maior dos últimos dez anos” a seca que assolava a cidade de Jacobina. A matéria ocupou duas colunas e narrava situações de desespero ocasionadas pela falta de água. Invasão de propriedades, conflitos, safra quase perdida, ruas cheias de flagelados e todos os desdobramentos, facilmente previsíveis, que situações como essa costumam revelar. Carregando as tintas da dramaticidade, uma característica comum às mídias que tratam do tema da seca, o impresso oferecia destaque para uma circunstância ainda mais preocupante. Tudo parecia menor ou menos importante diante de uma situação em que:

Como exemplo da situação reinante neste Município, há o caso da localidade de “Paraíso” onde a água faltou e resta, apenas, lama aos seus habitantes. Como nas proximidades do lugar existem algumas propriedades cujas aguadas e tanques ainda retêm certa quantidade do líquido, o povo passou a invadi-las. Seus proprietários reagem e daí surgem grandes conflitos.<sup>314</sup>

O enfrentamento de problemas como esse exigia a busca por verbas e apoio junto aos órgãos estaduais e federais. E pode, ainda, ter afastado os projetos que atendiam à proposta de colocar a cidade de Jacobina na rota do tão sonhado progresso. A agenda do Poder Executivo precisava atender questões mais práticas e garantir à população as mínimas condições de sobrevivência. Era a realidade batendo à porta e impondo a sua dinâmica. Idealizações, projetos e sonhos precisariam esperar. O próprio Fernando Daltro, na mensagem encaminhada à Câmara de Vereadores em 31 de março de 1972 que mais parece um relatório das atividades, reconheceu o quanto havia de utópico nas suas promessas de campanha. E desfez,

---

<sup>313</sup> Recorte de Jornal encontrado no Caderno de Tombo I *O início de uma história: Fernando e Edna: (política)* Acervo da família Daltro. Sem data, nem especificação do jornal.

<sup>314</sup> *Jornal A Tarde*, 5 de fevereiro de 1971. (*Maior dos últimos dez anos a seca que assola Jacobina*). p. 8.

de alguma forma, os compromissos firmados, reforçando uma imagem que costuma caracterizar, de um modo geral, os políticos no Brasil:

No início, sem pleno conhecimento de causa, divaguei um pouco, cheio de sonhos, de realizações mirabolantes; como acontece a todos aqueles que muito desejam realizar sem a consciência exata de suas possibilidades. Elaborei um plano formidável, apresentado à Câmara de Vereadores, a Sua Exa. o Governador do Estado e a maioria do seu secretariado.<sup>315</sup>

Admitiu, sem atingir, evidentemente, a sua imagem de homem público e comprometido com a cidade que administrava, a incapacidade em realizar os planos “mirabolantes” que tinha em mente quando assumiu a cadeira do Poder Executivo em 1971. O plano de governo teria esbarrado nos dois anos do mandato, muito curto, se considerarmos, por exemplo, que o cargo normalmente é ocupado durante quatro anos, no problema da seca e na emergência para saná-lo. E foi a imagem de um agricultor “a quem se deu enorme tarefa e no fim da jornada, com o suor do rosto, as mãos calejadas, mas limpas e honestas” que o prefeito se apresentou à Câmara Municipal na mensagem enviada. O tipo escolhido para compor a sua imagem e, conseqüentemente, servir de metáfora para as suas ações foi o homem do campo, aquele que lida diariamente com a terra, labora e retira dela a sua sobrevivência.<sup>316</sup>

Falando em “frutos colhidos” para identificar a prestação de contas, Fernando Daltro mencionou, ainda, o “respeito ao adversário” como uma das suas posturas e rememorou o sofrimento e a “tanta luta” que o conduziram à cadeira do Executivo. O “poder medieval” a que faz referência sem citar nomes, diz respeito a uma única pessoa: o deputado Chico Rocha e foi, muito certamente, em nome dessa inimizade, que jamais se converteria em amizade, pois o deputado morreu em 1974, dois anos depois do final do seu governo, que o prefeito agiu quando resolveu demitir alguns funcionários da prefeitura.

A imagem de pacifista, cordial e respeitador, adjetivos que o próprio Fernando Daltro fez questão em construir e alimentar ao longo da sua campanha e depois no seu governo com ressonância na imprensa estadual através das inúmeras matérias que reproduziam, com fidelidade, esse perfil cede lugar para uma outra. No palco da justiça trabalhista e criminal

---

<sup>315</sup> *Mensagem* do Prefeito Municipal de Jacobina Dr. Fernando Mário Pires Daltro à Câmara de Vereadores em 31 de março de 1972. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Poder Legislativo. Grupo: *Mensagem*. Caixa 60, Maço 31. Fls. 3.

<sup>316</sup> *Mensagem* do Prefeito Municipal de Jacobina Dr. Fernando Mário Pires Daltro à Câmara de Vereadores em 31 de março de 1972. Fl.3.

essa imagem, na verdade, se diluiu rapidamente. Os trabalhadores demitidos pelo então prefeito municipal foram os grandes responsáveis por esse novo enquadramento. Eventos que nos interessam, em particular, porque ajudam a desconstruir ou pelo menos relativizar a imagem de Fernando Daltro como um homem que representou, do ponto de vista político, “um divisor de águas” na história da cidade.

Essa expressão, lembrada em depoimento pelo Pastor presbiteriano Edmundo Isidoro dos Santos, Secretário geral da prefeitura na gestão de Fernando Daltro resume o sentido da mudança nos ventos que sopravam na política local quando da sua vitória. Não por acaso, desde meados dos anos 80 do século passado, o presbítero empresta o seu nome ao Centro Cultural da cidade inaugurado por Carlos Daltro. Foi um homem da inteira confiança desses políticos e honrou um compromisso simbólico, inscrito ao campo da memória e da própria história quando afirmou ter sido a vitória de 1970 um grande fato e, mais do isso, um referencial para cidade.

As vozes descontentes, polifônicas e carregadas de indignação desmentem ou pelo menos contestam esse sentido de mudança. Trabalhadores pobres, uma gente simples que também se beneficiou com a política local nos esquemas de indicação para postos de trabalho foram alvos, relativamente fáceis, de uma decisão tomada pelo prefeito Fernando Daltro tão logo assumiu o posto.

#### **4.3 “Vítimas políticas, pobres paes de família”: os casos na Justiça**

O não pagamento de uma dívida era o que alegava o pedreiro Sebastião Freire no documento encaminhado ao Juiz de Direito da Vara Crime da Cidade de Jacobina. Mas não estava sozinho. Eram muitos os demitidos, desempregados e sem uma fonte de renda que garantisse as mínimas condições de sobrevivência. Foram eles, homens e também mulheres, que inscreveram outra história bem diferente daquela lembrada pelo pastor em sua narrativa. Acusações, provas, testemunhas, argumentos, respaldo legal, leis trabalhistas, denúncias, descaso e espera, longos anos de espera, compõem este capítulo da gestão municipal. Uma parte da história que, infelizmente, foi sufocada pelas pilhas e pilhas de processos que tramitaram na Comarca de Jacobina. Escamoteada porque não interessava a sua divulgação. Sufocada e quase esquecida nos corredores do tempo. Vozes que ressoam nos papéis amarelados, frágeis e cheirando a passado. Um passado que interessava ser esquecido.

A coragem, a força e persistência desses sujeitos em lutarem por direitos trabalhistas, em uma cidade dominada por esquemas de favorecimento e proteção a uma elite, impressionam. Gente que passou a vida, ou pelo menos boa parte dela, envolvida com política. Gente da confiança ou indicada por alguém próximo ao deputado Chico Rocha. Gente que trabalhava na prefeitura por dezessete anos como foi o caso do pedreiro Manoel Freire da Silva. Gente simples, pobre. Gente batalhadora.

São esses casos que relativizam o sentido da mudança, representado pela vitória de Fernando Daltro. Por isso, o divisor da águas, o anúncio de novos tempos que, afinal, teriam determinado o fim da hegemonia de Chico Rocha enquanto liderança política respeitada e consagrada no universo local referia-se, especificamente, ao sucesso na campanha de 1970 e a uma alteração no domínio político que vinha se processando há quase meio século. Uma alteração também questionável se levarmos em conta, por exemplo, que Fernando Daltro era primo de Chico Rocha e, portanto, fazia parte da parentela. Essa construção ancorou-se, fragilmente, em um sentido de mudança propagado e difundido, mas esvaziado de sentido quando observamos, com mais atenção, o governo municipal, o contexto e os envolvidos no processo.

Os eventos na justiça ajudam a confirmar, por exemplo, que as práticas e posturas políticas entre os grupos em pouco diferiam. Pautavam-se na perseguição aos adversários, no sentimento revanchista e na adoção de medidas punitivas e pouco amigáveis. Bem ao estilo da velha forma de fazer a política funcionar, o governo da “mudança”, aquele que teria derrubado um dos últimos “focos do coronelismo na Bahia”, agiu em nome de uma política igualmente autoritária e pouco afeita ao diálogo. Falava do lugar dos poderosos, letrados, de um grupo restrito e que representava os interesses de uma elite sempre ávida por espaço, poder e reconhecimento.<sup>317</sup>

Pelo menos dezoito pessoas foram diretamente prejudicadas quando Fernando Daltro assumiu a prefeitura. Dezoito famílias que dependiam do emprego que perderam com a decisão do prefeito em demitir alguns funcionários do quadro municipal. Todas elas registraram o incidente na Vara Cível da Comarca de Jacobina, mas os processos, misteriosamente, sumiram. Os poucos que foram encontrados também correram na Vara Crime e, talvez por isso, não tenham desaparecido. Classificados pela justiça do trabalho como *Reclamação trabalhista*, os autos recriam cenários bem diferentes daqueles da

---

<sup>317</sup> *Jornal da Bahia*, dezembro de 1970. (*Paz em Jacobina*). Sem a identificação da página.

campanha e do governo. Revelam, por assim dizer, os ranços de uma política caprichosa e mesquinha para usar os termos que constam na denúncia do “operário” Sebastião Freire de Souza.<sup>318</sup>

Os trabalhadores recorreram à justiça não apenas pela demissão. Por certo, o que ligava esses homens ao emprego, o tipo de vínculo empregatício era o contrato, pois não havia concurso público para ingressar na carreira do funcionalismo público municipal. A demissão veio acompanhada do não pagamento das indenizações que estes indivíduos haviam conquistado por trabalharem há muitos anos na prefeitura. Era esse o direito que movia as ações. Requeriam, em juízo, o recebimento, em espécie, pelo tempo trabalhado. E apresentaram as razões que, segundo eles, teriam provocado as “despedidas em massa”. Os motivos não poderiam ser outros senão aqueles de ordem política.

O movimento político local, as rivalidades, inimizades e diferenças foram ingredientes indispensáveis nesta receita. O quadro funcional da prefeitura contava com funcionários ligados, politicamente, aos governos anteriores que, por sua vez, possuíam uma relação direta com Chico Rocha. O ataque ao adversário, ainda que indireto, ganhava sentido não apenas nas demissões, mas na recusa em pagar os direitos trabalhistas. Em alguns casos, como o de Manoel Freire da Silva, falecido em 1973 sem receber a sua indenização, identificamos a morosidade da justiça somada às constantes humilhações e dificuldades pelas quais esse trabalhador passou. Tratava-se de homens e também mulheres que se dedicavam a atividades pouco qualificadas e com remuneração baixa. Eram pedreiros, empregados nos serviços de “calçamento, obras” que tiravam do esforço diário e muitas vezes penoso, o sustento das suas famílias. Pessoas que em 1971 estavam desempregadas e não tinham tantas opções no mercado de trabalho.

O juiz Hélio Vicente Lanza, responsável àquela época pela Vara Crime, demonstrou sensibilidade no caso e ordenou o pagamento da dívida trabalhista. O prazo de “48 horas, sob pena de penhora” dava a entender que o processo caminharia a passos largos. Ledo engano. Os cientes do prefeito Fernando Daltro datados em resposta aos mandatos expedidos pelo juiz não se converteram em garantia de pagamento. Conhecedor das leis, bacharel em Direito,

---

<sup>318</sup> Autos do Processo de *Notcia Criminis* movido por Sebastião Freire contra o prefeito municipal Fernando Daltro, autuado na Comarca de Jacobina, em 04 de dezembro de 1972. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 2.

homem influente, prefeito da cidade e outros tantos lugares que ocupava naquela sociedade lhe autorizavam, de alguma forma, a agir sem pressa e com amparo legal.<sup>319</sup>

Com a morte de Manoel Freire, seus filhos precisaram tomar a frente da ação e constituíram João Maximiano dos Santos como advogado para representá-los. Uma escolha que nem de longe era aleatória. Se a questão, o pano de fundo que movia o processo, era política os herdeiros também optaram por esse caminho. O empenho, a dedicação e a agilidade que tentou emprestar ao caso se explicam, facilmente, na inimizade entre os dois advogados. No entanto, nem mesmo essa postura de interesse foi capaz de vencer as instâncias altamente burocratizadas e lentas de uma justiça pouquíssimo preocupada em resolver a questão. E não foi apenas com Manoel Freire que aconteceu desta forma.

Outros trabalhadores também sofreram penalidades duplas. A de um prefeito que demitiu sem justa causa e agiu de forma a prejudicar o andamento da ação ou mesmo praticou o descumprimento do que estava estabelecido em lei e, por outro lado, de um corpo judiciário repleto de vícios. O senso de equidade e transparência muitas vezes se perdia. Imperava os esquemas que costumam favorecer, quase sempre, aos poderosos. Essa gente simples, pouco instruída e necessitada identificou a justiça e, talvez, não tivesse mesmo outra opção, como lugar para resolver questões atravessadas por sentidos políticos. Magistrados foram convocados a arbitrar os conflitos daquela sociedade com questões que passavam, necessariamente, pela dinâmica política local.

Os advogados souberam aproveitar a situação de forma a sensibilizar e convencer os juízes sobre a legitimidade das ações que corriam na justiça. Edinaldo Lima de Cerqueira, causídico e representante legal de alguns trabalhadores, no documento encaminhado a Promotoria Pública em 24 de maio de 1972, apresentou argumentos fortes nesse sentido. Para ele, seus clientes haviam sido “vítimas políticas” e não passavam de “pobres paes de família” que ingressavam na justiça para garantirem o cumprimento da lei. Do outro lado, representando a parte reclamada, estava o “atual prefeito homem de posição social privilegiada e de prestígio”. Propondo essa divisão, muito clara, entre as partes, o advogado exigia o cumprimento do pagamento estabelecido pelo Tribunal Regional do Trabalho que equivalia a importância de “Cr\$ 624,00, referentes a Aviso prévio, férias, 13º salário, indenização por tempo de serviço” direitos garantidos pela CLT, uma das criações do governo

---

<sup>319</sup> Autos do Processo de *Representação* movido por Manoel Freire da Silva contra o prefeito municipal Fernando Daltro, autuado na Comarca de Jacobina, em 26 de dezembro de 1972. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 6.

Vargas, que àquela altura estavam consolidados, mas não exatamente por isso em pleno funcionamento.<sup>320</sup>

Mesmo falando em dezenas de trabalhadores demitidos, o advogado representava, naquele processo, a “Srta. Iridan Pereira Araújo” demitida com a leva de outros trabalhadores em fevereiro de 1971. Denúncias graves, do ponto de vista jurídico, recaíam sobre o prefeito. Não pagamento, não cumprimento da determinação do tribunal e retenção de documento público para protelar ao máximo o andamento do processo eram algumas das tantas acusações. Infrações que o Ministério Público, na pessoa do promotor Wellington Pontes, precisava tomar conhecimento e agir com pressa. Para Edinaldo Lima, “além de não pagar, de não cumprir a decisão do TRT, nem alegar quaisquer motivos, **o Prefeito ficara com o processo em mãos quase que por 30 dias – um mês**”.<sup>321</sup>

Uma postura condenável e passível de punição enquadrada nos termos do Decreto-Lei 201 de 27 de fevereiro de 1967 que estabelecia, no seu artigo primeiro: “São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara de Vereadores”. A tentativa do advogado era clara: responsabilizar, criminalmente, Fernando Daltro. Sem maiores surpresas, o processo apresenta algumas lacunas que podem ser explicadas em um despacho do juiz onde se lê: “Defiro. Extraíam-se as cópias para os fins requeridos”. Como esses processos correram em duas Varas, na criminal e na cível, é bem provável que partes importantes dos autos tenham sido encaminhadas para Vara Cível. E são justamente esses processos que sumiram do arquivo da 1ª Vara na Comarca de Jacobina.<sup>322</sup>

O pedreiro Sebastião Freire também registrou na justiça a sua demissão. Assim como Manoel e Iridan, o trabalhador quis reaver direitos que acreditava ter pedido quando foi posto para fora do quadro de funcionários onde trabalhava desde 1962 quando o prefeito da cidade era o médico Florivaldo Barberino, homem indicado ao posto por Chico Rocha, tio da sua esposa. Certamente mantinha relações de proximidade com o grupo político capitaneado pelo deputado e o contrato de trabalho pode ter sido fruto da promessa de voto ou mesmo da intervenção de algum conhecido em seu favor.

---

<sup>320</sup> Autos do Processo de *Representação* movido pelo Bel. Edinaldo Lima de Cerqueira contra o prefeito municipal Fernando Daltro, autuado na Comarca de Jacobina, em 2 de junho de 1972. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 4.

<sup>321</sup> Idem. Fls. 5. [Grifo nosso]

<sup>322</sup> Idem. Fls. 12.

A representação impetrada na justiça também responsabilizava, criminalmente, o prefeito em exercício naquele mês de dezembro de 1972. Novamente, no governo da mudança, as promessas de não perseguição aos adversários caíram nos corredores do esquecimento. As argumentações do pedreiro não diferiam muito daquelas levantadas pelos outros funcionários demitidos, mas foram mais explícitas e, exatamente por essa razão, mais agressivas. Sustentavam, por exemplo, que as demissões atendiam, única e exclusivamente a “mesquinhez e capricho político” do gestor que não efetuava o pagamento, segundo consta, ainda nas alegações iniciais, por “méro capricho”. De forma declarada, combativa e sem deixar espaço para qualquer dúvida, o pedreiro Sebastião Freire fazia ecoar sua voz descontente e indignada. Não era apenas ele, mas dezenas de outros homens e mulheres que haviam perdido o seu emprego. E a política pode ser identificada como o ingrediente que conectava todas as partes envolvidas.<sup>323</sup>

As mesmas denúncias, apresentadas pelos trabalhadores já citados, também aparecem no texto de três laudas, datilografado e assinado por Sebastião Freire de Sousa. A julgar pela assinatura, garranchada e pouco legível, intuímos que o pedreiro demitido tenha frequentado poucos anos da escola. As exigências da vida prática e o senso de sobrevivência devem ter tratado, rapidamente, de inseri-lo no mundo do trabalho. Primeiro ajudando os pais e, por isso, afastando-se dos bancos escolares. Essa era uma realidade muito comum nas cidades do interior da Bahia, em particular àquelas que ofereciam poucas opções de crescimento/ascensão para as famílias mais pobres.

Os ensinamentos perdidos na educação formal não impediam a aprendizagem que a experiência da vida prática costuma ensinar. Sebastião Freire sabia, por exemplo, que a demora na resolução do seu caso ou mesmo a sua demissão estava ancorada em questões de fórum político e, certamente por essa razão e não outra qualquer, encontramos na lista das testemunhas arroladas os médicos José Pires Veloso e Celso Reinaldo Ramos, homens que mantinham relações de parentesco e amizade com o deputado Chico Rocha. Seus depoimentos, em juízo, cumpririam uma participação eminentemente política propondo, através das suas falas, o quanto havia de arbitrário na postura do prefeito e o quanto o pedreiro era um homem honesto, trabalhador e responsável.

---

<sup>323</sup> Autos do Processo de *Notcia Criminis* movido por Sebastião Freire contra o prefeito municipal Fernando Daltro, autuado na Comarca de Jacobina, em 4 de dezembro de 1972. Acervo do Fórum Jorge Calmon, documento sem catalogação. Fls. 2.

A luta de Sebastião Freire arrastou-se por alguns anos. Fernando Daltro protelou, como pode, o pagamento das verbas indenizatórias. As penhoras previstas em lei não foram realizadas porque os bens sequer foram apresentados à justiça. Caminhar entre as brechas da lei e beneficiando-se do que elas proporcionam para um bom conhecedor foi o caminho escolhido pelo prefeito. Alegações como a do contador da justiça, Vivaldino Jacobina Vieira que justificava o atraso em função do “acúmulo de serviço” no cartório, evidenciam, por exemplo, que casos como o do pedreiro Sebastião Freire não eram prioridade. Gente simples, sem influência e desconhecida naquela sociedade enfrentava, na justiça, situações de lentidão e uma ausência, muito frequente, de equidade.<sup>324</sup>

Os inúmeros mandados de citação que constam neste e nos outros processos devem ter, em parte, alterado a rotina do prefeito. A chegada de um oficial e a apresentação de uma ordem judicial que previa a citação, ou seja, o conhecimento do que estava correndo na justiça podem não ter causado espanto, mas um certo desconforto diante da situação. Eram eles, os trabalhadores, uma dezena pelo menos, que balançavam as estruturas de um governo dito democrático e transformador. Relativizaram essa verdade que não passava de uma construção e inscreveram uma outra história. Enfraquecidos em sua luta, desiludidos sem conseguir receber os seus direitos, esses sujeitos, homens e mulheres com pouquíssimas opções de trânsito naquela sociedade, protagonizaram cenas de coragem e bravura que só foram possíveis porque a justiça, mesmo com todas as falhas aqui apresentadas, acolhia reivindicações desta natureza.

A prova que não deixa qualquer espaço para dúvidas, no caso do pedreiro Sebastião Freire, consta na primeira página do processo. O ano era 1974 e o prefeito o farmacêutico Gilberto Miranda, escolhido pelo seu antecessor para sucedê-lo. O juiz de direito, Wanderlin Barbosa, em ofício, informava que “os autos de representação contra essa Prefeitura, em que figura como representante Sebastião Freire de Souza” continuavam sem nenhuma resolução. A ausência da assinatura do magistrado e uma inscrição a lápis onde se lê “fazer outro” sugerem que, muito certamente, nunca tenha sido enviado ao seu destinatário. E Gilberto Miranda, por fazer parte do mesmo grupo, talvez adotasse uma postura bem parecida no tratamento dispensado ao caso.

Como não poderia ser diferente e, aliás, bastante previsível, Fernando Daltro se defendeu. Como homem público e advogado conhecia esse recurso e se antecipou talvez por

---

<sup>324</sup> Idem. Fls. 14.

prever os desdobramentos que as demissões em massa alcançariam. O espaço para sua defesa foi aberto na coluna de Robério Marcelo, no *Jornal da Bahia* em sua sessão *Jacobina em Notícias*. O colunista que, durante os dois anos de governo, cobriu, em notas pequenas, mas frequentes, a gestão do prefeito, oferecia destaque para o cenário político na cidade de Jacobina. E foi com o título *Demissão de Funcionários* que Fernando Daltro pode, afinal, apresentar a sua versão para os fatos.

Alegando que a sua decisão pautava-se, inicialmente, em uma atitude do ex-prefeito José Prado Alves que teria “no apagar das luzes da sua administração renovado centenas de contratos de servidores municipais”, procurou, muito claramente, torná-la legítima com amparo de uma comissão nomeada para “verificar a situação do funcionalismo municipal”. Sem revelar qualquer surpresa, as conclusões do grupo de trabalho indicavam, por exemplo, “a existência de vários servidores sem função, além de outros que recebiam dos cofres municipais sem prestar nenhum serviço”. O amparo do relatório, fruto do trabalho da referida comissão, e seu respaldo legal teriam possibilitado a atitude de “rescindir o contrato de mais de 50 servidores **a bem do serviço público municipal**.”<sup>325</sup>

Em uma nota que dividia espaço com outras três, Fernando Daltro publicava as suas razões, ao tempo em que legitimava qualquer desdobramento mais negativo de uma decisão acertada, coerente e em defesa do dinheiro público. Essa foi a base das suas argumentações. Opondo-se ao seu antecessor, qualificando a sua medida como arbitrária e pouco transparente o prefeito construía itinerários mais seguros e trafegava com mais desenvoltura nos primeiros meses do seu governo. Os processos que correram na Vara Cível e na Vara Criminal da Comarca de Jacobina dizem respeito a esses 50 servidores demitidos. Não mapeamos todas as ações mesmo porque, boa parte delas, como já dissemos, desapareceram. No entanto, os processos encontrados servem como mostra de uma medida que afetou, diretamente, várias famílias. Foi a política, o movimento que se servia dela, o grande desencadeador dos incidentes envolvendo o prefeito e os funcionários que prestavam serviço à prefeitura da cidade.

Sebastião Freire de Souza, José Freire de Souza, Manoel Freire de Souza, Graciliano Porfírio dos Santos, Manoel Leandro da Silva, Iridan Pereira Araújo, Ednalva de Jesus Lopes, Maria dos Santos, Nelário Felix dos Santos, Felix Gomes da Silva, Mariluce Oliveira Silva,

---

<sup>325</sup> *Jornal da Bahia*, 28 de fevereiro de 1971. (*Demissão de Funcionários*). Sem a identificação da página. [Grifo nosso]

Honorina Moreira dos Santos, Eneli Miranda Sampaio, Reinilde Gonçalves Moreira, Galdino Cezar Souza, Marcos Pereira da Silva, Eva Maria de Souza, Álvaro Pereira da Silva e Euvaldo Nunes de Miranda, são alguns dos trabalhadores que precisaram recorrer à justiça. Para eles, o governo de Fernando Daltro reproduzia, quase que fielmente, os mecanismos que engendravam a política no Estado. Perseguidos, tratados com indiferença e refêns de um esquema que privilegiava os mais fortes. Para essas pessoas e suas famílias, pensando de forma mais próxima, a gestão que prometia mudança na forma de conduzir a política e todos os mecanismos que constituem a arte de governar não passou de mais uma falácia, hoje tão comum aos políticos e as suas propostas que se perdem, muito rapidamente, quando assumem o cargo pleiteado.<sup>326</sup>

Uma política que não alterou os cenários de uma cidade com marcas do universo rural. As tentativas esbarravam-se, com certa frequência, nos hábitos e na forma já arraigada à vida daquelas pessoas. Uma administração que propôs uma melhoria dos serviços mais básicos e dialogou com as propostas que emanavam do poder central. Avançou e recuou. Adiantou o passo, para marchar rente à noção de progresso que orientava as decisões políticas macro, mas retrocedeu e fracassou quando não criou condições para melhorar a vida daquelas pessoas. Fábricas, empregos, progresso e transformação social foram palavras que se perderam no caminho desviando-se em meio às dificuldades práticas e, exatamente por isso, de caráter mais urgente, a exemplo da seca que o Estado enfrentou em períodos cíclicos castigando algumas regiões de forma mais ou menos intensa.

Os Carcarás que entoaram músicas, compuseram hinos, brigaram, defenderam e atacaram, sempre que anteviam situações ameaçadoras, experienciaram os dois anos do governo de Fernando Daltro e tão logo foram convocados, mais uma vez, para provarem, nas urnas, a sua lealdade. O pleito municipal de 1972, daquele final de ano, elegeu um candidato

---

<sup>326</sup> Livro de Registros da 1ª Vara Cível da Comarca de Jacobina. Termo de Abertura datado de 1º de novembro de 1961 pelo funcionário Alceu Lulo Freire. Estão registrados os processos que correram nessa Vara identificando a data, número de registro da ação e a página. Requerido: Prefeitura Municipal de Jacobina. Natureza do feito: Reclamação trabalhista. Figuram nesse livro os seguintes processos aqui listados pelo número de registro, parte autora, data e página. 5415, Sebastião Freire de Souza em 23.03.1971 p. 94; 5429, José Freire de Souza, 14.04.1971 p. 95; 5425, Graciliano Porfírio dos Santos, 05.04.1971 p. 95; 5437, Manoel Leandro da Silva, 22.04.1971 p. 95; 5454, Ednalva de Jesus Lopes, 19.05.1971 p. 96; 5433, Maria dos Santos, 20.04.1971 p. 95; 5414, Nelcírrio Felix dos Santos, 23.03.1971 p. 94; 5416, Felix Gomes da Silva, 23.03.1971 p. 94; 5397, Mariluce Oliveira Silva, 08.03.1971 p. 93; 5398, Honorina Moreira dos Santos, 08.03.1971 p. 93; 5399, Eneli Miranda Sampaio, 08.03.1971 p. 93; 5400, Euvaldo Nunes de Miranda, 08.03.1971 p. 93; 5401, Reinilde Gonçalves Moreira, 08.03.1971 p. 93; 5402, Galdino Cezar Souza, 08.03.1971 p. 93; 5408, Marcos Pereira da Silva, 23.03.1971 p. 93; 5409, Eva Maria de Souza, 23.03.1971 p. 93; 5410, Álvaro Ferreira da Silva, 23.03.1971 p. 94.

indicado pela mais nova liderança política local. Sim. Depois da passagem pelo governo municipal, Fernando Daltro havia, de fato, costurado as bordas do seu projeto político e amarrado de forma mais consistente as bases que lhe permitiram alçar voos mais amplos, verticais. Na condição de deputado estadual, seguiu os mesmos itinerários do seu inimigo Chico Rocha. Estabeleceu relações de amizade que lhe abriram portas e possibilitaram trânsito nos cenários políticos estaduais. Também acumulou desafetos e inimigos como qualquer homem público. A mesma política que costuma criar alianças, conchavos e aproximações, apresenta, como face de uma mesma moeda, as inimizades, dissidências e disputas que caracterizam, de um modo geral, as franjas que alinhavam o movimento político.

Aliou-se ao ex-governador da Bahia Roberto Santos e consolidou parcerias políticas que lhe renderam, por exemplo, o lugar de candidato a vice-governador, na campanha eleitoral de 1982. Vinte anos antes, em 1962, Francisco Rocha Pires também compusera a chapa do governador Lomanto Júnior, na condição de vice, saindo derrotado. A relação com o filho do Reitor Edgar Santos extrapolou as fronteiras da política e se converteu em amizade. Fernando Daltro trilhou caminhos só possíveis àqueles que faziam parte de uma elite e ostentavam sobrenome, prestígio e diploma. Recuperou o passado político do seu avô materno e legou para o irmão, Carlos Daltro, um grupo organizado e consolidado que lhe permitiu, por exemplo, a eleição para prefeito em dois momentos e uma rápida passagem pela Assembleia Legislativa do Estado.

Representou os interesses de uma elite política e o seu projeto de permanência no poder. Aquelas pessoas mais pobres que acreditavam estar, afinal, diante de um candidato que simbolizaria a mudança, foram, apenas, enfeitiçadas pela essência da arte política, a saber: a retórica e o convencimento. Pouquíssimas coisas mudaram em Jacobina. Os mesmos filhos dessa elite continuaram ocupando postos e gerenciando a cidade. Projetos na área de educação e a ampliação de postos de trabalho fracassaram. Muitos migraram fugindo da seca e das dificuldades. A política não alterava a vida das pessoas naquilo que elas tinham de mais real: o cotidiano, atravessado por dificuldades e exigente quanto às questões de sobrevivência. A gente simples, miúda, desprovida e crente de que aquele era um novo tempo não viu a mudança chegar. Os Carcarás também representavam os interesses de um grupo. De um grupo formado por sujeitos oriundos de uma elite econômica com projeção política e social na cidade.

As palavras finais da mensagem encaminhada à Câmara de Vereadores de Jacobina no final do mês de março de 1972, o “modesto advogado do sertão baiano”, insistia em falar no progresso e nas obras que havia construído na cidade (sede) e nos seus distritos. Um progresso sem impactos sociais. Uma proposta de intervenção ancorada em construções, mas, talvez, vazia de sentido. As escolhas do prefeito refletiam, muito de perto, o ataque feroz aos seus adversários responsáveis pelo “abandono, o desleixo, denotando uma péssima imagem da administração pública”.<sup>327</sup>

Em outras palavras, nada haviam feito para o engrandecimento da cidade. Por isso, cada obra edificada, levantada e inaugurada simbolizava o progresso. Era esse o sentido embutido em cada uma delas, mesmo daquelas menores, bem mais modestas. Fernando Daltro também aprendeu a importância do desmerecimento ao passado, considerado tradicional e antiquado. Falava do presente e olhava, com bastante atenção, para o futuro.

---

<sup>327</sup> *Mensagem* do Prefeito Municipal de Jacobina Dr. Fernando Mário Pires Daltro à Câmara de Vereadores em 31 de março de 1972. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Poder Legislativo. Grupo: Mensagem. Caixa 60, Maço 31. Fls. 6.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A porta é antiga, a última camada de pintura castanha está a descascar-se, os veios de madeira, à vista, lembram uma pele estriada. Há cinco janelas na fachada. Mal se cruza o limiar, sente-se o cheiro do papel velho. É certo que não passa um dia sem que entrem papéis novos na Conservatória, dos indivíduos [...] que lá fora vão nascendo, mas o cheiro nunca chega a mudar, em primeiro lugar porque o destino de todo papel novo, logo à saída da fábrica, é começar a envelhecer.<sup>328</sup>

A descrição, minuciosa e olfativa, de mais um dia de trabalho do modesto escriturário da Conservatória Geral do Registro Civil, o Sr. José, além de evidenciar elementos do fazer cotidiano de um funcionário público oferece algumas pistas que ajudam a refletir sobre a ação do tempo que, nesse caso e no pequeno trecho, dá-se a ver em dois momentos: no ambiente físico, portanto, material, o prédio e a sala que exibia uma porta antiga, com paredes envelhecidas, fissuradas e marcadas pela passagem dos anos e na essência do trabalho desempenhado pelo funcionário que, nesse caso, eram os registros das pessoas que nasciam e morriam naquela cidade imaginária fruto da liberdade criativa do escritor português José Saramago. As folhas de papel que chegavam branquinhas, limpas e sem uso logo ganhavam inscrições e saíam das vistas do escriturário com destino marcado de, um dia, adquirirem uma tonalidade amarelada e envelhecida que exalava um cheiro de papel “velho”. Aroma tão característico de arquivos e lugares que preservam documentos. Um cheiro de passado. Na história, passado e presente se misturam e, por isso, se encontram em vários momentos.

Apenas mais um dia na vida desse funcionário, no presente. Mas são incontáveis os dias que se passaram para deixar o ambiente com aquele aspecto e, principalmente, com aquele cheiro. Dias que passam e envelhecem os papéis. Dias que transcorrem e formam o passado. É o passado que interessa aos historiadores. São esses papéis frágeis, delicados, mal cheirosos e sensíveis ao toque que nos encantam em um tempo que é o nosso presente. Falando, escrevendo, analisando, conjecturando, propondo e construindo hipóteses que partem do presente. Instrumentalizado com ferramentas desse tempo o historiador se lança nas águas, quase sempre revoltas e turvas, do passado. Exatamente por isso, a mobilidade da história posiciona o ato de pesquisa na perspectiva de um processo investigatório de fragmentos de verdades. Ilusão ou

---

<sup>328</sup> SARAMAGO, José. *Todos os Nomes*. São Paulo: Planeta De Agostini, 2003. p. 11.

pretensão seria acreditar que alcançamos o passado em sua forma inteira. A viagem que se desdobra, previsivelmente em uma incursão e os caminhos que nos conduzem ao passado, costuma formar, quase sempre, paisagens provisórias que não se encerram mesmo depois de uma longíssima jornada.

A interpretação dos acontecimentos geralmente é fragmentada, parcial, cumulativa e nunca absoluta. Talvez por identificar esse sentido de incompletude que, felizmente, não precisa ser, necessariamente, transposto os historiadores buscam trabalhar com a objetividade e com as subjetividades dos fatos. É nesse jogo de escalas que procuramos nos posicionar. Esse ponto de observação nos confirma, por exemplo, que a objetividade dessa verdade, na construção do conhecimento histórico, sofre mutações delineadas nas constantes variabilidades da escrita da história, portanto, na história.<sup>329</sup> E já respiramos mais aliviados porque, finalmente, entendemos que um objeto de pesquisa tem um percurso com início, meio e fim, muito embora, efetivamente, a trajetória de investigação desse objeto seja sempre um meio do caminho, nunca completa ou acabada. É assim, também, na presente pesquisa: suas questões se colocam no terreno movediço da história e, por isso, não se encerram.

Qualquer conclusão, ou tentativa de amarrar os fios que tramam uma história, é falha, frágil e incompleta. Porque a pesquisa abre novos caminhos e lança outros questionamentos. Esse sentido, inclusive, pode movimentar futuros estudos e alimentar a curiosidade de outros pesquisadores que, por ventura, venham a se interessar pela temática. Diante desse quadro, as considerações aqui levantadas não pretendem, de forma alguma, colocar um ponto final na história política e social de um grupo que, ainda hoje, sobrevive nas lembranças e conversas dos moradores mais antigos da cidade.

Analisar a formação histórica do grupo Carcará na cidade de Jacobina, situando o contexto, o embate das forças e os envolvidos no processo, incide, diretamente, em uma ampliação sobre a história política local. Os trabalhos direcionados para essa temática ainda são escassos e revelam narrativas factuais, guiadas pela preservação da memória histórica do município, identificando apenas aspectos que, quase sempre, remetem a datas, nomes destacados no cenário político e “figuras importantes”, geralmente descendentes das famílias mais ricas e tradicionais.<sup>330</sup>

---

<sup>329</sup> SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

<sup>330</sup> LEMOS, Doracy Araújo. *Jacobina sua história, sua gente*. Feira de Santana: Grafimort, 1995.p. 77-78.

Uma história que apreende a cidade e toda a sua dinâmica de forma a mascarar os conflitos e as tensões omitindo, com frequência, os nomes de sujeitos comuns, gente simples que também inscreveu a sua participação na história. Recuamos aos anos 30 do século passado para identificar a formação e posterior consolidação da liderança de Francisco Rocha Pires. Bem ao estilo dos políticos baianos, o ex-deputado estadual construiu alianças e amizades em duas frentes (municipal e estadual) que lhe garantiram uma sobrevida política de aproximadamente cinco décadas. Homem de posses, pouco instruído nos bancos da educação formal, se fez político seguindo itinerários que a própria experiência ajudava a formar. Uma liderança que também refletia os anseios e a própria realidade de uma cidade nas primeiras décadas do século XX. Herdeiro de uma tradição política com matriz familiar, representante dos interesses de uma elite com marcas da agropecuária, Chico Rocha manteve-se leal aos projetos políticos que, na equação final, trariam benefícios para o fortalecimento da sua condição.

Elegendo-se para Assembleia Legislativa do Estado e indicando nomes que concorreriam ao pleito municipal, o deputado garantia a sua permanência e, por sua vez, reforçava os laços de dominação. A postura de líder, chefe, orientador e organizador de um grupo lhe renderam a denominação de coronel. Por um tempo, a definição lhe serviu como uma luva, mas alguns incidentes reverteriam essa situação e colocariam em xeque os esquemas de dominação e prestígio que a sua condição de líder havia consolidado. Fruto de um tempo, de uma forma bastante específica *de se fazer* política, o deputado começou a sentir os efeitos da ação do tempo e as mudanças que sopravam na vida política do país. Acompanhava esses ventos mantendo-se próximo daqueles que estavam à frente do poder. No entanto, incidentes mais localizados e a força do que se anuncia novo, capaz de transformar e alterar foram, aos poucos, minando os esquemas de dominação do “coronel” e construindo “novas” lideranças.

Marcar o lugar de Francisco Rocha Pires naquela sociedade significava, por exemplo, entender o que representou, afinal, o rompimento enquanto uma decisão política, mas fortemente impulsionada por questões de fórum privado, íntimo. Esse fluxo entre as esferas ancorou e permitiu a abertura e formação de “novas” fendas no movimento político local. Na verdade, os Carcarás e a noção de grupo, com a identificação de uma ou mais lideranças, dos opositores, daqueles que deveriam ser ferozmente combatidos e dos que também se reconheciam como Carcarás foi fruto, mais direto, do rompimento. A cisão entre Fernando

Daltro e Francisco Rocha Pires, anunciada em uma manhã de domingo, às vésperas da escolha dos nomes que comporiam a chapa da Arena 1, subsidiou, posteriormente, a construção, consolidação e reconhecimento do grupo político Carcará.

Construção alicerçada em imagem cada vez mais negativa do deputado. Foi identificado, em diferentes momentos, como um coronel autoritário e representante de uma política obsoleta, arcaica e tradicional. O que, por outro lado, permitiu a construção de Fernando Daltro como uma nova liderança investida de atributos que foram engendrados na contramão dessa imagem de Chico Rocha. O seu nome como uma liderança “nova” e desvinculada da política do antigo chefe ganhou reforços na campanha propagada por alguns jornais da Capital, em particular pelo *Jornal da Bahia*, que criou condições favoráveis para circulação e legitimação de textos e imagens que reconheciam Fernando Daltro como responsável pela derrocada de um dos “últimos focos do coronelismo na Bahia” para usar uma expressão contida no *Jornal da Bahia* e já citada.

Esse sentido de combate ao “velho”, que ganhou um tom depreciativo e igualmente negativo, tão presente nas campanhas eleitorais de 1966 e 1970, nos permitiu formular algumas considerações/problematizações dessa construção: como um integrante da política de Chico Rocha há mais de 10 anos, reforçado pelos laços familiares, pode ser identificado como representante da mudança na forma de administrar e gerir a cidade? O deputado transitava, com desenvoltura, na cena política há muitos anos, tendo se constituído como um referencial importante para todos os homens que despertaram o interesse em ingressar na vida pública. Essa posição destacada o credenciou a escolher os nomes que disputariam o pleito municipal, como provavelmente aconteceria com Fernando Daltro que, desde o seu regresso a Jacobina em 1954, manifestou o interesse em ocupar a cadeira do executivo. A resistência em aceitar o seu nome para concorrer ao cargo resultou, mais diretamente, no rompimento e posterior afastamento do grupo, mas não o distanciou dos elementos que formavam e caracterizavam a política local, pois entendemos que cisões abruptas não reconstroem orientações políticas em um curto espaço de tempo.

O lugar de Fernando Daltro dentro do universo sociopolítico municipal é o lugar do prestígio e da tradição de uma das famílias mais ricas da cidade, que teve no seu avô materno, o Cel. Ernestino Alves, um referencial de poder e de domínio. A postura de Rocha Pires contrariou as expectativas de Fernando Daltro e revelou que as questões de ordem pessoal foram deslocadas para o espaço público. As vozes descontentes, polifônicas e combativas de

dezenas de trabalhadores pobres demitidos por razões que só se explicam quando examinadas à luz do movimento político relativizam e arranham uma imagem de político pacífico, progressista e anunciador de uma mudança. Homens e mulheres que, desempregados e com pouquíssimas alternativas de emprego, ingressaram na justiça a fim de receber as verbas indenizatórias.

Os esquemas familiares e consanguíneos marcavam presença. A árvore genealógica de Fernando Daltro estava repleta de exemplos. Parentes em primeiro ou segundo grau ocuparam o cargo de maior representatividade na esfera do poder municipal. Foram Intendentes ou prefeitos que, seguramente, representaram o lugar, o peso e a tradição dos Pires na cidade. Por vezes transitando, inclusive, na política estadual baiana e ocupando, principalmente, o posto de deputado estadual como, aliás, fez o próprio Fernando e, anos mais tarde, o seu irmão que seguiria pelo caminho. O sentido de mudança, renovação e alteração no quadro político de Jacobina anunciado na tão festejada vitória em 1970 nos parece bastante frágil e pouco convincente quando atentamos para essa presença e sobrevida de membros ligados a um mesmo tronco familiar. Esquemas de parentela sustentaram um organograma político que exhibe, com clareza, os sobrenomes das famílias de maior prestígio na cidade. Podemos pensar em uma sobrevida oligárquica que imperou nas primeiras décadas do século XX, mas encontrou formas para manter-se vinculada às estruturas de poder mesmo depois da segunda metade do vinte.

A cidade prometida, aquela cujo progresso, a mudança e a renovação orientariam a vida em sociedade foi apenas uma plataforma política no mínimo eficiente se considerarmos, por exemplo, a vitória em 1970. O sentido da mudança ancorou-se na construção de algumas obras e na recuperação de outras tantas. Também aqui, sem negar uma prática comum aos políticos de um modo mais geral e especificamente daqueles que ganharam projeção na política baiana, a edificação de construções, o calçamento de ruas, a iluminação das vias públicas, a inauguração de obras, entre outras ações, imprimia a marca do progresso. Um progresso que pouco alterou a vida das pessoas. Sem criar significados e promover mudanças reais como a ampliação das vagas de trabalho ou melhoramento de um sistema educacional, que alterasse os níveis altos de analfabetismo, o governo da mudança, na verdade, conduzia ao cargo de prefeito um homem que representava os interesses de uma elite local.

Percebemos, ainda, como o trânsito entre as esferas (pública e privada) foi contínuo e também se manifestou de outras formas. Cargos, funções públicas, lugares de reconhecido

prestígio e que exigiam uma postura mais condizente com a posição também foram usados politicamente. A força, a imposição e tráfego da política avançavam por entre as Delegacias de Polícia, os hospitais, as ruas, os bares e todos os lugares onde fosse possível alcançar a população. A indicação para esses postos (delegado, diretores de órgãos públicos, chefes de seções, entre outros) orientava posturas e determinava, por exemplo, que tipo de tratamento seria dispensado. Contrariando a lisura e transparência, diretrizes que sustentam, em tese, o serviço público, em Jacobina, pessoas que ocupavam postos por indicação política representaram, muito bem, os interesses dos seus benfeitores.

A justiça local foi um palco privilegiado para observar um movimento político mais dinâmico. De lá ecoavam as vozes de juristas, magistrados, testemunhas, acusados, vítimas e de todos aqueles que, de alguma forma, se envolviam na engrenagem política. Pensando e sempre que possível aproximando a história política da sociedade local elegemos o poder judiciário como ponto de observação. Na construção dos argumentos, na remontagem dos fatos, na apresentação das diferentes versões para um episódio envolvendo, às vezes, dezenas de pessoas percebemos o quanto a justiça, ancorada em uma diretriz do Direito, buscava a verdade ou pelo menos se cercava de provas que acenassem uma sentença mais justa. O fato é que nem sempre funcionava exatamente assim. A justiça foi convocada para arbitrar as questões que envolviam, muitas vezes, problemas de natureza política e refletiam, difusamente, o que circulava na sociedade. Não alcançou o dinamismo e a pluralidade da política local. Fracassou com a sua morosidade, burocracia e, frequentemente, privilegiando os mais poderosos.

Mapeando os sujeitos envolvidos no movimento político, através das fontes, identificamos elementos que recriam, mesmo provisoriamente, aspectos singulares daquele contexto. Os depoimentos orais, leituras que partem do presente em uma incursão pelo passado através do emaranhado de lembranças, revelam o quanto esse sentido de mudança e seus significados diversos ainda se preservam na memória daqueles que acompanharam a trajetória dos Carcarás. Reconhecem em Fernando Daltro a responsabilidade e condução nos rumos que a política tomaria a partir da vitória naquela eleição de 1970. De alguma forma, ajudam a consolidar, a recriar e atualizar em diferentes momentos e a partir de suas próprias experiências, uma história dos Carcarás como aqueles que derrubaram, nas urnas, uma dominação política de aproximadamente cinquenta anos.

Ainda hoje, a história dos Carcarás e o seu percurso que começa no distante ano de 1966 encontram formas para manifestar-se. Evidentemente, a atuação e o governo do herdeiro político de Fernando Daltro, seu irmão, está mais viva e pode ser identificada em algumas obras onde a ação do tempo inscreve as suas marcas, mas não apaga, por completo, o seu sentido de história. Os Carcarás, aqueles que, no início, desafiaram o “coronel” Chico Rocha e entoaram marchinhas saudando a vitória do seu mais recente opositor apostaram em um “tempo de mudança”, que pode ser relacionado com a vitória de Fernando Daltro, mas que dependeu, quase que exclusivamente, do rompimento como sustentáculo, uma espécie de referência importante para o grupo. A decisão em cortar as relações políticas e, conseqüentemente, pessoais e familiares com Chico Rocha foi, talvez, a maior marca que o grupo conseguiu imprimir. Um tanto falha e frágil como identificamos ao longo de toda análise aqui proposta. Apostamos, muito mais, em uma alternância dos grupos que disputaram os cargos políticos na cidade de Jacobina. Houve, por assim dizer, uma troca de domínio, antes depositado no deputado Chico Rocha, passando para o comando dos Daltro, figuras que transitaram no universo político local/estadual por mais de 20 anos, ocupando cargos e gerindo a organização da cidade.

## FONTES

### I. Impressas:

- *O Lidador (1933-1940)*
- *Vanguarda (1955-1960)*
- *Jornal da Bahia (1965-1972)*
- *Jornal A Tarde (1966-1972)*
- *Diário de Notícias (1966-1970)*

### II. Fontes orais:

- Carlos Alberto Pires Daltro, médico, 75 anos e ex-prefeito da cidade de Jacobina. Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2003, na cidade de Jacobina.
- Edmundo Isidoro dos Santos, professor, Pastor Presbiteriano e ex-Secretário Geral da Prefeitura Municipal de Jacobina, 75 anos. Entrevista realizada no dia 11 de maio de 2007, na cidade de Jacobina;
- Fernando Mário Pires Daltro, 78 anos, advogado e ex-prefeito da cidade de Jacobina. Entrevista realizada no dia 28 de maio de 2007, na cidade de Salvador;
- Flávio Antônio de Mesquita Marques, médico, 65 anos e ex-prefeito da cidade de Jacobina. Entrevista realizada no dia 21 de julho de 2003, na cidade de Jacobina;
- Flávio Antônio de Mesquita Marques, médico, 69 anos e ex-prefeito da cidade de Jacobina. Entrevista realizada no dia 18 de maio de 2007, na cidade de Jacobina;
- Ismael Guedes Pereira, funcionário público municipal já aposentado, 69 anos. Entrevista realizada no dia 3 de maio de 2007, na cidade de Jacobina;
- José Pires Velloso, médico, 70 anos. Entrevista realizada no dia 8 de maio de 2007 na cidade de Jacobina.
- Roberto Figueira Santos, médico e ex-governador da Bahia, 84 anos. Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2010 na cidade de Salvador;
- Maria Esther Pinto Daltro, médica, 54 anos. Entrevista realizada no dia 26 de janeiro de 2011 na cidade de Salvador.

**Lista dos processos encontrados no Fórum Jorge Calmon (Sem classificação e por ordem cronológica)**

- *Habeas Corpus* movido no ano de 1963, tombado sob o número 444. Partes envolvidas: Dr. Ivanilton Costa Santos (impetrante) e Augusto Manoel dos Santos (impetrado);
- *Habeas Corpus* movido no ano de 1965, tombado sob o número 4441. Partes envolvidas: Dr. Salvador Rosa de Carvalho (impetrante) e Manoel Pereira da Silva (impetrado);
- *Habeas Corpus* movido no ano de 1966, tombado sob o número 264. Partes envolvidas: Dr. Fernando Mário Pires Daltro (impetrante) e Antônio Santos Mota (impetrado);
- *Habeas Corpus* movido no ano de 1967, tombado sob o número 613. Partes envolvidas: Dr. Fernando Mário Pires Daltro (impetrante) e Claudionor Pereira da Silva (impetrado);
- *Sumário Crime* movido no ano de 1968, tombado sob o número 675. Parte envolvida: Humberto Soares e Silva;
- *Autos de Exceção de Suspeição* movido no ano de 1968, tombado sob o número 5.024. Partes envolvidas: Humberto Soares e Silva (excipiente) e Dr. Juiz de Direito da Vara Crime desta Comarca (excepto);
- *Sumário Crime* movido no ano de 1969, tombado sob o número 926. Partes envolvidas: Humberto Soares e Silva (apelante) e Justiça Pública (apelado);
- *Sumário Crime* movido no ano de 1971, tombado sob o número 1.008/71. Partes envolvidas: Anísio Anselmo dos Santos e outros (réus) e Gustavo José da Silva (vítima);
- *Inquérito Policial* movido no ano de 1971. Indiciado: José Prado Alves;
- *Noticia Criminis* movido no ano de 1971. Partes envolvidas: Sebastião Freire de Souza (requerente) e Fernando Mário Pires Daltro (requerido);
- *Representação* movido no ano de 1972. Partes envolvidas: Manoel Freire da Silva (representante) e Fernando Mário Pires Daltro (representado);
- *Representação* movido no ano de 1972. Partes envolvidas: Edinaldo Lima (representante) e Fernando Mário Pires Daltro (representado);

- *Representação* movido no ano de 1972, tomado sob o número: 1150. Partes envolvidas: Cesiano Carlos do Nascimento (representante) e Francisco Rocha Pires Filho (representado);
- *Sumário Crime* movido no ano de 1975, tombado sob o número 1377/75. Partes envolvidas: Luiz Maximiano dos Santos (réu) e Abdias Bruno da Silva (vítima);

### **Documentação do Poder Legislativo e Executivo Municipal em Jacobina**

- Atas da Câmara de Vereadores produzidas no período selecionado para pesquisa;
- Fotografias que correspondem ao período selecionado para pesquisa;
- Documentação produzida pelo Poder Executivo: ofícios, mensagens, relatórios e editais.

### **Outros documentos:**

- Censos Demográficos, Econômicos, Serviços e Industriais dos anos 1940, 1950, 1960 e 1970;
- Pronunciamentos proferidos no serviço de Alto-falantes *A Voz da Cidade* (Mimeografado);

### **Arquivos:**

- Arquivo Público Municipal de Jacobina;
- Arquivo Público da Bahia;
- Fórum Jorge Calmon;
- Biblioteca Central dos Barris;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

### **Arquivos das famílias: Daltro e Pires:**

- Fotografias, cartas, diários e recortes de jornais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras Artes*. Campinas: Massangana, UNICAMP, 1994.
- \_\_\_\_\_. *História: a arte de inventar passado*. Bauru-SP: EDUSC, 2007.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1985*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- AMADO, Jorge. *A morte e a morte de Quicas Berro D'Água*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BATISTA, Ricardo dos Santos. *Lues Venerea e as roseiras decaídas: biopoder e convenções de gênero e sexualidade em Jacobina-Bahia (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado em História, Salvador: UFBA, 2010.
- BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 301-354.
- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 14, nº 27. pp.179-196, 1994.
- CARVALHO, Patrícia Carneiro S. M. de. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de Mestrado em História, Salvador: UFBA, 2005.
- CHARTIER, Roger. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos, vol. 8, nº. 16, Rio de Janeiro, 1995.
- DEBRUN, Michael. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.
- FARIAS, Sara Oliveira. *Enredos e Tramas nas minas de ouro de Jacobina*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador (1890-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Nova "velha história": o retorno da história política*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº 10, 1992.

- FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (Orgs.) *Usos e abusos da história oral*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Muniz. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. Salvador, 2005. p. 1 Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf). Acesso em: 25 Jan. 2012 às 22h:05m.
- FERRY, Luc; RENAUT, Alain. *Pensamento 68. Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269 p.
- FREITAS, Antônio F. G., PARAÍSO, Maria H. B.; *Caminhos ao Encontro do Mundo: A Capitania de Ilhéus, os Frutos de Ouro e a Princesa do Sul (Ilhéus 1534-1940)*. Ilhéus, Editus, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico*. In: *A Micro-História e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GOMES, Jardelina Rita de Abreu. *Cel. Chico Rocha 30 anos de glória 1940 a 1974*. Monografia de conclusão de curso apresentada na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomás Tadeu da Silva & Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- JESUS, Zeneide Rios de. *Eldorado sertanejo: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)*. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 2005.
- LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs). *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.
- LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada. Discursos das Elites sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas*. Tese de Doutorado em História, São Paulo: PUC, 2005.

- \_\_\_\_\_. *E a Bahia civiliza-se: Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916*. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1996.
- LEMOS, Doracy Araújo. *Jacobina sua história, sua gente*. Feira de Santana: Grafimort, 1995.
- MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- MAIAKÓVSKI, Vladímir. *Antologia Poética (1927)*. Tradução de E. Carrera Guerra. Editora Max Limonad, 1987.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MOURA, Dante Henrique. *Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração*. Revista Holos, Ano 2, Vol. 2 – 2007.
- OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade: imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci (Jacobina 1955-1963)*. Dissertação de Mestrado em História, Salvador: UFBA, 2007.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O engenho central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos da sua história (1875-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1979.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. *Que tenhas o teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2003.
- REMOND, René et. al. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- REVEL, Jacques. *A história ao rés-do-chão*. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marcos. *História da Televisão no Brasil: do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da Revolução, do CPC à Era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. História (Universidade Estadual Paulista), 1996, vol. 15: 27-39.

- SACHS Inacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo. (Orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SAMPAIO, Consuelo. *Poder e Representação. O Legislativo da Bahia Na Segunda Republica, 1930-1937*. Salvador, Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.
- SAMPAIO, Moises de Oliveira. *O Coronel Negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919)*. Dissertação de Mestrado em História, Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2009. p. 55.
- SAMPAIO, Nelson de Souza. *Perfil Eleitoral da Bahia - 1966*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 23/24, 1968.
- SARAMAGO, José. *Todos os Nomes*. São Paulo: Planeta De Agostini, 2003.
- SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 2009.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org). *História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: Luta Política, Intelectuais e Construção do Discurso Histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- TANNOUS, Simão Alves. *Relendo notícias: o jornalismo baiano e o governo de João Goulart (1963-1964)*. Dissertação de Mestrado em História, Salvador: UFBA, 2011.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo/Salvador: Editora da Unesp /EDUFBA, 2001.
- TEIXEIRA, Cid. *As oligarquias na política baiana*. In: LINS, Wilson et al. *Coronéis e Oligarquias*. Salvador: Edufba, 1988.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Vozes do golpe: A mancha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- VOLDMAN, Danièle. *Definições e uso e A invenção do depoimento oral*. IN: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína (Orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.



**FFCH UFBA**

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação  
Salvador – Bahia – Brasil  
Telefax: (71) 3237-7574 / E-mail: [poshistro@ufba.br](mailto:poshistro@ufba.br)